

Directora del número : Paulo CELSO DA SILVA et Mara ROVIDA

Publicado en línea el 11 de mayo de 2020

<http://unilim.fr/trash/2017>

TraHs N°7 | 2020

Medio ambiente: desafíos contemporáneos





Note

Dominique Gay-Sylvestre

Directrice

Les « défis » posés par les questions environnementales sont innombrables. Ils ne sauraient se résoudre à ceux traités dans ce numéro. Mais, chacun à leur manière, les différents auteurs lancent, ici, un cri d'alarme, exigent de tous une réelle prise de conscience et un engagement constant dans la construction d'une société respectueuse des droits de l'homme et de la nature. La revue Trayectorias Humanas Trascontinentales (TraHs) leur laisse la parole.



Por uma cultura altruísta 6.0

For an altruistic culture 6.0

Paulo Celso Silva¹

Universidade de Sorocaba/São Paulo/Brasil

paulo.silva@prof.uniso.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2108>

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Quando este número da Revista TraHs *Meio ambiente: Desafios contemporâneos*, foi pensado, nenhum de nós imaginava que estaríamos, neste momento de 2020, mundialmente falando prioritariamente de um só tema ambiental: a Corona vírus COVID 19. Os artigos dos autores desta edição não tratam desse tema, uma vez que nos foram entregues em janeiro deste ano, por isso, cabem algumas palavras que relacionem o tema da pandemia, corona vírus, meio ambiente etc.

Todo o processo começou no segundo semestre de 2019 e a China foi o primeiro país a sofrer o contágio e contabilizar seus mortos, o que imediatamente alastrou para muitos países, alterando toda a rotina produtiva de operários, estudantes, professores, donas de casa e, em especial, de enfermeiras/os, médicas/os e todos os agentes do setor de saúde.

Na maioria dos países as lideranças governamentais assumiram a responsabilidade de organizar outra rotina restringindo o movimento da população, incentivando e, mesmo obrigando, a prática da quarentena, então a maneira mais eficaz para evitar o aumento exponencial do contágio e evitar o colapso de seus sistemas de saúde. Ásia e Europa, os primeiros afetados puderam servir de exemplos do que fazer e do que não fazer, qual o momento necessário para começar, qual a logística assumir etc.

O presidente brasileiro foi um dos quatro no mundo a negar a pandemia, pediu para a população sair às ruas, inclusive incentivou manifestações que pediam a volta dos militares ao poder, sem perceber que, caso isso fosse atendido, ele seria o presidente deposto pelos militares, não acatou a ordem do ministério da saúde de evitar contatos e aglomerações e foi aos bairros de Brasília cumprimentar pessoas. Os outros foram com o ditador da Nicarágua que não acredita na ciência; o ditador do Turquemenistão que proibiu o uso das palavras Corona vírus e COVID 19 como forma de solucionar a questão; o ditador de Belarus que chegou a afirmar que o tema do corona vírus era psicose. Enquanto isso, países como Argentina, Uruguai, Paraguai rapidamente cerraram suas fronteiras, decretaram a quarentena e assumiram a necessidade do isolamento e do uso de máscaras, como foi comprovado em todo o mundo.

Ao leitor estrangeiro cabe uma - possível - explicação do que acontece com a elite brasileira que elegeu tal presidente para o período de 2018 - 2022. Elite e governo eleito defendem os interesses de grupos capitalistas de várias partes do mundo baseados na exploração de produtos e matéria prima feitos de maneira tradicional, isto é, aqueles quem destroem para acumular, ignoram e defendem o fim dos direitos

¹ Professor Titular, Mestre em Ciências - Geografia Humana pela Universidade São Paulo (USP, 1995), Doutor em Ciências - Geografia Humana pela Universidade São Paulo (USP, 2000) e Pós-Doutor em Geografia Humana pela Universitat de Barcelona (2018-2020; 2001-2002) e Pós-Doutor em comunicação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2012).

das pessoas e da natureza, promovem a destruição das áreas protegidas e terras indígenas e o assassinato de suas lideranças e de ambientalistas caso isso aumente seus lucros, enfim, os meios justificando seus fins apenas econômicos.

Parece não importar aos representantes no governo brasileiro – presidente e seus ministros - o fato de sejam representantes do “último suspiro” desse capitalismo selvagem e violento, de um capitalismo que já não cabe e nem é aceito nos países de onde originam esses grupos representados por eles. Importa apenas a esses representantes sentir “que pertencem ao capital internacional” mas, como a experiência já demonstrou, assim que retirarem todos os recursos naturais e humanos e destruírem ambiente e sociedades locais e verem seus lucros declinarem, partirão para outro território. Tais grupos do capitalismo selvagem internacional não tem nenhum compromisso moral e social com os territórios, a eles interessa apenas a acumulação.

Uma leitura desse momento seria a de que hoje o papel da América Latina na divisão territorial e internacional do Trabalho é a de representar os setores menos avançados tecnologicamente e socialmente, deixando para os territórios desenvolvidos os setores menos poluentes e rentosos das tecnologias informacionais.

A globalização, da maneira como já foi denunciada por muitos pensadores e estudiosos das questões contemporâneas, não nos trouxe a decantada melhoria das condições de vida, que as políticas neoliberais, ofereciam como solução aos mandatários: no lugar de unir pessoas, desenvolver o sentido de cidadania e participação – praticamente – impuseram o único exercício do consumir individual, e isso nos legou seres que se auto valoram pela quantidade de bens de consumo e acúmulos financeiros, na mais alienante representante desses senhores: nossa conta corrente bancária obrigatória.

Quanto mais globalizada as sociedades, mais fechadas às demais, competitivas e individualistas elas tiveram de se tornar para fazer frente às demandas infinitas que o capital neoliberal opera. Mais de uma vez tais sociedades, e seus personagens mais destacados, foram comparados ao personagem de Fausto no poema trágico criado por Goethe e no qual o desenvolvimento e um tipo de progresso justificam os meios que o personagem principal usa para os atingir.

Entretanto, não todos os setores sociais foram tragados. Isso nos faz lembrar das propostas de Edward Wilson (*O sentido da existência humana*, 2018) para quem há duas forças na seleção das espécies. Uma seleção individual, conhecida da maioria das pessoas, em que a concorrência individual dentro do grupo e ganha o mais forte e preparado, é o gene egoísta. A outra seleção ocorre nos grupos de indivíduos em que juntos fomentam a cooperação, é o gene altruísta.

Os primeiros meses de 2020 remetem ao segundo grupo, os da cooperação. Impedidos de continuar no mesmo ritmo produtivo do 24/7 (24 horas, sete dias por semana), inicialmente nos países desenvolvidos da Ásia e Europa e, posteriormente, em todos os demais, algumas alterações ambientais ocorreram, positivas como é o caso da diminuição nos níveis de NO₂ e CO₂, diminuição de problemas respiratórios, aparecimento golfinhos nadando no porto de Cagliari, capital da ilha de Sardenha e também a possibilidade que muitas plantas e animais em extinção tenham uma chance em terem seus ecossistemas mais equilibrados. Mas, ao mesmo tempo, não podemos nos esquecer que a reclusão das pessoas também afeta a produção de alimentos, dado o seu maior consumo.

Respondendo à uma emissora brasileira de televisão, a prefeita de Barcelona/Espanha Ada Colau², ao ser indagada acerca da maneira que se daria o retorno às atividades afirmou que “vivemos uma tríplice crise: sanitária, social e econômica e é nossa responsabilidade desenvolver o altruísmo para o novo momento que virá e não apenas restauração de 2 meses, 20 anos ou um século atrás” (2020).

Na mesma linha de pensamento, a bióloga e pesquisadora em Imunologia Adelaida Sarukhan³ no Instituto de Salud Global de Barcelona (ISGLOBAL) fala da necessidade da mudança de estilo de vida consumista, ao mesmo em que será preciso diminuir os desmatamentos, perseguir um sistema sanitário e uma expertise política que nos permita responder rapidamente aos acontecimentos futuros. Acontecimentos que necessitarão de paciência para o retorno à vida social. Destaca, entretanto, que “melhor são medidas proativas e a importância da comunicação clara e transparente para que o público confie nas autoridades, entenda e siga as recomendações”.

Ao escutarmos as pessoas, nos damos conta do surgimento, ainda um tanto modesto, de uma cultura altruísta, se assim podemos nos expressar, pois ao mesmo tempo em que traz novos comportamentos, também interioriza valores humanos atualizados, devido ao fato de quem não são novos, mas não são os mesmos de outrora. A nova cultura altruísta 6.0, inclui tudo que a sociedade já conquistou e acumulou de conhecimentos e experiências, ultrapassa a 5.0 na qual os espaços físico e cibernético estão conectados e os sensores dos equipamentos transformam tudo em dados, para estreitar e aprofundar o que já foi proposto por Auguste Comte⁴ em meados dos anos 1850 quando tratava dos problemas do egoísmo nas sociedades industriais. É interessante ressaltar a força e clareza da palavra altruísmo, quando em oposição à palavra egoísmo. Não vemos essa mesma força e clareza se comparamos a palavra egoísmo com a palavra bondade, por exemplo. Assim, o conceito de altruísmo opõe-se ao mesmo tempo ao egoísmo e também ao de caridade. E estamos diante do “grande problema da humanidade”, como dizia Comte, que era fazer valer o altruísmo acima do egoísmo, a individualidade sujeita ao social em uma moral baseada nos deveres.

Sempre gostei a expressão e da imagem que se forma, usada por Stéphane Mallarmé, *Un coup de dés jamais n'abolira le hasard* (1897) ou um lance de dados nunca abolirá o acaso, em tradução livre. Pensada para este período, nos coloca a proposta de que nem sempre estaremos no comando das situações, teremos o controle de tudo como acreditamos ter no nosso [antigo] cotidiano.

A cultura altruísta 6.0 é uma comporta que poderemos abrir no fim desse primeiro confinamento do século XXI. Ou não.

2 Entrevista da Prefeita Ada Colau para o jornal televisivo Globo News. 30 de abril de 2020.

3 Entrevista para o live Talk CosmoCaixa - Fundación “la Caixa”, Espanha – apresentado por Raul Toran em 24 de abril de 2020. Recuperado de https://bit.ly/LiveTalk_VirusyPandemias

4 Comte, A. (2016). *Discurso sobre o Espírito Positivo*. São Paulo: Martins Fontes.



Prólogo: Pensar a temática e alternativas ambientais diante dos desafios do tempo-presente

Prologue: Thought on the environmental theme and its alternatives facing challenges of the present time

Marcos Reigota⁵

Universidade de Sorocaba
São Paulo, Brasil

marcos.reigota@prof.uniso.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2108>

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Provavelmente quando os e as editoras da Revista *Trajetórias Humanas Transcontinentais* pensaram em publicar um dossiê voltado para os desafios contemporâneos do meio ambiente não podiam imaginar que esses desafios estavam tão próximos e urgentes provocados pelo Covid-19. O vírus mutante começou a sua trajetória na China e além de, até o momento, ter matado milhares e colocado milhões de pessoas em quarentena pelo mundo afora, continua a sua saga provocando modelos econômicos, políticos, sociais, culturais e sanitários. Sua força devastadora coloca em suspensão os elos humanos mais elementares e desafia os modos de vida desrespeitosos e ou negligentes com o meio ambiente.

Um vírus conseguiu parar potências econômicas, militares e de passado histórico de dominação colonial como a Alemanha, a Espanha, a França, a Itália e o Reino Unido e redesenha a geoestratégia planetária colocando a China em destaque e no protagonismo ao qual se preparou nas últimas décadas, sem abrir mão do seu sistema político comunista controlador aliado ao modelo capitalista de produção mais primitivo, concentrador de riquezas e de injustiças sociais e ambientalmente irresponsável. Nesse contexto os EUA aparecem como uma caricatura das nações que tanto humilhou e cuja produção cinematográfica hollywoodiana fez questão de enaltecer. A cambaleante potência militar, econômica e cultural conta diariamente os seus milhares de mortos e milhões de desempregados e as ruas desertas de Nova York atestam o que está em jogo e quem tem se saído vencedor. A linguagem, as imagens e o vocabulário bélico se tornaram corriqueiros. Quem poderia imaginar que presenciaria o México fechar as suas fronteiras aos habitantes do país vizinho ao Norte? No Brasil, aos mesmos desafios de outros países, se acrescenta a posição oficial contrária às orientações da Organização Mundial da Saúde, apoiada por grande parcela da população marcada por crenças religiosas, aproximação e aprovação dos discursos autoritários e revisionistas da história ditatorial iniciada nos anos 1960 e que custa encerrar o seu ciclo. A lista de exemplos, fatos e

⁵ Doutor em Educação pela Universidade Católica de Louvain. Realizou estágio de Pós-doutorado na Universidade de Genebra e estágios de pesquisa na London School of Economics and Political Science (1994); no Institut for Social Research of Frankfurt(1997) com bolsa do DAAD/CAPES e com bolsa da Fundação Japão, na Josai International University em Chiba (2000) e na Sophia University de Tóquio (2005). É membro honorário da Academia Nacional de Educação Ambiental do México. Bolsista de produtividade científica do CNPq (Pq-nível 2).

argumentos pode ser exaustiva, se incluirmos aqui outros países e continentes e também se dialogarmos com os inúmeros textos e manifestações de artistas, acadêmicos e cientistas que ampliam nossos questionamentos, dúvidas e possibilidades nesse tempo de quarentena e distanciamento social. O temor da morte sem nenhuma dignidade e sem os rituais antropológicos de luto se tornaram temas cotidianos nas mídias e redes sociais expondo nossas fragilidades, representações e alternativas caso, evidentemente, haja alguma brecha construtiva advinda das experiências pessoais e coletivas nesse período de resguardo provocado pela pandemia.

Foi nesse contexto que li os artigos que compõem o dossiê e o trabalho dos e das colegas me permite evidenciar algumas ideias e conceitos que nos têm sido tão caros. Há décadas os movimentos, acadêmicos e sociais, relacionados com as questões ambientais enfatizaram uma noção que tem agregado as mais diferentes práticas, bases epistemológicas e orientações políticas no slogan “Pensamento local/ação global. Pensamento global/ação local”. Pensei imediatamente nesse slogan após a leitura dos textos dos e das colegas de diferentes nacionalidades, que atuam em diferentes contextos econômicos, culturais, científicos, políticos e ambientais. Derivada desse slogan se evidencia a necessidade do diálogo (planetário) em que todos aprendem e ensinam, como enfatiza a perspectiva política e pedagógica de Paulo Freire. Entre os grupos sociais que nesse dossiê se fazem presentes destaque os *Gilets jaunes* que colocaram a França cosmopolita e centralizadora em alerta. Esse movimento exigiu, com contundência e pertinência, direitos reivindicados há tempos, expondo os sentimentos e desconfortos da população anônima e até então “invisível”. Do Sul do planeta são evidenciados grupos étnicos dos povos originários do Brasil e da Venezuela na constante e ininterrupta luta para não serem dizimados pelos poderosos colonizadores de antes e os de agora. Um outro aspecto que o conjunto dos textos nos permite abordar está relacionado com o papel dos meios de comunicação de massa e das redes sociais relacionando esse último com o surgimento do ciberativismo. A esse aspecto contemporâneo das práticas políticas e sociais, se unem as atividades que marcam as sociedades modernas, renovadas pelos desafios da temática ambiental, como os processos educativos escolares e os quadros jurídicos que permitem a mediação de conflitos. Tanto a participação política dos anônimos, como as instituições políticas e jurídicas são fundamentais na construção de sociedades justas e democráticas nas quais a população mais vulnerável não é constantemente reduzida ao silêncio e à insignificância.

As lutas políticas travadas ao longo das últimas décadas em diferentes contextos e experiências com a democracia formal ou com a ausência dela, nos permite observar o histórico e continuidade da AGAPAN, um dos primeiros grupos ecologistas no Brasil que teve influência vital através de alguns de seus nomes mais conhecidos, como por exemplo José Lutzenberger, no período mais duro da ditadura civil-militar brasileira.

É uma excelente oportunidade para que a história da AGAPAN, possa ser melhor conhecida para além das fronteiras brasileiras é uma contribuição importante da Revista *Trajetórias Humanas Transcontinentais* ao movimento epistemológico e político de se refazer os quadros teóricos e históricos dos movimentos ambientalistas negligenciados na literatura especializada internacional.

De forma geral se observa no conjunto de artigos a profunda relação entre os direitos humanos e a temática ambiental, assim como o apelo político e pedagógico de ações locais voltados para questões como a biodiversidade, a mineração clandestina em terras indígenas, o meio ambiente urbano de cidades de médio ou de grande porte e

os crimes ambientais, difundidos pela mídia hegemônica como acidentes incontornáveis e inerentes ao desenvolvimento econômico.

Encontramos, com o trabalho das e dos colegas, a oportunidade de ampliar os diálogos já existentes e os que poderão ser construídos, divulgar e expor as alternativas e visitar os argumentos. Em outras palavras, os textos que as leitoras e leitores poderão acessar contribuem para que se possa rever referências teóricas, argumentos, conceitos e aprofundar compromissos políticos solidários e planetários. Que esse empenho originado e localizado em contextos acadêmicos que dialogam e se complementam, possa colaborar com o movimento científico, cultural, social pedagógico e político de busca de alternativas contrárias à devastação ambiental e às injustiças, que inúmeras pessoas, grupos e instituições têm se empenhado ao longo da história pelo mundo afora.

SP. 03.05.2020.



Os enquadramentos midiáticos de uma tragédia anunciada pela mineração

The media frameworks of a tragedy announced by mining

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso⁶

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Minas Gerais, Brasil

vivianearcardoso@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2019>

DOI : 10.25965/trahs.2019

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Este artigo busca apontar os enquadramentos noticiosos do jornal *O Tempo*, importante periódico em Minas Gerais, sobre o rompimento da barragem de minério de ferro pertencente a mineradora Vale S.A na região de Brumadinho - MG. Procuramos identificar as narrativas produzidas sobre quais vozes foram utilizadas pela mídia e como foram utilizadas. A metodologia emprega-se sobre a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2008) no aspecto quali-quantitativo por meio da contabilização do uso das fontes (AMARAL, 2015). O *corpus* de análise compreendeu as notícias do portal online *O Tempo*, no período dos dias 25 a 31 de janeiro de 2019, contabilizando 522 reportagens. Destacam-se, o uso excessivo das fontes de autoridade, associado a espetacularização e a narrativa sobre a importância econômica do setor mineral na região; o silenciamento de outras vozes e à superficialidade da cobertura ao tratar das testemunhas, sem abordagem devida da complexidade de situações críticas que envolvem a justiça socioambiental.

Palavras-chave: mídia, meio ambiente, mineração, desastres

Cet article traite des informations relevées sur le journal *O Tempo*, important périodique du Minas Gerais, sur la rupture du barrage de minerai de fer appartenant à la société minière Vale S.A dans la région de Brumadinho - MG, à partir de l'identification des témoignages utilisés par les médias et la façon dont ils ont été utilisés. La méthodologie utilisée part de l'analyse de contenu de Laurence Bardin (2008) sur l'aspect quali-quantitatif en tenant compte de l'utilisation des sources (AMARAL, 2015). Le corpus d'analyse comprend la transmission des informations via le portail en ligne du journal *O Tempo*, du 25 au 31 janvier 2019, pour un total de 522 reportages. On notera l'utilisation excessive des sources institutionnelles, l'association du sensationnel et du récit relatif à l'importance économique du secteur dans la région; le silence des autres voix et le caractère superficiel de la couverture médiatique lorsqu'il s'agit de témoins, sans que soit abordée correctement la complexité des situations critiques impliquant la justice socio-environnementale.

Mots-clefs : médias, environnement, exploitation minière, catastrophes

⁶ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Este artículo tiene como objetivo señalar los encuadres de noticias del periódico *O Tempo*, un periódico importante en Minas Gerais, sobre la ruptura de la presa de mineral de hierro perteneciente a la empresa minera Vale S.A en la región de Brumadinho - MG. Intentamos identificar las narrativas producidas sobre qué voces fueron utilizadas por los medios y cómo fueron utilizadas. La metodología se utiliza en el análisis de contenido de Laurence Bardin (2008) en el aspecto cualitativo cuantitativo al tener en cuenta el uso de fuentes (AMARAL, 2015). El corpus de análisis comprendió la transmisión de noticias a través del portal en línea del periódico *O Tempo*, del 25 al 31 de enero de 2019, que representa 522 informes. Cabe destacar el uso excesivo de fuentes de autoridad, asociado con la espectacularización y la narrativa sobre la importancia económica del sector en la región; el silenciamiento de otras voces y la superficialidad de la cobertura cuando se trata con testigos, sin abordar adecuadamente la complejidad de las situaciones críticas que involucran la justicia socioambiental.

Palabras clave: medios, medio ambiente, minería, desastres

This article aims to point out the news framings of the newspaper *O Tempo*, an important periodical in Minas Gerais, about the rupture of the iron ore dam belonging to the mining company Vale S.A in the region of Brumadinho - MG. We tried to identify the narratives produced about which voices were used by the media and how they were used. The methodology is used on the content analysis of Laurence Bardin (2008) in the qualitative and quantitative aspects by accounting for the use of sources (AMARAL, 2015). The corpus of analysis comprised the transmission of news through the online portal of the newspaper *O Tempo*, from January 25 to 31, 2019, accounting for 522 reports. Noteworthy is the excessive use of sources of authority, associated with spectacularization and the narrative about the economic importance of the sector in the region; the silencing of other voices and the superficiality of coverage when dealing with witnesses, without properly addressing the complexity of critical situations involving socio-environmental justice.

Keywords: media, environment, mining, disasters

Introdução

O ano de 2019 esteve sobre inúmeros contextos de crise, principalmente ao aspecto que remete as questões ambientais. Sabemos que a temática deixou de ser apenas um assunto secundário para permear sobre a política, a economia e os espaços midiáticos em diferentes disputas narrativas.

Ao receber a visibilidade destinada ao tema, temos portanto, uma relação de poderes a fim de garantir a estabilidade de uma compreensão que corresponda a uma percepção do cuidar do meio ambiente ao mesmo tempo em que se mantém a mesma lógica que a destrói.

Neste aspecto, a modernidade marcada pelas mudanças climáticas, incêndios, desmatamento, crimes ambientais e o desmonte das políticas públicas socioambientais, ressalta-se a importância de se compreender os espaços de comunicação sobre as vozes que recebem visibilidade neste contexto e como são demonstradas pela mídia tradicional.

Os casos como os dos rompimentos de barragens de minério de ferro, que assolaram o estado de Minas Gerais, estão sobre a perspectiva de narrativas hegemônicas onde as forças econômicas e políticas sobressaem os efeitos do risco e do medo. Constantes desastres como foi em Mariana-MG em 2015 e logo, na região de Brumadinho-MG em janeiro de 2019, denotam estratégias capazes de legitimarem uma produção econômica de exploração e silenciar seus impactos como também observar os poucos espaços utilizados pelos grupos de atingidos e seus representantes na divulgação da luta por justiça socioambiental.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar a cobertura noticiosa dada pelo jornal *O Tempo*, importante periódico em Minas Gerais, durante a primeira semana após o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho-MG. Sendo assim, procuramos responder a seguinte pergunta: quais foram as vozes da cobertura noticiosa sobre o rompimento da barragem do Córrego do Feijão? Como elas foram enquadradas durante a repercussão midiática?

Conceitos como o do enquadramento noticioso serão importantes para a compreensão de como a temática ambiental passa a ser representada pela mídia neste contexto de crise. A metodologia da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2008) tornou possível o aspecto quali-quantitativo da pesquisa, como *corpus* de análise temos as notícias vinculadas pelo portal online do jornal *O Tempo* durante o período que corresponde aos dias 25 a 31 de janeiro de 2019, contabilizando no total 522 reportagens.

Utilizamos como categorias, o estudo das fontes proposta por Amaral (2015), divididas entre: fontes autorizadas; fontes especialistas; fontes testemunhais e; fontes anônimas.

Neste embate narrativo, múltiplos processos de construção de uma notícia podem produzir significações, sentido e podendo ou não contribuir para um agir político. As organizações, como a Vale S.A, responsável pela barragem que se rompeu em Brumadinho - MG, e até mesmo as representações políticas da região, passam a manifestar-se sobre os meios de comunicação permitindo uma compreensão social do caso a partir de mecanismos simbólicos sobre a construção de um discurso perante o acontecimento.

Globalização, meio ambiente e o processo de formação da notícia

A temática ambiental na mídia se insere sobre as marcas de uma globalização econômica, uma mundialização da cultura e de novas perspectivas a partir da era digital.

A inserção tecnológica cada vez mais onipresente no cotidiano social apresenta o deslumbramento da instantaneidade entre a transmissão e recepção de palavras, sons e imagens, com o ideal de atingir diferentes mundos. Milton Santos (2004) manifesta este pensamento sobre a contemporaneidade, em que ser atual ou eficaz reina nos parâmetros da necessidade da sociedade, a pressa seria então uma virtude e os demais não incluídos, são arrastados a participar incompletamente dessa produção da história.

Nesta perspectiva, os estudos de Milton Santos (2001) trazem contribuições ao olhar pela ótica da globalização e os meios de comunicação. O geógrafo distingue o mundo em três partes: a primeira parte ou a globalização como fábula, seria o mundo como nos fazem vê-lo, ou seja, a sensação do encurtamento de distâncias, a concepção da instantaneidade como algo que realmente nos informa, mas que ao mesmo tempo nos implica a visão de um mundo homogêneo sem o aprofundamento de suas diferenças locais tão enraizadas. A segunda parte seria o mundo tal como ele é, ou a globalização como perversidade, este conceito esclarecido pelo autor, nos apresenta a perversidade sistêmica da humanidade com uma adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atuam sobre as ações hegemônicas da sociedade. Para Milton Santos (2001) estes dois mundos representam a fragmentação de um discurso único na percepção de uma produção econômica com inúmeras implicações nas visões históricas contemporâneas, na cultura de massa e no mercado global.

Portanto, a terceira parte ou o mundo como ele pode ser, é descrito por Milton Santos (2001) como uma outra globalização, ou seja, aquele designado a produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa ou um grande relato, sendo ela designada pela visão da enorme mistura de povos, raças, culturas e gostos em detrimento do racionalismo eurocêntrico. Para o autor, este novo discurso ganharia relevância pelo fato do homem constatar a existência de uma universalidade empírica.

Martín-Barbero (2009) por sua vez, sugere que a partir da globalização, com uma estrutura econômica capitalista dimensionando uma proposta cultural pela sedução tecnológica e incitação ao consumo, homogeneizou-se os estilos de vida desejáveis capazes de banir o regional, o local e nacional para algo defasado, ultrapassado ou de menor valor, incorporando nesta lógica, conteúdos sociais a partir da cultura do espetáculo pela visibilidade e legitimidade.

Estas características estão também sobre a formação de uma notícia, ou seja os critérios de noticiabilidade, o que se pode chamar de valores-notícia. Motta (2002) orienta estes critérios sobre aquilo que será selecionado ou destacado como notícia, neste sentido, para que um determinado fato seja noticiado, deve-se apresentar seus níveis de impacto, proximidade com o público, envolvimento, novidade e interesse. Esses valores também se operam sobre as práticas profissionais das redações, sugerindo o que será escolhido, omitido e realçado.

Carvalho (2010) argumenta que a maneira de afetar também se difere da experiência daqueles que vivenciam o acontecimento como parte da vida coletiva, onde nem todos terão uma mesma experiência sobre um mesmo fato. Assim, o acontecimento possui também uma lógica hermenêutica de interpretar os diversos eventos noticiados.

Se a mídia destaca e determina os aspectos para o público, o público, então, passa a contribuir quanto à relevância do acontecimento a partir do consumo da notícia, por essa premissa, estudada inicialmente por Lippmann (1992) e destacada como a teoria do agendamento por McCombs (2009), considera que as preocupações da agenda pública são tratadas em uma realidade secundária, uma realidade construída e estruturada pelos relatos jornalísticos que destacam determinados eventos e situações focando a nossa atenção e influenciando nas percepções daquilo que se torna mais importante no momento.

Por essa concepção, os veículos noticiosos são nossas janelas para entender e compreender o mundo além de nossa experiência direta, determinam nossos mapas cognitivos daquele mundo específico, em que a opinião pública responde sobre este pseudoambiente construído pela mídia (McCombs, 2009).

A relação existente entre a organização do mundo a partir da audiência e através do agendamento nos auxilia a compreender sobre o conceito de enquadramento noticioso ou enquadramento midiático, que possui como princípios a seleção, ênfase e exclusão de determinados temas usados nas rotinas jornalísticas como forma de organizar os discursos. Assim, a recepção da notícia se baseia nos enquadramentos e também em questões culturais, experiências subjetivas e o grau de exposição aos meios de comunicação, aspectos que permeiam a formação da opinião pública e a construção de sentido.

O sociólogo Erving Goffman (1974) foi um dos primeiros a articularem o conceito baseado nos trabalhos de Gregory Bateson, partindo para uma análise mais sistemática do que seriam os enquadramentos. Vimieiro (2010) compreende os enquadramentos a partir dos estudos de Goffman (1974) baseado em uma organização da realidade, permitindo rotular um número infinito de ocorrências concretas, sendo possível, assim, o indivíduo se orientar, identificar e perceber diversas situações sociais. Portanto, enquadrar estaria no ato e na maneira de organizar o entendimento do mundo.

A mídia, ao manifestar sua representação da realidade, optando por certas palavras-chave ou escolhas de imagens, reforça uma alternativa de elementos a partir do enquadramento, dando que desencadeia sentimentos e percepções diferentes sobre um tema agendado e uma notícia relacionada. Assim, o enquadramento noticioso estaria sobre a organização do discurso de um tema pela mídia, um modelo de interpretação e seleção sobre o que será destacado ou excluído combinando com o que entendemos no mundo: nossas janelas interpretativas.

A temática ambiental na mídia em um contexto de crise

A maneira como a temática ambiental começa a ganhar relevância pelos meios de comunicação tem como principal porta de entrada a imagem que garante o impacto ao público, como os desastres e catástrofes. Essa concepção, no entanto, tem uma relação direta com os aspectos nos quais sucedem os maiores impactos ambientais noticiados pela mídia, ou seja, as forças econômicas, políticas e sociais (López, 1999 apud Amaral, 2014).

Os estudos de Amaral (2010) contextualizam os enquadramentos que envolvem a natureza sobre uma modificação ao passar do tempo, onde as grandes narrativas dos desastres estiveram sobre a concepção de uma natureza imprevisível e fatal, desconsiderando as interferências humanas, passíveis de se incluir a injustiça, os culpados e as falhas de setores públicos e privados.

Para Vaz e Rony (2011) catástrofes ambientais estiveram sobre uma narrativa do desvendar os sofrimentos, concentrados na audiência que se gera. A representação

de vítimas esteve em um primeiro momento na despersonalização, marcado pelo número de corpos e revelando o sofrimento através de uma distância de realidade. Logo, a partir das décadas a ênfase sobre os sobreviventes passaram a ser dimensionados pelo heroísmo e pela sobrevivência apesar de condições desumanas e se tornando uma característica presente pela mídia ao noticiar desastres ambientais. Para os autores, a figura da vítima reveste sobre uma retórica dos maiores detalhes da vida pessoal capaz de se construir uma identificação com a audiência e constituir a indignação.

Um acontecimento catastrófico passa pelo discurso jornalístico a uma medida de organização do caos e com a finalidade de dar sentido ao ocorrido. Amaral (2015) salienta que a cobertura de casos sobre desastres ambientais começa bruto, como uma ruptura do cotidiano vivido, passando a se delinear a partir do destrinchar do ocorrido, buscando respostas e justificações sobre o que seria possível ter acontecido, empregando nestas narrativas, outras áreas capazes de explicar e medir o fato. Para a autora, a última etapa desta cobertura jornalística estaria na estabilidade do discurso a uma superação, o início de uma recuperação e os relatos emocionais na reconstituição do fato e na contabilização de vítimas.

Para Bueno (2018) a espetacularização das notícias referente a desastres se sobressaem a uma dramaturgia do fato por interesses políticos e empresariais que governam a mídia a um desejo de ocultar as responsabilidades concretas e transformar, dos riscos ao caos, em uma responsabilidade de ninguém. Nesse sentido, as circunstâncias estariam, no sentido midiático, a causas naturais, omitindo a ação humana e a ausência de uma gestão preventiva de gestão de riscos.

Desastres e catástrofes estariam também sobre a ênfase dos processos de midiática que emergem sobre o relato da experiência imediata, ao tom do ao vivo e do compasso do minuto a minuto, provocando um sentimento de catarse pela audiência ao experimentar as emoções transmitidas, mesmo não estando no local (Amaral e Ascêncio, 2016).

Os estudos de Amaral (2010; 2014; 2015) consideram essas características sobre os enquadramentos midiáticos referidos a temática ambiental, principalmente sobre acontecimentos catastróficos, a uma relação estruturada por aspectos econômicos, políticos e sociais que acabam por silenciar os atingidos, com maior ênfase a aspectos gerenciais e de explicação dos fatos. Essas descrições dos acontecimentos, acabam por ser exaustivas e apresentar um roteiro dramático capaz de naturalizar o caso a um mero destino humano, com uma tendência ao catastrofismo, o sensacionalismo, invisibilizando vítimas e depurando as responsabilidades.

Após o ano de 2015, marcado pela repercussão midiática dada pelo rompimento da barragem do Córrego do Fundão, na região de Mariana - MG, novamente, pouco menos de três anos depois, o noticiário inflamou-se sobre mais um rompimento de barragem no quadrilátero ferrífero. Desta vez, a barragem de minério de ferro do Córrego do Feijão, pertencente à empresa Vale S.A, se rompeu no dia 25 de janeiro de 2019, deixando até o momento, 259 pessoas mortas e soterradas pela lama de rejeito com 11 desaparecidos⁷, além de impactos sobre comunidades e ecossistemas da Bacia do Rio Paraopeba.

A compreensão e o olhar midiático sobre este acontecimento tornam-se necessários, principalmente pelo entendimento do uso das fontes jornalísticas capazes de expor

⁷ G1 Minas (2019). “Brumadinho: mais duas vítimas do rompimento da barragem da Vale são identificadas”. In: *Portal G1*. Belo Horizonte. 28 de dezembro. Recuperado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/12/28/brumadinho-mais-duas-vitimas-do-rompimento-da-barragem-da-vale-sao-identificadas.ghtml>.

diferentes posições, uma estruturação social sobre quem fala e como se fala e manifestar a partir de elementos da enunciação dos desastres, os interesses políticos e econômicos imersos.

Sendo assim, os estudos de Amaral (2015) sobre os usos das fontes e as atribuições dadas a elas, transpõem também um significado simbólico, sendo essas nossas categorias para analisar a cobertura noticiosa dado ao rompimento da barragem de minério de ferro do Córrego do Feijão em 2019.

Quanto vale a vida? o rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho – Minas Gerais

A sirene mais uma vez não tocou⁸ quando a barragem I do complexo Paraopeba II, que incluía a Mina do Córrego do Feijão, pertencente à empresa Vale S.A (Milanez et al., 2019) se rompeu na região de Brumadinho – MG no dia 25 de janeiro de 2019. A estrutura possuía aproximadamente 85 metros de altura, com a capacidade de disposição de 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério (Gonçalves, 2019). A destruição prosseguiu por 245 km, até o Rio Paraopeba, alcançando a barragem da usina Retiro Baixo, com impacto em 18 municípios ao longo do percurso e quase 1 milhão de pessoas afetadas pelo abastecimento hídrico na região. Com a força da lama foram destruídas pousadas, propriedades rurais, pontes e instalações de energia (ibid.). A sede administrativa da Vale, onde mais de 200 funcionários em horário de almoço se encontravam, foi completamente soterrada⁹.

As imagens no noticiário chegavam minuto a minuto, bombeiros em helicópteros regatando vítimas, a aflição de familiares em busca de notícias, o cenário das paisagens destruídas (Gonçalves, 2019). O despreparo profissional de alguns jornalistas ao noticiar informações do caso, com demonstrações de descontração e bom humor (O Estado de S. Paulo, 2019) e a inconveniência ao buscar informações entre parentes e familiares de desaparecidos (Catraca Livre, 2019) causou incômodo e críticas em redes sociais.

Até dezembro de 2019 foram localizados 259 corpos de vítimas soterradas pelos rejeitos, e o Corpo de Bombeiros ainda trabalha na busca de 11 desaparecidos¹⁰. A corporação, que ao passar de nove meses do rompimento de barragem ainda mantém seu trabalho de busca, está com sua capacidade reduzida, os 64 cães farejadores disponíveis do Brasil e utilizados na localização das vítimas tiveram a saúde afetada por exposição ao material presente na lama (Parreiras, 2019). Casos de concentração de alumínio e cobre também foram encontrados em bombeiros que trabalham nas buscas (Sudré, 2019) além de sintomas de contaminação como náuseas e vômitos (Souza, 2019).

8 Passarinho, N. (2019). “Brumadinho: 'Pensei que aprenderiam a lição': a história da 'sirene humana' que salvou centenas de vidas em Mariana”. In: *BBC*. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47129648>.

9 Mazzoco, H.; Coura, P. (2019). “Lama pode ter deslocado refeitório da Vale, dizem Bombeiros”. In: *O Tempo*. Belo Horizonte. 27 jan.. Recuperado de: <https://www.otempo.com.br/cidades/lama-pode-terdeslocado-refeitorio-da-vale-dizem-bombeiros-1.2127898>.

10 Linhares, C. (2020). “Um ano após tragédia, bombeiros ainda peneiram lama em Brumadinho”. In: *Folha de S. Paulo*. 18 jan. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/um-ano-apos-tragedia-bombeiros-ainda-peneram-lama-em-brumadinho.shtml>.

Narrativas de que uma explosão poderia ter contribuído para que a barragem ruísse começaram a repercutir (Canofre, 2019). Muitas notícias falsas circularam, especialmente em grupos de *WhatsApp*. Misturados à falta de informação, foram divulgados alertas de localização de desaparecidos, possíveis causas do rompimento e imagens de outros locais, prejudicando a busca por pessoas desaparecidas (G1 Minas, 2019).

A primeira nota publicada pela empresa Vale S.A., logo após o rompimento, trata da "prioridade de preservar e proteger a vida de empregados e de integrantes da comunidade" (Vale S.A, 2019, p. 35). No mesmo dia, comunicou-se a criação de um Comitê de Ajuda Humanitária, composta por assistentes sociais e psicológicos, além de publicar um "compromisso com levantamento e compartilhamento de informações" aos órgãos públicos (Vale S.A., 2019:34).

O Estado, por sua vez, criou uma força-tarefa e um gabinete de crise, com a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, Policiais Militares e socorristas (Alves, 2019). Já o Governo Federal buscou ajuda das tropas Israelenses; com o apoio governo de Minas Gerais, as tropas ficaram no Brasil menos de uma semana, causando estranheza sobre a sua atuação e a real intenção frente ao caso que ganhou grande repercussão mundial (Toledo, 2019), as próprias Forças Armadas Brasileiras não foram levadas em consideração na ajuda de busca por sobreviventes (Misleh, 2019).

Outro anúncio realizado em coletiva de imprensa pelo presidente da Vale, no dia 29 de janeiro de 2019, como "resposta cabal à altura da enorme tragédia que tivemos em Brumadinho" foi a eliminação de barragens em Minas Gerais (Agência Brasil, 2019, recurso online). O impacto da sua declaração levou ao aumento do preço do minério na bolsa de valores, atingido os maiores preços dos últimos 17 meses. No terceiro trimestre do mesmo ano do desastre em Brumadinho, a empresa registrou lucro líquido de R\$6,5 bilhões de reais (G1, 2019).

Sobre os danos causados à população, um relatório publicado pela Fiocruz (2019) argumenta que, entre as perdas humanas, socioeconômicas e ambientais o desastre pode causar impactos imediatos à saúde dos atingidos com efeitos de curto em longo prazo e se estendendo por centenas de quilômetros da área de origem. As alterações no ecossistema elevam a incidência de transmissão de doenças, efeitos traumáticos como depressão e ansiedade e doenças crônicas, como infecções respiratórias, cardiovasculares, hipertensão e diabetes:

[...] Além do impacto imediato nas áreas próximas à área de mineração, podem ser previstas alterações nas condições de vida, de acesso a serviços de saúde e dos ecossistemas que produzem condições para a transmissão de doenças infecciosas. A ampliação da incidência de doenças pré-existentes na região, como a febre amarela, diarreias e esquistossomose pode ser uma consequência do desastre a médio prazo [sic]. Além disso, o contato com a lama e água pode gerar casos de leptospirose. (Fiocruz, 2019:[10])

Entre os familiares das vítimas e moradores da região, Brumadinho apresenta um aumento significativo de adoecimento psicológico com o crescimento de 80% no uso de ansiolíticos e 60% de antidepressivos e com um significativo acréscimo no número de tentativas de suicídio (Freitas et al., 2019).

Após dez meses do acontecimento, pouco tem se explorado sobre os danos e consequências causados pelo rompimento na mídia. O jornalismo deu lugar às histórias individuais e aos dramas pessoais (Intervozes, 2019). Podendo ser considerado um dos maiores crimes socioambientais envolvendo mortes e danos aos

trabalhadores, suas vítimas se estendem entre funcionários da Vale e terceirizados, revelando uma precarização trabalhista no setor mineiro (Gomes, 2019).

A partir dessa contextualização sobre o caso, passaremos a descrever a metodologia da análise de conteúdo e a identificação das categorias sobre as notícias vinculadas no portal do jornal *O Tempo* durante a primeira semana após o rompimento da barragem.

Metodologia: análise de conteúdo e a categorização das fontes jornalísticas

A análise de conteúdo é definida por Bardin (2008) como um conjunto de técnicas, um instrumento capaz de ser adaptável a diferentes campos de aplicação, inclusive na análise comunicacional. Esta metodologia manifesta-se primeiramente aos conceitos linguísticos e, com o tempo, passou a tomar caminhos distintos, tendo sido bastante difundida na utilização de uma análise pragmática das ciências políticas e logo na compreensão das concepções de presença e exclusão de palavras e temas nos aspectos das teorias comunicacionais formulados por Lasswell (quem diz o que? Por que meios? E com que efeito?) e Lazarsfeld (opinião pública). Muitas contribuições de diferentes áreas foram utilizadas pela análise de conteúdo, como na etnologia, na história, na psiquiatria e psicologia (Bardin, 2008).

Um dos aspectos principais da utilização da análise de conteúdo é a sua função de busca e identificação das inferências, ou seja, as frequências do aparecimento de um determinado tema, um aspecto de identificação ou palavra. Por essas variáveis contáveis torna-se possível identificar as causas e os efeitos de, por exemplo, uma fonte ganhar mais notoriedade midiática em detrimento do silenciamento de outras fontes. Para tanto, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2008) dedica-se a interpretar o objeto de estudo a partir de métodos empíricos divididos em três fases principais: (1) a pré-análise do material escolhido; (2) a exploração do material; (3) o tratamento dos resultados.

A pré-análise do material constou da escolha e organização dos dados a serem explorados, no caso desde artigo, organizamos as reportagens contidas no portal do Jornal *O Tempo* com um recorte temporal de sete dias sobre as seguintes palavras-chave: "tragédia Brumadinho" e "barragem Brumadinho". Foram selecionadas portanto, 552 reportagens.

Com as operações da pré-análise definidas, aplicamos a segunda etapa da metodologia, a exploração do material, sistematizando as reportagens coletadas de acordo com as datas de publicação, títulos, hora de publicação, autores, subtítulo, antetítulo e link de acesso.

Para o tratamento dos resultados e interpretações, utilizamos das contagens e operações estatísticas simples com uso de gráficos e porcentagem de cada categorização definida.

A categorização por fonte proposta por Amaral (2015) foi escolhida justamente por evidenciar o jogo de forças e de legitimidade das estruturas sociais expostas após um desastre socioambiental. É a partir dessa construção do acontecimento midiático sobre quais vozes foram utilizadas na cobertura do rompimento da barragem que podemos dimensionar as particularidades da composição narrativa sobre a empresa, o poder público e os atingidos.

A autora organiza três tipos de fontes utilizadas na cobertura de desastres ambientais, sendo as fontes autorizadas, as fontes *expert* e as fontes testemunhais. Em sua definição, as fontes autorizadas são aquelas de posições institucionais,

políticas e organizacionais que passam “maior credibilidade” diante do momento de crise, estas fontes teriam preferência jornalística por serem consideradas “oficiais”. São, portanto, as fontes autorizadas a falar, mas que muitas vezes se retiram da responsabilidade sobre o fato. As fontes experts são definidas como as fontes que possuem conhecimento especializado e competência científica, traduzem a explicação dos acontecimentos para a compreensão do fato, podem demonstrar críticas a autoridades e responsáveis, como também não necessariamente necessitam se posicionar. As fontes testemunhais são aquelas que traduzem suas experiências sobre o ocorrido, participam como um espectador convocando o efeito do real, são os contextualizadores do acontecimento, repassam o sentimento vivido e muitas vezes são utilizados de maneira a dramatizar o fato, retirando dessas vozes as posturas de declarações que invocam a oposição, a explicação, a revolta e a resistência (Amaral, 2015).

Para este trabalho, organizamos as fontes entre as categorias exemplificadas acima de acordo com as reportagens coletadas, como:

- Fontes autorizadas: poder público (Legislativo; Executivo e Judiciário), União, Estados e Municípios, empresa de mineração envolvida, executivos, corporações de segurança pública e seus representantes, agentes políticos, servidores públicos e militares, instituições públicas e privadas, representantes políticos, religiosos e celebridades.
- Fontes especializadas (*experts*): Professores, cientistas, ambientalistas, ONG's, instituições de ensino e pesquisa.
- Fontes testemunhais: Associações e sindicatos, familiares de vítimas, vítimas, população atingida, moradores das regiões impactadas, voluntários.
- Fontes anônimas: fontes anônimas ou não identificadas.

Análise: os enquadramentos de uma tragédia anunciada

De acordo com as classificações citadas a cima, foram coletadas no total 522 reportagens referentes ao rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho-MG, publicadas no período entre os dias 25 a 31 de janeiro de 2019 no portal online do jornal *O Tempo*. De acordo com as fontes utilizadas chegamos aos seguintes números: 368 reportagens com uso de fontes autorizadas; 23 reportagens com fontes especializadas; 219 notícias com fontes testemunhais e 02 reportagens com fontes anônimas ou não identificadas. Abaixo a tabela ilustra de maneira quantitativa o número da utilização de cada fonte por cada dia de cobertura midiática:

Tabela 1 - Fontes utilizadas nas reportagens sobre o rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho - MG

ANÁLISE QUANTITATIVA - JORNAL O TEMPO PORTAL ONLINE								
Período de Análise	25/01/2019	26/01/2019	27/01/2019	28/01/2019	29/01/2019	30/01/2019	31/01/2019	Total
Fontes autorizadas	49	49	42	62	66	46	54	368
Fontes especialistas	2	3	1	4	6	5	2	23
Fontes testemunhas	16	20	25	17	17	17	17	129
anônimo/não identificado	1	0	0	0	0	1	0	2
Número de Reportagens	68	72	68	83	89	69	73	522

Fonte: elaborado pela autora (2020)

A cobertura midiática do rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho - MG apresentou um grande número de notícias em um tempo muito curto, sendo que a cada dia cerca de mais de 60 notícias eram veiculadas pelo portal. Uns dos processos identificados para o encontro deste grande número de reportagens foi a constante midiatização do fato a partir da experiência imediata, como descrito por Amaral e Ascêncio (2016), ao tom do *ao vivo*, da exclusividade sobre uma nova catástrofe. Essa característica, de certo modo, carrega muita informação em pouco tempo, priorizando a dramatização e utilizando a síntese da fatalidade, esvaziando a construção de características marcantes sobre as causas e consequências de mais um desastre relacionado à mineração, com expressivo número de vítimas.

No total de uma semana, o uso das fontes autorizadas corresponderam a 71% das reportagens, corroborando mais uma vez as evidências descritas por Amaral (2015), sobre a maior procura por este tipo de fonte em momentos de cobertura como o de desastres. As características marcantes das reportagens analisadas visaram informar e desmentir boatos com um protagonismo maior sobre as ações governamentais de prestação de socorro. Dois momentos corresponderam à sua maior incidência neste período de análise: o atendimento do Corpo de Bombeiros em coletivas de imprensa, destacando a figura do porta-voz da corporação, tenente Pedro Aihara, que ganhou certa notoriedade, e o anúncio do Governo Federal sobre a vinda das tropas Israelenses para Brumadinho - MG. Esse atributo pode se relacionar à instância da celebridade descrita por McCombs (2009) sobre a Teoria do Agendamento, o que provoca não necessariamente informações sobre o caso, mas sim sobre uma atribuição de status com crescente atenção da mídia a um indivíduo.

Encontram-se também sobre esta categoria das fontes autorizadas, uma relação de denúncia à Vale S.A repercutidas pelos crimes como falsidade ideológica e negligência, ocorrendo também, durante a semana de análise, a prisão temporária de funcionários responsáveis pelo licenciamento do empreendimento em Brumadinho - MG, além dos engenheiros terceirizados que atestaram a estabilidade da barragem. Enquadram-se nessa categoria as notícias sobre a divulgação dos danos causados, muitas vezes comparados a Mariana - MG, referindo-se mais à "maior perda humana" do que à "perda ambiental", além de valores de multas; exposição e sofrimento de animais na lama; e o risco de um possível novo rompimento de barragem.

As fontes autorizadas também estiveram sobre o viés dos religiosos, celebridades e poder público associando-se a solidariedade. Algumas reportagens se enquadraram nesta categoria sobre a justificativa de algo "positivo", principalmente pela vinda das tropas israelenses, favorecendo a efetividade do uso de suas tecnologias ao relatar o encontro de corpos. Neste sentido, a demonstração das ações por fontes autorizadas estiveram também sobre uma produção de narrativas em referências positivas, mesmo após um acontecimento tão dramático, ao tom da superação, do "reagir bem" sobre o acontecimento.

É interessante ressaltar que muitas vezes a própria Vale S.A esteve como fonte, incorporando aos enquadramentos noticiosos a ênfase sobre suas ações de

contingência em resposta ao desastre, divulgando o comitê de ajuda humanitária com atuação dos próprios funcionários que estiveram como "voluntários" no atendimento às pessoas atingidas. Estão, nessa categoria, notícias sobre a não necessidade de doações pela comunidade, em contrapartida à divulgação de uma "doação" monetária pela Vale às famílias e parentes das vítimas. O comprometimento da empresa, o preparo das instituições em resposta ao rompimento como um "protocolo de catástrofe" e a resposta do mercado financeiro. A narrativa da inculpabilidade, como um acontecimento inevitável a ser superado, esteve presente.

As fontes especializadas estiveram sobre um enquadramento de apresentação sobre denúncia e demonstração do tamanho do dano socioambiental causado. Se estende sobre o uso de fontes especialista a apresentação de um posicionamento sobre o impacto econômico que a paralisação da Vale proporcionaria ao município, o país e o mercado financeiro. Este argumento reforça a dependência econômica do setor e diminui a percepção sobre a cruel realidade que o desastre proporcionou.

As fontes testemunhais, somando-se sobre 25% do total das reportagens analisadas, compreenderam a forte exposição dos familiares e parentes de vítimas desaparecidas no rompimento da barragem. A espetacularização midiática sobre o desespero, a falta de informação, e a busca por notícias se fez muito mais presente. Uma reportagem em particular chama atenção, pois implica a denúncia de uma orientação da empresa para que familiares das vítimas e funcionários evitem opinarem publicamente sobre a tragédia¹¹.

Concordando com Vaz e Rony (2011), como evidenciado no capítulo anterior, a narrativa exposta sobre o sofrimento dos familiares, presente em grande parte das reportagens com uso de fontes testemunhais, esteve nas imagens repercutidas sobre a busca por corpos, a contagem do número de mortos superando o de desaparecidos e principalmente sobre a primeira imagem repercutida nos canais midiáticos sobre o acontecimento: o resgate de uma adolescente no helicóptero do Corpo de Bombeiros¹².

As fontes testemunhais se concentraram também sobre a esperança, os reencontros e as referências religiosas como a fé, orações e milagres. Uma possibilidade de superação, onde até o reconhecimento de corpos estava sobre o "fim de uma angústia".

Segundo Vaz e Rony (2011), essa identificação da audiência com os detalhes da vida pessoal de cada vítima aquece a construção de uma indignação generalizada, ao mesmo tempo esvaziada pela rotina comum e segura desta própria audiência, estando presente na mídia a retórica do heroísmo e da sobrevivência em condições desumanas, uma ideia do sacrifício pelo bem comum que ao mesmo tempo é individualizado. Um exemplo está na reportagem sobre a adolescente resgatada no helicóptero do Corpo de Bombeiros, em que a notícia destaca: “Apesar de ter

11 Nogueira, M.; Fontes, L. (2019). “Parentes de funcionários afirmam que Vale deu ordem de silêncio”. In: *O Tempo*. Recuperado de: <https://www.otempo.com.br/cidades/parentes-de-funcionarios-afirmam-que-vale-deu-ordem-de-silencio1.2129748>.

12 Ferreira, P. (2019). “Vítima de Brumadinho resgatada da lama por helicóptero tem 15 anos”. In: *O Tempo*. Recuperado de: <https://www.otempo.com.br/cidades/vitima-de-brumadinho-resgatada-da-lama-por-helicoptero-tem-15-anos-1.2127299>.

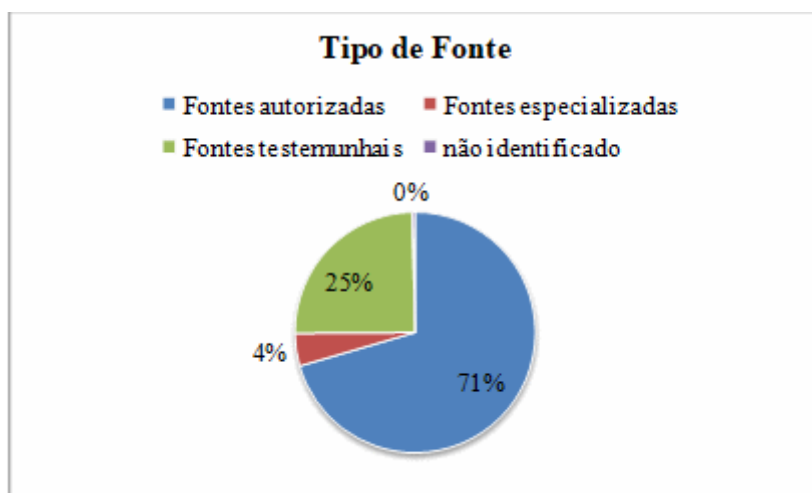
fraturado a bacia e uma perna, e estar bastante machucada, Talita está levando tudo na esportiva”¹³.

Foi possível identificar o uso de fontes testemunhais, representado pelo sindicato dos trabalhadores, ao descrever a insegurança que a paralisação das unidades da Vale S.A impactaria na geração de empregos. Mais uma vez, a escolha da narrativa que evidencia o aspecto econômico sobrepondo a dimensão das causas e perdas geradas pelo rompimento e pelo risco de outros rompimentos aos trabalhadores.

O uso de fonte anônima foi identificado em duas reportagens, relacionada à constatação da ineficiência da equipe israelense em Brumadinho - MG, gerando um novo foco de atenção; e outra identificada em exclusividade pelo Jornal *O Tempo* proferindo uma denúncia contra a Vale S.A, a partir de documentos que rebaixavam a categoria da barragem rompida para a liberação de licenças.

A seguir apresentamos o gráfico com as porcentagens da contabilização total do uso de fontes pela cobertura midiática indicada:

Gráfico 1 - Utilização de fontes na cobertura noticiosa do rompimento da barragem do Córrego do Feijão pelo jornal *O Tempo*.



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Considerações finais

Esse levantamento reitera outros estudos sobre a temática ambiental na mídia, reforçando o quanto casos como desastres e catástrofes são a porta de entrada para que o meio ambiente seja pautado, mas, ao mesmo tempo, por meio de uma narrativa em que a espetacularização do drama, das dores e das perdas são as principais estratégias. Essa escolha acaba por, simbolicamente, evidenciar projeções simplificadoras sobre as populações atingidas, com as narrativas da superação, do heroísmo e de aspectos religiosos silenciando debates talvez mais necessários (como o do risco exposto e da vulnerabilidade).

O rompimento da barragem da Vale S.A na região de Brumadinho - MG no ano de 2019, esteve sobre a ótica das intrínsecas relações existentes entre os meios de comunicação hegemônicos e os poderes empresariais, o acontecimento apresentou,

13 Ferreira, P.(2019). “Adolescente resgatada por helicóptero diz que ficou à espera da morte”. In: *O Tempo*. Recuperado de: <https://www.otempo.com.br/cidades/adolescente-resgatada-porhelicoptero-diz-que-ficou-a-espera-da-morte-1.2127395>.

em grande parte, um enquadramento jornalístico pela ótica do inevitável a algo que deve ser superado, em busca de denominar quem era os responsáveis e outras possíveis causas. Denotando ainda, o aspecto da relevância econômica do setor mineral para a região.

A cobertura midiática sobre o rompimento da barragem em Brumadinho - MG obteve um número expressivo de notícias, estando sobre o imediatismo, o minuto a minuto, a repercussão em outros canais midiáticos, vídeos em aplicativos e redes sociais. Da mesma forma, a grande maioria das notícias centrou-se nas fontes autorizadas, com maior protagonismo das ações do governo, do trabalho do Corpo de Bombeiros, e de coletivas de imprensa promovidas pela Vale S.A., repassando inicialmente uma ideia de “tudo estar sob controle”. A cobertura midiática sobre Brumadinho - MG perdeu-se em muitos momentos no foco do problema, as notícias passaram a envolver questões como a vida particular do porta-voz dos Bombeiros e até mesmo as justificativas sobre a atuação das tropas israelenses no Brasil.

Mesmo se relacionando a um grande número de reportagens em apenas uma semana, a repercussão do rompimento da barragem do Córrego do Feijão silenciou-se muito mais rápido. Casos que envolvem barragens de mineração se voltaram para a iminência de novos riscos de outras barragens se romperem. Questões como essas ressurgem a partir de uma possível naturalização do problema, onde, ao noticiar constantes rompimentos de barragens, o fato se encontraria sob um critério de noticiabilidade, ao depender do tamanho do dano e número de mortos, superando-se um ao outro cada vez mais. Empresas de mineração podem também passar a justificar possíveis riscos para retirada da população para uso de seus territórios.

A pauta ambiental, portanto, identifica-se a partir de forças discursivas erguidas a interesses privados, que condicionam ações pragmáticas sobre o meio ambiente principalmente em um contexto catastrófico. Em momentos de crise, o risco e o medo produzem nesses discursos questões positivas como a solidariedade e a superação, ao mesmo tempo em que silenciam as injustiças e desigualdades socioambientais por trás das tragédias.

Sendo assim, as narrativas do setor mineral sob a ótica do meio ambiente se reproduzem sobre a revelação de processos institucionais materializados em um jogo de linguagens e anunciados a partir de um desastre ou catástrofe, abrindo novas perspectivas para questões a serem desenvolvidas adiante, principalmente sobre a importância de se fomentar novos espaços de intervenção crítica e socialmente salientados pela cultura local, na busca pelo reconhecimento dos atingidos e no resgate da comunidade para o seu agir político.

Referências

Agência Brasil. (2019). “Vale anuncia que vai fechar 10 barragens semelhantes à de Brumadinho”. Recuperado de:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/vale-anuncia-que-vai-fechar10-barragens-semelhantes-de-brumadinho>

Alves, F. “Autoridades traçam estratégias para as buscas em Brumadinho”. Belo Horizonte: *O Tempo*. Recuperado de:
<https://www.otempo.com.br/cidades/autoridades-tracam-estrategias-para-as-buscas-embrumadinho-1.2127165>

Amaral, M. F. et al. (2010). « Modos de endereçar a tragédia: indignação, testemunho e piedade”. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p.01-15, dez. Recuperado de: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20921>.

- Amaral, M. F. (2015). “Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes”. São Paulo: *Líbero*, v. 18, n. 36, p.43-54, dez. Recuperado de: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/19>
- _____ (2014). “Las catástrofes en la revista semanales brasileñas: evidencias y silenciamientos”. In: *VI CONGRESO INTERNACIONAL LATINA DE COMUNICACIÓN SOCIAL*, San Cristóbal de La Laguna. Anais... . VI CICS, 2014. V.6, p.1 -21. Recuperado de: http://www.revistalatinacs.org/14SLCS/2014_actas/014_Franz.pdf .
- Amaral, M. F.; Ascêncio, C. L. (2016). “Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia”. Chasqui: *Revista Latinoamericana de Comunicación*, Equador, n. 130, p.243-258, dez. 2016. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5792115>.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: 70.
- Bueno, W. da C. (2018). “Gestão da Comunicação em desastres ambientais: conflitos de interesse, de práticas e de discursos”. Palmas: *Revista Observatório*, v. 4, n. 2, p.539-569, jun. 2018. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n2p539>.
- Canofre, F. (2019). “Polícias investigam se explosão contribuiu para rompimento de barragem em Minas Gerais”. *Jornal Folha de S.Paulo*. São Paulo. 25 jun. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/policias-investigam-se-explosaocontribuiu-para-rompimento-de-barragem-em-MG.shtml>
- Carvalho, C. A. (2010). “Premissas para o tratamento teórico-metodológico do acontecimento apanhado pela trama noticiosa”. In: BRAGA, José Luiz et al (Org.). *Pesquisa empírica em Comunicação*. São Paulo: Paulus, COMPÓS.
- Catraca Livre. “Repórter da Globo faz cobertura inconveniente sobre Brumadinho”. Recuperado de: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/reporter-da-globo-faz-cobertura-inconveniente-sobre-brumadinho/>
- Ferreira, P. (2019). “Vítima de Brumadinho resgatada da lama por helicóptero tem 15 anos”. In: *O Tempo*. Recuperado de: <https://www.otempo.com.br/cidades/vitima-de-brumadinho-resgatada-da-lama-por-helicoptero-tem-15-anos-1.2127299>.
- Ferreira, P.(2019). “Adolescente resgatada por helicóptero diz que ficou à espera da morte”. In: *O Tempo*. Recuperado de: <https://www.otempo.com.br/cidades/adolescente-resgatada-por-helicoptero-diz-que-ficou-a-espera-da-morte-1.2127395>.
- Fiocruz. (2019). “Avaliação dos impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG)”. [S.l]: Fundação Oswaldo Cruz (fiocruz), 16 p. Recuperado de: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relat%C3%B3rio_Brumadinho_impact_o_saúde_01_fev_b.pdf.
- Freitas, R. et al. (2019). “Brumadinho: Famílias de desaparecidos vivem angústia e ansiedade à espera da localização de vítimas 6 meses após desastre.” Recuperado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/07/22/brumadinho-familias-dedesaparecidos-vivem-angustia-e-ansiedade-ha-6-meses-a-espera-da-localizacao-dasvitas.ghtml?fbclid=IwAR2aaTrrNdCoDaW6N2G4nfY6oCnKeuLhofhDWnuMRZxh0386cktHWanEXEQ>.

G1 Minas. (2019). “Notícias falsas prejudicam trabalho de busca às vítimas em Brumadinho, diz bombeiro”. Recuperado de:
<https://g1.globo.com/mg/minasgerais/noticia/2019/01/31/noticias-falsas-prejudicam-trabalho-de-busca-as-vitimas-embrumadinho-diz-bombeiro.ghtml>.

G1. (2019). “Vale reverte prejuízo e tem lucro de R\$ 6,5 bilhões no terceiro trimestre”. Recuperado de:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/24/vale-tem-lucro-de-r65-bilhoes-no-terceiro-trimestre.ghtml?fbclid=IwAROPGf96zVF1TGu5-7cwPLD1J7MTJ_Mpm6-7etd1yzHVomR5d3VZ_9Jso4.

Goffman, E. (1974). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.

Gomes, A. (2019). “Rompimento em Brumadinho foi o maior acidente de trabalho do país”. Recuperado de:
<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/24/rompimento-embrumadinho-foi-o-maior-acidente-de-trabalho-do-pais/>.

Gonçalves, R. F. (2019). “Feridas abertas na terra: o desastre da mineração em Brumadinho/MG”. Recuperado de
<http://www.ufjf.br/poemas/files/2019/04/Gonçalves-2019-Feridas-abertas-na-terra.pdf>.

Intervezes. “A tragédia socioambiental de Brumadinho segue pouco falada”. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/a-tragediasocioambiental-de-brumadinho-segue-pouco-falada/>.

Linhares, C.(2020). “Um ano após tragédia, bombeiros ainda peneiram lama em Brumadinho”. In: Folha de S. Paulo. 18 jan. Recuperado de:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/um-ano-apos-tragedia-bombeiros-ainda-peneram-lama-em-brumadinho.shtml>.

Lippmann, W (1992). *The phantom public*. New Brunswick London: Transaction Publishers.

Martín-Barbeiro, J. (2009). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 6. ed.

Mazzoco, H.; Coura, P. (2019). “Lama pode ter deslocado refeitório da Vale, dizem Bombeiros”. In: Belo Horizonte: *O Tempo*. 27 jan. 2019. Recuperado de:
<https://www.otempo.com.br/cidades/lama-pode-terdeslocado-refeitório-da-vale-dizem-bombeiros-1.2127898>.

McCombs, M.(2009). *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes

Milanez, B. et al. (2019). “Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Sumário Executivo”. Brasília: Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (poemas), 2019. 11 p. Recuperado de:
<http://www.ufjf.br/poemas/files/2019/04/Minasnão-há-mais-sumário-executivo-final.pdf>.

Misleh, S. A. (2019). “Lava Ajuda” de Israel e o uso político da tragédia em Brumadinho. 2019”. Recuperado de:
<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/israel-ajudafake-e-uso-da-tragedia-em-brumadinho/>.

Motta, L. G. (2002). “Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico”. In: Moiullaud, M. et al (Org.). Brasília: *Jornal: da forma ao sentido*. 3. ed. Unb, p. 214-237.

Nogueira, M.; Fontes, L. (2019). “Parentes de funcionários afirmam que Vale deu ordem de silêncio”. In: *O Tempo*. Recuperado de:
<https://www.otempo.com.br/cidades/parentes-de-funcionarios-afirmam-que-vale-deu-ordem-de-silencio1.2129748>.

O Estado de S. Paulo. “Jornalistas do SBT são criticados por bom humor em cobertura de tragédia em Brumadinho”. Recuperado de:
<https://emails.estadao.com.br/noticias/tv,brumadinho-jornalistas-do-sbt-sao-criticados-porbom-humor-em-cobertura-de-tragedia,70002702215>.

Passarinho, N. (2019). “Brumadinho: 'Pensei que aprenderiam a lição': a história da 'sirene humana' que salvou centenas de vidas em Mariana”. In: BBC. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47129648>.

Parreiras, M. (2019). “*Brumadinho*: 9 meses depois, busca corre contra o tempo para evitar risco da chuva.” Belo Horizonte: *Jornal Estado de Minas*. 25 out. 2019. Recuperado de:
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/25/interna_gerais,1095692/brumadinho-o-9-meses-depois-busca-corre-contra-o-tempo-para-evitar-ris.shtml.

Santos, M. (2004). *Elogio da Lentidão*. Revista Trabalho Necessário, [s.l.], v. 2, n. 2, p.0104, Recuperado de:
<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3653/3451>.

Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 6. ed..

Souza, Cl. (2019). “Bombeiros também têm que se preocupar com intoxicação”. Belo Horizonte: *O Tempo*. 29 jan. 2019. Recuperado de:
<https://www.otempo.com.br/cidades/desastre-em-brumadinho/bombeiros-tambem-tem-que-se-preocupar-com-intoxicacao-1.2128466>

Sudré, L. (2019). “Bombeiros de Brumadinho apresentam concentração de alumínio e cobre no sangue”. 2019. Recuperado de:
<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/21/bombeiros-de-brumadinho-ja-apresentamalteracoes-em-exames-laboratoriais/>.

Toledo, D. (2019). “Em Brumadinho, Israel ajudou, mas também investiu em diplomacia e marketing”. Recuperado de:
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/02/em-brumadinho-israelajudou-mas-tambem-investiu-em-diplomacia-e-marketing.htm>.

Vale S.A. (2019). “Sobre a Vale: Notícias”. Recuperado de:
<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/default.aspx> .

Vaz, P.; Rony, G. (2011). “Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais”. Porto Alegre: *Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, v. 18, n. 1, p.212-234, abr. Recuperado de:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8808>

Vimieiro, A. C. S. C. (2010). *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal

de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de:
<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAFI-8TXKLV>.



La “cuestión de la diversidad”: los derechos constitucionales de los pueblos indígenas en la dinámica política brasileña

The “question of diversity”: the constitutional rights of indigenous peoples in brazilian political dynamic

Milena Petters Melo¹⁴

Universidade Regional de Blumenau (FURB), Brasil
Centro Euro-Americano sulle Politiche Costituzionali
(CEDEUAM), Italia

milenapetters@furb.br

Thiago Burckhart¹⁵

Università degli Studi della Campania Luigi Vanvitelli
(UNICAMPANIA)
Caserta, Italia

thiago.burckhart@outlook.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2037>

DOI : 10.25965/trahs.2037

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

La "cuestión de la diversidad" y su gestión por la política institucional son particularmente relevantes en sociedades étnicamente diversas, como la brasileña. Desde una perspectiva jurídica, la Constitución Federal de 1988 rediseñó una nueva perspectiva basada en el multiculturalismo y en la apertura al diálogo intercultural con estos pueblos, poniendo en su centralidad la necesidad del reconocimiento de sus tierras. Sin embargo, el escenario político actual vigente desde el comienzo de la crisis política en 2013 ha profundizado las relaciones asimétricas entre Estado y pueblos indígenas, especialmente con respecto al reconocimiento de sus derechos constitucionales, lo que ha mostrado una clara distancia entre texto y contexto. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo analizar cómo se insertan los derechos de los pueblos indígenas en la dinámica política brasileña, centrándose en las respuestas del sistema político y jurídico federal a los derechos de los pueblos indígenas en el contexto de la crisis política actual. Buscase responder a la siguiente pregunta: ¿es posible afirmar que los derechos constitucionales de los pueblos indígenas actualmente se someten a un proceso de constitucionalización simbólica, en el sentido definido por el constitucionalista Marcelo Neves? El análisis se inscribe

¹⁴ Doctora en Derecho. Profesora Titular de Derecho Constitucional y de Derechos Humanos y Sustentabilidad, Universidade Regional de Blumenau (FURB, Brasil). Profesora Asociada de la Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Investigadora e Coordinadora para el área lusófona del Centro Didattico Euroamericano Sulle Politiche Costituzionale (Cedeuam, Itália/Brasil). Investigadora del Institut International d'Étude et de Recherche sur les Biens Communs (Paris/Napoles). Coordinadora del Núcleo de Estudos em Constitucionalismo, Internacionalização e Cooperação (Constinter, FURB, Brasil).

¹⁵ Doctorando en Diritto Comparato e Processi di Integrazione, Università degli Studi della Campania Luigi Vanvitelli (Itália). Maestro en Derecho, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Brasil, 2019). Investigador del Centro Didattico Euroamericano Sulle Politiche Costituzionale (Cedeuam, Italia/Brasil). Investigador del Núcleo de Estudos em Constitucionalismo, Internacionalização e Cooperação (Constinter, FURB).

en el campo de la teoría constitucional y teoría política, con contribuciones de la sociología jurídica y se divide en cuatro partes: I – La era de la diversidad: la politización de la identidad indígena; II – El reconocimiento constitucional de los derechos de los pueblos indígenas; III – Entre avances y retrocesos; IV – Crisis política, crisis de derechos.

Palabras clave: diversidad: Constitución, pueblos indígenas, política, Brasil

La « question de la diversité » et sa gestion par la politique institutionnelle sont particulièrement importantes dans des sociétés ethniquement diverses, telle que la brésilienne. D'un point de vue juridique, la Constitution fédérale de 1988 a redessiné une nouvelle perspective fondée sur le multiculturalisme et l'ouverture au dialogue interculturel avec ces peuples, reconnaissant le besoin essentiel de reconnaissance de leurs terres. Cependant, le scénario politique actuel en vigueur depuis le début de la crise politique en 2013 a approfondi les relations asymétriques entre l'État et les peuples autochtones, particulièrement en ce qui concerne la reconnaissance de leurs droits constitutionnels, qui a montré une nette distance entre texte et contexte. En ce sens, ce travail vise à analyser comment les droits des peuples indigènes sont insérés dans la dynamique politique brésilienne, en focalisant les réponses du système politique et juridique fédéral quant aux droits des indigènes dans le contexte de la crise politique actuelle. Il cherche à répondre à la question suivante : est-il possible d'affirmer que les droits constitutionnels des peuples indigènes ont succombé, actuellement, face à un processus de constitutionnalisation symbolique, au sens décrit par le constitutionnaliste Marcelo Neves ? L'analyse s'inscrit dans le domaine de la théorie constitutionnelle et de la théorie politique, avec des contributions de la sociologie juridique. Elle est divisée en quatre parties : I – L'ère de la diversité : la politisation de l'identité indigène ; II – La reconnaissance constitutionnelle des droits des peuples autochtones ; III – Entre avancées et reculs ; IV – Crise politique, crise des droits.

Mots-clefs : diversité: Constitution, peuples indigènes, politique, Brésil

A “questão da diversidade” e sua gestão pela política institucional possuem especial relevância em sociedades etnicamente diversas, como a brasileira. Do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal de 1988 redesenhou uma nova perspectiva calcada no multiculturalismo e na abertura para o diálogo intercultural com esses povos, reconhecendo a centralidade da necessidade do reconhecimento de suas terras. Contudo, o atual cenário político em vigência desde o início da crise política em 2013 aprofundou as relações assimétricas entre Estado e povos indígenas, sobretudo no que se refere ao reconhecimento de seus direitos constitucionais que tem mostrado um claro distanciamento entre texto e contexto. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar de que forma os direitos de povos indígenas se inserem na dinâmica política brasileira, focalizando as respostas do sistema político e jurídico federal aos direitos de povos indígenas no contexto da crise política atual. Busca-se responder ao seguinte questionamento: é possível se afirmar que os direitos constitucionais dos povos indígenas passam atualmente por um processo de constitucionalização simbólica, no sentido criado pelo constitucionalista Marcelo Neves? A análise insere-se no campo da Teoria Constitucional e da Teoria Política, com aportes da Sociologia Jurídica e divide-se em quatro partes: I – A era da diversidade: a politização da identidade indígena; II – O reconhecimento constitucional dos direitos de povos indígenas; III – Entre avanços e retrocessos; IV – Crise política, crise de direitos.

Palavras-chave: Diversidade: Constituição, Povos indígenas, Política, Brasil

The “question of diversity” and its management by institutional policy are particularly relevant in ethnically diverse societies, such as Brazil. From the legal point of view, the Federal Constitution of 1988 redesigned a new perspective based on multiculturalism and opening up to intercultural dialogue with these peoples, recognizing the centrality of the need for the recognition and protection of their lands. However, the current political scenario in force since the beginning of the political crisis in 2013 has deepened the asymmetric relations between the State and indigenous peoples, especially with regard to the recognition of their constitutional rights, which has shown a clear distance between text and context. In this sense, this work aims to analyze how the rights of indigenous peoples are inserted in the Brazilian political dynamics, focusing on the responses of the federal political and legal system to the rights of indigenous peoples in the context of the current political crisis. It seeks to answer the following question: is it possible to affirm that the constitutional rights of indigenous peoples currently has undergone a process of symbolic constitutionalization, in the sense sentenced by the constitutionalist Marcelo Neves? The analysis is grounded of the field of Constitutional Theory and Political Theory, with contributions from Legal Sociology and is divided into four parts: I - The era of diversity: the politicization of indigenous identity; II - The constitutional recognition of the rights of indigenous peoples; III - Between advances and setbacks; IV - Political crisis, crisis of rights.

Keywords: diversity: Constitution, Indigenous people, politics, Brazil

Introducción

La cuestión de la diversidad tiene especial importancia en sociedades multiculturales como la brasileña. En ella, la relación conflictual de los pueblos autóctonos con el sistema político mayoritario caracteriza tanto la histórica como la realidad hodierna de estos pueblos, marcada por paradojas y contradicciones. Desde la década de 1970, todavía, el proceso de “politización de la cultura” en un nuevo escenario político y económico nacional e internacional, fue el elemento propulsor del empoderamiento político de los pueblos indígenas y para su consecuente reconocimiento como “nuevos sujetos políticos” y “nuevos sujetos de derechos”. Ese fenómeno efectivamente ha “tensionado” la dinámica política de la relación entre esos pueblos y el Estado, especialmente respecto al distanciamiento entre las promesas y las políticas concretas respecto a ellos.

La Constitución de 1988 fue el documento que marcó la apertura para este nuevo momento político y jurídico. Escrita por medio de una Asamblea Nacional Constituyente participativa – que contó también con la presencia de representantes indígenas – el texto constitucional coincide con el proceso de apertura política y de (re)democratización del país. Aunque éste no sea el primer documento constitucional que reconoce derechos específicos a los pueblos indígenas – que han sido positivados desde la Constitución de 1934 –, es el documento que reconoce una gran lista de derechos en un capítulo específico. Este reconocimiento ha sido importante para el redibujo de las políticas indigenistas en el país, especialmente respecto a la superación del ideal integracionista hasta entonces reinante en la teoría jurídica, en dirección a la apertura del constitucionalismo brasileño hacia la perspectiva de la diversidad, del reconocimiento del multiculturalismo y de la inclusión de la diferencia.

El reconocimiento formal de estos derechos puede ser comprendido como la “proyección jurídica” de las demandas de la “era de la diversidad” que se desarrolla en la segunda mitad del siglo XX y se caracteriza, entre otras cosas, por el empoderamiento político de los Pueblos Indígenas. Sin embargo, aunque tenga una innegable relevancia política y jurídica, la reciente constitucionalización de los derechos de Pueblos Indígenas es marcada por un claro desprendimiento entre texto y contexto. En efecto, ella no ha sido suficiente para contener la violencia política y simbólica contra estos pueblos, lo que demuestra la remanencia de prácticas integracionistas y asimilacionistas en la política brasileña.

El contexto reciente de crisis política – desde 2013 – ha expuesto las grietas del sistema político y, también, ha puesto la “incerteza” en la centralidad del pensamiento político-constitucional. En este contexto, nace el cuestionamiento: ¿se puede afirmar que los derechos constitucionales de los pueblos indígenas pasan actualmente por un proceso de constitucionalización simbólica, en el sentido expuesto por Marcelo Neves? Así, este trabajo tiene por objetivo analizar cómo los derechos de los pueblos indígenas se insieren en la dinámica política brasileña reciente, enfocando las respuestas del sistema político y jurídico “federal” a los derechos de Pueblos Indígenas en el contexto de la crisis política actual. El trabajo privilegia el campo de la Teoría Constitucional y de la Teoría Política, con contribuciones de la Sociología Jurídica, y se divide en cuatro partes: I – La era de la diversidad: la politización de la identidad indígena; II – El reconocimiento constitucional de los derechos de los pueblos indígenas en el Brasil contemporáneo; III – Entre avances y retrocesos; IV – Crisis política, crisis de derechos.

I – La era de la diversidad: la politización de la identidad indígena

La gestión del pluralismo ha estado en la centralidad de la formación de los Estados-nación a lo largo de la modernidad occidental, siendo una de las principales fuentes de identidad cultural y cultura nacional (Hall, 2010: 47). La pluralidad de culturas ha sido un “problema” para el Estado-nación, pues el ideal de “pluralismo” liberal vinculado a las revoluciones liberales del siglo XVIII estaba limitado a una dimensión política, de modo que su dimensión cultural fue, muchas veces, descuidado por una “neutralidad” que implicaba, en verdad, la homogenización cultural, a partir de la formulación de políticas asimilacionistas e integracionistas¹⁶. En efecto, el constitucionalismo moderno, al aprovechar el ideal del liberalismo vigente en la época, sirvió en muchos casos para legitimar este proceso político, pues buscaba la homogeneización y la sustentación de una específica “estética del poder” (Burckhart, 2017: 193) al mismo tiempo que servía para consolidar la ficción del Estado-nación, como comunidad unificada.

La segunda mitad del siglo XX ha sido un momento histórico importante para repensar la dinámica de la relación entre Estado y Sociedad, especialmente respecto a la gestión de la diversidad y del pluralismo cultural. La Segunda Guerra Mundial fue un marco para el constitucionalismo democrático, pues el nefasto resultado del conflicto que ha ganado terreno a nivel planetario impulsó la revisión de los principios morales, éticos, sociales, políticos y jurídicos que constituyen y deben regir la vida en sociedad, en los Estados democráticos y en el orden internacional. Se puede afirmar, por lo tanto, que desde entonces ha tenido lugar un proceso de “politización de la cultura” (Cfe. Benhabib, 2006; Benhabib, 2004), caracterizado por el empoderamiento político de “minorías étnicas, políticas y lingüísticas”, además de las “mayorías minoradas”¹⁷.

Como bien observa el sociólogo francés Alain Touraine en su libro intitulado “*Un nuevo paradigma*”, la comprensión del mundo contemporáneo ya no es simplemente posible, de acuerdo con el paradigma político del inicio del siglo XVIII, y tampoco con el paradigma social de finales del siglo XIX e inicios del XX (Touraine, 2007: 9)¹⁸. La contemporaneidad es caracterizada por la emergencia de categorías *culturales* para el análisis y descripción de gran parte de las experiencias en sociedad, de modo que esas categorías, paulatinamente, substituyen a las precedentes categorías sociales y políticas, caracterizando un cambio de paradigma en la representación de la vida colectiva y personal.

16 Las políticas asimilacionistas e integracionistas marcaron la construcción de la modernidad occidental, bajo los auspicios de la lógica del Estado nación. Solo recientemente, especialmente desde la década de 1980, las políticas multiculturales han sido objeto de atención institucional por parte de los Estados democráticos en América Latina.

17 Como es el caso de las mujeres y de los pueblos indígenas en algunos países donde en verdad son la mayor parte de la población, en Bolivia por ejemplo.

18 “Durante um longo período descrevemos e analisamos a realidade social em termos políticos: a desordem e a ordem, a paz e a guerra, o poder e o Estado, o rei e a nação, a República, o povo e a revolução. Em seguida a revolução industrial e o capitalismo libertaram-se do poder político e apareceram como a ‘base’ da organização social. Substituímos então o paradigma político por um paradigma econômico e social: classes sociais e riqueza, burguesia e proletariado, sindicatos e greves, estratificação e mobilidade social, desigualdade e redistribuição passaram a ser nossas categorias mais comuns de análise”. (Touraine, 2007: 10).

Este nuevo paradigma se caracteriza por la emergencia de nuevos sujetos políticos, que exigen agendas culturales, sobre todo el reconocimiento de identidades subordinadas y que se niegan en gran parte de lo que se ha llamado "modernidad". El "derecho a ser sujeto", para Alain Touraine, se manifiesta a medida en que “cada uno de ellos de combinar su participación en la actividad económica con el ejercicio de sus derechos culturales, no en el marco del reconocimiento de los otros como sujetos” (2007:114). El sujeto, en lugar de las sociedades, se convierte en el protagonista de este nuevo paradigma, poniendo nuevos problemas y nuevas preguntas a lo contemporáneo, de manera que se haga más difícil pensar en la democracia actual sin los componentes de orden cultural.

La observación de Touraine encuentra sintonía con lo que Seyla Benhabib llama "el surgimiento de nuevas formas de política de identidad en todo el mundo" (Benhabib, 2006:12). La diversidad, que hasta la segunda mitad del siglo XX fue tratada como un problema externo a las sociedades, como un elemento de demarcación de las fronteras entre pueblos, países y naciones, se convirtió en una demanda de culturas dentro de los pueblos, países y naciones, en las zonas más diversas del mundo. Desde los Estados Unidos de América hasta Israel, desde la India hasta Marruecos, desde Uganda hasta Brasil, las pautas de identidad se convirtieron en parte de la agenda política.

Aunque la autora critique el "normativismo prematuro" y la aplicación de "políticas improvisadas" en este campo, que corren el riesgo de solidificar las diferencias entre los diferentes grupos y la falta de cuestionamiento del concepto y el significado de la identidad cultural, Seyla Benhabib afirma que estos nuevos movimientos pueden ser críticos y decididos en la medida en que sus motivaciones no son conservacionistas y apuntan a la emancipación de diferentes grupos en su singularidad. Como observa la autora, la cultura es una práctica humana compleja de significados y representaciones, de organización y atribución, en la medida en que "las culturas se crean a partir de diálogos completos con otras culturas" (Benhabib, 2006: 10).

En la misma línea, Stuart Hall (2010) afirma que las identidades culturales pasan por un proceso de crisis en la "posmodernidad", pues ya no asumen connotaciones fijas, y se vuelven cambiantes y flexibles. Este proceso también se produce a partir del fenómeno de la globalización cultural¹⁹, que comenzó a intensificarse a partir de mediados de los años 1980 y, sobre todo, a partir de la revolución tecnológica por la que todavía estamos pasando.

El contacto con diferentes culturas produce un sincretismo cultural que fluye hacia culturas híbridas, en los procesos de entrada y salida de la modernidad, como lo afirma Néstor García (1989). Sin embargo, este mismo proceso también resulta en el nacimiento de una especie de malestar, que se materializa en el endurecimiento de localismos, tradicionalismos locales, concepciones estáticas de identidad cultural, con sujetos protagonistas que rechazan la posibilidad de cambios en este campo. Estas son relaciones complejas que deben, por lo tanto, ser analizadas desde una perspectiva compleja.

La diversidad es una categoría que pasó a ser disputada semánticamente tanto por las teorías del multiculturalismo como por el mercado global, en el contexto del proceso de globalización económica. En este contexto, existe la posibilidad de entrar en profundas contradicciones, y esto se debe a que el mercado no opera bajo el signo

19 O mismo "mundialización de la cultura" (cfe. Warnier, 2001)

de la homogeneización, sino de lo que Polanco llama *etnofagia*: un apetito por la diversidad, que la devora.

El discurso dominante de la globalización utiliza el lenguaje y las representaciones de la diversidad para homogeneizar. La homogeneización ya no se produce explícitamente, sino de manera sutil, siendo, sin embargo, aún efectiva (Cfe. Polanco, 2006). Este proceso termina, en cierto sentido, des-caracterizando las culturas "indígenas" y "localizadas" en detrimento de una concepción homogeneizadora de la comprensión en y del mundo y el espacio del individuo.

Se pone, por lo tanto, la necesidad de conceptualizar la diversidad desde una dimensión emancipadora. Antes que nada, es necesario afirmar que la complejidad del paradigma de la diversidad radica en buscar unir elementos del pluralismo cultural y la igualdad. Aunque el pluralismo adquiere una dimensión importante en el contexto contemporáneo, es cierto que la igualdad debe incluirse en el horizonte normativo de las diferentes sociedades. En este contexto, las demandas por el "derecho a la diferencia", para la protección de la igualdad, respetando las especificidades legítimas de las personas y los grupos, están creciendo en relevancia y complejidad.

En este sentido, sin igualdad no hay diversidad, y viceversa. Existe una interdependencia entre los conceptos de pluralismo e igualdad, donde se trabaja y se reconoce el paradigma de la diversidad. En segundo lugar, debe enfatizarse que el pluralismo cultural y la igualdad viven en constante tensión. El paradigma de la diversidad, construido gradualmente a partir de la segunda mitad del siglo XX, inaugura una nueva posibilidad de convivencia armoniosa entre diferentes civilizaciones y diferentes grupos y sujetos que constituyen las respectivas civilizaciones. Se trata de la construcción de un nuevo marco civilizador, en el que la diferencia y la igualdad asumen una dimensión dialógica, en el sentido de superar la "dialéctica" hegeliana o marxista, y, por lo tanto, intrínsecamente compleja.

En Brasil, la politización de la identidad indígena en las décadas de 1970 y 1980 fue impulsada por el proceso de redemocratización y de la Asamblea Constituyente. A partir de la década de 1970, el indigenismo²⁰ brasileño estuvo influenciado por el creciente proceso de "politización de la cultura" (Cfe. Benhabib, 2006), en el que nuevos sujetos políticos, entre ellos los pueblos indígenas, comenzaron a asumir el papel de protagonistas en la escena política, con el reconocimiento y proyección formal de nuevos derechos²¹.

Este proceso ha dado un nuevo significado al indigenismo, en la medida en que comenzó a reconocer a los pueblos indígenas como actores políticos capaces de participar también en la política institucional actual. El texto de Carlos Marés de Souza Filho titulado "*Multiculturalismo e direitos humanos*" describe puntualmente sobre la génesis del proceso de fortalecimiento político de los Pueblos Indígenas en Brasil, desde la década de 1970. En este contexto, el campo de las políticas indígenas e indigenistas²² ha experimentado una gran transformación debido a la interferencia

20 Para profundizar el concepto de "indigenismo", ver: Niezen (2003).

21 Para Alain Touraine, desde la década de 1970/80 ha habido un reemplazo gradual de las categorías de análisis político y social por categorías culturales, de modo que se puede hablar del surgimiento de un nuevo paradigma, tanto teórico como empírico, caracterizado por la proyección política y social, y en consecuencia, jurídico, de una serie de reclamos culturales, como lo fue la lucha de los pueblos indígenas por la diversidad. (Cfe. Touraine, 2007).

22 El término "política indigenista", busca caracterizar las acciones del Estado y otros actores hacia los pueblos indígenas. Generalmente se contrasta con el término "política indígena",

de estos nuevos movimientos sociales²³ en el ámbito político nacional e internacional, produciendo una serie de efectos en el sentido del reconocimiento formal y material de los derechos.

La Constitución de 1988, por lo tanto, fue el resultado de una disputa en la arena política, que se manifestó claramente en la Asamblea Nacional Constituyente. En aquel momento, la "cuestión indígena", como sostiene Manuela Carneiro da Cunha, se centró en los "derechos territoriales"²⁴, es decir, en los reclamos por la demarcación de tierras indígenas y, en consecuencia, por su gestión por parte de los propios Pueblos Indígenas (Cunha, 1987: 32). A pesar de las grandes dificultades que enfrentaron las organizaciones de Pueblos Indígenas durante este proceso político, principalmente debido a la interferencia de grupos claramente opuestos a sus intereses y a la afirmación de sus derechos, como los "militares" y los representantes del agronegocio; fue posible lograrlo, dentro de las posibilidades fácticas y limitadas, las transformaciones legales hacia el reconocimiento de nuevos derechos y el mantenimiento de otros que ya habían sido reconocidos en constituciones anteriores²⁵.

II – El reconocimiento constitucional de los derechos de Pueblos Indígenas en el Brasil contemporáneo

La Constitución, por primera vez en la historia del constitucionalismo brasileño, describe un capítulo específico sobre los Pueblos Indígenas, que comprende los artículos 231 y 232 de su texto. Entre estas disposiciones, los Indígenas son reconocidos por su organización social, costumbres, idiomas, creencias y tradiciones, y los derechos originales sobre las tierras que tradicionalmente ocupan, y la Unión es responsable por demarcar, proteger y garantizar el respeto de todos sus activos (art. 231).

La Constitución también define el concepto de "tierras tradicionalmente ocupadas" como aquellas en que ellos habitan permanentemente, aquellas utilizadas para sus actividades productivas, aquellas esenciales para la preservación de los recursos ambientales, necesarios para su bienestar y aquellas necesarias para su reproducción física y cultural, según sus usos, costumbres y tradiciones (art. 231, § 1). Aun así, se enfatiza que sus tierras están en posesión permanente de los Pueblos Indígenas y que las riquezas de la tierra, los ríos y los lagos son su usufructo (art. 231, § 2).

Como avances significativos, la Constitución determinó que las tierras indígenas son inalienables y son indisponibles, y los derechos sobre ellas son imprescriptibles (art. 231, § 4). En este sentido, el texto constitucional considera nulos los actos que tienen

que se refiere a las acciones emprendidas por los propios pueblos indígenas como sociedades políticamente autodeterminadas. Para profundizaciones, ver: Cunha (2014).

23 Sobre los nuevos movimientos sociales, ver: Touraine (2007); Warren-Scherer (2011).

24 El término "derechos territoriales" busca designar en este trabajo no solo el "derecho a la tierra", sino todos los demás derechos que se relacionan con él, como el caso de la gestión política territorial por parte de los propios pueblos indígenas, políticas públicas para el medio ambiente, entre otros. En efecto, los derechos territoriales están en el corazón de la "cuestión indígena" del país aún hoy.

25 Durante a Assembleia Nacional Constituinte ganhou relevância a atuação de organizações indígenas como a Comissão Pró-Índio (CPI/SP), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e a Igreja Católica representada pelo Conselho Missionário Indigenista (CIMI), que em grande medida deram voz aos povos indígenas. (Cfe. Bicalho, 2010: p. 179.) Para aprofundamentos, também ver: Santos (1989).

como objetivo la ocupación, el dominio y la posesión de estas tierras o la explotación de su riqueza (art. 231, § 6). Así, el texto constitucional establece un *paradigma protector para las tierras indígenas*, señalando, como lo describe Orlando Villas Bôas Filho, “uma maior autonomia dos direitos dos índios concernentes a interesses advindos dos sistemas econômico e político” (Villas-Bôas Filho, 2003: 291). En este sentido, a partir de una lectura sistemática de la Constitución, es posible concebir el *paradigma protector* de las tierras de los pueblos indígenas antes mencionado como un elemento constitutivo de la dignidad de la persona humana, un principio constitucional inscrito en el Artículo 1, punto III de la Constitución.

Sin embargo, en la literatura jurídica, existe un punto de tensión al concebir las innovaciones de los párrafos (§§) 3 y 4 del artículo 231 como una evolución adquisitiva para los pueblos indígenas, en comparación con la Constitución anterior de 1967/1969. El jurista Marco Antonio Barbosa (2001: 96-97), cuando teoriza sobre los recursos minerales y hídricos en tierras indígenas, disciplinado en el artículo 231, § 3 de la Constitución, señala que en el sistema constitucional anterior este asunto no era tratado constitucionalmente, por lo que se entendió, y aquí el autor se refiere a Pontes de Miranda, que toda la riqueza natural, incluidos los recursos hídricos y la riqueza del suelo, eran de usufructo pleno y exclusivo de las comunidades indígenas. Según el autor, el tema de la minería en tierras indígenas en la Asamblea Nacional Constituyente fue uno de los más "acalorados", y que resultó en un "revés constitucional" la posibilidad de explotar la tierra con la autorización del Congreso Nacional, siendo en contra de lo dispuesto en la reciente Declaración Internacional de los Derechos de Pueblos Indígenas (Barbosa, 2001: 96-97).

Otro punto que también crea debate es la posibilidad de remoción de los pueblos indígenas de sus tierras en caso de catástrofe o epidemia que ponga en riesgo a su población, conforme dispone el art. 231, § 5º de la Constitución. Como argumentan Marco Antonio Barbosa y José Alfonso da Silva, esta disposición constitucional infringe el derecho de pose permanente de los pueblos indígenas (Barbosa, 2001, 96-97; Silva, 2017: 425).

Finalmente, el capítulo sobre pueblos indígenas termina con el art. 232 que prevé la capacidad jurídica de los indígenas, sus comunidades y organizaciones para ingresar como partes legítimas en los tribunales, en defensa de sus derechos. Se trata de la posibilidad de autodeterminación en asuntos legales que les conciernen, considerando que, hasta la promulgación de la Constitución de 1988, los pueblos indígenas eran considerados por el antiguo Código Civil (1916) como "relativamente incapaces", lo que les impedía ingresar en pleitos.

También se señala que existe un tipo de "consenso" en la literatura jurídica para clasificar los derechos territoriales de los pueblos indígenas previstos sobre todo en el art. 231 como "derechos fundamentales" (Cfe. Silva, 2017; Dallari, 2009; Villares, 2009; Barbosa, 2001; Kayser, 2010; Joaquim, 2013). Esto se debe también a la apertura del Artículo 5º, § 2 e § 3, que reconoce expresamente que el elenco de los derechos fundamentales en la Constitución incluye otros derechos constitucionalmente previstos así como derechos derivados del régimen y los principios adoptados por el texto constitucional e por tratados internacionales de protección de los derechos humanos, afirmase así la existencia de derechos fundamentales "dispersos" en el texto constitucional²⁶. El razonamiento detrás de esta posición doctrinaria che reconoce los derechos territoriales como derechos

26 Derechos “fundamentales más fuera del catálogo” según la clasificación de Canotilho (1995: 539-540).

fundamentales gira en torno a la importancia fundamental de la tierra, como condición indispensable para la existencia y supervivencia de los pueblos indígenas, y también se refiere a los tratados y convenciones internacionales sobre el tema.

El capítulo específico sobre los pueblos indígenas en la Constitución se limita a los aspectos discutidos anteriormente; sin embargo, los derechos de los pueblos indígenas se abordan transversalmente también en otras disposiciones del texto. La Constitución establece la competencia exclusiva de la Unión para legislar sobre las poblaciones indígenas (art. 22, XIV); la competencia exclusiva del Congreso Nacional para autorizar la exploración y explotación de los recursos hídricos, la investigación y la extracción de riqueza mineral en tierras indígenas (art. 49, XVI); la competencia de los jueces federales para procesar y juzgar disputas sobre los derechos indígenas (art. 109, XI); la defensa judicial de los pueblos indígenas como responsabilidad del *Ministerio Público* (art. 129, V); además del establecimiento de un período de cinco años para completar la demarcación de tierras indígenas en el país (acto de disposiciones transitorias, art. 67)²⁷. En la sección que trata sobre Cultura, el texto constitucional también establece que el Estado debe garantizar y proteger las manifestaciones de la cultura indígena y los grupos que participan en el proceso civilizador brasileño (art. 215, § 1).

Con respecto a los derechos de los pueblos indígenas previstos en la Constitución, aún es apropiado enfatizar que deben ser leídos e interpretados de manera sistemática con lo que está previsto en otras disposiciones de la Constitución, especialmente los derechos sociales, los derechos de libertad, la protección del medio ambiente ecológicamente equilibrado y los derechos culturales. Se menciona también que, además de los derechos territoriales, es posible afirmar que un enfoque constitucional de los derechos de los pueblos indígenas no puede prescindir de al menos otros tres puntos notables para un análisis basado en la complejidad de este fenómeno: a) la superación del integracionismo y el reconocimiento del pluralismo cultural; b) el reconocimiento de una especie de "pluralismo jurídico"; c) la apertura al derecho internacional de los derechos humanos.

Sobre el primer punto, basado en un análisis sistemático de la Constitución, juristas e investigadores de los derechos indígenas afirman que el texto constitucional ha superado un paradigma que históricamente marcó la relación entre el Estado y los pueblos indígenas en el país, a saber, el paradigma del *integracionismo*, que se articuló como una política de Estado desde principios del siglo XX. Según Raquel Fajardo (2006: 542), el integracionismo fue una de las características del constitucionalismo social en América Latina, al igual que el asimilacionismo lo fue del constitucionalismo liberal. Ambos términos pueden interpretarse como sinónimos de una práctica que tiene como objetivo, en resumen, negar el derecho al futuro de estos pueblos, en la medida en que niegan sus prácticas y sus expresiones culturales ²⁸, desde la creación de una "necesidad", inscrita en la homogeneización a la cultura "dominante".

Esta es una forma de manejar el problema del pluralismo y la diferencia, como lo define María José Fariñas Dulce (2014). Desde el descubrimiento y el encubrimiento

²⁷ Lo que, efectivamente, no resultó cumplido.

²⁸ Algunos autores hacen una distinción entre asimilacionismo e integracionismo. Para Orlando Villas Bôas Filho, "a integração que, grosso modo, consistiria na participação na sociedade nacional sem a perda da identidade étnica, ao ser confundida com a assimilação, que seria justamente a total incorporação de um indivíduo ou grupo na sociedade nacional, com a perda de sua identidade étnica e cultural". (Villas-Bôas Filho, 2003: 284).

del "otro" (Dussel, 1994)²⁹ en la génesis de la modernidad, el problema del pluralismo ha demostrado ser un desafío para la colonia portuguesa y española. El segregacionismo, el asimilacionismo, el integracionismo, el multiculturalismo y la interculturalidad eran, y siguen siendo, "metodologías políticas", o "técnicas políticas" que buscan gestionar y responder a este desafío, tratado como "problemático" por los pueblos colonizadores. La asimilación y el integracionismo prevalecieron tanto en la esfera jurídico-formal, sea en la esfera constitucional, legal o infra-legal, como también en las prácticas políticas hasta la promulgación de la Constitución de 1988, que, teniendo en cuenta las reivindicaciones de una parte considerable de la sociedad brasileña, insertó una perspectiva multicultural en su texto.

El integracionismo del siglo XX aún dejó huellas de este régimen de juridificación (Villas-Bôas Filho, 2017: 345) en la legislación pre-Constitución de 1988, en la cual el *Estatuto do Índio* (Ley n° 6.001/1973) es el ejemplo más evidente. Como observa Orlando Villas-Bôas Filho (2017:283), este documento legal se guió por la ideología integracionista, de modo que su texto hace expresa referencia a la integración "progressiva e harmoniosa" de los pueblos indígenas en la "comunidad nacional" (cf. art. 2 del *Estatuto do Índio*). Dicha integración tendría lugar a través de la gradual "emancipación" de los pueblos indígenas, sin perder necesariamente su identidad cultural.

En estos términos, el reconocimiento constitucional de la diferencia, en el texto de la Constitución de 1988, sobre todo el reconocimiento de los derechos culturales, la cultura y las prácticas indígenas, inaugura un "nuevo paradigma político y jurídico" basado en la "pluriétnicidad" (VILLARES, 2009: 16), donde

abandona-se definitivamente o conceito, inclusive jurídico, de que os índios são seres humanos com uma cultura inferior, primitiva, e de que a aproximação com a sociedade ocidental brasileira condena-os à civilização ocidental e à consequente perda de sua identidade étnica. (Villares, 2009: 17)³⁰.

Jurídicamente, este reconocimiento también se refleja en el Convenio 169 de la OIT sobre pueblos indígenas y tribales, promulgado en 1989, que Brasil ha ratificado³¹.

El segundo punto se refiere al reconocimiento de cierto tipo de pluralismo jurídico³². El reconocimiento jurídico de la diversidad social, cultural y política de los pueblos indígenas promovió lo que Marcelo Neves (2012: 237) llama "transconstitucionalismo entre ordens jurídicas estatais e ordens locais extraestatais" que se evidencia y ejemplifica en el reconocimiento de las costumbres indígenas en el campo de la jurisdicción, ya sea civil, penal, constitucional o internacional. Se trata, pues, de la caracterización de un tipo de pluralismo jurídico, no idéntico o al mismo nivel de aquél practicado hoy en los países andinos, en el llamado "nuevo constitucionalismo latinoamericano", pero éstas son prácticas jurídicas que en gran medida innovan la racionalidad del derecho moderno y admiten una nueva posibilidad de practicar y concebir el derecho.

29 En el mismo sentido crítico ver: Bhabha (2013).

30 Em este sentido, es importante puntuarse el trabajo de Claude Lévi-Strauss "Raça e História", Lévi-Strauss (1976).

31 La convención fue ratificada mediante el Decreto n. 5.051, 19 de abril de 2004.

32 Para una análisis desde la teoría del derecho y sociología jurídica del concepto de pluralismo jurídico, ver: Wolkmer (2015).

El tercer punto a tratar se refiere a la cláusula de apertura de la Constitución al derecho internacional de los derechos humanos, como se establece en el § 3 del artículo 5. Actualmente, es en gran parte difícil, e incluso inadecuado, llevar a cabo una lectura de la Constitución, especialmente con respecto a los derechos fundamentales, que no tenga en cuenta el derecho internacional de los derechos humanos y el desarrollo de la jurisprudencia de los sistemas regionales de protección de estos derechos, específicamente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Desde el final de la Segunda Guerra Mundial, el mejoramiento de los marcos jurídicos internacionales en el área de los derechos humanos ha impactado directamente la forma en que se organizan los Estados nacionales (Cançado Trindade, 2003; Cançado Trindade, 2001; Buergethal, 1988). Esto hizo posible una aproximación dialógica entre el orden Constitucional de los Estados y las normas internacionales, así como entre la jurisdicción Constitucional y la jurisdicción internacional que se agregan a la protección de personas, grupos y pueblos.

Con respecto a los derechos de los pueblos indígenas, actualmente hay una serie de documentos internacionales ratificados por Brasil, que incorporan, al menos desde el punto de vista material³³, una serie de derechos con estatus constitucional. Este reconocimiento se produjo tanto en el Sistema Mundial para la Protección de los Derechos Humanos como en el Sistema Regional, con énfasis en el Sistema Interamericano para la Protección de los Derechos Humanos³⁴. En este sentido, se observa que dicho paradigma de protección constitucional de los derechos de los pueblos indígenas no se limita solo al texto constitucional, sino que también se refiere al marco de protección internacional que, recientemente, ha tenido un desarrollo fructífero.

III – Entre avances y retrocesos

Aunque ha habido un reconocimiento constitucional importante y fructífero de los derechos de los pueblos indígenas en las últimas cuatro décadas en Brasil, y en gran parte del mundo, es evidente que, en ciertas cuestiones políticas y económicas fundamentales, como la cuestión de las "tierras indígenas" en Brasil, efectivamente no existe un "consenso" en la esfera pública brasileña sobre la necesidad de su salvaguardia. Se observa que desde la "crisis política" en el país, que comenzó en 2013, el cuestionamiento discordante de los sectores de la comunidad política institucional sobre los derechos de los pueblos indígenas se ha intensificado (United Nations, 2016), tanto desde el punto de vista de la violencia física y material como también en la violencia simbólica. En relación con esta última, los tres poderes de la República han demostrado a través de acciones la intención de cambiar o incluso "subvertir" las disposiciones constitucionales en detrimento de los derechos de los pueblos indígenas ya reconocidos.

La crisis demuestra que el histórico "problema de la tierra" de los pueblos indígenas está lejos de ser considerado un "asunto del pasado", pues sigue siendo un tema central en la cartografía política brasileña actual. De hecho, las discusiones recientes sobre los derechos de los pueblos indígenas se centran en la dinámica de protección y conservación de las tierras indígenas reconocidas y las que están en proceso de reconocimiento por parte de FUNAI. El disenso político sobre los derechos de los pueblos indígenas plantea en evidencia la cuestión de sus tierras y la posibilidad de

33 La discusión sobre la jerarquía formal de los tratados internacionales de derechos humanos se peleó en el "Supremo Tribunal Federal" brasileño en 2004. Para profundizar, ver: Piovesan (2018).

34 Para profundizar ver: Anaya (1996).

su "compra", uso con fines ajenos a la preservación de sus costumbres y tradiciones y la explotación de grandes capitales a través de la minería y la expansión de la frontera agrícola. Este disenso socava la centralidad de la relación de profunda identidad que los pueblos indígenas establecen con sus tierras, y plantea un desafío para la gestión de la diversidad en Brasil.

Las "amenazas" a los derechos de los pueblos indígenas en Brasil se establecieron dentro del alcance de los tres poderes, en la esfera federal. De hecho, tanto el Ejecutivo, el Legislativo y el Poder Judicial han recientemente actuado, en algunos casos, en dirección opuesta a las disposiciones constitucionales.

En el ámbito del poder judicial, el *Supremo Tribunal Federal* (STF) creó en 2009 la tesis del "marco temporal" dentro del alcance del caso "*Raposa Serra do Sol*"³⁵. Según esta tesis, los pueblos indígenas solo tendrían derecho a sus tierras si estuvieran en ellas en la fecha de promulgación de la Constitución de 1988. De lo contrario, en la lógica de esta tesis, no habría posibilidad legal de caracterizarlas como tierras indígenas. Es una "innovación judicial" en que la Corte Suprema creó un criterio extralegal y extra-constitucional para la caracterización de las tierras indígenas, incluso negando los casos de "esbozo posesivo" que ocurrieron durante la dictadura militar (1964-1985) que son difíciles de probar por parte de estos pueblos. La tesis generó una serie de discusiones académicas y movilización política y doctrinaria, considerando que, no obstante, el *Supremo Tribunal Federal* ha declarado, en el contexto de embargos de declaración, que los efectos de la tesis del "marco temporal" se limitarían a la aplicación del caso *Raposa Serra do Sol*, el mismo Tribunal aplicó la tesis en al menos otros tres casos. Además, la afirmación de la tesis en juicio abrió el camino para que los jueces de los niveles inferiores de los tribunales estatales y federales también la apliquen³⁶.

En la esfera del Poder Ejecutivo, la *Advocacia Geral da União* emitió tres opiniones a favor de aplicar la tesis del "marco temporal" en los procesos administrativos para el reconocimiento de las nuevas tierras indígenas que actualmente se procesan en la *Fundação do Índio* (FUNAI). Dos de ellos fueron revocados, y la última opinión con fecha de 2017 sigue vigente, pero con sus efectos suspendidos en ciertos casos específicos debido a la concesión de medidas cautelares para su suspensión³⁷. La opinión antes mencionada, al obligar a los órganos de la Administración Pública Federal a hacer cumplir el "marco temporal" y las salvaguardias institucionales³⁸, se muestra como una medida aún más perjudicial para los pueblos indígenas.

35 Quedó conocida como "caso *Raposa Serra do Sol*", la "Ação Popular" n. 3388 impetrada por senadores de la República contra la Unión Federal y el Estado de Roraima: Supremo Tribunal Federal (2009).

36 Para un análisis crítico de este caso desde el punto de vista de la Teoría Constitucional y de la teoría política, ver: Burckhart (2019).

37 Trata-se da Ação Civil Pública n. 1002351-95.2018.4.01.3600, ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da União e da FUNAI.

38 Cf. Parecer n. 001/2017/GAB/CGU/AGU. "1. O Supremo Tribunal Federal, no acórdão proferido no julgamento da PET 3.388/RR, fixou as "salvaguardas institucionais às terras indígenas", as quais constituem normas decorrentes da interpretação da Constituição e, portanto, devem ser seguidas em todos os processos de demarcação de terras indígenas. 2. A Administração Pública Federal, direta e indireta, deve observar, respeitar e dar efetivo cumprimento, em todos os processos de demarcação de terras indígenas, às condições fixadas na decisão do Supremo Tribunal Federal na PET 3.388/RR, em consonância com o que também esclarecido e definido pelo Tribunal no acórdão proferido no julgamento dos Embargos de Declaração (PET-ED 3.388/RR)".

Esto se debe a que la Administración Pública Federal es responsable de los procesos administrativos de demarcación de las tierras indígenas. Aún dentro del alcance del Poder Ejecutivo Federal, debe tenerse en cuenta que, desde la crisis política de 2013, se ha registrado el menor número histórico de tierras indígenas reconocidas y formalizadas por los Presidentes de la República (Souza, 2018), de la misma manera que FUNAI fue desmantelada y hubo el intento de transferencia de sus competencias para el Congreso Nacional, además de la reciente propuesta del gobierno del presidente Jair Bolsonaro de autorizar la minería en tierras indígenas.

En el Poder Legislativo, las amenazas son aún más contundentes. Recientemente, la *Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados* (CDMH) enumeró 40 amenazas legislativas a los derechos humanos que están pendientes en ese órgano. Entre las propuestas, hay dos que afectan directamente los derechos de los pueblos indígenas, mientras que otras cuatro afectan indirectamente. Comenzando con aquellos que amenazan indirectamente, hay una propuesta para 1) vender tierras a extranjeros³⁹, lo que puede afectar incluso las tierras de los pueblos indígenas que aún no han sido demarcadas; 2) el nuevo Código de Minería⁴⁰, que también influye en las áreas indígenas; 3) y el fin de la licencia ambiental⁴¹, que afecta a las comunidades indígenas en la medida en que se hace más fácil llevar a cabo proyectos en áreas que bordean las tierras indígenas, que pueden afectarles directa o indirectamente, sin el debido control estatal.

Además de éstos, también están aquellos que amenazan directamente los derechos de los pueblos indígenas, con el fin de las demarcaciones indígenas⁴² y la Comisión Parlamentaria de Investigación de INCRA y FUNAI (JOAO, 2017).

39 “7. Venda de Terras Indígenas para estrangeiros. Desde 2015 a proposta que permite a venda de terras para estrangeiros está com urgência aprovada, para que possa ser apreciada pelo Plenário da Câmara. Defendido pela bancada ruralista, o PL viola a soberania nacional. Alexandre Conceição, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, sintetiza: “Numa ponta, nós lutamos pela distribuição de terras para produzir alimento; na outra, eles querem justamente entregar essas terras e jogar as comunidades para as periferias das grandes cidades”, agravando a exclusão social. (PL 4059/2012)”. Cfe. Joao (2017).

40 “10. Mineração. O projeto de Código da Mineração vai no sentido contrário ao das necessidades indicadas pelo maior desastre ambiental da história do Brasil, provocado pela mineração empresarial: a tragédia de Mariana. O código mais incentiva que regula a mineração. Os substitutivos apresentados – um dos quais escrito no computador de uma mineradora – fragilizam o controle estatal e a capacidade de o Poder Público atuar no planejamento desse setor estratégico. (PL 37/2011)”. Cfe. Joao (2017).

41 11. “Fim do Licenciamento Ambiental. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária anunciou que acordou com o Governo Federal a aprovação do “auto-licenciamento” ambiental - que permite às empresas obter o licenciamento com o simples preenchimento de um formulário, retirando do Estado o poder de controlar os empreendimentos em prol do meio ambiente. Segundo a mesma fonte, este acordo permitirá, ainda, a dispensa do licenciamento. Outro projeto, apelidado de “fast track” ambiental, simplifica o licenciamento. Além disso, três projetos legislativos apresentados pela bancada ruralista visam a autorizar a construção de hidrovias sem necessidade de licenciamento ambiental, nos rios Tapajós, Tocantins e Araguaia, e Paraguai. A informação é do site Intercept. (PL 3729/2004, PLS 654/2015, PDCs 118, 119 e 120/2015)”. Cfe. Joao (2017).

42 PEC 215/2000, Portaria nº 68, de 14 de janeiro de 2017. “A Proposta de Emenda à Constituição, que já foi aprovada em Comissão Especial e está pronta para o Plenário da Câmara, prevê a competência do legislativo para demarcar terras – o que impossibilitará, na prática, futuras demarcações. Além disso, transforma as terras tradicionais em equivalentes da propriedade rural: podem ser arrendadas, divididas e permutadas e ainda receber empreendimentos econômicos. Isso permite a investida do agronegócio e das mineradoras sobre terras indígenas homologadas, acabando com a noção de tradicionalidade. A PEC

La *Proposta de Emenda à Constituição* (PEC) 215/2000 es quizás la "amenaza legislativa" que más ha repercutido desde el punto de vista político y mediático. Es un cambio aparentemente sutil (la transferencia del Poder Ejecutivo al Legislativo de la competencia para demarcar las tierras indígenas), pero que tendrá innumerables efectos, considerando que en la esfera del Poder Legislativo federal existen grupos políticos favorables al agronegocio y que se oponen claramente, en su mayor parte, a los derechos de los pueblos indígenas. También se señala, como ya se mencionó, las Propuestas de Ley (PL 490/2007; PL 1.216/2015; PL 1.218/2015; PL 7.813/2017) que buscan "legalizar" la tesis antes mencionada del marco temporal en el sistema jurídico brasileño.

IV – Crisis política, crisis de derechos

La crisis política brasileña, que comienza en 2013 y se profundiza con el proceso de *impeachment* de la presidenta Dilma Rousseff en 2016 y con el proceso electivo del presidente Jair Bolsonaro en 2018, se desarrolla en línea con macroprocesos a nivel internacional y nacional que la (re)dimensionan de modo aún más agudo.

En el ámbito internacional, el neoliberalismo, entendido como una nueva *racionalidad* no solo económica, sino también ética y política (Cfe. Dardot & Laval, 2019), delinea los contornos de sociedades cada vez más desiguales, marcadas por la precariedad de las relaciones laborales y económicas. Por otro lado, y como resultado de las políticas neoliberales, el "neoconservadurismo" (Fariñas Dulce, 2014: 112) se presenta como una nueva racionalidad política que sostiene el neoliberalismo y también sus consecuencias. Vinculado a esto está la crisis de las "democracias liberales" (Cfe. Ziblatt & Levitsky, 2018) y el establecimiento de "democracias iliberales", incluso en los espacios políticos reconocidos como democracias "consolidadas", como los Estados Unidos y el Reino Unido, marcadas por la emergencia del "populismo" de derecha, de extrema derecha y de izquierda.

En el ámbito interno, esta crisis está relacionada con la crisis económica, también reciente, caracterizada por la caída de los precios de las *commodities*, que son un efecto directo del neoliberalismo (Cfe. Mascaró, 2017). Tal crisis profundizó las precarias relaciones económicas de la población brasileña y la hizo políticamente vulnerable, como lo señala la investigación realizada por la antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2018). En la misma línea, la desconfianza en el sistema político brasileño y, sobre todo, en los partidos políticos tradicionales, en razón de escándalos de corrupción, pero también de instituciones como el *Supremo Tribunal Federal*, también nos permite hablar de una "crisis de representatividad" generalizada, que permitió el surgimiento de las figuras "outsiders" en la dinámica política brasileña, tanto en el Ejecutivo como en el Legislativo. Los efectos de estas crisis tuvieron repercusiones en el crecimiento de la derecha y la extrema derecha política, además de profundizar los radicalismos y fundamentalismos de la derecha, extrema derecha e izquierda.

estende o "marco temporal" (necessidade de estar sobre a terra tradicional na data de promulgação da Constituição de 1988) também às comunidades quilombolas. Ou seja, é danosa também para essas comunidades tradicionais. Algumas demandas de ruralistas expressas na PEC 215 foram regulamentadas por Portaria do Ministro da Justiça. A norma, de hierarquia inferior à lei, relativiza o parecer técnico da FUNAI. Agora, o Ministério da Justiça pode rever o procedimento. A Portaria abre espaço para pressão dos ruralistas e para adoção imediata do "marco temporal". A norma, além de inconstitucional, fere a Convenção 169 da OIT, que determina que os povos indígenas devem ser consultados previamente sobre medidas que os afetem".

En este contexto, se puede decir que las crisis políticas son el pilar de la "crisis de derechos". Esto se debe porque la efectividad de los derechos ya reconocidos en el ámbito constitucional e infraconstitucional depende de acciones políticas (Hesse, 2010), de "políticas constitucionales", que son capaces de "dar vida al texto", convirtiéndolo en la "norma". En efecto, los momentos de crisis política contrastan con la racionalidad jurídica que caracteriza el diseño constitucional, es decir, la búsqueda de la "estabilidad" y el "buen progreso" de la vida política basada en las reglas determinadas en su texto. Las crisis tensionan la "fuerza normativa" del texto constitucional que, en ciertos momentos, puede sucumbir a la racionalidad política. La crisis de derechos, por lo tanto, se desarrolla cuando la racionalidad jurídica presente en el texto constitucional y su efectividad, a través de su transformación en una "norma constitucional", es reemplazada por la racionalidad "política" y se agudiza aún más cuando esta última racionalidad demuestra ser hostil a la oposición, instrumentalizándose en la lógica del amigo-enemigo, como señala Carl Schmitt (2007).

Los derechos constitucionales de los pueblos indígenas y la gestión de la diversidad están en la centralidad de esta dinámica. Como minoría social y étnica en Brasil, los pueblos indígenas son víctimas os discursos "populistas" que los atacan simbólicamente. El actual presidente de la República, Jair Bolsonaro, ha declarado varias veces su intención de no demarcar más ningún "milímetro" de tierras indígenas y tratar de deconstruir las demarcaciones de tierras indígenas ya demarcadas, además de establecer una política integracionista que desbarata la *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI)⁴³. En este contexto, los derechos constitucionales de los pueblos indígenas corren el riesgo de sucumbir a una dinámica de "constitucionalización simbólica", en la que existe una hipertrofia de su dimensión simbólica, en detrimento de la función jurídico-instrumental (Neves, 2011: 13).

Partiendo de un modelo teórico para la definición del término Constitución, basado en la teoría sistémica del derecho, en diálogo con los modelos teóricos de Friedrich Müller y Peter Haberle, Marcelo Neves define la constitucionalización simbólica como un *déficit* en la concreción jurídico-normativa del texto constitucional. A través de la interferencia de la racionalidad política en la racionalidad jurídico-instrumental, la constitucionalización simbólica funcionaría como un fenómeno en el que los problemas sociales y culturales se enmascaran a través de un texto que no resulta efectivo en resultados prácticos y transformaciones empíricas en la realidad social.

Es un problema que se agrava en las sociedades periféricas, marcadas por un alto nivel de desigualdades sociales e injusticias, y también por relaciones de "subintegración" y "sobreintegración" de la ciudadanía (Neves, 1994: 254-255), donde el sistema político se apoya en el "formalismo" constitucional sin, todavía, defender la "positividad" de su texto y su transformación en una norma constitucional.

Si, por un lado, en un análisis comprometido con la efectividad de los derechos constitucionales de los pueblos indígenas en Brasil, se puede decir que se produce un proceso de "constitucionalización simbólica", por otro lado, también es evidente que el texto constitucional no ha perdido todo su valor jurídico-instrumental. Esto

43 La ONG Internacional "Survival International" ha hecho una compilación de los comentarios del actual Presidente brasileño sobre los pueblos indígenas. Survival International (2018).

se debe a que, aunque la "política indígena clandestina"⁴⁴ de las grandes corporaciones, de los sectores vinculados al agronegocio y también del Gobierno Federal, actúan en desacuerdo con lo establecido en el texto constitucional, la permanencia de este texto parece evitar injusticias políticas a mayor escala. El intento de cambiar el texto constitucional a través de la *Proposta de Emenda Constitucional* (PEC) 215/2000 demuestra que el texto constitucional todavía tiene su valor jurídico e instrumental y no simplemente simbólico, pues representa un obstáculo jurídico para determinadas acciones políticas, a pesar de los obstáculos sociales y económicos impuestos para su plena implementación.

De hecho, se puede hablar de una constitucionalización simbólica en términos y en situaciones específicas. Esto indica que la crisis política brasileña ha debilitado la implementación ya frágil del texto constitucional. En estos términos, se puede hablar de un proceso de "debilitamiento constitucional" o incluso, como sinónimo, de "constitucionalismo frágil" en el que la dimensión protectora de los derechos fundamentales, a menudo, es descuidada o es negociada a favor de la voluntad política y/o económica hegemónica. Este proceso de "debilitamiento" constitucional, que marca la historia del constitucionalismo brasileño y de aquellos países que se caracterizan por una esfera pública de baja densidad democrática, se profundiza en momentos de crisis política y económica. Este escenario refuerza las relaciones de poder asimétricas y relega a la marginalidad los derechos de las minorías étnicas y el "problema de la diversidad".

Este cuadro apunta en dirección a una evidente falta de "apertura cognitiva" por parte del sistema político y jurídico brasileño hacia la interculturalidad y los diálogos entre diferentes culturas y cosmovisiones. El blindaje de gran parte del sistema político y también de una esfera del sistema de justicia, impide la creación efectiva de este diálogo, prevaleciendo un enfoque integracionista sobre la forma de representar y concebir a los pueblos indígenas en la estructura de la sociedad brasileña, como sujetos políticos y sujetos de derechos. La imposibilidad de esta "apertura cognitiva" en el ámbito de los derechos de los pueblos indígenas hace que la condición social de los pueblos indígenas sea aún más vulnerable, y que sus derechos específicos, reconocidos constitucionalmente, queden relegados, en muchos casos, al apagamiento jurídico y político, caracterizándolos – y perpetuando, en determinado sentido – una dinámica de marginalidad política y de derechos.

Sin embargo, esta realidad, además de un análisis fatalista, que incluso puede dar soporte a la dinámica de la dominación política, puede ser, por otro lado, el impulso para la reorganización del indigenismo con base en el fortalecimiento del movimiento indígena en Brasil, o sea, una política constitucional de protección de los pueblos indígenas con la participación activa de los mismos. Un ejemplo reciente en esta última dirección, es el relanzamiento de la "*Aliança dos Povos da Floresta*", en la que los líderes indígenas se reunieron en la Amazonía para posicionarse en contra de las políticas del gobierno de Bolsonaro en los campos indígenas y ambientales. Esta movilización encontró apoyo de otros sectores institucionales (como por ejemplo el *Ministério Público Federal*) y de la sociedad. El problema de la diversidad, y la crisis política que también repercute en una "crisis de derechos", solo puede superarse refundando la movilización política y redefiniendo la normatividad del texto constitucional como fundamental para la acción política democrática. Es en el poder político de la movilización crítica y comprometida donde

44 Se tratan de acciones de agentes públicos y privados que actúan clandestinamente al margen de las políticas oficiales del Estado y al margen del establecido en el texto constitucional.

se encuentra el camino hacia la emancipación y la mejor concretización constitucional.

Reflexiones finales

La "gestión de la diversidad" sigue siendo un tema central en la dinámica política y jurídica del Estado brasileño. Esta constatación, por un lado, demuestra la fragilidad del Estado multicultural esculpido en el texto constitucional de 1988; pero, por otro lado, apunta a su potencial como sociedad megadiversa y constitucionalmente comprometida con la protección de la diversidad y la creación de soluciones políticas innovadoras y creativas. De hecho, existe la necesidad de superar una cultura jurídica y política basada en la lógica individual o privatista hacia la noción del "común" – la unidad común – que, en gran medida, ya es positiva en el texto constitucional, la legislación infraconstitucional y tratados internacionales sobre los derechos de los pueblos indígenas y la protección ambiental y cultural.

Del mismo modo, los momentos de crisis muestran la necesidad de volver a los *fundamentos*. No de aferrarse a ellos, sino de repensarlos y reconcebirlos desde una nueva perspectiva de coyuntura, evitando que el discurso fácil y mercantilizado del populismo sea capaz de alzarse como la respuesta correcta. Volver a los fundamentos implica volver a legitimar la noción fundamental de "*derechos humanos*" basada en la lógica misma de protección de la dignidad de la persona humana.

Con respecto a los derechos de los pueblos indígenas, además de su especificidad teórica y epistemológica como una verdadera "rama" del derecho, es necesario pensar en ellos desde la perspectiva del "derecho socioambiental", en la medida en que las cuestiones relacionadas con la protección jurídica de la diversidad, en sus diferentes dimensiones, van de la mano con la protección del medio ambiente y la sostenibilidad (socio)ambiental. Específicamente sobre el derecho a la tierra, hoy é evidente que este es una de las garantías centrales para la identidad y la forma de vida de los pueblos indígenas, al mismo tiempo que esta cuestión también porta consigo la necesidad de proteger el medio ambiente y la cultura y conocimientos de estos pueblos, su patrimonio cultural inmaterial.

En respuesta a la pregunta de investigación lanzada en la introducción de este trabajo, es posible afirmar que, en cierto sentido y en situaciones casuales, se produce un proceso de "constitucionalización simbólica" del texto constitucional, con respecto a los derechos de los pueblos indígenas. Sin embargo, también es notable que este mismo texto no ha perdido por completo su dimensión jurídico-instrumental, sino que se simboliza cuando los intereses económicos y/o políticos se colocan circunstancialmente en una relación dinámica superior a la de la racionalidad jurídica.

Por lo tanto, se prefiere hablar de un proceso de *debilitamiento constitucional circunstancial* o de un *constitucionalismo frágil*, que es resultado de una crisis política sin precedentes en la historia político-constitucional brasileña y la profundización de una política indígena clandestina que debilita la racionalidad jurídico-instrumental, pero no la supera por completo, en el sentido sociológico de la Constitución Política de Fernando Lassale (1985).

De hecho, la crisis política y la crisis de derechos imponen nuevos desafíos para los pueblos indígenas, para las instituciones, el Estado y la sociedad civil organizada, a fin de fortalecer la normatividad del texto constitucional, ya sea a través de la movilización política colectiva o mediante instrumentos jurídico-procesales que pueden utilizarse en esta dinámica, incluso a nivel internacional, a través de la responsabilidad jurídica internacional del Estado brasileño. La Constitución, como

documento legal-instrumental y proyecto político fundamental, impone a todo el deber de defender y comprometerse en su efectividad en la realidad social. Es en estas relaciones que la Constitución encuentra su fuerza política instrumental y es allí donde radica la posibilidad de emancipación de los pueblos indígenas, los sujetos marginados y la sociedad civil en general, funcionando también como garantía para la sostenibilidad socioambiental.

Referencias

- Anaya, J. (1996). *Indigenous peoples in international law*. New York: Oxford University Press.
- Barbosa, M. A. (2001). *Direito Antropológico e Terras Indígenas no Brasil*. São Paulo : Plêiade.
- Benhabib, S. (2006). *Las reivindicaciones de la cultura: igualdad y diversidad en la era global*. Buenos Aires : Katz Editores.
- _____ (2004). *The rights of others: aliens, residents and citizens*. New Haven : Yale University Press.
- Bhabha, H. (2013). *Nuevas minorías, nuevos derechos: notas sobre cosmopolitismos vernáculos*. Buenos Aires : Siglo XXI.
- Buergethal, T. (1988). *International Human Rights*. Minnesota, West Publishing.
- Burckhart, T. (2017). *Direito, Cultura e Cidadania*. Curitiba : Editora Prismas..
- _____ (2019). *Direitos indígenas e jurisdição constitucional: uma análise crítica do caso Raposa/Serra do Sol*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Cançado Trindade, A. A. (2003). *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Vol. I. Porto Alegre : Sérgio Antonio Fabris Editor.
- _____ (2001). *El derecho internacional de los derechos humanos en el siglo XXI*. Santiago: Editorial Jurídica del Chile.
- Canotilho, J. J. G. (1995). *Direito Constitucional*. 6ª ed. Coimbra : Livraria Almedina.
- Cunha, M. C. et. al. (Org.). (2014). *Políticas Culturais e Povos Indígenas*. São Paulo : Cultura Acadêmica.
- Cunha, M. C. (1987). *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo : Imprint.
- Curi, M. V. (2012). O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico. *Revista Espaço Ameríndio*, v. 6.
- Dallari, D. (2009). *Os direitos humanos dos índio*. In: MIRAS, Julia Trujillo (et. al.). *Makunaima Grita! Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue.
- Dardot, P.; Laval, C. (2019). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo : Boitempo.
- Dussel, E. (1994). *El encubrimiento del otro: hacia el origen del ‘mito de la modernidad’*. La Paz: CLACSO.
- Fajardo, R. (2006). *Hitos del reconocimiento del pluralismo y el derecho indígena en las políticas indigenistas y el constitucionalismo andino*. In: Lopez, M. B. (Org.). *Pueblos indígenas y derechos humanos*. Bilbao : Universidad de Deusto.

- Fariñas, M. J. D. (2014). *Democracia y Pluralismo*. Madrid : Dykinson.
- Hall, S. (2010). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro : DP&A.
- Hesse, K. (2010). *A força normativa da Constituição*. Brasília : IBDC.
- Joaquim, A. P. (2013). *Direito Constitucional Indígena: uma análise à luz do caso Raposa/Serra do Sol*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de São Paulo, USP.
- João, P. (2017). *40 ameaças legislativas aos direitos humanos*. Câmara dos Deputados. Recuperado de : <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/40-ameacas-legislativas-aos-direitos-humanos> .
- Kayser, H. (2010). *Os direitos dos povos indígenas do Brasil: desenvolvimento histórico e estágio atual*. Tradução de Maris da Glória Lacerda Rurack. Porto Alegre : Sérgio Antonio Fabris Ed..
- Lassalle, F. (1985). *A Essência da Constituição*. Rio de Janeiro : Liber Juris.
- Lévi-Strauss, C. (1976). *Raça e história*. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- Mascaro, A. (2017). Direito, crise e impeachment no Brasil. *Revista Observatorio Latinoamericano y Caribeno*, n. 1.
- Neves, M. (2009). *Transconstitucionalismo*. São Paulo : WMF Martins Fontes.
- _____ (2011). *Constitucionalização simbólica*. São Paulo : Martins Fontes.
- _____ (1994). Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2.
- Niezen, R. (2003). *The origins of indigenism: human rights and the politics of identity*. Berkeley : University of California Press.
- Pinheiro-Machado, R. (2018). Da esperança ao ódio: juventude, politica e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU Ideias*, 16, n. 278, vol. 16.
- Piovesan, F. (2018). *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 18ª Ed. São Paulo : Saraiva.
- Polanco, H. (2006) *Elogio a la diversidad: globalizacion, multiculturalismo y etnofagia*. Ciudad de México : Siglo XXI Ediciones.
- Santos, S. C. (1989). *Povos indígenas e a Constituinte*. Florianópolis: Editora da UFSC,.
- Schmitt, C. (2007) *The Concept of the Political*. Trad. George Schwab. Chicago : Chicago University Press.
- Silva, J. A. (2017). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 40ª Ed. São Paulo : Malheiros.
- Souza, O. B. (2018). Com pior desempenho em demarcações desde 1985, Temer tem quatro terras indígenas para homologar. *Instituto Socioambiental*, 19 abr..
- Survival International. (2018). O que Jair Bolsonaro, Presidente-eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil. *Survival International*.
- Supremo Tribunal Federal. (2009). Petição 3.388/RR, julgamento 19/03/2009, Relator: Min. Carlos Britto, Órgão julgador: Tribunal Pleno
- Touraine, A. (2007). *Um novo paradigma. Para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petropolis : Vozes.

United Nations. (2016). *Report of the Special Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples A/HRC/33/42*. Human Rights Council.

Villas Bôas Filho, O. (2003). *Os direitos indígenas no Brasil contemporâneo*. In: Bittar, E. (Org.). (2003). *História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional*. São Paulo : Atlas.

_____ (2017). A juridicização e o campo indigenista no Brasil: uma abordagem interdisciplinar. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, v. 111.

Villares, L. F. (2009). *Direito e povos indígenas*. Curitiba : Juruá.

Warnier, J. P. (2001). *La mundializacion de la cultura*. Quito : Ediciones Abya-Yala.

Warren-Scherer, I.; Luchman, L. (Org.) (2011). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. 1. ed. Florianópolis: Editora UFSC.

Wolkmer, A. C. (2015). *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 4ª Ed. São Paulo :Saraiva.

Ziblatt, D.; Levitsky, S. (2018). *How Democracies Die*. New York : Crown.



Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do *Jornal Nacional*

New paths of the brazilian environmental coverage: a study on *Jornal Nacional*

Ilza Maria Tourinho Girardi⁴⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Campus Saúde
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

ilza.girardi@ufrgs.br

Eloisa Beling Loose⁴⁶

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Campus Saúde
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

eloisa.beling@gmail.com

Débora Gallas Steigleder⁴⁷

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Campus Saúde
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

deborasteigleder@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2054>

DOI : 10.25965/trahs.2054

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Este artigo propõe reflexão teórica sobre as mudanças qualitativas observadas na cobertura jornalística sobre meio ambiente no Brasil, especialmente a partir do início do Governo Bolsonaro, e busca compreender suas razões e implicações. Para tanto, realiza um mapeamento no site do *Jornal Nacional (JN)*, principal telejornal brasileiro, desde janeiro de 2019, início da gestão de Jair Bolsonaro na Presidência da República, até junho de 2019, totalizando os primeiros seis meses de uma nova política que afronta a pauta ambiental. Por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), verifica-se a frequência das temáticas ambientais no *JN* e seus principais enfoques. Em seguida, discute-se o resultado da amostra frente a dados da pesquisa bibliográfica sobre jornalismo ambiental no Brasil e sobre a abordagem da questão ambiental no *JN*. Assim, tensionam aspectos positivos e negativos dos dados da

⁴⁵ Doutora em Comunicação. Professora titular da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq

⁴⁶ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴⁷ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental UFRGS/CNPq. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

realidade com os aportes teóricos, buscando evidências da repercussão do contexto político nacional nas pautas ambientais no período.

Palavras-chave: cobertura jornalística no Brasil, *Jornal Nacional*, gestão Jair Bolsonaro, jornalismo ambiental, meio Ambiente

Cet article propose une réflexion théorique sur les changements qualitatifs observés à partir de la couverture journalistique sur l'environnement au Brésil, surtout depuis le début du Gouvernement Bolsonaro, et veut en comprendre les raisons et implications. Pour autant, il réalise une enquête depuis le site du *Jornal Nacional (JN)*, principal journal télévisé brésilien, depuis janvier 2019, début de la gestion de Jair Bolsonaro à la Présidence de la République, jusqu'en juin 2019, soit les six premiers mois d'une nouvelle politique qui affronte l'agenda environnemental. Grâce à l'Analyse de Contenu (Bardin, 2011), la fréquence des thématiques environnementales dans le *JN* et ses principales approches sont vérifiées. Ensuite, le résultat de l'échantillon est discuté par rapport aux données de la recherche bibliographique sur le journalisme environnemental au Brésil et sur l'approche de la question environnementale au *JN*. Ainsi, les aspects positifs et négatifs des données de la réalité seront-ils exposés pour enrichir les contributions théoriques, tout en faisant état des témoignages se rapportant à la répercussion du contexte politique national quant aux thématiques environnementales dans la période citée.

Mots-clefs : couverture journalistique au Brésil, *Jornal Nacional*, gestion Jair Bolsonaro, journalisme Environnemental, environnement

Este artículo propone una reflexión teórica sobre los cambios cualitativos observados en la cobertura de noticias sobre el medio ambiente en Brasil, especialmente desde el comienzo del gobierno de Bolsonaro, y busca comprender sus razones e implicaciones. Para ello, realiza un mapeo en el sitio web de *Jornal Nacional (JN)*, el principal programa de noticias brasileño, desde enero de 2019, los inicios de la administración de Jair Bolsonaro en la Presidencia de la República, hasta junio de 2019, totalizando los primeros seis meses de una nueva política que afronta la agenda ambiental. A través del Análisis de Contenido (Bardin, 2011), se verifica la frecuencia de los temas ambientales en el *JN* y sus principales enfoques. Luego, el resultado de la muestra se discute a la luz de los datos de la investigación bibliográfica sobre periodismo ambiental en Brasil y sobre el enfoque del tema ambiental en Brasil en *JN*. Por lo tanto, enfatiza aspectos positivos y negativos de los datos de realidad con contribuciones teóricas, buscando evidencia de la repercusión del contexto político nacional en las pautas ambientales del período.

Palabras clave: cobertura periodística en Brasil, *Jornal Nacional*, gestión Jair Bolsonaro, periodismo ambiental, medio ambiente

This article proposes a theoretical reflection about qualitative changes observed at the journalistic coverage about the environment in Brazil, especially since the beginning of Bolsonaro's Government, and aims to comprehend its reasons and implications. For that, it performs a mapping process at the website of *Jornal Nacional (JN)*, which is the main Brazilian TV newscast, from January 2019, beginning of Jair Bolsonaro's term at the Presidency of the Republic, to June 2019, comprehending the first six months of a new policy that affronts the environmental schedule. Through the Content Analysis (Bardin, 2011), the frequency of environmental thematic on *JN* and its main approaches are verified. Then, it is discussed the sample results against data from the bibliographic research about environmental journalism in Brazil and about the approach of the environmental issue on *JN*. Therefore, it tensions positive and negative aspects from reality data

with theoretical contributions, looking for evidences of the repercussion of the national political context amongst the environmental schedule at the period.

Keywords: journalistic coverage in Brazil, *Jornal Nacional*, Jair Bolsonaro's management, environmental journalism, environment

1. Introdução

Desde 2008⁴⁸, acompanhamos a cobertura ambiental brasileira de diferentes maneiras, analisando e propondo formas de qualificar e amplificar os temas ambientais dentro do campo jornalístico. Este estudo tem como objetivo verificar o possível aumento da visibilidade do tema ambiental na imprensa tradicional (uma hipótese das autoras a partir de suas percepções como receptoras de informação) e avançar no debate sobre a transversalidade da pauta, um aspecto que até então era mais prescritivo do que possível de identificar na realidade de produção dos meios de comunicação.

Para tanto, elegeu-se como objeto empírico de análise o *Jornal Nacional (JN)*, telejornal de horário nobre, em televisão aberta, que alcança um público vasto e heterogêneo. No Brasil, a televisão ainda é o meio de comunicação mais consumido (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2016), e o telejornal citado, presente na grade da Rede Globo desde 1969, é o de maior audiência, sendo referência para grande parcela da população (Kantar Ibope Media, 2019). Depois de discussão de literatura, apontando as questões já introduzidas aqui, realizamos uma Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), de natureza qualitativa, com a finalidade de mensurar a frequência das temáticas ambientais no *JN*, a duração dedicada às temáticas, os principais temas e a relação com o governo atual.

Por ser um telejornal diário, optou-se, neste momento, em decorrência do volume de notas, notícias e reportagens, em analisar os primeiros seis meses de 2019, que foram acessados pelo site do programa, que disponibiliza a edição na íntegra e em partes, com curtas chamadas para cada um deles. Todos os conteúdos relacionados com a pauta ambiental foram tabelados e depois categorizados, conforme se apresentará adiante.

O período de escolha é justificado por uma nova postura do governo federal em relação ao meio ambiente, que, desde a campanha, promete flexibilizar mecanismos de fiscalização e proteção, visando o crescimento econômico a partir da exploração de recursos naturais. O Climate Action Tracker⁴⁹, consórcio composto por cientistas e ONGs de pesquisa para monitorar o progresso na direção da estabilização do clima global, afirma que o governo do presidente Bolsonaro está em desacordo com a necessidade urgente de ação climática no Brasil. A organização identificou que, em pouco mais de cem dias no governo, houve um distanciamento do cumprimento de suas metas no Acordo de Paris, com redução da participação da sociedade civil em conselhos na área ambiental, cortes no orçamento no Ministério do Meio Ambiente, dentre outras medidas que podem ser chamadas de retrocessos. A COP-25, conferência anual do clima que reúne chefes de Estado para alinhar ações de enfrentamento, que seria sediada no Brasil em 2019, foi cancelada por Bolsonaro, que além de não agir ainda amplifica a voz de negacionistas quando os coloca em posições de destaque no governo, como é o caso do ministro das Relações Exteriores, o diplomata Ernesto Araújo.

Além de ignorar a emergência climática, outros aspectos das políticas públicas ambientais seguem sendo alvo. A promessa de campanha era acabar com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) - ou inseri-lo dentro do Ministério da Agricultura -, mas

48 Esse foi o ano que foi institucionalizado o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), mas sua coordenadora, a professora Dr^a. Ilza Girardi, já atuava na área desde o fim dos anos 1980. O Grupo desenvolve pesquisas sistemáticas sobre essa interface desde então e é reconhecido nacional e internacionalmente pelo pioneirismo, regularidade e consistência com a qual trabalha com jornalismo e meio ambiente.

49 Recuperado de: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>.

pressões até mesmo de ruralistas, que teriam seus negócios prejudicados, fez com que o presidente mantivesse o MMA. A questão é que não basta existir uma instância que represente as questões ambientais se quem o comanda está contra os seus próprios interesses, sendo denominado como antiministro. Brum (2019: 257, *grifo da autora*) aponta que Ricardo Salles, ruralista condenado em primeira instância por improbidade administrativa, é o “[...] primeiro ministro *contra* o meio ambiente”, que, rapidamente, começou o desmonte de proteção ambiental que foi construído ao longo de décadas por diferentes governos.

Tal movimento (de voltar-se contra a área que deveria defender dentro do governo) acarretou uma série de ameaças e perseguições a técnicos de carreira atuantes nas instâncias que serviam à proteção ambiental⁵⁰ e até ativistas (que passaram a ser acusados de causar danos ambientais⁵¹). Além disso, a demarcação de terras indígenas e outras pautas associadas aos povos tradicionais estão sendo reiteradamente atacadas em nome de um progresso que virá com a extração mineral, a expansão do agronegócio sobre a Amazônia e outras formas exploradoras para atingir lucro em curto prazo. Brum (2019) destaca em seu livro que tais práticas não são invenção do novo governo, estando presentes desde o período de colonização portuguesa. Aliás, Cardoso e Reis (2019: 146), ao analisar a conjuntura econômica brasileira recente, reforçam esse olhar para a continuidade de um colonialismo e suas consequências para o ambiente, que estariam na contramão do desenvolvimento:

De maneira marcadamente subalterna e colonizada, o Brasil ratifica relações assimétricas de comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, chegando a divergir do seu atual parceiro comercial principal – a China –, em troca de relações diplomáticas com os EUA desfavoráveis para o Brasil. [...] além de nos tornarmos comercialmente cada vez mais enfraquecidos, tendo em vista as características de nossas pautas importadora e exportadora, estamos apostando as fichas em poucos parceiros comerciais, aumentando ainda mais a fragilidade já identificada e, com isso, os riscos. É um quase novo colonialismo, em prejuízo da sociedade e do meio ambiente brasileiro.

Ao tratar sobre a força do poder político dos ruralistas no contexto recente, fundamental para a saída de Dilma Rousseff e, depois, eleição de Jair Bolsonaro, Castilho (2018) sublinha que vivemos no Brasil um novo tipo de colonialismo, que é interno, e invisibiliza indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais para que, assim, a exploração sobre a natureza seja construída socialmente como algo “natural” para o desenvolvimento do país. “Como o momento geopolítico não prevê a expansão por fronteiras administrativas, um dos mecanismos possíveis é a expansão pelas fronteiras agropecuárias, em um processo interno de neocolonialismo” (*Ibidem*, pág.704), afirma o autor. Esse processo está afinado com

50 Um exemplo é o caso de exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em razão da divulgação de dados que apontam o aumento do desmatamento. Recuperado de: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/07/exoneracao-de-diretor-do-inpe-e-publicada-no-diario-oficial.ghtml>

51 Dentre os casos, destacamos a acusação de Salles ao Greenpeace pelo derramamento de óleo. Recuperado de : <https://veja.abril.com.br/politica/salles-insinua-que-greenpeace-e-responsavel-por-oleo-no-nordeste/> e dos brigadistas de Alter do Chão que teriam sido autores de queimadas. Recuperado de: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/brigadistas-sao-presos-suspeitos-de-incendios-em-alter-do-chao>.

as novas políticas do governo, que percebem a conservação do meio ambiente como um empecilho ao crescimento econômico, que beneficia, sobretudo, uma elite.

Há uma série de mudanças políticas (em todos os setores) que impactam diretamente a pauta ambiental e devem ter promovido uma intensificação de cobertura em diferentes veículos, mas ressaltamos que acreditamos que um conjunto de fatores foi motor de uma mais visibilização do meio ambiente. Para prosseguir a discussão, é importante retomarmos os registros e apontamentos sobre o tema nas últimas décadas.

2. Cobertura ambiental no Brasil

Assim como em outros países, a cobertura de temas ambientais iniciou com o surgimento dos movimentos ambientalistas. A visibilização da pauta ambiental, nos primórdios, se deu pelo interesse pessoal de jornalistas com o tema e também por outros atores sociais, que usavam os espaços midiáticos para expor suas preocupações em relação à deterioração da natureza. Fante *et al.* (2018), por exemplo, citam a atuação de Luís Henrique Roessler, ambientalista fundador, em 1955, da União Protetora da Natureza e que participou da publicização da pauta ambiental por meio de crônicas semanais publicadas no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

Do ponto de vista da formação jornalística, Belmonte (2017) aponta que o jornalismo ambiental nasce atrelado ao jornalismo científico. A partir de Sodré (1988), Belmonte pontua que já nas revistas ilustradas dos anos 1960, natureza, paisagem e aventura eram temas recorrentes, mas a problematização das questões ambientais só passou a receber mais espaço na imprensa brasileira com o fortalecimento do movimento ambientalista, na década de 1970. É a partir de então que os cientistas passam a ser mais consultados para explicar os fenômenos ambientais e propor saídas para os problemas diagnosticados.

Os estudos acadêmicos na área começam a ser identificados nos anos 1980, mas de forma esparsa – e ainda hoje são incluídos na formação de jornalistas de forma optativa⁵². Barros (2008) afirma que, impulsionados pela cobertura da Rio-92, o tema torna-se objeto de mais atenção por parte dos pesquisadores – o mesmo que acontece quando há picos de atenção midiática sobre o assunto, a exemplo da assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e da divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007).

Contudo, apesar desses momentos de grande interesse, é comum que a pauta ambiental se fragmente e deixe de ser notícia com frequência. Downs (1972) apresenta um ciclo de atenção das temáticas (*issue-attention-cycle*), que é observado na formação de políticas públicas sobre o meio ambiente, mas que pode ser identificado também na cobertura jornalística, composto por cinco estágios: 1) pré-problema (quando o problema existe, mas não se tornou alvo de atenção pública); 2) descoberta alarmada e entusiasmo eufórico (quando de repente o público toma conhecimento do problema); 3) percepção do custo (quando há compreensão de que mudanças e investimentos são necessários para resolver o problema); 4) gradual declínio do interesse pelo tema (quando prevalece a percepção das dificuldades em resolver a questão); e 5) pós-problema (quando o assunto entra em uma espécie de

52 Girardi, Loose e Camana (2015) apontam que a institucionalização das pesquisas é recente, sendo mais representativa a partir de meados dos anos 2000, que coincide com o período de “[...] intensificação do debate público mundial sobre a chamada ‘crise ecológica’ contemporânea” (Aguiar, 2013).

limbo). Assim, é possível associar o interesse da imprensa à própria disposição social de reconhecer e se envolver com as soluções para cada problema.

Em estudo sobre a informação ambiental veiculada pelas revistas semanais de circulação nacional *Isto É*, *Manchete* e *Veja*, Targino (1994: 57) verifica que, em quase sua totalidade, as matérias omitem “[...] o processo de deterioração ecológica e a ineficiência na gestão dos recursos naturais, mesmo com a responsabilidade da mídia”. Além disso, a pesquisadora aponta que predominam a perspectiva sensacionalista nos conteúdos ambientais, sublinhando curiosidades e fatos inesperados, exprimindo que essa não é uma prioridade nacional. Dos 39 fascículos analisados por Targino (1994), apenas 17 (43,59 %) veiculam algo sobre informação ambiental. Os temas mais veiculados durante sua análise foram: ecoturismo (29,42%); cosmo (23,53%) e Amazônia (17,65%). Esse estudo, da década de 1990, sinaliza para a pouca atenção às questões políticas e sociais atreladas ao meio ambiente, assim como sua escassez em veículos não especializados.

As questões políticas, econômicas, culturais e sociais demoram mais a entrar no escopo do jornalismo ambiental – e ainda hoje, em alguns casos, são invisibilizadas por interesses ou mesmo falta de compreensão de que o ambiente não está à parte da sociedade. John ressalta que, aos poucos, a

[...] adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas ‘ecologicamente corretas’, muda completamente a relação desta imprensa especializada com o poder e com o público.
(2001: 92)

Mesmo assim, acompanhando a trajetória dos anos seguintes sobre a cobertura do tema, veremos que espaços especializados em meio ambiente são poucos e, cada vez mais, vistos como onerosos pelos proprietários dos veículos que vivem uma crise no modelo de negócio que sustentava a produção jornalística. Se houve um tempo de maturação para a compreensão de que o meio ambiente é assunto de interesse público porque afeta a todos, em diferentes níveis setoriais, desde a saúde das pessoas até a manutenção de práticas culturais associadas à natureza, não houve tempo para que tais espaços dentro dos produtos jornalísticos se consolidassem. Ainda hoje, é difícil encontrar profissionais que consigam viver apenas da cobertura ambiental na imprensa.

3. Pressupostos de uma cobertura qualificada a partir do jornalismo ambiental

Embora se entenda que o jornalismo ambiental possa ter surgido de uma derivação do jornalismo científico, seu desenvolvimento acaba por extrapolá-lo. Bacchetta (2000) afirma que o ambiental supera o científico por não incorporar concepções filosóficas e éticas atreladas à ciência moderna. Mais do que divulgar as descobertas científicas associadas ao meio ambiente, o jornalismo ambiental se propõe a unir peças (que foram recortadas para melhor entendê-las, segundo a abordagem cartesiana). Girardi *et al.* (2012: 139) destacam esse esforço de tecer relações que permitam subsidiar as decisões dos cidadãos: “De uma oferta de informação ambiental desconexa, a sociedade precisa ser confrontada com a abordagem sobre os fatores que, interligados, dão origem aos graves problemas socioambientais na construção da cidadania ambiental”.

Se o jornalismo ambiental possui como meta conectar acontecimentos e fatos apresentados, geralmente, de forma isolada, como defender um espaço específico

para sua produção? O debate associado à defesa de espaços especializados ou à transversalização da perspectiva ambiental por todas as editorias é antigo, mas importante de ser retomado. Girardi *et al.* (2012:141) colocam que “é desafiante pensar o meio ambiente para além de uma editoria especializada no tema”, apesar de se saber que o espaço reservado a um tema garante que ele apareça tenha visibilidade sistemática. Se o meio ambiente não tem espaço fixo nem profissionais dedicados ao assunto, quem se preocupará em mantê-lo na agenda?

Tal preocupação extravasa o contexto brasileiro. Hannigan (1995) atesta que a ideia que emerge do ambientalismo de que tudo está conectado continua sendo negada pelo jornalismo. Para organizar a rotina de relatar o previsível e o imprevisível, a definição daquilo que é (ou foi) mais relevante no dia em editorias ou temas permite uma melhor operacionalização dos conteúdos. O problema, a nosso ver, é que ao fragmentar as pautas nesses espaços, muitas ligações são ocultadas ou negligenciadas. O olhar do jornalismo ambiental permitiria uma compreensão mais acertada do todo que nos cerca.

Desta forma, o jornalismo ambiental se constitui não enquanto editoria ou especialização profissional, mas, mais do que isto, enquanto perspectiva que orienta a reflexão e a prática profissional no campo jornalístico. Desta forma, de acordo com Bueno (2007), entendemos que o jornalismo ambiental se destina a uma multiplicidade de públicos, tendo em vista o caráter transversal e sistêmico das pautas ambientais. Da mesma forma, tais pautas possibilitam ampla variedade de fontes consultadas, uma vez que o jornalismo ambiental se posiciona em favor da qualidade de vida planetária, através do compromisso de apresentar os problemas ambientais, suas causas, consequências e soluções possíveis, conforme destaca Belmonte (2017). Segundo Belmonte, Steigleder e Motter, em acréscimo, é necessário que o jornalismo ambiental comprometa-se com a parcela da humanidade que mais sofre com o caráter insustentável do atual sistema:

A problematização dos limites da natureza procura a polissemia dando voz a diferentes pontos de vista, não apenas o dos incluídos na orgia capitalista, mas também o dos excluídos pelo sistema que valoriza a busca individual da maximização do ganho[...]. (2014:12)

O Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPQ/UFRGS) vem ao longo de mais de uma década investigando maneiras de melhor entender para, então, disseminar o cuidado ambiental no campo jornalístico. Além de uma frequência adequada, que supere o ciclo de atenção proposto por Downs (1974), o jornalismo ambiental precisaria, para dar conta de suas funções informativa, política e pedagógica (Bueno, 2007), ser entendido como uma lente, uma maneira de ver o mundo, que evidencie a racionalidade ambiental em todos os itens previstos para cada caixinha necessária para pôr ordem na rotina dos jornalistas. Nesse sentido, acredita-se que o “[...] ambiental, em sua transversalidade, “contamine” [...] as demais editorias” (Girardi *et al.*, 2012: 149).

4. Meio ambiente no *Jornal Nacional*

Antes de adentrarmos na análise realizada no telejornal de maior audiência do Brasil, registramos estudos já realizados no mesmo veículo sobre a temática. Embora o *JN* tenha muitos anos de edições diárias (desde 1969), não há registro de frequência longa de exibição de conteúdos ambientais, seja porque não possui uma editoria ou quadro fixo para o tema, seja porque se propõe a ser um veículo de *hard news* (e

meio ambiente, por muito tempo, foi considerado *soft news*), havendo espaço apenas para tragédias, denúncias e eventos políticos.

Esta constatação foi feita após – a busca por trabalhos em língua portuguesa – artigos publicados em periódicos, teses e dissertações – através das palavras-chave “Jornal Nacional” + “meio ambiente” nas seguintes bases de dados de acesso livre: Periódicos Capes⁵³, Google Acadêmico⁵⁴, SciELO⁵⁵ e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) ⁵⁶. Optamos por estabelecer interlocução apenas com produções que analisassem o conteúdo sobre meio ambiente exibido no *JN*. Desta forma, selecionamos os trabalhos de Teixeira (2014), Carvalho (2014) e Brandi (2018) - todos dissertações de mestrado – e um resumo de projeto de pesquisa, de Canuto, Fernandes e Faria (2018)⁵⁷.

Nossa proposta metodológica parte da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), a partir da qual realizamos um reagrupamento de elementos de um contexto específico – no caso, as edições de *JN* exibidas entre janeiro e junho de 2019 – de acordo com a temática pertinente à pesquisa – a frequência e o enfoque das matérias sobre meio ambiente na programação.

O tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas. (Bardin, 2011: 135)

Uma análise temática, nesses termos, está sujeita à atividade interpretativa do pesquisador, pois permite o recorte do material disponível de acordo com os objetivos da pesquisa. Neste artigo, valemo-nos da organização do corpus de mais de 400 ocorrências de temas ambientais ao longo de 130 edições de *JN* correspondentes aos seis primeiros meses da gestão de Jair Bolsonaro na Presidência da República.

Teixeira (2014) realizou análise da cobertura do Código Florestal no *JN* de março de 2012 a maio de 2013, observando que o tema não teve matéria em 2013, nem mesmo quando completou um ano de vigência. Na análise realizada, a autora aponta que a

53 Acervo de publicações científicas nacionais e internacionais mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão pertencente ao Ministério da Educação brasileiro. Recuperado de: <http://www.periodicos.capes.gov.br>.

54 Repositório de trabalhos científicos mantido pela empresa de tecnologia Google. Recuperado de: <https://scholar.google.com.br>.

55 *Scientific Electronic Library Online*, repositório desenvolvido no Brasil pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com apoio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Recuperado de: <http://www.scielo.br/>.

56 Sistema coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Recuperado de: <http://bdt.d.ibict.br>.

57 Localizamos mais dois trabalhos que foram desconsiderados da análise neste artigo por terem sido produzidos no âmbito de programas de pós-graduação não vinculados à área da Comunicação: Lesting, R. (2008). *A visão da ecologia no Jornal Nacional*. Piracicaba: Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; e Alves, A. P. Z. (2011). *O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise crítica do discurso das notícias sobre as mudanças climáticas*. Piracicaba: Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

abordagem política, focada na disputa entre parlamentares ruralistas e ambientalistas em torno da redação do novo texto e do processo de votação, foi privilegiada em relação às consequências ambientais derivadas da mudança. Outro resultado trazido foi o pouco espaço dado ao tema em estudo: 0,22% das edições de 2012 trataram do Código Florestal.

Logo, fica claro que o interesse do Jornal Nacional não é incorporar na sua pauta o tema ambiental, a não ser em eventos de repercussão nacional e internacional, como a Rio+20, ou catástrofes de grande proporção, com muita destruição e morte. (Teixeira, 2014: 118)

Já Canuto, Fernandes e Faria (2018) fizeram um estudo nos anos de 2008 e 2009 a fim de mapear a mobilização criada em torno do dia do meio ambiente, 5 de junho. Segundo os autores, as matérias apresentaram “limitada contextualização dos fatos que giram em torno da temática” (*Ibidem*, 2008:59) e não levam o público a pensar sobre o modo como são responsáveis e afetados pelas questões ambientais, mostrando apenas soluções paliativas.

Brandi (2018) realizou estudo focado em meio ambiente e analisou as edições do *JN* entre 1º de novembro de 2016 e 31 de outubro de 2017. Na sua análise verificou ficou a preferência do telejornal pelo relato de fatos atuais ou o acompanhamento desses, algo esperado pelo formato do programa. Em razão disso, os microtemas “Ocorrências Naturais” e “Ocorrências Provocadas”, ligados a desastres, tragédias ou catástrofes, foram os mais recorrentes. Também identificou que

[...] estão ausentes do produto jornalístico notícias sobre projetos, políticas e convênios de planejamento urbano, sobre causas e consequências do crescimento dos municípios ou com ênfase à redução de impactos ambientais nas cidades. Essa é nítida prova da fragilidade preventiva ou contextual das pautas sobre meio ambiente e, aparentemente, do noticiário geral (Brandi, 2018:182).

Carvalho (2018) realiza uma análise da narrativa jornalística sobre o rompimento da barragem de rejeitos de mineração pertencente à empresa Samarco – controlada pelas multinacionais Vale e BHP – no município de Mariana (Minas Gerais), em 2015. Além de causar 19 mortes diretas, a avalanche de resíduos tóxicos contaminou o curso e a bacia do Rio Doce até a foz. Segundo o autor, *JN* limitou-se a descrever os efeitos do desastre, destacando as vítimas como personagens principais. Por um lado, esse enquadramento possibilitou ao público entender o acontecimento para além dos números. Por outro, a narrativa centrou-se no drama humano, e o papel de vilã coube à onda de rejeitos em um primeiro momento; no decorrer da cobertura, este papel passou a ser ofertado à empresa.

Embora previsto, o caso Samarco é inquestionavelmente noticiável. Encará-lo na perspectiva de tragédia (não) anunciada – ou seja, antecipada por laudos técnicos que, antes da irrupção do desastre, nunca foram noticiados – representa o principal desafio desta pesquisa. Ao tratar de um complexo desastre socioambiental estritamente sob a ótica de seus efeitos, que tipo de cobertura o Jornalismo desenvolve? Como este age diante de uma tragédia com inédita magnitude? (Carvalho, 2018:103)

Esses estudos recentes reforçam a percepção das autoras de que o *JN* não dava muito espaço ao meio ambiente na sua história e, pela sua lógica de *hard news*, tem

privilegiado acontecimentos factuais, sem a contextualização necessária para que o tema central seja conectado às suas causas e consequência de médio e longo prazos. A hipótese que temos, contudo, aponta para outra direção: de que agora o meio ambiente está frequentemente nas notícias dos brasileiros e, muitas vezes, tratado de forma transversal.

4.1 Avanços na abordagem sobre a crise climática, desafio de incorporar visão sistêmica para além da catástrofe evidente

A urgência da discussão ambiental é inegável aos mais diversos atores globais. A edição 2020 do Relatório de Riscos Globais (World Economic Forum, 2020) destaca os dez riscos mais prováveis de serem enfrentados em escala mundial diante do atual cenário geopolítico e econômico. Os cinco primeiros do *ranking* são todos ambientais: fenômenos climáticos extremos; fracasso da ação climática; desastres naturais; perda de biodiversidade; e desastres ambientais provocados por humanos. O diagnóstico também aponta a relação destas ocorrências com riscos de ordem política, econômica e social, tais como as crises no abastecimento de água e de comida, a contaminação por doenças infecciosas, as migrações forçadas e o fracasso do planejamento urbano.

De forma complementar, a constatação da emergência climática repercute no posicionamento dos próprios veículos midiáticos. Importante lembrar, por exemplo, que o jornal britânico *The Guardian* anunciou, em 2019, a adequação de sua linguagem para se referir às mudanças climáticas. O manual de redação da publicação recomenda a utilização de termos como “caos climático” a fim de destacar o potencial catastrófico de suas consequências para a humanidade (Carrington, 2019).

Cientes desta atualização em escala global na percepção sobre a crise ambiental, notamos que *JN* já incorpora reflexões sobre suas causas e efeitos às pautas cotidianas, conectando fenômenos que em outros tempos eram lidos como tragédias isoladas a um contexto de transformação sistêmica do planeta. Um exemplo desta abordagem pode ser observado no vídeo *Temporais fazem parte de uma nova realidade, diz climatologista*, exibido em nove de abril de 2019. Após atualizar os telespectadores ao longo da edição sobre mortos, feridos e prejuízos materiais ocorridos por consequência de temporal na cidade do Rio de Janeiro na noite anterior, o telejornal exibe reportagem que explica, através de fontes do campo científico, o aumento da frequência e da intensidade de tempestades em grandes metrópoles. O quadro seguinte, a previsão do tempo para o dia seguinte em todo o País, incorpora a pauta trazida na reportagem e explica as condições atmosféricas que deram origem às instabilidades, conectando tais ocorrências a eventos extremos – como ondas de calor, incêndios, enchentes e secas – reportados em todo o mundo ao longo de 2018. Importante notar que a reportagem em questão é assinada pelo jornalista André Trigueiro, cuja trajetória cobrindo e pesquisando sobre meio ambiente culminou na criação, em 2006, do programa *Cidades e Soluções*, exibido semanalmente no canal por assinatura GloboNews, do qual é apresentador e editor-chefe.

Assim, inferimos que pode ter havido avanço na abordagem de *JN* sobre meio ambiente em relação à negligência do noticiário na abordagem de temas como as mudanças climáticas e planejamento urbano, conforme constatações do estudo de Brandi (2018). Porém, ressaltamos o fato de a pauta ser agendada em *JN* possivelmente por conta do contexto de tragédia humana. Mesmo que a necessidade

de intensificar a produção de pautas ambientais há muito já fosse assinalada nos estudos de jornalismo diante dos riscos à viabilidade da vida no planeta – como em Bacchetta (2000), Bueno (2007) e Girardi *et al.* (2012), conforme discutido no capítulo anterior – as evidências precisaram ser catastróficas para o assunto se enquadrar nos critérios de noticiabilidade vigentes. Estes são referentes, sobretudo, ao número de vítimas e à proximidade de ocorrência – sendo ainda mais impactante na medida em que eventos extremos e seus impactos sobre a população são verificados em várias regiões ao mesmo tempo.

Um exemplo deste *modus operandi* são as reportagens exibidas no mês de fevereiro sobre o projeto do Governo Federal para construção de uma linha de transmissão de energia elétrica em Roraima, o Linhão de Tucuruí, a fim de que o estado deixe de depender da energia elétrica recebida da Venezuela frente ao contexto de crise política e econômica no país vizinho. Entretanto, somente na edição de 1º de março JN traz contraponto ao projeto. Em nota pelada, os apresentadores repercutem nota da comunidade indígena Waimiri Atroari, a qual defende o direito de consulta prévia sobre o projeto determinado pela Convenção da Organização Internacional do Trabalho e a conclusão dos estudos socioambientais do empreendimento, já que o Linhão atravessará a Terra Indígena em que vivem. Foi preciso, portanto, que importantes atores ligados à pauta em questão se apresentassem ao campo jornalístico como fontes potenciais para o entendimento sistêmico do caso, já que na cobertura anterior foram desconsiderados frente às fontes oficiais, e sua invisibilização trouxe prejuízos na construção do discurso jornalístico, por consequência.

Algumas das conexões intrínsecas às pautas ambientais ainda não são abordadas. Cinco das reportagens mapeadas versam sobre o aumento de casos de doenças infecciosas cujo vírus é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* – dengue, zika, chikungunya e febre amarela – em relação a 2018. Apesar de contextualizarem que a proliferação do mosquito ocorre por conta das temperaturas mais elevadas e que as populações mais propensas ao contágio se localizam em áreas com acúmulo de materiais descartados, as reportagens não exploraram a correlação entre os surtos dessas doenças e os crescentes registros de recordes de calor em vários pontos do País como efeito das mudanças climáticas.

4.2 A continuidade e recorrência da pauta ambiental na programação

Em nosso levantamento das exibições de conteúdos sobre meio ambiente no JN, contabilizamos também as chamadas para o programa dominical *Fantástico*, exibidas na edição de sábado, que explicassem a abordagem de pauta ambiental prevista para a atração do dia seguinte. Também registramos os boletins de JN exibidos durante a programação geral da Rede Globo. Em ambos, a pauta mais recorrente foi o rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale no município de Brumadinho (Minas Gerais), ocorrido em 25 de janeiro de 2019 e causador de 270 mortes⁵⁸. e seus desdobramentos. No caso dos 40 boletins – inserções durante a programação da emissora com informações urgentes ou atualizações sobre o acontecimento – registrados nos seis meses de edições mapeadas, todos se referiam ao acontecimento em Brumadinho, sendo exibidos entre 25 de janeiro e 1º de

58 Número atualizado em 24 de janeiro de 2020, às vésperas de o crime completar um ano. Dez vítimas, no entanto, ainda não foram localizadas. Recuperado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-24/os-365-dias-da-incansavel-busca-na-lama-de-brumadinho.html>

fevereiro de 2019, data na qual foram exibidas imagens inéditas do momento em que a barragem da Vale se rompe em pelo menos três horários diferentes. E, de acordo com as chamadas exibidas durante o *JN*, a tragédia foi assunto de duas das seis edições do *Fantástico* que apresentaram pautas ambientais como manchete.

Assim, frente a casos de impactos mais facilmente contabilizados, percebemos que o *JN* repercute e dá continuidade à pauta ambiental, destacando as consequências de desastres e passando a adotar, de pouco em pouco, um olhar que valoriza a necessidade de precaução. Trata-se de um quadro já distinto daquele apontado por Teixeira (2014), que isolava a cobertura ambiental a desastres naturais pontuais e a eventos oficiais, de duração determinada. No caso de desastres, também há uma evolução na abordagem. A narrativa de *JN* sobre o rompimento da barragem da Samarco, ocorrida em 2015, tema da pesquisa de Carvalho (2018), até pode ter surpreendido jornalistas e editores por se tratar de uma destruição de ecossistemas sem precedentes. No entanto, em 2019, era esperado que as equipes jornalísticas tivessem mais expertise para lidar com o tema.

Outra explicação possível para a ampliação do olhar da cobertura ambiental pode ser a demanda do público. É sabido que as reações da sociedade civil à exploração em nome da acumulação de capital, por exemplo, estão cada vez mais frequentes, e mais difíceis de serem ignoradas, como a própria cobertura de *JN* evidencia. Nisso, ajuda o fato de atos de desobediência civil ocorrerem em países do Norte global, o mundo considerado “desenvolvido”. Um exemplo são as greves pelo clima, movimentos popularizados a partir da proposta da jovem ativista sueca Greta Thunberg de não frequentar a escola nas sextas-feiras para protestar em frente ao Parlamento de seu país. Durante o período pesquisado, cinco inserções, sendo duas reportagens de correspondente internacional em Londres, repercutiram o tema em *JN*.

No contexto brasileiro, para além de desastres e tragédias, a cobertura ambiental transversalizou-se, principalmente, a partir da “revelação” de que atos oficiais do Poder Executivo têm implicações reais quase que instantâneas. Demarcação de terras indígenas a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; sucateamento de órgãos ambientais, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); suspensão de contratos do Ministério do Meio Ambiente com Organizações Não Governamentais; desmantelamento do Fundo Amazônia; liberação de novos agrotóxicos; relatórios que indicam a intensificação do desmatamento de florestas tropicais: 29 reportagens versaram sobre políticas instituídas que afetaram diretamente os esforços de conservação dos biomas brasileiros e ameaçaram os direitos das populações indígenas. Desta forma, entendemos que, confrontado com a realidade, *JN* optou por reportar as consequências das decisões políticas. Em pelo menos cinco ocasiões, por exemplo, passou a acolher o ponto de vista dos povos indígenas sobre as consequências da gestão Bolsonaro para a proteção da Floresta Amazônica.

5. Considerações finais

Em comparação com estudos anteriores, percebemos agora a transversalidade da pauta ambiental no *JN*, de maneira que a cobertura acompanha a percepção global de aumento dos riscos ambientais, o que confirma nossa hipótese. A mudança no regime de chuvas e a recorrência de outros eventos extremos, como secas e tempestades, já começam a ser explicadas pelas mudanças climáticas, por exemplo. Vemos este movimento como positivo na medida em que abordar um assunto negligenciado pelos representantes do poder político e econômico renova

compromisso do jornalismo para com o público – no caso do *JN*, brasileiras e brasileiros de todas as partes do País, cada vez mais vulneráveis aos efeitos da crise climática e da destruição dos biomas.

O assunto deixa de ser restrito a eventos agendados, como as conferências da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente, conforme constatação de estudos anteriores na área do jornalismo ambiental. Percebemos que as pautas ambientais entram no terreno das *hard news* quando passam a ser mais associadas às pautas políticas. Na análise ao longo de seis meses, podemos perceber que o desmonte das instituições tem impacto negativo direto sobre as populações mais negligenciadas pelas políticas públicas, como os povos indígenas da Amazônia. Percebemos que *JN* agenda tais temas após o início da nova gestão no Executivo e a repercussão pontual de mudanças estruturais. Porém, aos poucos, o noticiário passa a ligar os pontos, retomando e posicionando os acontecimentos em perspectiva local e global.

Assim, mesmo que ainda seja pega de surpresa por desastres ou atos de governantes e gestores, a cobertura ambiental no *JN* vem se aproximando das orientações do jornalismo ambiental, sobretudo na importância de conectar causas e consequências, problemas e soluções para além de editoriais específicas.

Neste artigo, propusemos um olhar panorâmico sobre a cobertura no período, o que limita detalhamentos sobre a particularidade de gêneros, temas e enfoques. Apontamos como possibilidade para estudos futuros um aprofundamento deste olhar por viés qualitativo a partir de temáticas selecionadas, além do prosseguimento da coleta de dados sobre as pautas ambientais em *JN* a fim de visualizar a evolução temporal.

Referências

- Aguiar, S. (2013). Apresentação de meta-análise sobre a Pesquisa em Comunicação Ambiental no Brasil (1988-2012). *II Encontro Interdisciplinar de Educação Ambiental*. Aracaju.
- Bacchetta, V. (2000). El periodismo ambiental. Em V. Bacchetta, *Ciudadanía Planetaria* (pp. 18-21). Montevideo: IFEJ/FES.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (edição revista e ampliada ed.). São Paulo: Edições 70.
- Barros, A. T., & Sousa, J. P. (2008). Antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal: abordagens preliminares. *X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. São Luis: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Recuperado de <https://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0471-1.pdf>
- Belmonte, R. V. (2017). Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 6(2), pp. 110-125.
- Belmonte, R. V., Steigleder, D. G., & MOTTER, S. B. (2014). Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite. *XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Santa Cruz do Sul: SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.
- Brandi, D. P. (2018). *Agenda do meio ambiente no Jornal Nacional: avaliação da qualidade da relevância temática*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe.

World Economic Forum. (s.d.). *The Global Risks Report 2020*. Ginebra. Recuperado de http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf?fbclid=IwAR3jLve8QjDtxVtVOza8F2VooZg7awsbn0A3ESixCxW1dkn1APPrloHSly8



A relevância da mediação de conflitos socioambientais para a conscientização ambiental da sociedade contemporânea

The relevance of socio-environmental conflict mediation for the environmental awareness of contemporary society

André Felipe Siuves Alves⁵⁹

Universidade de Limoges, França
y Minas Gerais, Brasil

andresiuves@hotmail.com

Lívia Jota Resende⁶⁰

Fundação Escola Superior do Ministério Público
y Fundação Nacional de Mediação de Conflitos
Minas Gerais, Brasil

liviajota@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2082>

DOI : 10.25965/trahs.2082

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

A eficiência na proteção ambiental se torna cada vez mais necessária e urgente, sobretudo na sociedade contemporânea. Compreender a verdadeira raiz das ações lesivas ao meio ambiente e conscientizar a população à realização de práticas mais sustentáveis se faz um constante e importante desafio. É imperioso que cada indivíduo tenha plena consciência das consequências de suas atitudes ao meio ambiente como um todo, não visualizando apenas o meio em que vive ou seu entorno. A falta desta conscientização, o uso dos recursos naturais, bem como a escassez destes recursos contribuem para o surgimento de conflitos e, de modo consequente, um desequilíbrio socioambiental. Assim, se torna necessário encontrar, dentre os diversos meios de solução de conflitos, aquele mais adequado. O método a ser escolhido deve não somente solucionar a questão em litígio, mas também estabelecer uma efetiva compreensão por parte dos envolvidos em relação aos impactos de suas condutas e resultar na verdadeira conscientização em relação ao equilíbrio ambiental. Desta maneira, a mediação, por meio de uma gestão construtiva do conflito, se apresenta como um método adequado a proporcionar, não apenas a resolução da disputa, mas também a conscientização ambiental. Com isso, quando o agente que praticou o dano ambiental conscientiza-se de seu papel e influência em um amplo e complexo meio, procurará agir de forma a evitar e mitigar os impactos

⁵⁹ Mestrando em Direito Ambiental e Urbanístico pela Faculté de Droit et des Sciences Économiques - Université de Limoges; Especialista em Direito Ambiental e Gestão Ambiental; Gestor Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, Brasil.

⁶⁰ Advogada, Especialista em Mediação e Gestão de Conflitos pela FESMP (Fundação Escola Superior do Ministério Público) em parceria com a FNMC (Fundação Nacional de Mediação de Conflitos). Gestora Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, Brasil.

que suas ações ou atividades causam. Sendo assim, este trabalho visa evidenciar que a mediação devidamente aplicada pode ser um exitoso método apta a atingir o objetivo precípua de preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras-chave: conflitos socioambientais, conscientização ambiental, equilíbrio ambiental, métodos adequados de resolução de conflitos, mediação de conflitos

La protection de l'environnement et la recherche d'une plus grande efficacité sont de plus en plus nécessaires et urgentes, en particulier dans la société contemporaine. Comprendre l'origine véritable des actions qui nuisent à l'environnement et sensibiliser la population à des pratiques plus durables constituent un défi constant et important. Chaque individu doit être pleinement conscient des conséquences de ses attitudes à l'égard de l'environnement dans son ensemble, et pas seulement visualiser le milieu dans lequel il vit ou son environnement propre. L'absence de cette prise de conscience, l'utilisation des ressources naturelles, ainsi que la rareté de ces ressources contribuent à l'émergence de conflits et, par conséquent, à un déséquilibre socio-environnemental. Ainsi, il devient nécessaire de trouver, parmi les différents moyens de résolution des conflits celui qui sera le plus approprié. La méthode choisie doit non seulement résoudre le problème posé, mais aussi permettre une bonne compréhension de la part des acteurs par rapport aux impacts induits par leur conduite et aboutir à une réelle prise de conscience de l'équilibre environnemental. De cette manière, la médiation, à travers une gestion constructive des conflits, se présente comme une méthode appropriée pour fournir, non seulement le règlement du différend, mais aussi la sensibilisation à l'environnement. Ainsi, lorsque l'agent qui a causé le dommage environnemental prendra conscience de son rôle et de son influence dans un environnement ample et complexe, il s'efforcera d'agir afin d'éviter et d'atténuer les impacts que ses actions ou activités provoquent. Notre travail tend, en conséquence, à montrer que la médiation correctement appliquée peut-être une méthode aboutie, capable d'atteindre l'objectif principal qui est celui de préserver un environnement écologiquement équilibré.

Mots-clefs : conflits socio-environnementaux, sensibilisation à l'environnement, équilibre environnemental, méthodes adéquates de résolution des conflits, médiation des conflits

La eficiencia en la protección del medio ambiente es cada vez más necesaria y urgente, especialmente en la sociedad contemporánea. Comprender la verdadera raíz de las acciones perjudiciales para el medio ambiente y sensibilizar a la población sobre prácticas más sostenibles es un desafío constante e importante. Es imperativo que cada individuo sea plenamente consciente de las consecuencias de sus actitudes hacia el medio ambiente en su conjunto, no solo visualizando el entorno en el que vive o su entorno. La falta de esta conciencia, el uso de los recursos naturales, así como la escasez de los mismos, contribuyen a la aparición de conflictos y, en consecuencia, a un desequilibrio socioambiental. Por lo tanto, se hace necesario encontrar, entre los diversos medios de resolución de conflictos, el más apropiado. El método a elegir no solo debe resolver el problema en cuestión, sino también establecer una comprensión efectiva por parte de los involucrados en relación con los impactos de su conducta y dar como resultado una conciencia real del equilibrio ambiental. De esta manera, la mediación, a través del manejo constructivo de conflictos, se presenta como un método apropiado para proporcionar, no solo la resolución de la disputa, sino también la conciencia ambiental. Por lo tanto, cuando el agente que ha hecho el daño ambiental se da cuenta de su papel e influencia en un entorno amplio y complejo, buscará actuar para evitar y mitigar los impactos que causan sus acciones o actividades. Por consiguiente, este trabajo tiene como objetivo

mostrar que la mediación aplicada adecuadamente puede ser un método exitoso capaz de lograr el objetivo principal de preservar un medio ambiente ecológicamente equilibrado.

Palabras clave: conflictos socioambientales, conciencia ambiental, equilibrio ambiental, métodos adecuados de resolución de conflictos, mediación de conflictos

Efficiency in environmental protection is becoming increasingly necessary and urgent, especially in a contemporary society. Understanding the true roots of actions that are harmful to the environment and making the population aware of more sustainable practices is a constant and important challenge. It is imperative that each individual is fully aware of the consequences of their attitudes to the environment as a whole, not just visualizing the environment in which they live or their surroundings. The lack of this awareness, the use of natural resources, as well as the scarcity of these resources contribute to the emergence of conflicts and, consequently, a socio-environmental imbalance. Thus, it becomes necessary to find, among the various means of conflict resolution, the most appropriate one. The method that is chosen must not only resolve issue by issue, but also establish an effective understanding on the part of those involved in relation to the impacts of their conduct and result in real awareness of the environmental balance. In this way, mediation, through constructive conflict management, presents itself as an appropriate method to provide, not only the resolution of the dispute, but also environmental awareness. Thus, when the agent, who has done the environmental damage, becomes aware of his role and influence in a broad and complex environment, he will seek to act in order to avoid and mitigate the impacts that his actions or activities cause. Therefore, this work aims to show that mediation properly applied can be a successful method able to achieve the main objective of preserving the ecologically balanced environment.

Keywords: socio-environmental conflicts, environmental awareness, environmental balance, adequate conflict resolution methods, conflict mediation

Introdução

A sociedade atual tem presenciado desastres ambientais de gravidade incalculável e repercussão global, como os rompimentos das barragens de mineração no Estado de Minas Gerais, no Brasil, as queimadas na Amazônia, os vazamentos de óleo no litoral do nordeste brasileiro, os recentes incêndios na Austrália, dentre outros.

Todos assistimos, com perplexidade, os danos socioambientais causados, lamentamos e, revoltados, questionamos como os responsáveis foram capazes de causá-los, permitir que eles ocorressem ou serem omissos a ponto de não evitá-los.

Sem dúvida, todos esses questionamentos e reivindicações são válidos e necessários, sendo de extrema importância que toda coletividade exija as respostas e ações efetivas das autoridades, bem como a compensação e punição dos responsáveis, tanto para que os impactos ambientais e sociais causados possam ser mitigados, quanto para evitar que novos desastres ocorram.

Entretanto, é também essencial que todos os setores da sociedade, todas as áreas de conhecimento, e cada indivíduo em particular, iniciem uma profunda reflexão sobre quais ações poderiam empreender para que esse processo de degradação ambiental desenfreada seja finalmente atingido.

Afinal, diante dos inúmeros desafios enfrentados no processo de conscientização ambiental da sociedade contemporânea, e, tendo em vista a urgência que a preservação ambiental demanda, os esforços deverão ser dirigidos às mais diversas áreas e frentes.

Neste sentido, existem, na literatura contemporânea diversos trabalhos que abordam os instrumentos de conscientização da população sobre os impactos resultantes das ações de cada indivíduo, os diversos modos de atuação do Poder Público na problemática ambiental, bem como as formas de composição internacional dos principais atores dos problemas socioambientais.

Desse modo, dentre os diversos tipos de problemas e soluções propostas, o presente trabalho terá como foco os conflitos socioambientais e abordará, em um primeiro plano, como estes podem oportunizar a compreensão dos envolvidos acerca do equilíbrio ambiental e suas complexidades, desde que utilizado um meio adequado de resolução, iniciativa que deve contar com o apoio do poder público para sua implementação.

Em um segundo plano, pretende-se analisar como as concepções ainda fragmentadas do meio ambiente tem um papel significativo na realização de condutas lesivas ao meio ambiente e ao surgimento de conflitos socioambientais, sem, contudo, pretender abordar as especificidades dessa tão complexa espécie de disputa.

Por outro lado, sem esgotar todas as características, técnicas e possibilidades existentes em um método tão complexo e profundo como a mediação, objetiva-se realçar algumas especificidades que o tornam capaz de auxiliar as partes a alcançar esse aprendizado, abordando-se, a partir de uma situação hipotética envolvendo um autor de uma infração ambiental, como o reenquadre de determinados fatos pode ser essencial para a compreensão das partes acerca dos impactos provocados por sua ação ao meio ambiente.

Assim, pretende-se demonstrar que a mediação de conflitos, ao propiciar às partes novas perspectivas sobre os mesmos fatos e, com isso, interromper a dinâmica destrutiva das disputas, possibilita a compreensão e conscientização ambiental, o que acaba por contribuir com a manutenção de seu equilíbrio.

Por todo exposto, considerando a amplitude do tema, este trabalho tem o objetivo de demonstrar, a partir do recorte de um dos inúmeros aspectos da mediação que, bem aplicado, este método pode se tornar bastante efetivo e alcançar resultados consideravelmente satisfatórios no que concerne à conscientização ambiental da sociedade e consequente preservação do meio ambiente.

1- O Conflito socioambiental como oportunidade de compreensão dos envolvidos acerca das complexidades envolvendo o equilíbrio ambiental

Diante de diversas demonstrações de desequilíbrio ambiental presenciadas pela sociedade contemporânea, cresce o número de investigações, pesquisas e questionamentos sobre quais seriam suas possíveis causas.

Entretanto, uma reflexão não tão comum, consiste na verificação de cada indivíduo de como e em que medida o seu modo de vida, suas escolhas e condutas pessoais, de alguma forma, não estariam diretas ou indiretamente relacionados à situação atual do meio ambiente.

Não é por acaso que essa investigação não seja tão usual, pois, em geral, a sociedade não percebe o meio ambiente como um sistema integrado em que pequenas ações interferem e impactam na totalidade. Por esse motivo, o senso comum acredita apenas que grandes intervenções podem afetar o equilíbrio ambiental, não percebendo como pequenas condutas individuais, quando somadas, são responsáveis por impactos consideráveis no ecossistema.

Essa percepção limitada acerca do meio ambiente, compreendido ainda de maneira tão fragmentada, e não como um sistema único e integrado, nos mostra, por um lado, que muitos serão os desafios enfrentados para que a humanidade possa finalmente ter consciência do quão complexo é o equilíbrio ambiental, e seja capaz de abandonar concepções individualistas e, contribuir , efetivamente, com a preservação ambiental.

Por outro lado, nela também reside paradoxalmente uma possibilidade, que consiste exatamente no incentivo e propagação de práticas, metodologias e ferramentas que trabalhem de forma eficaz na promoção dessa necessária conscientização. Para tanto, todos os atores envolvidos, seja o Poder Público, seja a sociedade, devem atuar em conjunto.

Sem dúvida, a implantação de projetos de educação ambiental modernos, eficazes e de alto alcance, apresenta-se como um importante meio para o desenvolvimento e crescimento dessa compreensão integrada e coletiva do meio ambiente, e dentre tantos outros que poderiam ser exemplificados.

No entanto, quando já existe um conflito socioambiental instaurado, o meio de resolução adotado pode apresentar-se, também, como um efetivo instrumento para o alcance dessa conscientização, a partir da efetiva compreensão dos envolvidos na disputa acerca dos impactos causados pela sua conduta ao equilíbrio ambiental.

Embora, muitas vezes, os meios de resolução de conflitos ainda sejam associados simplesmente à solução objetiva de determinada disputa, é inegável que existem métodos capazes de trazerem ganhos às partes que vão muito além da cessação do conflito.

Essa capacidade de transformação pelo conflito está, portanto, intrinsecamente relacionada ao meio de resolução adotado. Afinal, como afirma Almeida (2008, para

76), a visão dos conflitos como oportunidade de mudança é hoje universal e o que “ganha conotação negativa neste campo é o manejo destrutivo dos conflitos”.

Sendo assim, mostra-se imprescindível encontrar o mecanismo de resolução de conflitos socioambientais mais adequado a, por meio de um manejo construtivo, impulsionar a necessária conscientização acerca do equilíbrio ambiental.

1.1 O importante papel do Poder Público na resolução de conflitos

O meio ambiente, com sua natureza difusa, ultrapassa a figura do cidadão, a sociedade se torna a grande detentora deste bem (Maia & Santos, 2013: 4). Assim, quando existe um dano ao meio ambiente, não há uma única vítima determinada, sobre a coletividade recai todo o prejuízo ambiental. Dessa forma, se torna imperativa a atuação do Poder Público na formulação de políticas públicas cada vez mais modernas e eficazes.

Todavia, para muitos detentores do poder, a saída para todos os conflitos é a definição do fato e do direito pelo Poder Judiciário. Para Braga (2007: 2) “é notória a existência do paradigma de que justiça ou acesso à justiça é sinônimo de que o cidadão necessita utilizar o Poder Judiciário para que este delibere sobre suas questões”. O autor atenta para o fato de que é ilusório que os interesses e necessidades dos cidadãos seja apenas atendida pela justiça.

Nesse mesmo sentido, ao longo dos anos o Poder Público vem perdendo sua capacidade de rápida e eficiente resposta. Então, a exigência de políticas públicas para resolver conflitos socioambientais enfrenta uma série de dificuldades⁶¹, do mesmo modo que utilizar somente os meios de direito, como a intervenção judiciária, não tem atendido aos anseios sociais.

Uma administração pública deficiente, com cada vez mais atribuições, deposita toda sua autoridade na resolução de conflitos mediado pelo poder judiciário. Assim, segundo Scipilliti “o surgimento e a popularização dos sistemas alternativos de solução de conflitos veio atender à necessidade de descongestionar o Poder Judiciário e proporcionar outros meios para alcançar justiça, mais eficazes, ágeis e menos custosos”. (2004: 12)

As restrições a outros meios de resolução de conflitos se mantiveram por muito tempo e em razão de diversos fatores. As autoridades insistem em hesitar ao inovar na implementação de medidas mais eficazes. Segundo Kokke:

Os métodos alternativos de solução de conflitos sempre contaram, diante do Estado de Direito, com uma resistência prévia, calcada antes de tudo em uma premissa constituída em dogma oriundo da afirmação da liberdade legal e na necessidade definidora a partir da autoridade: o Estado-Juiz é o campo ideal para solver conflitos, principalmente, em relação aos bens mais valiosos da sociedade. (2016: 6)

Destarte, diante de um conflito socioambiental, o Poder Público, sobretudo a administração moderna, deve se valer de técnicas, métodos e instrumentos que busquem a compatibilização dos interesses públicos e particulares e a proteção do meio ambiente. Para tanto, é necessário maior investimento no setor, maior

⁶¹ Pardo, D. W. de A.; p. 161 – 210, 2013

conscientização e engajamento da população para melhor aceitação destes meios, bem como a devida capacitação dos órgãos e agente envolvidos.

1.2 Breves considerações sobre os conflitos socioambientais

Como explica Horta de modo amplo, os conflitos podem ser caracterizados como uma disputa entre dois ou mais agentes pela preponderância de suas respectivas preferências. No que concerne à peculiaridade das preferências disputadas nos conflitos socioambientais, o autor esclarece:

No caso dos conflitos socioambientais, tais preferências relacionam-se ao uso, acesso, informação e distribuição de riscos relativos a um bem ambiental. As diferenças de preferência, por sua vez, surgem da diferença de posição social em relação à preservação/conservação do bem em questão. [...] Quanto mais distantes entre si forem as preferências mais intenso poderá ser o conflito que variará da forma latente até à manifesta. (2019:153-4)

As disputas sempre fizeram parte da natureza humana, porém na sociedade moderna outros tipos de preocupações e novas realidades têm feito emergir outras categorias de conflitos, dentre eles, e talvez o maior desafio contemporâneo, os conflitos socioambientais. São inúmeras as causas e o fatos catalizadores destes conflitos, contudo, na tentativa de buscar um conceito, a literatura assim nos ensina:

o conflito socioambiental pode ser definido como uma disputa por recurso(s) natural(ais) que envolve(m) a escassez e os interesses diversos acerca dos mesmos. Além disso, esse embate material, bem como os interesses antagônicos dos atores sociais envolvidos estão indubitavelmente relacionados aos modos de vida e valores distintos de cada um deles. (Rosa & Soto, 2015: 5)

Dessa forma, fundado no desentendimento em torno dos bens ambientais, os recursos naturais são o campo característico dos conflitos socioambientais, a sociedade busca se apropriar de uma forma ou de outra desses recursos e utilizá-los para diversos fins, o que gera conflitos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais (Maia & Santos, 2013).

Os conflitos socioambientais exigem um enquadre sistêmico, como também ensina Horta:

A partir dessa caracterização básica e sob um enquadre sistêmico, um conflito socioambiental pode ser concebido como um sistema resultante de interações realizadas por diversos agentes sociais que perseguem interesses e objetivos, desenvolvem preferências e tomam decisões diversas que, por sua vez, alinham-se ou desalinham-se umas em relação a outras. Os agentes do sistema-conflito em foco, por sua vez, são sistemas inseridos em sistemas sociais mais amplos como a empresa em relação à Economia, os técnicos dos órgãos de controle em relação ao Governo, os representantes do Ministério Público, juízes e advogados em relação ao Direito, as Organizações Não Governamentais em relação à sociedade civil organizada, as comunidades em relação aos territórios locais. Cada um dos agentes concretos do conflito traduzem as lógicas dos sistemas mais amplos em

que estão inseridos para a disputa concreta e influenciam-se reciprocamente. (2019: 154)

Desse modo, resta evidenciado a complexidade dos conflitos socioambientais, característica que, segundo o referido autor é abarcada pelo conceito de “conflitos policêntricos”, os quais envolvem “uma grande e complicada rede de relações sociais interdependentes em que a mudança de um fator produz, prospectivamente, uma incalculável série de mudanças em outros fatores” (HORTA, 2019:155-156)

A partir dessa análise é possível observar que nem todos os métodos de resolução de disputas são capazes de encontrar soluções que efetivamente conduzam ao equilíbrio desejado, por não serem aptas a trabalhar e tratar todos os interesses e pontos de tensão envolvidos no respectivo conflito socioambiental.

A mediação, ao contrário, por pressupor uma investigação profunda de todos os aspectos, interesses e necessidades subjacentes ao conflito, o que só é possível com a participação ativa de todos os que, direta ou indiretamente, estão envolvidos, mostra-se como o método ideal para resolução de conflitos complexos, tais como os socioambientais. Neste sentido também concluiu Souza:

Em realidade, a mediação revela-se como método ideal para lidar com conflitos complexos e multifacetados, dado seu potencial de lidar com as camadas a eles subjacentes e de trabalhar com múltiplos interesses e necessidades, harmonizando-os e buscando compensações e soluções criativas que maximizem a proteção do conjunto, tanto do ponto de vista objetivo (dos diversos interesses em jogo) quanto sob o prisma subjetivo (dos diferentes sujeitos afetados pelo conflito). (SOUZA, 2014: 27)

1.3 A mediação como método resolução de conflitos adequado à promoção do aprendizado e transformação das partes

Como afirma Córrea (2018: 12), tanto o Poder Público quanto os setores privados estão progressivamente se envolvendo com as novas e mais efetivas formas de solucionar os conflitos, e, assim, com os métodos adequados de resolução de conflitos. Segundo o autor, todo esse movimento parte da constatação de que o conflito, quando resolvido de forma inapropriada ou inadequada, onera todos os setores da sociedade.

A mediação de conflitos pode ser conceituada (Yarn, 1999, como citado em CORREA, 2018:13) como um processo autocompositivo composto por vários atos procedimentais pelos quais o(s) terceiro(s) imparcial(is) facilita(m) o diálogo entre pessoas em conflito, habilitando-as a melhor compreender suas posições e a encontrar soluções que se compatibilizam aos seus interesses e necessidades.

Integra, portanto, o grupo dos métodos não-adversariais de resolução de conflitos, que se destaca, entre outros aspectos, por permitir um trabalho mais profundo sobre todas as faces da disputa, conforme explica Di Salvo:

... mediar é estabelecer um processo que facilite a comunicação entre as partes para que elas possam tomar suas decisões em conjunto, baseadas em seus entendimentos sobre suas próprias visões e dos outros, e a realidade diante de todos. Tem-se uma compreensão ampliada dos aspectos da

situação controvertida e, portanto, a mediação facilita um trabalho mais profundo sobre as nuances e as faces dos conflitos e os interesses das partes que estão por trás das disputas. (grifo nosso) (2018: 45)

Assim, de forma prática, para Braga (2007: 3) “mediação é um método de resolução de conflitos em que um terceiro independente e imparcial coordena reuniões conjuntas ou separadas com as partes envolvidas em conflito.” Na mediação, principalmente a autoridade decisória reside nas partes. O mediador, não decide ou aconselha, ele busca assessorar as partes na identificação dos problemas, promovendo a solução conjunta dos mesmos e explorando alternativas para um acordo⁶².

Segundo Almeida (2008:29) “a autoria das soluções devolve aos mediandos o controle do processo decisório sobre suas próprias vidas e possibilita que a solução eleita atenda a seus reais interesses, necessidades e valores.” Tendo em vista que autores cuidam de suas criações, o cumprimento dos acordos resultantes da mediação torna-se uma consequência natural e uma ação pautada no compromisso entre os envolvidos.

Importante destacar, ainda, que a aprendizagem e transformação, possibilitada pela mediação, passa, necessariamente pela percepção de todos os envolvidos de sua responsabilidade, tanto pelo surgimento do conflito, quanto pela sua resolução. Essa autorresponsabilização, inerente à mediação e a todos os métodos de resolução de conflitos em que as próprias partes são as autoras das soluções, diferencia-se da tradicional delegação da decisão a um terceiro (heterocomposição).

Além disso, a mediação é um método de Resolução Adequada de Conflitos, que, como ensina Di Salvo (2018: 46) “procura valorizar laços fundamentais de relacionamentos, incentivar o respeito à vontade dos interessados, ressaltando os pontos positivos de cada um dos envolvidos para, ao final extrair, como consequência natural do processo, os verdadeiros interesses em conflito”. Destaca-se, assim, por ser também um método apropriado para preservar a relação das partes conflitantes em momento posterior à resolução dos conflitos. Por esse motivo, é fortemente indicada quando existe um vínculo ou relacionamento anterior entre as partes que, ainda que transformado, irá continuar, e que, portanto, se pretende preservar.

Os conflitos entre o administrado e a Administração Pública, tais como os envolvendo um cidadão e um órgão público ambiental, envolverão sempre relacionamentos contínuos e perenes. Ainda que o fato ou objeto que tenha motivado a disputa seja pontual ou até excepcional, é certo que as partes envolvidas, ou seja, Administração e o cidadão continuarão, inevitavelmente, a se relacionar e, em múltiplos aspectos a conduta de um terá influência sobre um estado ou ação de outro.

Por esse motivo, a mediação apresenta-se como um método altamente indicado para resolução de conflitos envolvendo, de alguma forma, o Poder Público, como, por exemplo, os conflitos socioambientais relacionados às infrações ambientais. Neste sentido, também conclui Souza:

Assim sendo, pode-se concluir que a *mediação é o método de solução de conflitos mais adequado para as disputas que envolvem o Poder Público*, em todas as suas manifestações, sendo preferível a abordagem ampla e uma prática que seja, sempre que possível, pedagógica e transformativa, *possibilitando às pessoas e organizações envolvidas aprender*

62 Dias, J. C. de M., 2005: 14

com cada conflito, a fim de administrarem de forma produtiva os novos problemas que inevitavelmente surgirão em seu relacionamento no futuro. (2014: 32, grifo nosso)

2- As Possíveis Dinâmicas dos Conflitos e os Seus Diferentes Desdobramentos

A natureza dos conflitos socioambientais pode apresentar compreensões e motivações diversas. Por esse motivo é importante verificar, atentando para sua dinâmica os elementos que ajudam a compreender a evolução e o desenvolvimento de maneira particular⁶³. Para tanto, é necessário abordar as percepções dos envolvidos e seus impactos na resolução dos conflitos, bem como o papel da mediação na interrupção da dinâmica destrutiva.

2.1 A existência de percepções individuais que se retroalimentam em um ciclo prejudicial à resolução do conflito e ao alcance da preservação ambiental

Em geral, quando existe um conflito, cada envolvido tem uma interpretação bem estabelecida sobre as ações e comportamentos do outro, que acredita estar correta e corresponder perfeitamente à realidade. Ocorre que, com frequência, as versões de cada parte sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao conflito são consideravelmente divergentes, mesmo que todos estejam realmente sendo sinceros e verdadeiros.

Sobre esse ponto, o autor Decaro (2013, tradução nossa) ensina que o significado de qualquer fato depende de quem o percebe, do ângulo a partir do qual o percebe, do seu filtro pessoal de crenças e paradigmas, assim como de que forma o processa internamente. Explica que, de um conjunto finito de dados que qualquer situação oferece, o biocomputador pessoal seleciona e registra só alguns. Os demais, ou não são percebidos pela limitação fisiológica dos sentidos ou porque foram descartados consciente ou inconscientemente.

Esclarece, assim, que os paradigmas e crenças de cada pessoa a torna muita atenta e receptiva para os fatos ou dados que se ajustam com eles e, pouco receptiva ou completamente cega, a todos os que não concordam.

Diante disso, a partir das interpretações particulares dos aspectos já selecionados pelos paradigmas e crenças individuais, são feitas conclusões, categorizações, classificações, e são criadas novas crenças, teorias e grandes generalizações acerca dos fatos, das pessoas e da vida, que também servirão de filtros à percepção, fechando assim um *ciclo que se retroalimenta de forma permanente*.

Para o autor, os conflitos não escapam a essa regra geral, sendo provavelmente o contexto mais propício para o aparecimento de diferentes opiniões e interpretações de qualquer situação. Afirma, então, que a razão dos conflitos não são os fatos, imodificáveis por si, e sim as formas diferentes em que estes são interpretados.

O autor explica que, durante as disputas e conflitos, ninguém pensa que a outra parte pode estar percebendo, interpretando ou concluindo os dados de forma diferente. Com frequência, uma ou ambas as partes do conflito supõem que o outro é mal

⁶³ Nascimento. 2001: 97-98, como citado por Gomes, F. de F., & Silva, C. L. da, 2017: 13.

intencionado, egoísta, ou mentiroso e ambos pensam que estão corretos em sua compreensão do ocorrido.

Assim, quando uma parte crê que a outra está de má fé, percebe de forma seletiva os dados que confirmam esta teoria e interpreta cada comportamento da outra como uma confirmação de que sua percepção está correta, e conclui que ela realmente não merece sua confiança. Por essa razão, atua com desconfiança e provoca na parte contrária reações e comportamentos que acabam corroborando as suas suposições, em uma espécie de profecia de autocumprimento.

Desse modo, é gerado um *mecanismo circular de causa-efeito*, que frequentemente não tem fim e pode provocar, mesmo em situações em que as diferenças são inicialmente menores ou triviais, uma escalada de imprevisíveis consequências, a denominada escalada ou espiral do conflito.

Assim, para ilustrar a referida dinâmica, utilizaremos, como exemplo, a realização de uma fiscalização por um órgão estatal que resulta na aplicação de sanções, em virtude do cometimento de uma infração ambiental por determinado indivíduo.

Desse modo, suponhamos que o referido indivíduo possua como paradigma um meio ambiente fragmentado, e seja, assim, incapaz de conceber como ações locais e individualizadas são capazes de afetar o equilíbrio do ecossistema como um todo. Do referido fato (fiscalização e penalização) ele irá selecionar, então, apenas os dados que se ajustam ao mencionado paradigma, razão pela qual somente registrará, por exemplo, que a intervenção ambiental por ele praticada foi pequena e se restringiu aos limites de sua propriedade e, não perceberá, assim, os impactos causados por sua conduta ao ecossistema e ao equilíbrio ambiental como um todo.

Consequentemente, ele interpretará a atuação do órgão ambiental como abusiva e a sanção aplicada como injusta, e se comportará de forma resistente a todas as informações e recomendações que esse lhe fornecer.

Por outro lado, na perspectiva do órgão ambiental, representado por seus servidores, os quais possuem uma concepção integrada do meio ambiente e seus ecossistemas, a percepção da necessidade de punição de determinada conduta causadora de dano ambiental é inquestionável. Por isso, do referido fato, apenas serão selecionados os dados relativos ao impacto ambiental causado e à necessidade de penalização do responsável. Diante disso, ao se depararem com um infrator que não admite os referidos danos, agirão de forma ainda mais rígida. Tal comportamento, por sua vez, reforçará a impressão daquele indivíduo acerca da abusividade de órgão ambiental, o que implicará na retroalimentação desse ciclo de más interpretações.

Certo de suas razões, o referido infrator decidirá, então, impugnar o ato sancionador do órgão ambiental e, quando, ao final do processo, suas alegações e recursos são indeferidos em todas as instâncias cabíveis, os mencionados paradigmas e interpretações anteriores são mantidos e reforçados.

Diante disso, ao final de todo esse duradouro e desgastante ciclo, o mencionado indivíduo permaneceu com a sua percepção fragmentada do meio ambiente, não compreendeu a gravidade dos danos causados por sua conduta, e, assim, não alcançou a conscientização ambiental

Por esse motivo, e, sentindo-se injustiçado pela imposição de uma solução que ele não compreende e concorda, ele se mostrará cada vez mais cético e desconfiado com relação às ações dos órgãos ambientais e do poder público e, consequentemente, menos propenso a adotar práticas voltadas à preservação do meio ambiente.

2.2 A interrupção da dinâmica destrutiva dos conflitos pela compreensão alcançada pelas partes na mediação

Segundo Decaro (2013, tradução nossa), quando nações, empresas ou pessoas permanecem fechadas no referido tipo de ciclo ou dinâmica, necessitam de um novo e diferente ponto de vista, uma metaposição, um diferente marco de referência ou paradigma, necessitam, assim, de um *reenquadre*.

Explica, assim, que *reenquadrar* significa exatamente modificar a forma em que os fatos são percebidos ou interpretados em uma determinada situação, de maneira que, sem mudar os dados acerca do acontecido, altera-se a interpretação, o sentido, o significado que lhe foi atribuído e, portanto, as suas consequências.

Por todo exposto, é possível perceber que se, no caso relatado, o referido reenquadre fosse alcançado, a fiscalização realizada pelo órgão ambiental poderia ter sido compreendida de forma totalmente diversa pelo indivíduo fiscalizado, de modo que a penalidade sofrida poderia ter proporcionando-lhe uma conscientização acerca dos impactos causados ao meio ambiente e da consequente importância de evita-los.

Ocorre que, essa modificação da forma em que os fatos são percebidos ou interpretados não é facilmente alcançada, visto que mesmo que todas as razões que motivaram a mencionada fiscalização fossem cuidadosamente explicadas ao indivíduo fiscalizado, possivelmente não seriam selecionadas pelo seu filtro pessoal formado por suas crenças e paradigmas e, por esse motivo, não seriam efetivamente absorvidos e compreendidos.

Por esse motivo, muitas vezes, mostra-se essencial a atuação de um terceiro imparcial que utilizará as técnicas capazes de auxiliar ambos os lados a enxergarem o conflito sobre outras perspectivas e a, portanto, reenquadrar os fatos e as situações objetos de divergência.

O mediador, terceiro qualificado para atuar na mediação, utiliza as técnicas e ferramentas próprias desse procedimento para, entre outros objetivos, gerar informação para os mediandos de forma a provocar reflexão e auxiliá-los a flexibilizar as ideias trazidas na fase inicial, momento em que as reais necessidades e interesses do outro não estão sendo ainda levados em consideração, para serem capazes, assim, de reenquadrar a situação.

A imparcialidade do mediador, e todo conhecimento que obteve em sua constante qualificação, permite que ele consiga visualizar a situação “*de cima*”, e, a partir dessa percepção diferenciada, seja capaz de identificar quais são aquelas crenças e paradigmas que estão por trás de determinada concepção de um fato, para que esses possam ser compreendidos e trabalhados antes mesmo de se abordar o acontecimento em si e suas consequências.

Assim, no exemplo abordado acima, antes de se adentrar na discussão da configuração ou não da infração e proporcionalidade ou não das sanções aplicadas, os esforços se concentrariam primeiramente na identificação dos paradigmas do infrator ambiental que baseiam todas as percepções acerca de sua conduta. Assim, verificado que esse infrator entende o meio ambiente de forma fragmentada de modo a não perceber os impactos e danos de sua conduta, o mediador, utilizando de inúmeras técnicas e ferramentas, poderia, aos poucos, auxiliá-lo a começar a visualizar a existência de outra perspectiva.

Da mesma forma, os paradigmas dos servidores do órgão ambiental também seriam identificados e trabalhados para que eles pudessem entender com mais isenção a perspectiva do infrator, e, a partir daí, contribuir com informações e dados que o

ajudem a compreender melhor os impactos de sua ação ao meio ambiente, e assim, deixar de interpretar os atos do órgão ambiental como subjetivos e abusivos, compreendendo melhor as razões da autuação.

Desse modo, aos poucos, as perspectivas de ambos os lados podem ser transformadas, de modo a interromper a retroalimentação daquele ciclo de impressões e constatações negativas, e, enfim, gerar um entendimento que possibilite a construção de uma solução que não seja apenas efetiva no que concerne ao cumprimento da sanção ou a finalização do processo, mas ao objetivo que fundamenta a própria existência da legislação ambiental, qual seja, a preservação ambiental.

Afinal, apenas se o infrator efetivamente compreender as consequências de sua ação para o meio ambiente, é que ele realmente se empenhará a encontrar e implementar as melhores soluções capazes de mitigar os impactos causados, e a adotar práticas e condutas que evitem novos danos e preservem o equilíbrio ambiental.

À respeito dessa capacidade da mediação de trabalhar o conflito e as situações que o envolvem de forma a permitir que, ao final, as partes não apenas encontram uma solução imediata, mas efetivamente atinjam a compreensão necessária a efetiva transformação dos seus padrões comportamentais, a fim de evitar que os fatos que originaram o conflito se repitam, Souza esclarece que:

... a mediação permitirá às partes não apenas construir a solução para o problema imediato, mas, a partir do trabalho com os padrões de comportamento que deram origem ao conflito, aprender com o processo, de maneira a administrar por si mesmas situações semelhantes que venham a surgir no futuro. Trata-se da solução mais eficiente em longo prazo, pois a simples conciliação poderia, sim, encontrar uma solução para o problema imediato, mas, sem a cura da dinâmica do relacionamento, outros problemas similares provavelmente viriam à tona no futuro e as partes novamente precisariam recorrer a um terceiro para encontrar uma solução. (2014: 31, grifo nosso)

Por todo exposto, tratando-se de conflitos socioambientais, um grande e valioso aprendizado a ser proporcionado e impulsionado pela mediação refere-se exatamente à conscientização dos envolvidos acerca da necessidade e importância da contribuição e envolvimento de todos, para que a preservação do meio ambiente seja efetivamente atingida.

Por fim, importante destacar, a pesquisa realizada por Rosemary O'Leary, nos Estados Unidos, que demonstrou que, “quanto maior o comprometimento do Estado com a proteção ambiental, maior o grau em que ele também se preocupou em institucionalizar meios de solução consensual de conflitos nesta área” (Girard, 2008 citado em Souza, 2014: 63), constatação que, somada aos argumentos já expostos, enfatiza a importância da utilização da mediação para resolução dos conflitos socioambientais.

Considerações finais

O desequilíbrio ambiental já provou, por meio de inúmeros desastres e calamidades ambientais, as suas graves consequências. Cabe, agora, à toda sociedade mundial, escolher e optar pela prevenção do meio ambiente, e, conseqüentemente, pela continuidade da vida humana na terra.

Mais do que o simples incremento da legislação ambiental ou da ampliação do rol de condutas e práticas proibidas, é necessário, urgentemente, uma mudança de cultura. Afinal, mesmo com tantos avanços na tecnologia e ciência, a conscientização da sociedade, no que concerne ao meio ambiente e à solidariedade que lhe é intrínseca, ainda tem muito o que evoluir. É preciso ultrapassar, portanto, concepções individualistas sobre o uso dos recursos ambientais, para que a compreensão do meio ambiente como um sistema integrado possa ser alcançada.

Trata-se, portanto, de uma transformação que desafia paradigmas básicos da própria existência das nações soberanas, as quais, fundamentadas na lógica das fronteiras e divisões, terão que unir-se para proteção de um bem comum: o meio ambiente.

Diante disso, deverão ser empregados diversos esforços para implementação de políticas públicas e programas capazes de promover essa conscientização, sobretudo para prevenir, cada vez mais, novos danos e impactos.

No que concerne aos conflitos socioambientais, verificamos existir grande espaço para se construir e difundir essa necessária compreensão, desde que se adote o meio adequado de resolução, apto a realizar o manejo construtivo da disputa.

Entretanto, é inegável que, independentemente de sua matéria, os conflitos podem ser altamente traumáticos e prejudiciais aos envolvidos. No caso dos conflitos socioambientais, as consequências são ainda mais graves, visto que, pela própria natureza difusa do meio ambiente, os danos causados por sua dinâmica destrutiva ultrapassam as partes em disputa, podendo atingir comunidades inteiras e, dependendo do caso, toda humanidade.

Diante do exposto, é essencial que se interrompa o referido ciclo, também denominado escalada ou espiral do conflito, tendo a mediação de conflitos socioambientais se mostrado como um método altamente recomendável, para, não apenas cessar esta dinâmica e possibilitar sua resolução, mas, principalmente, impulsionar a efetiva conscientização do envolvidos acerca da necessidade da preservação ambiental, o que possibilita não apenas a construção de soluções eficazes para a mitigação dos danos já causados, mas, também, alcance efetivo da prevenção de novas infrações.

Ademais, um processo consensual, baseado no reestabelecimento do diálogo e da comunicação, com participação ativa de todos os envolvidos, resulta em decisões efetivamente legítimas que atendem aos anseios de justiça dos cidadãos envolvidos, e que, por consequência, são cumpridas de forma voluntária, sem necessidade de atos coercitivos.

Assim, é possível não apenas preservar o vínculo entre as partes, mas, também, aprimorá-lo, ao se acrescer o valor da *confiança*, essencial para o estabelecimento de um relacionamento cooperativo entre a sociedade e o Estado, e indispensável para que os cidadãos sigam as recomendações do órgão público ambiental e regularizem suas atividades, nos termos previstos pela legislação aplicável.

Dessarte, a implementação da mediação para os conflitos socioambientais mostra-se de grande relevância para a conscientização da necessária preservação ambiental na sociedade contemporânea e, em última instância, para a concretização do direito ambiental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Referências

- Almeida, T. *Mediação de Conflitos: Um meio de prevenção e resolução de controvérsias em sintonia com a atualidade*. (2008). Mediare. Recuperado de: <http://www.mediare.com.br/mediacao-de-conflitos-um-meio-de-prevencao-e-resolucao-de-controversias-em-sintonia-com-a-atualidade>.
- Braga, A. Neto. (2007). *Aspectos relevantes sobre mediação de conflitos*. Revista de Arbitragem e Mediação. Vol. 15. P. 85 – 101. Out – Dez.
- Correa, M. G. (2018). *Manual do Curso Básico de Mediação de Conflitos*. M9GC Conflict Resolution Training.
- Decaro, J. (2013). “*La Cara de La Negociación : Una Herramienta para desarmar el enojo y otras estrategias de persuasión*”. Cap. 10. Espanha
- Di Salvo, S. H. P. G. J. (2018). *Mediação na Administração Pública Brasileira. O desenho institucional e procedimental*. Coleção Pinheiro Neto Advogados. São Paulo: Almedina Brasil
- Dias, J. C. M. (2005). *Mediação e outros meios de pacificação de conflitos*. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. Vol. 16/2005. P. 339 – 365. Jul – Dez.
- Horta, A. H. L. (2019). “*Jurisdição Contenciosa e Mediação: Comparação Estrutural entre Meios para a Resolução de Conflitos Socioambientais*”. (Org.), Frederico Oliveira Freitas. Compilação de estudos do Direito contemporâneo. Simplíssimo. Ed. Kindle.
- Kokke, M. (2016). *Autocomposição e conflitos ambientais*. Revista de Arbitragem e Mediação. Vol. 49/2016. P. 287 – 315. Abr – Jun.
- Maia, F. J. F., & Santos, A. A. P. S. (2013). *A mediação de conflitos socioambientais no semiárido brasileiro*. Revista dos Tribunais Nordeste. Vol. 1/2013. P. 81 – 93. Set – Out.
- Nascimento, E. P. do. (2001). *Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual*. In: Bursztyn, Marcel. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Citado por Gomes, F. de F., & Silva, C. L. da, *Interações (Campo Grande)* vol.18, no.4, Campo Grande. Oct – Dec, 2017.
- Neiva, G. R. (2019). *Conciliação e Mediação pela Administração Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Pardo, D. W. A. (2013). *Judiciário e políticas públicas ambientais: uma proposta de atuação baseada no "compromisso significativo"*. Revista de Direito Ambiental. Vol. 72. P. 161 – 210. Out – Dez.
- Rosa, R. E. da R., & Soto, W. H. G. (2015). *Conflito socioambiental e contradições do espaço social: o caso do polo naval de rio grande/RS*; Cad. CRH, vol.28, no.75: Salvador, Sept./Dec.
- Scripilliti, M. S. P. (2004). *Aspectos relevantes da mediação*; Revista de Arbitragem e Mediação. Vol. 1. P. 317 – 331. Jan – Abr.
- Souza, L. M. de, Oliveira, I. L. G. de (Org.) (2014). *Resolução Consensual de conflitos coletivos envolvendo políticas públicas*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília. p. 210-21. Recuperado de: <http://mediacao.fgv.br/wp-content/uploads/2015/11/Resolucao-Consensual-de-Politicas-Publicas.pdf>.

Yarn, D. E. (2018). *Dictionary of Conflict Resolution*. São Francisco: Ed. Jossey-Bass Inc. Citado por CORREA, M. G. Manual do Curso Básico de Mediação de Conflitos. M9GC Conflict Resolution Training.



Proteção da biodiversidade, legislação e políticas públicas na região metropolitana de Sorocaba- SP, Brasil, entre 2010 e 2019

Biodiversity protection, legislation and public policies in the Sorocaba metropolitan region - SP, Brazil, between 2010 and 2019

Vidal Dias da Mota Junior⁶⁴

Universidade de Sorocaba
São Paulo, Brasil

Francisco Carlos Ribeiro⁶⁵

Faculdade de Tecnologia de Sorocaba
São Paulo, Brasil

Flaviano Agostinho de Lima⁶⁶

Faculdade de Tecnologia de Tatuí
São Paulo, Brasil

Admilson Irio Ribeiro⁶⁷

Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Campus de Sorocaba.
São Paulo, Brasil

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2113>

DOI : 10.25965/trahs.2113

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

São diversas as políticas municipais de Sorocaba que têm visado a implementação de ações para a resolução de problemáticas socioambientais, integrando a sociedade civil e poder público. Articulada com leis nacionais e internacionais, as políticas da cidade têm como uma de suas bases a Política Municipal do Meio Ambiente de 2012, que além da proteção da biodiversidade, busca o estabelecimento de ações por meio de conscientização, educação ambiental, criação de áreas de proteção e também

⁶⁴ Professor Titular, Especialista em Gestão Pública e Gerência de Cidades (UNESP, 2002), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2002), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2006) e Pós-Doutor em Ciências Ambientais (UNESP, 2019).

⁶⁵ Professor III, Mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 1999) e Doutor em economia - Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (ESEADE, 2009) -Argentina.

⁶⁶ Professor III, Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP 1998) e Doutorando em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp Sorocaba/SP).

⁶⁷ Professor Assistente, Mestre (1997) e Doutor (2005) em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI - UNICAMP) e Pós-Doutor em Environmental Science, Department of Environmental Science - University of California-Riverside (2016).

gestão de resíduos frente as atuais adversidades climáticas. Nesse sentido, este capítulo situa as principais ações relativas ao município de Sorocaba e também destaca a Região Metropolitana de Sorocaba, que abrange 27 municípios no contexto de políticas ambientais, principalmente aquelas, que explicitamente estão vinculadas à proteção da biodiversidade e vem fortalecendo a construção de atitudes na direção de uma sociedade mais sustentável.

Palavras-chave: proteção da biodiversidade, refúgios da biodiversidade, legislação e políticas públicas, região metropolitana de Sorocaba- SP, sociedade sustentável

Il existe à Sorocaba de nombreuses directives municipales dont l'objectif est la mise en oeuvre d'action destinées à résoudre les problèmes sociaux-environnementaux à partir de l'intégration de la société civile et des pouvoirs publics. A mi chemin entre l'articulation de lois nationales et internationales, les politiques de la ville reposent sur la Politique Environnementale Municipale de 2012. Outre la protection de la biodiversité, celle-ci cherche à mener des actions où prévalent la prise de conscience, l'éducation environnementale, la protection et la gestion des déchets face aux défis climatiques. Notre article traitera des principales actions environnementales menées par la municipalité de Sorocaba et de sa métropole (27 municipalités) quant à la protection de la biodiversité et au renforcement de la construction d'attitudes orientées vers un modèle de société plus durable.

Mots-clefs : protection de la biodiversité, refuges de biodiversité, législation et politiques publiques, métropole de Sorocaba-SP, société durable

Existen varias políticas municipales en Sorocaba que tienen como objetivo implementar acciones para resolver problemas socioambientales, integrando la sociedad civil y el poder público. Articuladas con leyes nacionales e internacionales, las políticas de la ciudad se basan en la Política Ambiental Municipal de 2012, que además de proteger la biodiversidad, busca establecer acciones a través de la concientización, la educación ambiental, la creación de protección y también gestión de residuos ante las actuales adversidades climáticas. En este sentido, este capítulo sitúa las principales acciones relacionadas con el municipio de Sorocaba y también destaca la Región Metropolitana de Sorocaba, que cubre 27 municipios en el contexto de políticas ambientales, especialmente aquellas, que están explícitamente vinculadas a la protección de la biodiversidad y han estado fortaleciendo la construcción de actitudes hacia una sociedad más sostenible.

Palabras clave: protección de la biodiversidad, refugios de biodiversidad, legislación y políticas públicas, región metropolitana de Sorocaba-SP, sociedad sostenible

There are several municipal policies in Sorocaba that aim to implement actions to solve socio-environmental problems, integrating civil society and public power. Articulated with national and international laws, the city's policies are based on the 2012 Municipal Environmental Policy, which, besides protecting biodiversity, seeks to establish actions through awareness, environmental education, creation of protection and also waste management in the face of current climate adversities. In this sense, this chapter places the main actions related to the municipality of Sorocaba and also highlights the Sorocaba Metropolitan Region, which covers 27 municipalities in the context of environmental policies, especially those that are explicitly linked to the protection of biodiversity and have been strengthening the construction of attitudes towards a more sustainable society.

Keywords: biodiversity protection, biodiversity refuges, legislation and public policies, metropolitan region of Sorocaba-SP, sustainable society

Introdução

Nas últimas décadas, diversas políticas têm sido implementadas no âmbito nacional e internacional, voltadas para a conservação da biodiversidade e a mitigação de ações predatórias antrópicas ao meio ambiente.

Historicamente, o Brasil apresenta diversas medidas legais relativas a proteção da biodiversidade, com leis que datam o período do século XVIII. A partir da própria Constituição Federal entre as mais relevantes estão o primeiro Código Florestal (Lei nº 4771/65), a da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), o Sistema Nacional de Universidade de Conservação (Lei nº 9.985/2000), entre outros (Araújo, 2011). Neste aspecto, cabe mencionar a Convenção sobre a Diversidade Biológica de 1992 realizada durante a Conferências das Organizações Unidas sobre o meio ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, como um componente histórico, do qual o Brasil é signatário, por corresponder a um acordo estabelecido internacionalmente.

Em particular no estado de São Paulo, iniciativas como o Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade (PROBIO) e o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (BIOTA), que constitui uma parceria em entre diferentes instituições, para visando o estabelecimento de diretrizes voltadas para conservação e restauração da biodiversidade, incluindo pesquisadores e estudos feitos em diversas áreas do estado, incluindo do qual o município de Sorocaba é integrante (Rodrigues; Bononi, 2008).

Nesse sentido, a cidade de Sorocaba tem consolidado o estabelecimento de áreas de proteção que visam a proteção da biodiversidade (Mota Júnior, 2014), como Sistema Municipal de Áreas Protegidas, parques e espaços livres de Uso Público (Lei nº 11.073/2015), totalizando entre Unidades de conservação, 2 (dois) Parques Naturais Municipais, 3 (três) estações ecológica e mais de 30 (trinta) parques, ecológicos e abertos. Além das políticas públicas do município de Sorocaba este texto também destaca as políticas, principalmente as estaduais, especialmente, voltados à criação e gestão de unidades de conservação que compõem parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e colocam a Região Metropolitana de Sorocaba como uma das mais importantes em termos de biodiversidade no Estado de São Paulo.

Objetivos

Apresentar uma síntese das principais políticas públicas da Região Metropolitana de Sorocaba no que tange a proteção da biodiversidade na década de 2010, que coincide com a década da biodiversidade da ONU, 2011-2020.

Materiais e métodos

As Nações Unidas lançaram em dezembro de 2011 na cidade de Kanazawa, Japão, a “Década da Biodiversidade”. Durante os anos de 2011 a 2020, a ONU quer implementar planos estratégicos de preservação da natureza e encorajar os governos a desenvolver e comunicar resultados nacionais na implementação do Plano Estratégico para Biodiversidade.

Na Região Metropolitana de Sorocaba várias iniciativas de políticas públicas foram desenvolvidas para a proteção da biodiversidade da região. A Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria do Meio Ambiente fez, com diversos especialistas da região uma publicação apresentando o estado da arte dos estudos sobre a biodiversidade na região. Este artigo busca mostrar os avanços dessa temática no âmbito do município

de Sorocaba e sua Região Metropolitana, que se configura entre as 15 maiores do Brasil em termos populacionais, econômicos e de alta relevância ambiental por estar situada em uma região de ecótono de mata atlântica e cerrado.

Como um passo importante em relação à primeira edição do livro Biodiversidade do Município de Sorocaba, publicado em 2014, observa-se que até o ano de 2019 houve o incremento de importantes políticas públicas ambientais no município, incluindo a instituição da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Política Municipal de enfrentamento das Mudanças Climáticas e outras políticas da atuação junto à sociedade civil como meio de conscientização ambiental. Diante disso, procura-se nesse texto descrever referidas leis estabelecidas, mas, fundamentalmente situar o município de Sorocaba no contexto metropolitano.

Resultados

Políticas Públicas de Meio Ambiente no Município de Sorocaba/SP

O município de Sorocaba e a Gestão dos Resíduos Sólidos

A Lei nº 11.259 de 08 e janeiro de 2016 instituiu oficialmente o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Pelos próximos 20 anos, este será o principal instrumento de planejamento da gestão de resíduos sólidos no município de Sorocaba, bem como de execução dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

A partir da lei foi estabelecido o conceito de responsabilidade compartilhada pelos resíduos, onde toda a sociedade é responsável pelo correto gerenciamento do material gerado. Assim, os munícipes têm a obrigação e responsabilidade de disponibilizar o resíduo para coleta, conforme orientações do responsável pelo sistema de limpeza urbana.

Portanto, o município deve coletar os resíduos e disponibilizar em local ambientalmente adequado, de acordo com as diretrizes da Política Nacional e desenvolver programas para a redução, reutilização e reciclagem deles. As indústrias devem se responsabilizar pelos resíduos gerados na linha de produção e, também, pelo resíduo final, gerado após o consumo do produto pelo usuário.

Foi estabelecido também o conceito de logística reversa, onde o descarte dos produtos abaixo relacionados é responsabilidade do fabricante/importador/distribuidor/comerciante e, também, do consumidor que deve devolver os resíduos conforme orientações dos responsáveis (independentemente do sistema de limpeza urbana - coleta de lixo). São eles: a) agrotóxicos e suas embalagens; b) pilhas e baterias; c) pneus; d) óleos lubrificantes; e) lâmpadas fluorescentes; e, f) produtos eletrônicos.

A elaboração do Plano passou por ampla discussão junto ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) com a realização de audiências públicas abertas a toda população. Entre outros pontos importantes, o plano apresenta o diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos gerados no município (origem, volume, caracterização, formas de disposição) e a identificação das áreas favoráveis para a disposição final, ambientalmente adequada aos rejeitos. Além disso, como destaque, está a identificação da possibilidade de estabelecimento de consórcios e soluções compartilhadas com outros municípios; definição das metas e objetivos, considerando-se um horizonte de 20 anos, para a gestão de resíduos, baseando-se na necessidade de redução, reutilização e reciclagem de resíduos; definição das

responsabilidades quanto à implementação e operacionalização das metas do plano e estudos econômicos e financeiros sobre a gestão de resíduos.

A Política Municipal sobre Mudanças Climáticas

A Política Municipal sobre Mudanças Climáticas - PMMC (Lei nº 11.477/2016), objetiva assegurar a contribuição do Município no cumprimento dos propósitos da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima, com intuito de alcançar a estabilização de gases de efeito estufa em nível que impeça uma interferência das ações negativas das pessoas no sistema climático, em prazo suficiente a permitir aos ecossistemas uma adaptação natural e permitir que o desenvolvimento social e econômico prossiga de maneira sustentável, estabelecendo também o compromisso de nossa cidade frente ao desafio das mudanças climáticas globais visando adaptar-se aos impactos derivados dessas mudanças. Dentro de seu escopo a política possui caráter de integração e responsabilidade compartilhada entre poder público e sociedade civil com o intuito de buscar formas de conhecimento e tomada de ações para as causas e impactos da mudança do clima, vulnerabilidades no município, consumo e biodiversidade, na garantia da manutenção dos serviços ecossistêmicos e proteção de áreas degradadas.

Como destaque está a definição de estratégias de adaptação e mitigação nas áreas de transportes, energia, gestão de resíduos sólidos, saúde, defesa civil, construção civil, agricultura, eficiência e uso do solo. É prevista a utilização de instrumentos de informação e gestão, como a elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa, a implantação de um banco de dados para acompanhamento e controle das emissões de gases de efeito estufa e de projetos de mitigação de emissões passíveis de implementação no Município.

A política também instituirá o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade, que será concedido às boas práticas que atendam de forma exemplar às disposições da PMMC. Entre as ações que poderão ser certificadas estão a redução de emissão de GEE, a promoção da biodiversidade, adequação às condições climáticas locais otimizando as condições de ventilação, iluminação e aquecimento naturais, eficiência do consumo de água e energia, redução da geração de resíduos, promoção da melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade urbana, entre outros.

A elaboração do projeto de lei foi participativo, com a colaboração do Comitê Gestor do Projeto Urban LEDS, constituído por secretários municipais, do Grupo de Trabalho formado pela equipe técnica das secretarias municipais afins, de representantes de outras entidades e da sociedade civil, e também do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente (COMDEMA).

Um dos passos importantes para a construção da política sobre mudanças climáticas foi a elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de Sorocaba, divulgado em 2014, que analisou as fontes de emissão de dióxido de carbono (CO₂), óxido nitroso (N₂O) e metano (CH₄) nas atividades produtivas no Município e a quantidade de gases que foi lançada na atmosfera entre 2002 e 2012. Dentre os setores analisados no Município, o setor de Energia é o que mais emite (75,67%), sendo combustão móvel (52,9%), combustão estacionária (15,1%) e energia elétrica (7,6%). Outro setor analisado pelo estudo foi o de Resíduos (22%), sendo 19,9% de disposição de resíduos e 2,1% de tratamento de efluentes. Por último, ficou o setor de Agricultura, Floresta e Uso do Solo (2,3%), sendo a maior parte emitida pela fermentação entérica dos rebanhos.

Política de Conscientização e Educação Ambiental

Desde 2006 o município de Sorocaba possui uma lei que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental (nº7854/2006), direcionada à incorporação de atividades que visem a capacitação humana para a gestão ambiental bem como atender demandas voltadas para problemáticas ambientais.

Em 2012 foi estabelecida a Política Municipal de Meio Ambiente de Sorocaba (Lei nº 10.060/2012), que em sua composição busca manter conformidade aos princípios de acordos internacionais de mudanças climáticas, como a Convenção da Biodiversidade, as Políticas de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental, determinando a base para o zoneamento ambiental do município e regulamentação do uso do solo com intuito de proteção dos recursos naturais.

No mesmo caminho, o ano de 2018 se demarca como um período de várias ações concretizadas com o intuito da ampliação da conscientização da sociedade civil por meio de políticas instituídas no município.

Recentemente, Sorocaba instituiu a Lei nº 11.725 de 2018, com a determinação de um mês destinado à conscientização e Educação Ambiental, objetivando desenvolver ações que, dentre vários aspectos, visa a proteção da fauna e flora e melhora da qualidade ambiental. No mesmo ano, uma outra norma (Decreto nº 23.802/2018) determinou a criação de uma Comissão Municipal para Educação Ambiental com o intuito de promover a discussão com a sociedade civil e a elaboração de um plano de ação para resolução de conflitos socioambientais.

Ademais, em novembro de 2018, é publicada a lei que torna o Parque Zoológico Municipal Quinzinho de Barros (PZMQB) patrimônio cultural imaterial da cidade e referência em projetos e práticas de Educação Ambiental em conjunto com a sociedade, bem como o desenvolvimento de ações para a preservação da fauna em risco de extinção. O PZMQB está entre os mais conceituados do Brasil, classificado como categoria “A” pelo Ibama e referência em toda América Latina.

A Política Municipal sobre a Proteção dos Refúgios de Biodiversidade

A Lei Municipal nº 12.059, de 29 de agosto de 2019, instituiu o programa Refúgios da Biodiversidade de Sorocaba. Define-se como “refúgios”, as áreas onde potencialmente habitam, se alimentam e se reproduzem plantas, animais e outros organismos. Normalmente estão localizados à beira de rios, zonas ribeirinhas, córregos, lagos, lagoas, várzeas, alagados e brejos.

São espaços estratégicas destinadas à restauração ecológica localizadas no ecossistema urbano, como remanescentes florestais, parques, áreas verdes, praças e, principalmente, trechos das margens de corpos d’água, conhecidos como Áreas de Proteção Permanente (APPs), onde será realizado o monitoramento contínuo e intervenções controladas da vegetação, criando um ambiente adequado tanto para o desenvolvimento de espécies arbóreas quanto como de exemplares típicos da fauna de Sorocaba, visando restabelecer a biodiversidade.

Em todos os Refúgios da Biodiversidade a Secretaria do Meio Ambiente de Sorocaba colocou placas com as espécies lá encontradas, suas características e importância para a biodiversidade. Também foram instaladas bandeiras de sinalização em seus limites. O trabalho educativo é muito importante para a sensibilização da população com relação à existência e relevância ecológica dos Refúgios da Biodiversidade.

Como resultado a política municipal já apresenta os seguintes resultados: a) a implantação de 29 Refúgios da Biodiversidade; b) a instalação de 110 placas educativas; c) o plantio de 12.500 mudas de espécies nativas; d) a sensibilização da população decorrente de ações de educação ambiental nas escolas, com alunos participando dos plantios, divulgação do Programa através do Centro de Educação Ambiental do Rio Sorocaba e dos parques municipais, além de divulgação na imprensa.

Políticas Públicas de Meio Ambiente na Região Metropolitana de Sorocaba

A Região Metropolitana foi institucionalizada em 2014, composta por 27 municípios: Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim.

A região possui uma economia diversificada, com intensa atividade econômica (produção industrial altamente desenvolvida, com predominância dos setores metal-mecânico, eletroeletrônico, têxtil, produção mineral e agronegócio), concentra cerca de 2 milhões de habitantes e 4% do PIB do Estado de São Paulo.

Por força do Estatuto da Metrôpole instituído pela Lei nº 13.089/2015 e alterações posteriores, cada Região Metropolitana deve elaborar um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). No caso da Região Metropolitana de Sorocaba, o mesmo vem sendo elaborado desde 2016 num processo com intensa participação da sociedade civil, mas em ritmo bastante lento, especialmente pela falta de ação do Estado após a conclusão dos diagnósticos multisetoriais e primeiras proposições.

Assim, de acordo com diagnóstico ambiental do PDUI é fundamental reforçar a importância estratégica das Unidades de Conservação definidas pela Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e das áreas sujeitas à Lei Estadual nº 9.866/1997 que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo.

Deverá, ainda, incorporar as Unidades de Conservação e as Áreas Verdes e Parques Municipais (informações dos Planos Diretores), os remanescentes de vegetação e as áreas prioritárias para recomposição florestal (Biota Fapesp - Áreas Prioritárias e Corredores Ecológicos), de modo a criar condições favoráveis à consolidação de uma rede hídrico-ambiental capaz de garantir o desenvolvimento sustentável e a resiliência do território da Região Metropolitana de Sorocaba.

Esta subseção, portanto, objetiva destacar as políticas públicas ambientais focadas em unidades de conservação e na cobertura vegetal da região metropolitana de Sorocaba.

Unidades de Conservação

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, 20 unidades de conservação incidem na RMS. As 3 (três) maiores unidades de conservação são Áreas de Proteção Ambiental (APA), consideradas unidades de uso sustentável que admitem certo grau de ocupação humana e visam proteger atributos ambientais importantes para a garantia da qualidade de vida da população, a saber: APA Tietê, APA Itupararanga e APA Serra

do Mar. A unidade de conservação de proteção integral mais extensa é o Parque Estadual de Jurupará. O conjunto das unidades de conservação é apresentado por categoria (APA, Parque, etc.) e grupo de manejo (sustentável e proteção integral).

Unidades de Conservação de Uso Sustentável da Região Metropolitana

A Floresta Natural de Ipanema foi criada pelo Decreto Federal nº 530, de 20 de maio de 1992, possuindo seu plano de manejo aprovado em 2003. Esta UC incide sobre áreas dos municípios de Araçoiaba da Serra, Capela do Alto e Iperó, todos da RMS. É, portanto, uma Unidade de Conservação federal, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente. A missão da Flona é proteger, conservar e restaurar os remanescentes de vegetação nativa do domínio de Mata Atlântica, especialmente o Morro Araçoiaba, seus atributos naturais, históricos e culturais, promover o manejo florestal, o uso público e ser referência em integração socioambiental, pesquisa e disseminação de conhecimentos.

A RMS abriga um conjunto de 9 (nove) Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) localizadas nos municípios de Ibiúna (quatro), Araçoiaba da Serra (duas), Tapiraí (duas) e Araçariguama (uma). Segundo o SNUC, a RPPN é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Ainda quanto à RMS, também existem 4 (quatro) importantes APAs, todas estaduais: Cabreúva, Itupararanga, Serra do Mar e Tietê. A APA Cabreúva foi criada em 1984 pela Lei Estadual nº 4.023, visando à proteção da porção do maciço montanhoso Serra do Japi, correspondendo inicialmente aos limites do município de Cabreúva. Em 2006, a APA foi ampliada pela Lei Estadual nº 12.289, incluindo parte dos municípios de Indaiatuba, Itu e Salto estendendo a proteção às nascentes de importantes cursos d'água. As APAs Cabreúva e Jundiá foram regulamentadas por um único instrumento legal, o Decreto Estadual nº 43.284 de 1998, que estabeleceu seu zoneamento ambiental e as diretrizes para o uso e ocupação do solo. O maciço montanhoso do Japi, formado pelas serras do Japi, Guaxinduva, Guaxatuba e Cristais, e seus recursos hídricos, especialmente das bacias do Ribeirão do Piraí e do Jundiá-Mirim, são atributos comuns das APAs Cabreúva, Cajamar e Jundiá, formando um contínuo de áreas protegida. Contudo, ainda não tem plano de manejo aprovado.

A APA Itupararanga foi criada pela Lei Estadual nº 10.100, de 1º de dezembro de 1998 e alterada pela Lei Estadual nº 11.579, de 2 de dezembro de 2003. A área de abrangência da APA corresponde à área geográfica da bacia hidrográfica formadora da represa de Itupararanga, denominada Alto Sorocaba, compreendida pelos municípios de Alumínio, Cotia, Ibiúna, Mairinque, Piedade, São Roque, Vargem Grande Paulista e Votorantim. O excelente manancial e as áreas verdes, que abrigam remanescentes vegetais e vida silvestre, foram fundamentais para a decisão de sua instituição. A criação da APA de Itupararanga na bacia hidrográfica do Alto Sorocaba se fez necessária face às pressões que esta região vem sofrendo, pelo avanço de loteamentos em áreas de grande fragilidade ambiental, uso agrícola intenso com utilização de agrotóxicos e outras atividades que vêm comprometendo a sustentabilidade dos recursos naturais. Seu Plano de Manejo foi aprovado em 2010.

A APA Serra do Mar foi declarada Unidade de Conservação pelo Decreto Estadual nº 22.717, de 21/09/1984. Está situada ao sul do Estado de São Paulo, abrangendo parte da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape. O objetivo principal é a proteção da Serra do Mar, coberto por um extenso maciço de Mata Atlântica, sendo uma das áreas mais preservadas do Estado e da região Centro-Sul brasileira, responsável pela

grande diversidade de espécies vegetais e animais ali encontrados, notadamente as endêmicas e aquelas ameaçadas de extinção. Não possui Plano de Manejo aprovado.

A APA Tietê, criada pelo Decreto Estadual nº 20.959, de 8/06/1983, tem o objetivo de proteger áreas remanescentes de vegetação natural essenciais para a preservação do rio Tietê, bem como o patrimônio histórico e arquitetônico do município de Tietê. Localizada em uma região de antiga ocupação cafeeira, responsável pelo intenso desmatamento, depauperamento dos solos e assoreamento dos cursos d'água, ainda não possui Plano de Manejo aprovado.

Unidades de Conservação de Proteção Integral

A RMS conta com 4 (quatro) unidades de conservação de proteção integral, duas estaduais e 2 (duas) pertencentes ao município de Sorocaba.

O município de São Miguel Arcanjo abriga parte do Parque Estadual Carlos Botelho (decreto nº 19.499, de 10/09/1982), com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna e às belezas naturais e garantir sua utilização para fins educacionais, recreativos e científicos. Como Unidade de Conservação que abriga muitos projetos de pesquisa, atrai pesquisadores de diversas localidades; compõe um contínuo ecológico de Paranapiacaba, e apresenta um grande número de espécies endêmicas. Seu Plano de Manejo foi aprovado em 2008.

Situada no município de Ibiúna, incidindo numa pequena porção do município de Piedade, está a maior Unidade de Conservação de Proteção Integral da RMS, o Parque Estadual do Jurupará. Criado pelo Decreto n.º 35.703/35.704, de 22/09/1992, o Parque ocupa a área de uma antiga reserva extrativista. Importante corredor ecológico entre a Serra de Paranapiacaba e a Serra do Mar, preserva ecossistemas naturais de grande beleza e relevância ecológica, para a realização de pesquisas e atividades de educação ambiental. Sua localização contribuiu para a proteção da bacia hidrográfica do Alto Juquiá, densa rede hídrica composta pelo rio Juquiá, rio Juquiá-Guaçu e rio do Peixe. Seu Plano de Manejo foi aprovado em 2011.

O Parque Natural Municipal Corredores de Biodiversidade foi criado em 2008, em decorrência da compensação ambiental pela instalação do pátio industrial da empresa Toyota do Brasil. A principal função desta Unidade de Conservação é proteger integralmente a fauna e a flora típicas da região e ampliar a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APP's) dos afluentes do rio Sorocaba. Apresenta um fragmento florestal de cerca de 20 hectares de Floresta Estacional Semidecidual, ligado a Corredores Florestais das matas ciliares do Córrego Campininha, que atravessa o parque, desaguando no rio Sorocaba. Seu Plano de Manejo foi aprovado em 2012.

O Parque Natural Municipal de Brigadeiro Tobias foi criado pelo Decreto nº 21.618, de 7 de janeiro de 2015. Referida área está inserida na bacia do córrego Pirajibu-Mirim, atualmente utilizado para abastecimento público. Trata-se de um território estratégico para a manutenção da quantidade e da qualidade do manancial. Quase 40% da área do parque são matas nativas, compondo um dos maiores fragmentos na região de Sorocaba, classificado no Plano Municipal de Mata Atlântica como "Prioridade Muito Alta para Conservação".

Cobertura Vegetal Nativa da Região Metropolitana de Sorocaba

A RMS apresenta índices expressivos de cobertura vegetal nativa, de 27,7%, superior à média estadual de 17,5%. Destacam-se os 6 (seis) primeiros municípios que

constam na Figura 1 a seguir: Tapiraí, Ibiúna, São Roque, Piedade, Araçariguama e Maringue, todos com percentual de cobertura acima de 30%, considerado muito bom, além de contribuírem para elevar a média metropolitana, pois suas superfícies também são significativas.

Figura 1 – Cobertura vegetal nativa

Município	Superfície (ha)	Cobertura Natural (ha)	% *
Tapiraí	75.529	65.845	87,2
Ibiúna	105.969	60.264	56,9
São Roque	30.755	13.837	45,0
Piedade	74.554	29.545	39,6
Araçariguama	14.633	5.705	39,0
Mairinque	20.976	6.784	32,3
Iperó	17.094	4.973	29,1
Pilar do Sul	68.240	19.622	28,8
São Miguel Arcanjo	93.001	23.287	25,0
Votorantim	18.400	4.484	24,4
Alumínio	8.374	1.715	20,5
Itu	63.998	12.790	20,0
Araçoiaba da Serra	25.555	4.561	17,8
Salto de Pirapora	28.031	4.605	16,4
Sarapuí	35.446	5.644	15,9
Itapetininga	179.208	27.823	15,5
Capela do Alto	16.998	2.568	15,1
Sorocaba	44.912	5.728	12,8
Alambari	15.919	1.931	12,1
Jumirim	5.674	627	11,0
Porto Feliz	55.656	5.942	10,7
Boituva	24.901	2.387	9,6
Salto	13.426	1.260	9,4
Tietê	39.251	3.529	9,0
Tatuí	52.416	4.235	8,1
Cesário Lange	19.019	1.201	6,3
Cerquilha	12.776	650	5,1
RMS	1.160.711	321.541	27,7
Estado de São Paulo	24.820.943	4.343.718	17,5

Fonte: Instituto Florestal, 2009. **Elaboração:** Emplasa, 2017.

Quando observamos mais atentamente os 6 primeiros municípios, 4 deles, excetuados Tapiraí e Araçariguama, integram a APA de Itupararanga, cuja legislação tem contribuído para sua preservação, ao lado de uma atuação muito firme da sociedade civil cobrando das autoridades municipais e do Estado as iniciativas de proteção e preservação.

Considerações finais

A proteção da Biodiversidade na Região Metropolitana de Sorocaba tem avançado na última década em função da maior conscientização da sociedade civil, que vem efetuando uma forte pressão, e também das autoridades que estão implementando políticas e legislações importantes. Como exemplo, a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06 e Decreto n.º 6.660/2008) reforça o papel dos municípios na proteção dos remanescentes de mata, por meio de instrumentos de planejamento. O principal deles é o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), que aponta áreas e ações prioritárias para a conservação, manejo, fiscalização e recuperação desse bioma.

Espera-se que outro avanço venha do diagnóstico ambiental do PDUI, instrumento previsto no Estatuto da Metrópole, que deverá investigar se os instrumentos atuais

de proteção são suficientes para garantir a preservação desse importante conjunto de remanescentes, incorporando à proposta de ordenamento territorial o fortalecimento da gestão das unidades de conservação existentes. Finalmente, devido às características da RMS, já se pode prever a necessidade e a conveniência de elaboração do Plano Metropolitano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), como fez o município de Sorocaba, por exemplo, criando instrumentos adicionais de proteção e recuperação desse importante bioma.

Referências

- ARAÚJO, S. M. V. G. (2011). “Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil”. In: Roseli Senna Ganem. (Org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 177-221.
- EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano AS. (2009). *Projeto Executivo visando à elaboração de plano para execução dos Projetos Prioritários para a RMC, RELATÓRIO 7 – Relatório Final do Sistema Integrado de Segurança Pública*. Região Metropolitana de Campinas, maio de 2009.
- _____. (2014). *Processo de Criação da Região Metropolitana de Sorocaba*. São Paulo.
- _____. (2013). *Plano de Ação da Macrometrópole Paulista*. São Paulo
- EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano; FESPSP Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2015). *Região Metropolitana - Oportunidades e Desafios - Potencialidades e Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural, Impulsionadores, Barreiras, Oportunidades e Atores da Região Metropolitana de Sorocaba*. São Paulo.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (Estado) (2014). *Lei Complementar nº 1.241, de 08 de maio de 2014*. Cria A Região Metropolitana de Sorocaba e dá Providências Correlatas. São Paulo, SP.
- Welber S. S. e Ribeiro, C. A. (Org.) (2015). *Parque natural municipal corredores de biodiversidade. Pesquisas e perspectivas futuras*. Prefeitura Municipal, Secretaria do Meio Ambiente: Sorocaba, SP
- Mota Junior, V. D. (2014). “Políticas Públicas e Proteção da biodiversidade em Sorocaba”. In: Smith W. S., V. D. Mota Junior, J. L. Carvalho. *Biodiversidade do Município de Sorocaba*. 1a ed. Sorocaba: 2014. 17-28.
- REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA (2019). *Panorama Regional*. Disponível em: https://www.pdui.sp.gov.br/sorocaba/?page_id=1792 Acesso em 27/10/2019
- Rodrigues, R. R.; Bononi, V. L. R. (Orgs.) (2008). *Diretrizes para a conservação e restauração da biodiversidade no estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Botânica/Programa BIOTA/FAPESP.
- SOROCABA. Lei nº 11.477, de 20 de dezembro de 2016. “Institui a Política Municipal sobre Mudanças Climáticas”. *Diário Oficial do Município de Sorocaba*: 2015.
- SOROCABA. Lei nº 11.259, de 07 de janeiro de 2016. “Institui o Plano Municipal e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e dá outras providências”. *Diário Oficial do Município de Sorocaba*: 2015.



Perspectiva ambiental en niños de primaria. contacto con la naturaleza y práctica docente

Environmental perspective in elementary children. contact with nature and teaching practice

Giovana Rocío Díaz Grijalva⁶⁸

Instituto Tecnológico de Sonora,
Ciudad Obregón, Sonora, México

giovana.diazg@itson.edu.mx

Eneida Ochoa Avila⁶⁹

Instituto Tecnológico de Sonora,
Ciudad Obregón, Sonora, México

eochoa@itson.edu.mx

Carlos Alberto Mirón Juárez⁷⁰

Instituto Tecnológico de Sonora.
Ciudad Obregón, Sonora, México

carlos.mironj@itson.edu.mx

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2143>

DOI : 10.25965/trahs.2143

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Ante los diversos problemas ambientales que se presentan en la región norte, en México, emerge la necesidad de un cambio de trasfondo en la arista de la educación. Es la educación ambiental una clave, si no la más importante, sino esencial para lograr cambios conductuales en los niños y niñas que estudian en educación básica. Asimismo, se puede visualizar si, en realidad, los recursos didácticos, el apoyo institucional y los materiales empleados por los docentes logran ser efectivos en la percepción ambiental y se relacionan con un contacto frecuente con la naturaleza, en los niños de educación primaria. En el presente trabajo se tuvo una muestra a conveniencia de 215 estudiantes, 102 mujeres y 113 hombres, de sexto grado de primaria durante el periodo de agosto-diciembre 2019, con edades oscilantes de 11 y 12 años de edad. A los estudiantes se les solicitó contestar bajo un acuerdo de

⁶⁸ Licenciatura en Psicología. Universidad de Sonora. Maestra en Desarrollo Regional por el Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo A.C. (CIAD, A. C.), Doctorado en Educación: Actualmente cursando el Doctorado en Educación en la Universidad del Pacífico Norte en Mazatlán, Sinaloa.

⁶⁹ Licenciada en Psicología por el Instituto Tecnológico de Sonora, Maestra en Administración por el Instituto Tecnológico de Sonora, Doctora en Planeación Estratégica y Mejora del Desempeño y Doctora of Philosophy with a Major in Business Administration por Pacific Western University de California

⁷⁰ Licenciatura en Psicología por la Universidad de Sonora, Maestro en Desarrollo Regional por el Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo A.C. (CIAD, A. C.), Doctor en Ciencias por el Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo A.C. (CIAD, A. C.).

confidencialidad firmado por ellos mismos y las autoridades educativas, una escala de educación ambiental con las dimensiones de apoyo institucional, recursos didácticos y materiales didácticos, así como la nueva escala de autoeficacia, percepción ambiental y de frecuencia de contacto con la naturaleza. Los resultados encontrados nos llevan a reflexionar sobre la importancia que tiene el quehacer del docente para fortalecer la percepción ambiental positiva y de promover el contacto frecuente con la naturaleza, en niños y niñas.

Palabras clave: educación ambiental, percepción, autoeficacia, contacto con la naturaleza, niños

Au regard des divers problèmes environnementaux que rencontre la région nord du Mexique, il nous faut envisager un changement de fond dans le domaine de l'éducation. L'éducation environnementale apparaît alors comme une clé essentielle à la réalisation de changements comportementaux chez les garçons et les filles à l'école primaire. Il nous faut aussi analyser si les ressources didactiques, l'appui institutionnel et le matériel utilisé par les enseignants sont suffisamment efficaces lorsqu'il s'agit de mesurer la perception que les enfants du primaire ont de l'environnement et de la nature. Notre travail se fonde sur un échantillon représentatif de 215 élèves, 102 filles et 113 garçons, âgés de 11 à 12 ans, en dernière année de primaire, au cours de la période d'août à décembre 2019. Après avoir signé ainsi que les autorités éducatives, un accord de confidentialité, les élèves ont été invités à répondre à une échelle d'éducation environnementale élaborée en lien avec l'institution, les ressources pédagogiques et le matériel pédagogique, et à une nouvelle échelle reposant sur l'auto-efficacité, la perception environnementale et la fréquence des contacts avec la nature. Les résultats nous ont amené à considérer l'importance du travail des enseignants dans le renforcement d'une perception positive de l'environnement et la promotion des contacts fréquents avec la nature chez les enfants.

Keywords: éducation à l'environnement, perception, auto-efficacité, contact avec la nature, enfants

Dados os vários problemas ambientais apresentados na região norte do México, surge a necessidade de uma mudança nos fundamentos da educação, a educação ambiental é uma chave essencial para obter mudanças comportamentais em meninos e meninas que estudam na educação básica. Da mesma forma, podemos visualizar se, de fato, os recursos didáticos, o apoio institucional e os materiais utilizados pelos professores conseguem ser eficazes na percepção ambiental e realizam um contato frequente das crianças da educação básica com a natureza nos filhos da educação básica. No presente trabalho, foi obtida uma amostra de conveniência com 215 estudantes, 102 meninas e 113 meninos da sexta série do ensino fundamental no período de agosto a dezembro de 2019, com idade entre 11 e 12 anos, sendo solicitado aos alunos que respondessem: sob um acordo de confidencialidade assinado por eles e as autoridades educacionais, uma escala de educação ambiental com as dimensões de apoio institucional, recursos e materiais didáticos, bem como uma nova escala de auto-eficácia, percepção ambiental e frequência de contato com a natureza. Os resultados nos levam a considerar a importância do trabalho do professor no fortalecimento da percepção ambiental positiva e na promoção do contato frequente das crianças com a natureza.

Palavras-chave: educação ambiental, percepção, auto-eficácia, contato com a natureza, crianças

Given the various environmental problems that we present in the northern region Mexico, the need for a background change in the edge of education emerges, environmental education is an essential key to achieve behavioral changes in children and girls studying in basic education. Likewise, we can visualize if in fact, the didactic resources, the institutional support and the materials used by the teachers manage to be effective in the environmental perception and it's relate a frequent contact with nature in the children of basic education. In the present work, a convenience sample was obtained with 215 students, 102 women and 113 men of sixth grade of primary school during the period of August-December 2019, with age between 11 and 12 years old, the students were asked to answer, under an agreement of confidentiality signed by themselves and the educational authorities, a scale of environmental education with the dimensions of institutional support, teaching resources and teaching materials, as well as a new scale of self-efficacy, environmental perception and frequency of contact with nature. The results lead us to consider the importance of teacher's work in strengthening positive environmental perception and promoting frequent children's contact with nature.

Keywords: environmental education, perception, self-efficacy, contact with nature, children

Análisis

La crisis ecológica ha sido provocada por el impacto que han tenido las actividades que realiza el ser humano, actividades de bajo razonamiento y perspectiva a futuro; pero no solamente se debe a esto. Se ven implícitas las crisis económicas y las condiciones de vida en las que los habitantes se encuentran. El ser humano está inmerso en una invariable guerra con su entorno y contra sí mismo - esto debido al daño ocasionado al entorno ecológico (Kopnina, 2012; Berryman & Sauvé, 2016).

La educación ambiental, una vez incorporada como parte de la educación formal en México, asume como un proceso integrador transversal en el sistema educativo, el cual expresa aquel conocimiento sobre la naturaleza y la conservación ecológica, a través de metas que se construyen en espacios educativos, para la formación intelectual de los niños, desde temprana edad (Avendaño, 2012; SEP, 2017). Castillo (2010) menciona el objetivo general de la educación ambiental como aquella que está como proceso educativo y se encuentra ampliamente ligada a las características políticas y económicas de las naciones. En este sentido, la educación ambiental nace haciendo de la naturaleza un bien universal y no manejable por los intereses particulares.

A través de la educación ambiental aplicada en niños, mediante la exposición de temas sobre el cambio climático y el medio ambiente en general, los resultados obtenidos son favorables, debido a que fomenta el actuar en la capacidad de resistir a los riesgos locales que están enlazados con el medio ambiente y que puede contribuir a su salud. Además de obtener actitudes y comportamientos hacia lo ambiental (Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, 2012), González (2017) refiere que los niños muestran interés en aprender sobre la naturaleza y en la protección de todo ser vivo. Sin embargo, los resultados de las investigaciones analizadas reflejan que los niños no están dispuestos a la implicación ambiental; es decir, no invierten parte de su tiempo en actividades que ayuden a las problemáticas ambientales (Díaz, Camarena, Mirón & Ochoa, 2019, Díaz, Camarena & Mirón, 2019). Por otra parte, Díaz y Fuentes (2017) identificaron que los niños poseen cogniciones y afectos pro-ambientales que influyen en sus conductas hacia el medio ambiente.

En el contexto educativo, Díaz, et. al (2019) hacen mención a reconocer la importancia de la práctica docente como un factor predictor en las habilidades proambientales del estudiantado. Por otro lado, es relevante apostarle a la reflexión, a la solución de problemas, las técnicas y conocimientos que promueve el docente en el aula de clase. Barreto & García (2016) mencionan que los conocimientos ambientales determinan las creencias, actitudes y comportamientos que la persona manifiesta frente al medio ambiente. Los conocimientos se constituyen con base en las experiencias de vida de cada individuo y su relación con los otros, en sus espacios familiares, escolares y laborales.

Referentes teóricos

La autoeficacia es un elemento clave de la conducta, que es posible predecir (Palacios, 2009). A grandes rasgos es un constructo que alude a la creencia estable de las personas sobre su propia capacidad para manejar un espectro amplio de problemas sociales (Sanjuán, Pérez & Bermúdez, 2000). Los resultados ponen en evidencia que quienes tienen altos niveles de autoeficacia suelen llevar a cabo conductas pro-ambientales. De la misma manera, la autoeficacia está ligada en forma significativa con la conducta ambiental responsable, en las personas que llevan sus bolsas para comprar en el supermercado.

También, se ha detectado que la capacidad para mejorar el ambiente está frecuentemente asociada con una mayor conducta ambiental (Wu y Mweemba, 2009). Arredondo, Saldivar y Limón (2013) mencionan que las actitudes, valores y prácticas sustentables ayudan a mejorar la conducta ecológica de los niños. La autoeficacia se ha encontrado relacionada con las conductas y otros factores ambientales (Palacios & Bustos, 2012).

La percepción ambiental por niños es un fenómeno que ha sido poco o escasamente estudiado. Para Pidgeon (1998), la percepción determina juicios, decisiones y conductas, y conduce a acciones con consecuencias reales". Asimismo, Durand (2008) menciona que la percepción ambiental implica el proceso de conocer el ambiente físico inmediato, a través de los sentidos, a diferencia del conocimiento ambiental el cual comprende el almacenamiento, la organización y la reconstrucción de imágenes de las características ambientales que no están a la vista en el momento.

Es entonces que la percepción ambiental es un proceso complejo y activo que involucra componentes cognoscitivos, afectivos, interpretativos y evaluativos, que operan de manera simultánea en un mismo tiempo y espacio (Milton, 2002). Asimismo, existen procesos cognitivos que están relacionados con la percepción ambiental. Comprenden expectativas, evaluaciones y conductas humanas. Kuhnen & Higuchi (2009) mencionan que la percepción ambiental está formada por diversas dimensiones psicosociales, entre ellas la cognición (creación de imágenes mentales), el afecto por el ambiente y las preferencias por el ambiente.

Coyle (2005) menciona acerca de la percepción con una sencilla pregunta: ¿Cómo adquirimos nuestros conocimientos ambientales? reitera que, a lo largo de la vida, los seres humanos acumulamos conocimientos respecto al ambiente, desde diferentes fuentes: de las escuelas, de lecturas personales, de amigos y familiares, de experiencias personales y, por supuesto, de los medios masivos de comunicación. Lamentablemente, gran parte de algunos conocimientos son adquiridos a través de los medios masivos diversos como redes sociales. Esto trae como resultado que se generen creencias y concepciones erróneas, así como actitudes y conductas ambientales poco favorables. Estos comportamientos crean y exacerban los problemas ambientales que amenazan el bienestar, no solamente de la humanidad, sino el de todas las especies en el planeta.

El contacto con la naturaleza es importante para el desarrollo cognitivo y emocional de niños y niñas en las zonas urbanas y rurales. Corraliza & Collado (2011) hacen mención que los entornos naturales en donde se encuentren estudiando, realizando labores cotidianas deportivas o estar en casa, puede tener una influencia positiva y favorable a la tolerancia hacia el estrés infantil. Asimismo, Torres, Alcántara, Arrebola, Rubio & Mora (2016) refieren que los niños tienen una actitud favorable si se encuentran trabajando cerca de áreas verdes en su entorno escolar. Se estima que hay una mejora en la apreciación hacia la naturaleza, el cuidado y protección a zonas protegidas, animales de vida silvestre; ello refiere a niños que se encuentran en entornos rurales o viviendas apegadas a zonas rurales (Carrus, Passiatore, Pirchio & Scopelliti, 2015; Bernardes & Vergara, 2017).

El apoyo institucional se conceptualiza como las acciones o ejecuciones propuestas por las escuelas de educación básica dentro de la curricula formal, la cual se compromete a fomentar una educación ambiental (González, 2007; SEP, 2017; González y Arias, 2009). Las acciones son referidas por los estudiantes donde observan el quehacer del docente y de la propia institución en plantar árboles, fomento en recoger basura, cuidado del agua y manejo apropiado de la luz, entre otras actividades dentro o fuera del plantel. Los materiales y recursos didácticos quedan completamente justificados cuando son adheridos, de forma adecuada, en el

proceso educativo, el cual debe ser compatible con el entorno más amplio que lo rodea (escolar, regional, social, etc.). Por tanto, los recursos didácticos tienen que estar esencialmente en el margen educativo para que sean efectivos en el aprendizaje, de forma prolongada, al alumnado y puedan contribuir a la motivación de los estudiantes de forma que sea duradero el proceso de enseñanza-aprendizaje (Sánchez, Moreno & Torres, 2014). Los materiales pueden ser por medios digitales, realidad aumentada, mixtos (películas, videos); materiales Tic (programas informativos, ordenador, pizarra digital); material auditivo, entre otros (Moreno, 2004; Díaz Barriga, 2001; Rodríguez-Rodríguez, 2007).

Debido al análisis anterior, representa un desafío dentro de la ciencia de la educación ambiental formal el promover actitudes que fomenten el cuidado de la naturaleza en la población como los niños y niñas en México. El propósito del presente trabajo es describir la percepción del alumnado acerca de la práctica docente y del apoyo institucional, así como describir el uso de los recursos didácticos y material para la conservación de especies y protección a los recursos naturales locales y analizar la posible relación entre la práctica docente, el apoyo institucional, los recursos didácticos con el contacto con la naturaleza, la autoeficacia y la percepción ambiental.

Método

Enfoque y población. El presente estudio se trabajó bajo un enfoque cuantitativo transversal, no experimental y correlacional (Hernández, Fernández y Baptista, 2010). La población universo que cursa el sexto grado de primaria, en el municipio de Cajeme, es de un total de 6,431, en donde 3,278 son hombres y 3,153 son mujeres, de los cuales se obtuvo una muestra de 215 estudiantes, 102 mujeres y 113 hombres bajo la ecuación de muestra finita, para conocer el total de la población, por lo cual se recurre a la siguiente ecuación:

$$n = \frac{N Z^2 pq}{d^2 (N - 1) + Z^2 pq}$$

Donde p = proporción aproximada del fenómeno en estudio, en la población de referencia q = proporción de la población de referencia que no presenta el fenómeno en estudio (1 -p). La suma de la p y la q siempre debe dar 1. Z= valor de Z crítico, calculando el área de las tablas del área de la curva normal, llamado también nivel de confianza. N= tamaño de la muestra y d= el nivel de precisión absoluta, haciendo referencia a la amplitud del valor intermedio de confianza (Aguilar, 2005).

El muestreo utilizado para la investigación fue a conveniencia; la muestra fue representativa de las diversas zonas escolares de la ciudad de Ciudad Obregón, de nivel socioeconómico medio y bajo. Para los estudiantes, se procuró la diversidad por sexo y tipo de zona escolar. Se obtuvo un consentimiento informado, firmado y autorizado por los directivos de las escuelas y por los propios estudiantes que estuvieran cursando sexto grado de primaria, en el periodo agosto - diciembre 2019.

Instrumentos

Larson, Green, & Castleberry (2011) crearon un instrumento para medir las percepciones ambientales de los niños, el cual se reconoció que los instrumentos existentes son demasiado complejos para los niños (Manoli, Johnson & Dunlap, 2007). Los autores utilizaron elementos de instrumentos anteriores, agregando la parte afectiva y un lenguaje sencillo debido a que sería más comprensible. Se aplicó

una escala con 16 elementos, incluidos los componentes del medio ambiente, actitudes, interés en la naturaleza, importancia de la naturaleza, importancia hacia el peligro de extinción de los ecosistemas y la gestión ambiental. El instrumento mostró una consistencia interna de .85.

Se trabajó bajo una escala Likert de cinco puntos que abarcó del 1= “nunca” a 5= “siempre” adaptado por Collado (2012). Para los niños de características socioeconómicas diversas, así como rurales y urbanas se realizó una adaptación por Evans, Brauchle, Haq, Stecker, Wong & Shapiro (2007) para que la escala fuera más sensible en el análisis de la información obtenida; también se realizó una adaptación a la población mexicana del noroeste del país debido a que los modismos en la lengua española y mexicana son diversos, por ejemplo “El cole” a “La escuela”.

La escala de “Educación ambiental: Recursos, Materiales y Apoyo Institucional” partió de 18 reactivos que indagaron sobre los materiales didácticos disponibles, el apoyo institucional hacia la currícula ambiental y los recursos didácticos con los que contó el docente de educación primaria. Todos los reactivos contaron con una escala Likert de cinco puntos que abarcó del 1= “nunca” a 5= “siempre”, presentando a su vez un alfa de Cronbach de .92 (Díaz, Camarena & Mirón, 2019).

La escala general de autoeficacia proveniente de Chen, Gully & Eden (2001) constó de 8 reactivos; éste mide si el estudiante cumple regularmente sus metas, si considera que tiene varias alternativas para resolver un problema, si establece un ritmo de aprendizaje, si conoce sus fortalezas y debilidades, si reflexiona acerca de lo que realmente necesita aprender o si establece metas específicas antes de iniciar un proyecto. Se diseñaron para ser contestados por medio de una escala Likert, es decir, 1= “nunca” al 5 = “siempre”.

La escala de frecuencia de contacto con la naturaleza de Larson et al., (2011) mide la continuidad del contacto que tienen los niños con la naturaleza, por medio de 6 ítems, los cuales estiman el pasar tiempo en algún lugar natural como en el bosque, el campo, ríos entre otros. También mide qué tan frecuentemente el niño o la niña observa animales al aire libre, si lee sobre la naturaleza, qué tan frecuentemente habla con su padre o madre sobre la naturaleza, si cada cuanto juega al aire libre y si durante el fin de semana juega al aire libre con su familia o amigos. Estos ítems expresan el contacto directo con la naturaleza como indirecto (Collado, 2012; Larson et al., 2011). La respuesta fue de escala Likert del 1 al 5 siendo 1 = “nunca” y 5 = “siempre” y ha presentado un alfa de Cronbach de .70.

Los datos obtenidos de la aplicación de los instrumentos fueron sistematizados, organizados y codificados en el paquete estadístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) Versión 25; se realizó un análisis de estadística descriptiva, así como un análisis de la fiabilidad de las escalas. Asimismo, se obtuvieron puntuaciones para cada rubro, con el fin de someter las variables abordadas, a pruebas de hipótesis y conocer si existe relación en las prácticas docentes en educación ambiental, la autoeficacia, la percepción ambiental y la frecuencia de contacto con la naturaleza.

Resultados

En lo que respecta a los análisis descriptivos, se observaron las siguientes medias en la escala general de autoeficacia, en la tabla 1, el reactivo “Me pregunto regularmente si cumplo con mis metas” mostró una media alta de 4.06; el reactivo “Considero varias alternativas para resolver un problema antes de contestar” obtuvo una media alta de 4.03; el reactivo “Conozco mis fortalezas y debilidades intelectuales” una media alta de 4.20; el reactivo “Reflexiono acerca de lo que realmente necesito aprender” arrojó una media alta de 4.01. El ítem “Sé que tan bien

me fue, después de terminar un examen” representó una media baja de 3.54 y el reactivo “Establezco metas específicas antes de comenzar un proyecto” una media de 3.93, para el análisis de confiabilidad la escala obtuvo un alfa de Cronbach de .780.

Tabla 1. Media, Desviación estándar, mínimo y máximo de reactivos de la Nueva Escala de General de Autoeficacia de niños y niñas de Ciudad Obregón, Sonora, México, 2020

Ítem	Media	D. S.	Min.	Max	Alfa
					.780
Me pregunto regularmente si cumplo con mis metas	4.06	1.17	1	5	
Considero varias alternativas para resolver un problema antes de contestar	4.03	1.03	1	5	
Trato de utilizar estrategias que me han funcionado en el pasado	3.87	1.22	1	5	
Establezco un ritmo de aprendizaje para poder terminar la actividad	3.98	1.12	1	5	
Conozco mis fortalezas y debilidades intelectuales	4.20	.94	1	5	
Reflexiono acerca de lo que realmente necesito aprender...	4.01	1.09	1	5	
Sé que tan bien me fue, después de terminar un examen	3.54	1.30	1	5	
Establezco metas específicas antes de comenzar un proyecto	3.93	1.19	1	5	

Fuente: Elaboración propia de los autores en programa SPSS (2020)

En la tabla 2, se muestran los análisis descriptivos de la escala de percepción ambiental, el ítem con medias altas fueron: “Me gusta aprender sobre plantas y animales” arrojó una media alta de 4.46; el reactivo “Las plantas y animales son importantes para la gente” mostró una media alta de 4.50; el ítem de “Me gusta leer cosas sobre las plantas y animales” obtuvo una media de 4.24; el reactivo “Las plantas y animales puede ser heridos fácilmente” obtuvo una media alta de 3.94; el ítem “Estoy interesado en aprender cosas nuevas para ayudar a proteger a las plantas y los animales” resultó una media alta de 4.51; el reactivo “Las personas necesitamos a las plantas para vivir” mostro una media de 4.41; el ítem “Las personas debemos cuidar mejor plantas y animales” dio una media de 4.54; el reactivo “Me gustaría pasar más tiempo en los lugares donde hay más plantas y animales” alcanzó una media de 4.35; el ítem “La naturaleza puede ser fácilmente dañada o herida por las personas” obtuvo una media de 4.20 y el reactivo “Mi vida cambiaría si no hubiese plantas ni animales” logró una media de 4.30; la escala consiguió una confiabilidad obtuvo un alfa de Cronbach de .85.

Tabla 2. Media, Desviación estándar, mínimo y máximo de reactivos de la Escala de Percepción Ambiental en niños y niñas de Ciudad Obregón, Sonora, México, 2020

Ítem	Media	D. S.	Min.	Max.	Alfa
					.85
Me gusta aprender sobre plantas y animales	4.46	1.06	1	5	
Las plantas y animales son importantes para la gente	4.50	.80	1	5	
Me gusta leer cosas sobre las plantas y animales	4.24	.97	1	5	
Las plantas y animales pueden ser heridos fácilmente	3.94	1.38	1	5	
Estoy interesado en aprender cosas nuevas para ayudar a proteger los animales...	4.51	.79	1	5	
Las personas necesitamos a las plantas para vivir	4.41	.98	1	5	
Mi vida cambiaría si no hubiera árboles	4.25	1.14	1	5	
Yo estaría dispuesto a usar mi tiempo para ayudar a salvar a las plantas y animales...	4.23	.98	1	5	
Yo estaría dispuesto a usar mi tiempo para resolver problemas sobre la naturaleza...	4.19	.93	1	5	
Las personas debemos cuidar mejor plantas y animales	4.54	.81	1	5	
Me gustaría pasar más tiempo en los lugares donde hay más plantas y animales	4.35	.91	1	5	
Me pongo triste cuando veo casas construidas donde solían vivir plantas y animales	4.17	1.01	1	5	
Me gusta aprender cosas sobre la naturaleza	4.37	.97	1	5	
Estaría dispuesto a limpiar áreas verdes...	4.14	1.10	1	5	
La naturaleza puede ser fácilmente dañada...	4.20	1.11	1	5	

Mi vida cambiaría si no hubiese plantas ni animales 4.30 1.13 1 5

Fuente: Elaboración propia de los autores en programa SPSS (2020)

En la tabla 3, se muestran los análisis descriptivos de la escala de frecuencia de contacto con la naturaleza. El reactivo “Pasar tiempo en algún lugar natural (por ejemplo, en el bosque, en el campo, en el río, en la montaña, etc.)” con una media alta de 4.17; el indicador “Ir a ver animales al aire libre (a los canales, ríos, laguna, al campo, etc.)” mostró una media de 4.04. El reactivo “Leer sobre naturaleza en internet, un libro, revista o ver algún documental o programa sobre naturaleza en la tele” mostró una media baja de 3.96; el ítem “Hablar con tus padres, familiares o amigos sobre la naturaleza, animales o problema del medio ambiente” tuvo una media baja de 3.71. El ítem “Durante la semana, después de la escuela, ¿juegas al aire libre (barrio, en tu calle o en el parque)” tuvo una media de 4.00; el reactivo “Durante el fin de semana, ¿juegas al aire libre (en el barrio, en tu calle, en el parque, en el pueblo de papá, de mamá, de los abuelos, etc.)” resultó una media de 4.01, así mismo se obtuvo un alfa de .72.

Tabla 3. Media, Desviación estándar, mínimo y máximo de reactivos de la Escala de Frecuencia de Contacto con la naturaleza en niños y niñas de Ciudad Obregón, Sonora, México, 2020

Ítem	Media	D. S.	Min.	Max.	Alfa
					.72
Pasar tiempo en un lugar natural (campo, ríos...)	4.17	1.08	1	5	
Ir a ver animales al aire libre (río, laguna, canales)	4.04	1.11	1	5	
Leer sobre la naturaleza en internet, libros...	3.96	1.12	1	5	
Hablar con tus padres, familiares, amigos sobre los problemas de la naturaleza.	3.71	1.39	1	5	
Durante la semana, después de la escuela ¿juegas al aire libre en tu colonia, calle o parque?	4.00	1.25	1	5	
Durante el fin de semana, ¿juegas al aire libre (en la colonia, en tu calle, parque) con la familia?	4.01	1.24	1	5	

Fuente: Elaboración propia de los autores en programa SPSS (2020)

En la tabla 4 se muestran los análisis descriptivos de la escala de percepción de apoyo a la educación ambiental. En la dimensión de recurso didáctico, el reactivo “Vimos en enciclopedias temas sobre los problemas ambientales en México y en el mundo” dio una media regular de 3.10; el ítem “Nos mostraban videos y películas sobre problemas ambientales” con una media regular de 3.49; el reactivo

“Consultábamos en los libros de español, matemáticas (...) sobre los pasos a seguir para cuidar nuestro planeta” arrojó una media alta de 3.83; el ítem “Jugábamos en el salón con el maestro para aprender a cuidar el agua” mostró una media baja de 2.90. En la dimensión de material didáctico, el reactivo “Hacíamos folletos para difundir y combatir la escasez de agua en la escuela” tuvo una media de 3.41, en el indicador “Hicimos carteles para combatir la escasez del agua y/o difundir el manejo adecuado de la basura” dio una media de 3.71.

En la dimensión de apoyo institucional, el reactivo “Invitamos a las autoridades educativas a participar en proyectos ambientales que emprendemos” arrojó una media de 2.85; el reactivo “Nos enseñaron que en nuestra escuela todos trabajamos en equipo para depositar la basura en su lugar” dio una media de 3.90; el indicador “Invitaban a nuestro papá o mamá a participar en trabajos para el cuidado del agua” obtuvo una media de 2.96; el reactivo “Invitábamos a nuestras autoridades del municipio a participar en proyectos ambientales” obtuvo una media de 2.83; el indicador “Vimos como la escuelas se organiza y trabaja en favor del buen cuidado del agua y manejo de la basura” presento una media de 3.66; el reactivo “El maestro nos motivó a trabajar con la comunidad a favor del buen manejo de la basura” con una media de 3.26, presentando un alfa de Cronbach de .92.

Tabla 4. Media, Desviación estándar, mínimo y máximo de reactivos de la Escala de Percepción de Apoyo a la Educación Ambiental en niños y niñas de Ciudad Obregón, Sonora, México, 2020

	Media	D. S.	Alfa
			.92
Recursos Didácticos1. El maestro nos llevaba a recorrer la escuela y sus alrededores...	3.00	1.50	
Recursos Didácticos 2. Vimos en enciclopedias temas sobre los problemas ambientales en México y en el mundo...	3.10	1.50	
Recursos Didácticos 3. Nos mostraban videos y películas sobre problemas ambientales.	3.49	1.55	
Recursos Didácticos 4. Consultábamos en los libros de español, matemáticas (...) sobre los pasos a seguir para cuidar nuestro planeta.	3.83	1.33	
Recursos Didácticos 5. Jugábamos en el salón con el maestro para aprender a cuidar el agua.	2.90	1.52	
Recursos Didácticos 6. Tuvimos el apoyo de las autoridades educativas para realizar acciones a favor del cuidado del agua y manejo de la basura...	3.28	1.49	
Material Didáctico1. Hacíamos folletos para difundir y combatir la escasez de agua en la escuela.	3.41	1.40	
Material Didáctico 2. Consultábamos libros del rincón de lectura para conocer la situación ambiental de México y Sonora.	3.15	1.46	

Material Didáctico3. Consultábamos libros y revistas para conocer la escasez de agua que presenta Sonora.	3.27	1.48
Material Didáctico 4. Cuando teníamos la clase en el aula de medios (centro de cómputo) visitábamos páginas de internet para conocer la problemática ambiental.	3.01	1.52
Material Didáctico5. Hicimos carteles para combatir la escasez del agua y/o difundir el manejo adecuado de la basura.	3.71	1.28
Apoyo institucional 1. Invitamos a las autoridades educativas a participar en proyectos ambientales que emprendemos.	2.85	1.43
Apoyo institucional 2. Nos enseñaron que en nuestra escuela, todos trabajamos en equipo para depositar la basura en su lugar.	3.90	1.31
Apoyo institucional 3. Invitaban a nuestro papá o mamá a participar en trabajos para el cuidado del agua.	2.96	1.53
Apoyo institucional 4. Invitábamos a nuestras autoridades del municipio a participar en proyectos ambientales...	2.83	1.56
Apoyo institucional 5. Vimos como la escuela se organiza y trabaja en favor del buen cuidado del agua y manejo de la basura.	3.66	1.24
Apoyo institucional6. El maestro nos motivó a trabajar con la comunidad a favor del buen manejo de la basura.	3.26	1.45

Fuente: Elaboración propia de los autores en programa SPSS (2020)

En la tabla 5 se presentan las correlaciones bivariadas, donde las correlaciones altas y positivas fueron entre las variables de recursos didácticos con autoeficacia ambiental ($r=.371$, $p < .001$). Así mismo, la variable de recursos didácticos, con la frecuencia de contacto con la naturaleza, con una relación significativa ($r=.442$, $p < .001$). El material didáctico obtuvo correlación positiva con autoeficacia ambiental ($r=.427$, $p < .001$) y frecuencia de contacto con la naturaleza ($r=.419$, $p < .001$). La variable de apoyo institucional asumió una correlación positiva con autoeficacia ambiental ($r=.458$, $p < .001$) y con frecuencia de contacto con la naturaleza ($r=.460$, $p < .001$).

Tabla 5. Correlaciones bivariadas de recursos didácticos, material didáctico, apoyo institucional, autoeficacia ambiental, percepción ambiental y frecuencia de contacto con la naturaleza

	Recursos didácticos	Material didáctico	Apoyo Institucional	Autoeficacia ambiental	Percepción ambiental	Frecuencia contacto naturaleza
Recursos didácticos	1					
Material didáctico	.742**	1				

Apoyo Institucional	.717**	.893**	1			
Autoeficacia ambiental	.371**	.427**	.458**	1		
Percepción ambiental	.111	.017	.112	.357**	1	
Frecuencia contacto con la naturaleza	.442**	.419**	.460**	.459**	.413**	1

**La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral). * La correlación es significativa en el nivel 0,05.

Fuente: Elaboración de los propios autores en programa SPSS (2019).

Conclusiones

Los hallazgos encontrados muestran que los niños reflejan un sentido de preocupación y percepción favorable hacia el cuidado de su medio ambiente, los animales y flora; es decir, en los análisis descriptivos de la escala de percepción ambiental, los estudiantes manifiestan una tendencia alta en sus medias por estar más tiempo en áreas verdes, por resolver problemas ambientales y proteger el ecosistema que les rodea, tal como lo menciona Durand (2008) y Kuhnen & Higuchi (2009).

En lo que respecta a la escala de autoeficacia, los niños refieren una media o tendencia regular o, a veces, un poco baja en sentirse capaces de realizar tareas académicas o cotidianas; ello tiene que ver en cómo se perciben; si llevan a cabo o no actividades extracurriculares de educación ambiental. Es decir, hay una relación entre su autoeficacia y con tener contacto con la naturaleza, tal como lo menciona Palacios (2009; Arredondo, Saldivar y Limón, 2013). En otras palabras, es relevante reforzar en las escuelas de educación pública la autoeficacia en los niños y niñas, promover actividades como el cuidado de las plantas o áreas verdes en sus centros educativos para generar en el estudiantado la capacidad de realizar acciones ambientales.

Por otra parte, en los resultados de la escala de frecuencia de contacto con la naturaleza, se obtuvieron medias relativamente regulares y algunas bajas. A pesar de que los niños viven cerca de zonas rurales con áreas verdes, sus resultados muestran poco contacto con la naturaleza, en especial de hablar con su padre o madre sobre temas relacionados con los ecosistemas y leer sobre la naturaleza aun en medio digitales (Torres, et al., 2016; Bernardes & Vergara, 2017). En la dimensión de recursos didácticos se mostraron respuestas con medias relativamente bajas; es decir, los docentes fueron percibidos por sus alumnos como escasos ejecutores de mostrar videos relativos a los ecosistemas, a usar poco las enciclopedias o ver escasos videos relacionados a la protección ambiental, así como limitadas actividades registradas en otras materias como español o matemáticas relacionadas al medio ambiente para poder obtener un aprendizaje significativo (Díaz, et, al., 2019; Sánchez, Moreno & Torres, 2014). En la dimensión de apoyo institucional, los estudiantes perciben muy poco apoyo por parte de las autoridades educativas, es decir, los alumnos no visualizan el que se invite a las autoridades a participar en

programas de educación ambiental, así como el invitar a padres de familia a integrarlos a eventos de protección al agua, lo cual es un recurso vital en la zona desértica en donde viven los niños.

En el apartado de las correlaciones, se puede observar que existen relaciones significativas entre los recursos que tiene la escuela y como son manejados por los docentes con la autoeficacia; es decir, se ha encontrado que la autoeficacia percibida por los niños puede propiciar una acción mayormente participativa en actividades ambientales (Palacios & Bustos, 2012; Palacios, 2009). Asimismo, es importante fomentar el apoyo institucional para que los alumnos sean capaces de aumentar más su autoeficacia en tareas de educación ambiental apoyadas por los padres de familia, organizaciones civiles, centros de gobierno y otros promotores de las prácticas ecológicas.

También se puede apreciar una relación significativa entre la variable de frecuencia de contacto con la naturaleza, con los recursos didácticos, lo cual es de suma importancia ya que se puede fomentar tener más relación con la flora y fauna de la región, así como promover aún más el apoyo institucional de los centros educativos en generar acciones ambientales en el estudiantado. El material didáctico también se ha relacionado positivamente y significativamente con estar más tiempo en áreas verdes, es decir, el realizar actividades como las manualidades con material reciclado, uso de videos didácticos, carteles promoviendo el cuidado de los árboles, el agua y los animales en peligro, entre otros estimula que el niño o la niña este más en contacto con la naturaleza cuidando o protegiendo (Corraliza y collado, 2011).

Por otro lado, se muestra una relación significativa con la autoeficacia y la frecuencia de contacto con la naturaleza. Según los autores Carrus, et al., (2015), Bernardes & Vergara (2017) y Palacios & Bustos (2012), los niños pueden generar una autonomía del quehacer cotidiano en la práctica ambiental como darle de comer a los pájaros, perros o gatos, cuidar las áreas verdes, los árboles de su casa o de su vecindario, disfrutar de los paisajes como ríos, lagos, campo, playas, entre otras actividades que son frecuentes en la comunidad, es decir, promover su capacidad de proteger el entorno natural con acciones desarrolladas por sus docentes y centros educativos.

Referencias

- Aguilar, B. S. (2005). "Fórmulas para el cálculo de la muestra en investigaciones de salud". *Salud en Tabasco*. 11 (1-2), 333-338. Recuperado en <https://www.redalyc.org/pdf/487/48711206.pdf>
- Avendaño, W. (2012). "La educación Ambiental (EA) como herramienta de la responsabilidad social (RS)". *Revista Luna Azul*, 35, 94- 115. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/3217/321727349006.pdf>
- Barreto, C. y García, A. (2016). "Actitudes Pro ambientales en los niños y niñas de sexto. Un aporte a la educación ambiental en el colegio Kim Pernia Domicó". *Escritos sobre la biología y su enseñanza*. Pág. 771-784. DOI: 10.13140/RG.2.1.4938.9202
- Bernardes, M., & Vergara, L. G. L. (2017). "Aprendiendo entre la naturaleza: una revisión de los beneficios de los espacios verdes en el ambiente escolar". *Arquitecturas Del Sur*, 35(52), 96-103. DOI: <https://doi.org/10.22320/O7196466.2017.35.052.09>

- Berryman, T., & Sauvé, L. (2016). « Ruling relationships in sustainable development and education for sustainable development”. *The Journal of Environmental Education*, 47:2, 104-117. DOI: 10.1080/00958964.2015.1092934
- Castillo, M. (2010). « La importancia de la educaci3n ambiental ante la problemática actual ». *Revista Electr3nica Educare*, 14(1), 97-111. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/1941/194114419010.pdf>
- Carrus, G., Passiatore, Y., Pirchio, S., & Scopelliti, M. (2015). “Contact with nature in educational settings might help cognitive functioning and promote positive social behaviour”/”El contacto con la naturaleza en los contextos educativos podría mejorar el funcionamiento cognitivo y fomentar el comportamiento social positivo”. *Psychology*, 6(2), 191-212. DOI: <https://doi.org/10.1080/21711976.2015.1026079>
- Chen, G., Gully, S. M., & Eden, D. (2001). “Validation of a new general self-efficacy scale”. *Organizational research methods*, 4(1), 62-83. DOI: <https://doi.org/10.1177/109442810141004>
- Corraliza, J. A., & Collado, S. (2011). “La naturaleza cercana como moderadora del estrés infantil”. *Psicothema*, 23(2), 221-226. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/727/72717169009.pdf>
- Collado, S. S. (2012). *Experiencia Infantil en la naturaleza, efectos sobre el bienestar y actitudes ambientales*. Universidad Aut3noma de Madrid: Tesis Doctoral Recuperado de <https://repositorio.uam.es/handle/10486/11466>
- Coyle, K. (2005). *Environmental literacy in America. What ten years of NEETF/Roper research and related studies say about environmental literacy in the U. S.* Washington: The National Environmental Education & Training Foundation. Recuperado de <https://eric.ed.gov/?id=ED522820>
- Díaz, J. y Fuentes, F. (2017). “Desarrollo de la conciencia ambiental en niños de sexto grado de educaci3n primaria. Significados y percepciones”. *Revista de Investigaci3n Educativa*, 26, 136-163. Recuperado de <http://cpue.uv.mx/index.php/cpue/article/view/2550/4454>
- Díaz, G. G., Camarena, G. B & Mir3n, J. C. (2019). “La educaci3n ambiental: la práctica docente y la perspectiva del estudiante”. En R. Calixto & L. M. Martínez. *Educaci3n Ambiental en Escuelas de Educaci3n Básica*. Recuperado en http://redie.mx/librosyrevistas/libros/e_ambiental.pdf
- Díaz, G. G., Camarena, G. B., Mir3n, J. C & Ochoa,  . E. (2019). “Prácticas docentes en educaci3n ambiental y habilidades proambientales en el estudiantado de quinto grado de primaria”. *Revista Actualidades Investigativas en Educaci3n*, 19(3), 1-18. DOI. 10.15517/aie.v19i3.38797
- Durand, L. (2008). “De las percepciones a las perspectivas ambientales. Una reflexi3n te3rica sobre la antropología y la temática ambiental”. *Nueva Antropología*. 21(68), 75-87. Recuperado en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-06362008000100005
- Evans, G., Brauchle, G., Haq, A., Stecker, R., Wong, K., & Shapiro, E. (2007). “Young children’s environmental attitudes and behaviors”. *Environment and Behavior*, 39, 635- 659. DOI: <https://doi.org/10.1177/0013916506294252>

Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (2012). “Estado mundial de la infancia, niños y niñas en un estado urbano”. Nueva York, N. Y. Recuperado de https://www.unicef.org/spanish/sowc/files/SOWC_2012-Main_Report_SP.pdf

González, R. (2017). *Estudio sobre la conciencia ambiental en los niños de educación primaria en un entorno rural*. Yucatán, México: Tesis doctoral. Recuperado de <https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/29546/TFG-O-1216.pdf;jsessionid=6371D784C09EE61849C515369B85CE4F?sequence=1>

Hernández, Roberto., Fernández Carlos & Baptista Pilar. (2010). *Metodología de la Investigación* (5a. ed.). México, DF: McGraw-Hill. Interamericana Editores.

Kopnina, H. (2012). “Education for sustainable development (ESD): the turn away from ‘environment’”. In: *Environmental Education Research*, 18(5), 699-717, DOI: 10.1080/13504622.2012.658028

Kuhnen, A., & Higuchi, M. I. G. (2009). “Campos de encontro da psicologia e educação na construção de comportamentos socioambientais”. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 14(44), 101-108. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/279/27911649008.pdf>

Larson, L. R., Green, G. T., & Castleberry, S. B. (2011). “Construction and validations of an instrument to measure environmental orientations in a diverse group of children”. *Environment and Behavior*, 43, 72-89. DOI:10.1177/0013916509345212

Manoli, C., Johnson, B., & Dunlap, R. (2007). “Assessing children’s environmental worldviews: modifying and validating the New Ecological Paradigm Scale for the use with children”. *Journal of Environmental Education*, 38, 3-13. DOI: <https://doi.org/10.3200/JOEE.38.4.3-13>

Milton, Kay (2002), *Loving Nature. Towards an Ecology of Emotion*. London: Routledge.

Palacios, D. Jorge, R. & Bustos, A. José, M. (2012). “Modelo de autoeficacia y habilidades ambientales como predictores de la intención y disposición proambiental en jóvenes”. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 14(2), 143-163. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/802/80225867001.pdf>

Pidgeon, N. F. (1998). “Risk assessment, risk values and the social science programme: why we do need risk perception research”. *Reliab Engineering Syst Safety*, 59, 5-15. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0951-8320\(97\)00114-2](https://doi.org/10.1016/S0951-8320(97)00114-2)

Sánchez, M. G. B., Moreno, A. R. M., & Torres, R. H. (2014). “El uso de material didáctico y las tecnologías de información y comunicación (TIC’s) para mejorar el alcance académico”. *Ciencia y tecnología*, 14, 183-194. DOI: <https://doi.org/10.18682/cyt.v1i14.217>

Sanjuán, S. P., Pérez, G. A & Bermúdez, M. J. (2000). “Escala de autoeficacia general: datos psicométricos de la adaptación para la población española”. *Psicothema*. 12(2), 509-513. Recuperado de <http://www.psicothema.com/pdf/615.pdf>

Secretaría de Educación Pública. (2017). *Modelo Educativo para la Educación Obligatoria*. Secretaría de Educación Pública. Recuperado de https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/198738/Modelo_Educativo_para_la_Educacion_Obligatoria.pdf.

Torres, P. J., Alcántara, J., Arrebola, J. C., Rubio, S. J., & Mora, M. (2016). “Trabajando el acercamiento a la naturaleza de los niños y niñas en el Grado de

Educación Infantil”. *Revista Eureka sobre enseñanza y divulgación de las ciencias*,
14(1), 258-270. Recuperado de <http://ojs.uca.es/index.php/tavira/article/view/962>



A midiatização de uma disputa pela conservação da arborização urbana no sul do Brasil

The mediatization of one dispute for the conservation of urban arborization in southern Brazil

Cláudia Herte de Moraes⁷¹

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Porto Alegre, Brasil

chmoraes@gmail.com

Maria Fante Eliege⁷²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Porto Alegre, Brasil

gippcom@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2169>

DOI : 10.25965/trahs.2169

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

O artigo reflete sobre a midiatização de uma disputa sobre a legislação ambiental e contra o arboricídio em Porto Alegre (Brasil) e é fundamentado no conceito de midiatização (Gomes, 2016), entendendo-se o papel de referência das mídias digitais na contemporaneidade. Considera fundamental o protagonismo das entidades ambientalistas no midiativismo ambiental (Moraes; Fante, 2008), no contexto do neoliberalismo global que vem provocando a desregulamentação da política ambiental brasileira. Estas entidades participam de debates e fóruns de modo permanente, conquistando credibilidade social em relação aos temas de interesse público. A metodologia (Fragoso et. al, 2011) analisa as notícias da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) em seu blog e nas postagens no Facebook. A atuação midiativista ambiental da Agapan criou visibilidade antagônica na disputa de poder ao democratizar o debate, mobilizando a comunidade para participar e o legislativo de Porto Alegre para ampliar o prazo das discussões.

Palavras-chave: arboricídio, blog Agapan, midiatização, midiativismo ambiental, mídias digitais

⁷¹ Professora Adjunta no Departamento de Ciências da Comunicação. Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem experiência na área de Jornalismo e Comunicação, atuando principalmente nos temas ambientais, discurso jornalístico, teoria e ética do Jornalismo. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

⁷² Doutoranda em Comunicação e Informação - UFRGS. Jornalista, mestra em Comunicação e Informação - UFRGS. Tem experiência como repórter em redação de jornal impresso, rádio, revista impressa e site de internet, além de assessoria de comunicação em entidade ambientalista e em rede de pesquisa científica. Integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental - GPJA - CNPq/UFRGS e associada ao Núcleo de Ecojornalistas (NEJ-RS).

L'article porte sur la médiatisation d'un litige relatif à la législation environnementale et à l'arboricide à Porto Alegre (Brésil) à partir du concept de médiatisation (Gomes, 2016) et du rôle de référence des médias numériques aujourd'hui. Il considère comme fondamental le protagonisme des entités environnementales dans l'activisme médiatique environnemental (Moraes; Fante, 2008), dans un contexte de néolibéralisme mondial qui a provoqué la déréglementation de la politique environnementale brésilienne. Ces entités participent en permanence aux débats et aux forums, gagnant ainsi en crédibilité sociale par rapport aux questions d'intérêt public. La méthodologie utilisée (Fragoso et. al, 2011) se fonde sur l'analyse des informations fournies par l'Association Gaucha sur la protection de l'environnement naturel (Agapan) au travers de son blog et de ses messages sur Facebook. L'action médiatique environnementale d'Agapan a créé une visibilité antagoniste dans la lutte pour le pouvoir, en démocratisant le débat, en mobilisant la communauté pour qu'elle y participe et la législature de Porto Alegre afin de prolonger la durée des discussions.

Mots-clefs : blog Agapan, médiatisation, activisme médiatique environnemental, médias numériques

El artículo reflexiona sobre la mediatización de una disputa por la legislación ambiental y contra el arboricidio en Porto Alegre (Brasil) a partir del concepto de mediatización (Gomes, 2016), entendiendo el papel de referencia de los medios digitales en la época contemporánea. Considera fundamental el protagonismo de las entidades ambientales en el mediactivismo ambiental (Moraes; Fante, 2008), en el contexto del neoliberalismo global que ha estado causando la desregulación de la política ambiental brasileña. Estas entidades participan en debates y foros de forma permanente, ganando credibilidad social en relación con temas de interés público. La metodología (Fragoso et. al, 2011) analiza las novedades de la Asociación Gaucha para la Protección del Medio Ambiente Natural (Agapan) en su blog y en sus publicaciones en Facebook. El activismo de los medios ambientales de Agapan creó una visibilidad antagónica en la lucha por el poder al democratizar el debate, al movilizar a la comunidad a participar y a la legislatura en Porto Alegre para extender el término de las discusiones.

Palabras clave: arboricidio, blog Agapan, mediatización, mediactivismo ambiental, medios digitales

The article reflects about the mediatization of a dispute for environmental legislation and against arboricide in Porto Alegre (Brazil) based on the concept of mediatization (Gomes, 2016), understanding the reference role of digital media in contemporary times. He considers fundamental the protagonism of environmental entities in environmental mediactivism (Moraes; Fante, 2008), in the context of global neoliberalism that has been causing the deregulation of Brazilian environmental policy. These entities participate in debates and forums on a permanent basis, gaining social credibility in relation to issues of public interest. The methodology (Fragoso et. al, 2011) analyzes the news of the Gaucha Association for the Protection of the Natural Environment (Agapan) in its blog and Facebook posts. Agapan's environmental media activism created antagonistic visibility in the power struggle by democratizing the debate, by mobilizing the community to participate and the legislature in Porto Alegre to extend the term of the discussions.

Keywords: arboricide, Agapan blog, mediatization, environmental mediactivism, digital media

Introdução

Atualmente, a maior parte da população humana – e não é diferente no Brasil – habita nas cidades. Em 2019, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o percentual da população mundial vivendo em áreas urbanas chegou a 55%, com uma expectativa de que alcance 70% até 2050. “Este crescimento coincide com um período em que muitos países estão implementando processos de políticas descentralizadas. Isso estaria resultando num aumento das responsabilidades de governos locais.” (ONU, 2019). De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, 84,72% da população brasileira vive em áreas urbanas. (IBGE, 2016). Com o expressivo número de habitantes, é ainda maior a preocupação com as cidades no contexto da emergência climática.

Desta forma, é preciso indicar modificações importantes no modo de conviver na cidade para promover a adaptação à alteração climática. Entre as medidas indicadas, encontram-se o uso de energias renováveis, a qualificação na gestão dos resíduos sólidos, o investimento em mobilidade urbana, bem como a arborização urbana. Além da proteção de árvores que já estejam plantadas e a conservação e preservação das áreas verdes nativas (campestres e/ou florestais) durante a abertura de loteamentos e crescente urbanização, os planos para adaptação das cidades também devem levar em conta a necessidade de plantio de árvores e espécies afins aos ecossistemas locais. Juntas, estas práticas podem elevar e melhorar a infraestrutura verde para o enfrentamento de ilhas de calor e da elevação das temperaturas médias no planeta⁷³.

A falta de informação e conhecimento sobre a importância dos serviços ecossistêmicos pode levar a decisões equivocadas que envolvem perdas significativas de capital natural. Vale destacar que os custos de restauração são muito mais altos do que aqueles relacionados à preservação. Dessa forma, a manutenção e criação de novos ecossistemas urbanos deve fazer parte do planejamento das cidades como forma de diminuir as vulnerabilidades frente às mudanças climáticas (Mader et al., 2010 apud PBMC, 2016).

Nesta perspectiva, incluímos a questão da Comunicação sobre as decisões que envolvem os bens naturais na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (na região Sul do Brasil) quanto ao manejo adequado das árvores urbanas. Em todas as questões ambientais, há o componente político, em que grupos manifestam seus interesses. Conforme a Ecologia Política postula, é preciso levar em conta o impacto dos sistemas produtivos nas mudanças socioambientais e a importância das relações de poder na determinação do acesso e uso dos recursos naturais (Biersack, 1999 apud Miranda, 2013).

As ações de adaptação necessárias à construção de uma cidade sustentável são desafios contemporâneos essenciais e dependem de decisões e políticas públicas. Em nosso recorte de pesquisa, trataremos da importância da comunicação dos movimentos socioambientais como forma de complexificação do tema. Nesta direção, importa pensar de que forma os discursos contra-hegemônicos qualificam o debate público socioambiental, tendo como hipótese de que estes incluem

⁷³ Para se ter ideia dos benefícios das árvores, cientistas indicaram a necessidade de plantio de 1,2 trilhão de novas mudas no mundo para compensar o dióxido de carbono e assim diminuir os efeitos do aquecimento global. Recuperado de: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/07/04/mundo-precisa-de-12-trilhao-de-novas-arvores-para-conter-o-aquecimento-global-diz-estudo.ghtml>

argumentos e variáveis pertinentes à discussão. Tendo esta questão como foco, nossos objetivos são: refletir sobre o problema do arboricídio em Porto Alegre; apresentar análise das notícias do blog e da página do Facebook da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), entidade ambientalista em atividade desde 1971; discutir sobre o midiativismo ambiental do tema.

Entendendo-se o papel de referência das mídias na contemporaneidade, fazemos a reflexão sobre o arboricídio em Porto Alegre fundamentado no conceito de midiaticização (Gomes, 2016).

O resultado desse movimento cria um ambiente (que chamamos de sociedade em midiaticização) que configura para as pessoas um novo modo de ser no mundo, pelo qual os meios não mais são utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas fazem parte da autocompreensão social e individual. (Gomes, 2016: 18).

A metodologia para estudos sobre internet, dissecada por Fragoso, Recuero e Amaral (2011), relaciona-se às noções sobre as quais se entende a internet. Assim como as autoras, a entendemos como uma tecnologia midiática. Desta maneira, gera práticas sociais, abrindo a possibilidade de que, a cada objeto de estudo se possa abordar teórica e metodologicamente de forma a apropriar conceitos diversos. Afirmam: “Os objetos de estudo são desenhados e definidos a partir das práticas midiáticas por eles geradas, levando em consideração as relações ‘borradas’ entre online/offline [...].” (Fragoso et al., 2011 : 43-44)

A abordagem da internet como mídia nos possibilita pensar a convergência midiática em movimento, na qual os atores sociais e suas práticas podem levar a estudos sobre a dimensão simbólica, mas também sobre a dimensão material em relação às engrenagens sociais. Em nosso estudo, a observação é deste tipo, pois entendemos que a análise das notícias da Agapan em seu blog, e as postagens no Facebook da entidade ambientalista, nos levam à percepção da atuação do midiativismo ambiental que, na interação das mídias digitais, busca mobilização intensa para participação política no debate público.

1- Arboricídio na contramão da resiliência urbana

De acordo com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, a comunidade científica internacional aponta que “as emissões antropogênicas de Gases do Efeito Estufa (GEE) são provavelmente a principal causa do aumento da temperatura desde meados do século XX” (PBMC, 2016: 11), sendo as cidades as principais contribuidoras deste cenário visto que consomem mais da metade da energia primária mundial, agravando o aquecimento global. Além disso, entender que a maior parte da população mundial encontra-se nas cidades e que a vulnerabilidade em relação a eventos extremos se amplia é importante passo para a tomada de decisão em direção às políticas públicas sustentáveis. O conceito de vulnerabilidade climática inclui estabelecer que, nas cidades, há um risco considerável de que as mudanças climáticas diminuam o acesso ao abastecimento de água e à segurança alimentar, intensifiquem enchentes e deslizamentos, dificultem acesso a energia e telecomunicações, além da instalação de ilhas de calor. (PBMC, 2016)

No relatório do PBMC (2016), consta a necessidade de que o planejamento urbano das cidades incorpore as vulnerabilidades e avaliação de riscos climáticos, para propor medidas de mitigação e de adaptação. Com isso, aumentando a resiliência urbana, definida como a capacidade de absorver perturbações mantendo seu funcionamento normal.

Mais árvores significa melhor escoamento das águas das chuvas, maior sequestro de carbono, acolhimento da biodiversidade, espaços de lazer, ar menos poluído e certamente tem efeito atenuante nas ilhas de calor, tão conhecidas dos habitantes das cidades cinzentas. Ou seja, as árvores são essenciais para a resiliência das cidades. Assim, destacamos que, com a assinatura do Acordo de Paris em 2015 na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21) para a redução do aquecimento global e pela definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a ONU indica as ações em torno do ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

As árvores estão diretamente ligadas à dinâmica do ciclo hidrológico pela evapotranspiração, processo pelo qual a umidade retorna para a atmosfera. Também “[...] a estrutura física das árvores evita os impactos diretos das gotas da chuva nos solos, prevenindo a compactação; [...], e no escoamento lento dos galhos às raízes, colaboram com a estabilização do solo em encostas e margens, prevenindo problemas como erosão, deslizamentos e assoreamentos.” (Herzog, 2013: 119). Daí a importância do conjunto de todas as árvores de uma cidade, denominado floresta urbana, que demanda estudo (inventário), planejamento (plano diretor) e manejo adequado. (Bertoldi, 2005)

Desta forma, na área da sustentabilidade, muitas cidades ao redor do mundo buscam retomar espaços verdes e construir a adaptação necessária ao enfrentamento que se coloca pela crise climática. Nesta direção, surge o “urbanismo sustentável” considerado “[...] aquele com um bom sistema de transporte público e com a possibilidade de deslocamento a pé integrado com edificações e infraestrutura de alto desempenho.” (Farr, 2013: 28). O autor afirma ainda que a densidade e a biofilia (acesso humano à natureza) são os valores centrais do urbanismo sustentável. Portanto, as cidades devem aderir à preservação de sua vegetação de forma a garantir aos moradores espaços benéficos à saúde e ao bem-estar.

Outro conceito que toma força na contemporaneidade é de “infraestrutura verde”, considerado pela Comissão Europeia como um instrumento para obtenção de benefícios ecológicos, econômicos e sociais, em que as soluções estejam baseadas na natureza. Destaca-se portanto a formação de uma rede “[...] de zonas naturais e seminaturais, que incorpora espaços verdes e presta serviços ecossistêmicos, em que se baseiam o bem-estar e a qualidade de vida humanos.” (EEA, 2015)

A infraestrutura verde, para Herzog (2013), trata-se de uma rede ecológica urbana que tem como objetivo “[...] tornar os ambientes urbanos mais sustentáveis e resilientes por meio da interação cotidiana das pessoas com a natureza em espaços onde ambas tenham total prioridade [...]”. (Herzog, 2013: 111). Assim, do ponto de vista das funções ambientais, a infraestrutura verde se destaca especialmente pela conservação da biodiversidade, drenagem urbana e adaptação às alterações climáticas. A efetivação da infraestrutura verde deve ser realizada por um:

[...] processo dinâmico e flexível, além de efetivamente participativo contando com representantes de todos os segmentos da sociedade que serão afetados pelo projeto. É necessário identificar os anseios e problemas trazidos pela comunidade, em busca de novas idéias fruto da vivência e experiência do lugar. Esse engajamento dos usuários no desenvolvimento do planejamento e projeto é essencial para que a infraestrutura verde seja sustentável no longo prazo. (Herzog; Rosa; 2010: 99)

Os espaços verdes promovem benefícios sociais na qualidade de vida e também na economia, que pode ser ativada na criação de empregos voltados a esta forma de qualificar o bem estar na cidade. Em Porto Alegre, ambientalistas buscam atuar em defesa da arborização urbana e, para tal, utilizam o midiativismo como forma de ampliar o debate público sobre o tema e promover a participação democrática.

2- Mobilização e midiativismo ambiental

Importante pontuar o histórico de luta em defesa das árvores em Porto Alegre. Pesquisa recente (Fante; Moraes, 2014) verificou que o blog da Agapan podia ser caracterizado como uma audiência com outro papel, ou seja, trazendo pluralismo na cobertura jornalística da entidade ambientalista, tratando sobre o arboricídio ocorrido em 2013 em razão das obras viárias para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, e com isso desfaz a ideia de produção de conteúdo apenas pelas mídias tradicionais ou hegemônicas. Outro recente acontecimento, envolvendo o tratamento das árvores após um grave temporal ocorrido em 29 de janeiro de 2016 em Porto Alegre, que causou a derrubada ou dano a 5 mil árvores foi preocupação das entidades, que se mobilizaram e questionaram o poder público sobre como as árvores são tratadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Sustentabilidade. (Jornal Já, 2016)

O midiativismo ambiental da Agapan é observado a partir de Malini e Antoun (2013: 21), que apontam o “midiativismo ciberativista” como a reunião de “[...] experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas [...]”. Esse ativismo tem como resultado a produção de um mundo sem intermediários que, analisamos, somando-se ao processo de midiatização, transforma as possibilidades para o debate público.

Gomes (2008), considera que a esfera pública difunde os argumentos, promovendo o debate e fornece, desta forma, insumo para outras esferas, inclusive aos meios de comunicação. Mais importante que isso, o autor afirma que a esfera pública não depende da cena midiática, bem como os meios de comunicação também não dependem dos insumos da esfera pública na promoção do debate público. Desta forma, podemos entender que o papel de outros agentes sociais ganha importância, não vinculado apenas aos meios de massa.

Por outro lado, a mobilização depende de articulações que envolvem diretamente a comunicação. Conforme Maia (2008: 187), para a expansão de determinada causa é necessário envolver as redes de comunicação, dentre os grupos sociais, além de estabelecer um aspecto crucial: “[...] para além da própria comunidade ou localidade, a credibilidade e a autoridade para as demandas do grupo.”. Desta maneira, consideramos fundamental a atuação das entidades ambientalistas no midiativismo ambiental (Moraes; Fante, 2018), pois estas participam de debates e fóruns de modo permanente, conquistando credibilidade social em relação aos temas de interesse público.

A transversalidade, característica do processo de midiatização, é apontada não apenas através dos ambientalistas que lidam diretamente com a questão do arboricídio, como também do ajuste necessário que atravessa outras instituições atuantes no debate público e no processo social em si. Estamos falando do legislativo de Porto Alegre que, ao propor uma alteração legal com fragilização da proteção à natureza, provocou a reação do movimento ambiental com a ampliação do debate público para além da Câmara de Vereadores, os representantes legais do povo. Desta forma, as afetações “[...] são relacionais e geram, conseqüentemente, retornos de

processos de sentido das construções feitas pelos outros campos, e que se instauram nos modos de funcionamento da midiaticização.” (Fausto Neto, 2006: 9)

3- A luta pelas árvores na capital do Rio Grande do Sul

Porto Alegre foi uma das capitais mais arborizadas do Brasil. Atualmente, há disputa palmo a palmo, ou melhor, clique a clique em mídia digital. Após outras campanhas contrárias aos ataques às árvores da capital do Rio Grande do Sul, destacamos a diferença que a mobilização da Agapan contra o arboricídio⁷⁴ fez em 2017. Como uma das reações, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a Agapan, lançou em 21 de setembro de 2017, o Dia da Árvore, o contador digital “Arboricídio Poa” (Agapan, 2017a), Figura 1, mais uma janela no blog da reconhecida entidade ambientalista fundada em 1971. A seguir, a justificativa:

A primeira grande luta da Agapan foi justamente para acabar com as podas indiscriminadas, que impediam nossas árvores de dar flores, deixando a cidade cinza. [...]. Aos poucos, Porto Alegre foi transformada na capital mais arborizada do Brasil, posição que durou por muitos anos. Infelizmente, com a complacência de várias gestões municipais incapazes de perceber o vital serviço ambiental fornecido pelas árvores, esse cenário está regredindo e Porto Alegre corre sério risco de voltar a ser cinza e adoecer.

Figura 1: Reprodução da capa do Blog da Agapan em 04 de maio de 2018



Fonte: as autoras.

Um projeto de lei do legislativo municipal (PLCL 008/2017⁷⁵, do vereador Moisés Barbosa (PSDB) codinome “Maluco do Bem”, propôs a alteração na Lei Complementar 757/2015 que determina a supressão vegetal e as compensações ambientais. O referido projeto de lei propunha que empresas passassem a executar as podas e cortes das árvores na capital do Rio Grande do Sul. A justificativa era de que o órgão ambiental de Porto Alegre não correspondia à demanda da população. No entanto, não considerou o fortalecimento do órgão, como através da abertura de

74 Caracterizado pelo corte diário de dez árvores em média, tendo sido mais de 30 mil entre 2007 e 2016 e, somente em 2016, 3.575 árvores foram derrubadas (Agapan, 2017).

75 Este Projeto de Lei Complementar Legislativo (PLCL) consta no site da Câmara municipal de Porto Alegre como “em tramitação” desde 2007. Recuperado de: https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/131177

concurso público para a contratação de mais profissionais. De fato, a precarização e a fragilização dos órgãos ambientais no Brasil se intensificou gradativamente neste século 21 nos níveis federal, estadual e municipal. Além da redução dos investimentos nestes órgãos, o número de servidores técnicos ambientais foi se reduzindo e as atribuições, cada vez mais, têm sido repassadas às empresas privadas.

No âmbito do Brasil, as propostas de alteração, atualização, modernização, flexibilização das leis vigentes em especial as ambientais têm se caracterizado por um desmonte da política ambiental intensificado desde o golpe de 2016. A presidenta Dilma Rousseff (PT) sofreu um impeachment⁷⁶ aprovado pelo Congresso Nacional o que possibilitou ao ex-vice-presidente Michel Temer (MDB) assumir a presidência e avançar rapidamente a agenda neoliberal através da desregulamentação em nível federal, um processo que repercutiu nos níveis estaduais e municipais. Essa desregulamentação é um dos pressupostos do neoliberalismo⁷⁷ através da redução das atribuições da administração pública (chamado Estado mínimo) em favor do seu repasse aos agentes privados. Conforme Porto-Gonçalves, a globalização neoliberal é uma visão que se fortalece especialmente a partir dos anos 1990, a qual indica a crença de que o mercado “[...] se operado livremente, é o único meio concebível de alcançar o desenvolvimento sustentável [...]”. (2006: 301-302). E, para operar livremente, depende do desmonte da legislação ambiental a qual determina regras de uso e exploração dos espaços.

As entidades ambientalistas, unidas e individualmente, promoveram diversas ações provocando o debate público com a finalidade de comunicar à cidadania os impactos decorrentes deste contexto de desmonte persistente dos órgãos ambientais e por consequência da política ambiental. Especificamente sobre o referido PLCL houve diálogos com os vereadores, elaboração de um documento técnico entregue à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a realização de abaixo-assinado, duas ações judiciais deferidas sendo uma pela suspensão da tramitação do Projeto até realização de uma audiência pública (a qual ocorreu no ano seguinte, em 26 de abril de 2018) e outra pela explicação por parte do governo municipal pela inatividade do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual tem o poder de discutir o tema antes de chegar ao legislativo.

Entre os argumentos elaborados, destacamos a inconstitucionalidade do PLCL ao propor a supressão privada de vegetação, já que a proteção ambiental é prerrogativa do poder público, e a autorização dos cortes das árvores mesmo sem avaliação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Em uma das notícias (Agapan, 2017b), a Agapan trata dos aspectos ecológicos do PLCL, como a facilitação que pode ocorrer em relação às podas por empresas não qualificadas, sem acompanhamento, resultando diminuição das árvores na cidade, cujo número oficial estimado é 1,4 mil.

76 A chapa Dilma-Temer foi reeleita em 2014 para realizar um mandato presidencial entre 2015 e 2018.

77 Michel Foucault (2008, p. 181) recupera o surgimento do neoliberalismo a partir de um documento de 1939 a partir do qual este filósofo constata que essa racionalidade governamental objetiva “regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”.

A seguir trataremos do percurso do tema nos poderes legislativo e executivo de Porto Alegre e a mobilização em prol do debate público promovida pelos agentes sociais unidos e organizados em coletivos ambientais⁷⁸ e ambientalistas.

4- Postagens analisadas: mediação e debate público

A Agapan, junto com outros agentes sociais, realizou debates e promoveu ações junto ao Ministério Público Estadual sobre as propostas dos vereadores sobre os cortes e as podas das árvores no município de Porto Alegre. Porém, salientamos que a repercussão dessas ações teve maior efeito a partir das postagens no blog e no Facebook e do contador digital, criando uma rede de apoio e visibilidade na esfera pública (Figura 2). Com isso, podemos verificar, a afirmação de que: "Quando o debate é ampliado, há maiores chances para se alcançar um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva." (Maia, 2008: 191)

Figura 2: Problematização em rede e ampliação do debate público



Fonte: as autoras

⁷⁸ Os coletivos ambientais que nos referimos são aqueles constituídos por técnicos ambientais, servidores dos órgãos públicos ou não. Já os coletivos ambientalistas podem reunir além dos técnicos ambientais, servidores dos órgãos públicos ou não, técnicos e profissionais ligados a outras áreas das ciências e do saber, profissionais liberais, pesquisadores de universidades e centros de pesquisa. Ambos os coletivos se apresentam no formato de associações, ONG's, Institutos, etc.

A ampliação do debate sobre o projeto que abriria o caminho para precarizar ainda mais a já fragilizada arborização urbana foi determinante para o desfecho de suspensão da tramitação até realização de uma audiência pública. Portanto, foi a mobilização social que garantiu a não apreciação em plenário do projeto pelos vereadores e a continuidade do debate sobre o PLCL do arboricídio por oito meses. A realização da audiência pública não dirimiu todas as dúvidas dos críticos ao PLCL, por exemplo, devido a não participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Foi também pela mídia digital que ficamos sabendo do chamado “simulacro de audiência pública” postado no Facebook pelo membro da Agapan e ex-secretário municipal de Meio Ambiente, Gerson Almeida, primeiro no perfil pessoal e em segundo lugar no perfil da entidade em 01 de maio de 2018:

A tramitação do projeto (PLCL 08/2017) havia sido interrompida por demanda judicial feita pelas entidades ambientalistas e o juiz Eugênio Couto Terra determinou que deveria haver audiência pública para tratar sobre o tema. No entanto, todos ficaram surpresos ao saberem que aquela audiência pública NÃO era para tratar do projeto sustado no ano anterior, mas para tratar de um outro, com o mesmo teor, o [Projeto de Lei Complementar do Legislativo] PLCL 002/2018. Este, foi apresentado para fazer de conta que tudo estava começando do zero e os demais temas demandados judicialmente pelas entidades ambientalistas não embaraçassem a sua tramitação, como o não funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente não ter reuniões há quase um ano e meio. (Almeida, 2018)

A pesquisa realizada naquele período no site da Câmara de Vereadores de Porto Alegre mostrou que os dois projetos, o PLCL 008/2017 (Câmara, 2017) e PLCL 002/2018 (Câmara, 2018) estavam em tramitação. Não obstante houvesse diferenças entre esses dois projetos, nas alterações e revogações propostas para os artigos da Lei Complementar 757/2015, percebemos que o segundo PLCL consistia na rerepresentação do primeiro projeto (de 2017) assim como alertou o ativista citado anteriormente.

O vereador porto-alegrense Marcelo Sgarbossa (PT), que integra também a Agapan, difundiu nas suas páginas da mídia digital, entre elas a “Cidade mais humana”, um vídeo (Cidade Mais Humana, 2018) onde falavam integrantes do movimento ambientalista e/ou membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam). Inicialmente, é o próprio vereador que mostra o contexto de precarização do trabalho das secretarias, principalmente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS), cujo propósito segundo ele é favorecer a contratação de empresas privadas parceiras do governo municipal dentro do contexto neoliberal de redução do Estado. Na sequência, ele denunciou a opção de privilegiar empresas ao contrário de fortalecer o setor público e impedir o retrocesso legal e ambiental. É também negada a afirmação divulgada pelo autor do Projeto de Lei de que haveria um passivo de processos esperando por análise dos técnicos da SMAMS. No vídeo (Figura 3), a resposta dos defensores da Lei vigente (757/2015) é de que há indeferimentos de pedidos de supressão de árvores o que desagradou os requerentes. Conforme explicam, casos como o de tombamento ou nidificação de/ou em árvores têm regras a ser cumpridas especificadas na Lei, porém não aceitas com facilidade pelos requerentes de cortes.

Figura 3: Reprodução de imagem do vídeo informativo veiculado na mídia digital



Fonte: as autoras

Ressaltamos ainda outros dois aspectos dos PLCL's visibilizados com esta midiática promovida pela Agapan e que atendem ao interesse público. Ambos aspectos também foram abordados no vídeo acima referido. Primeiro, a notícia (Agapan, 2017c) que denuncia a alteração da "destinação dos recursos de compensações ambientais", contribuindo para o enfraquecimento do órgão ambiental municipal. Segundo, a não convocação pelo secretário da SMAMS das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam). A informação veiculada no blog em nota pública conjunta (Agapan, 2017d) das entidades Agapan, Associação Sócio-Ambientalista (Igré), Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (Ingá) e União Pela Vida (UPV) denunciou que, além de impedir o debate de questões como as envolvidas nos PLCL's, "os gestores públicos demonstram o seu desprezo pelos valores democráticos, desrespeitando a Constituição e as leis." Na linha do enfraquecimento da SMAMS, precarizando e fragilizando o seu funcionamento, a nota revela que é justamente o Comam quem define "as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Municipal Pró-Defesa do Meio Ambiente (Fumproamb)" e fiscaliza a aplicação. E, neste período de não convocação pelo gestor municipal foram editados "três decretos de abertura de créditos suplementares" cujo valor somado superou quatro milhões de reais.

De fato, as mídias digitais viabilizaram o acesso do público, ao menos aquele que possui os recursos eletrônicos necessários para tal, às informações esclarecedoras difundidas pela Agapan assim como as destacadas no vídeo citado. Era de se esperar que estas informações surgissem pela imprensa, mas há um senso comum de que há falta de tempo para profissionais de redação, principalmente mídias hegemônicas, que devido rotinas produtivas cada vez mais limitadoras da prática jornalística, não apuram com suficiência os dados fornecidos pelos entrevistados. Por isso, apresentaremos o resultado da nossa apuração no intuito de contrastar os dados de duas notícias veiculadas em 2017 num dos principais diários do RS.

A repetição desses dados foi apresentada ao lado da suposta pertinência da terceirização de atividades da SMAMS. Pesquisa no site da Prefeitura de Porto Alegre disponibiliza o acesso aos Relatórios de Atividades Anuais de todas as Secretarias Municipais. O item "Ação: arborização em vias públicas/Manejo da arborização urbana" constante na descrição da SMAMS mostra que, referentes aos anos 2014 (Porto Alegre, 2015: 63), 2015 (Porto Alegre, 2016: 53) e 2016 (Porto Alegre, 2017:

55), tendo sido somadas as metas de manejo não alcançadas, temos um déficit de 9.658. Vale destacar que, apenas nos Relatórios de 2014 e de 2015, há o indicador do número de “Solicitação de manejo e poda de árvores” e, neste caso, consta que em 2014, da meta de 10 mil pedidos, foram atendidos 3.516 resultando num déficit de 6.484. Vimos também, que em 2015, a meta de quatro mil foi superada em 914, tendo sido realizados 4.914 atendimentos.

“Há *solicitações* protocoladas desde 2014 [...]” e “[...] desde 2014, tem mais de 10,8 mil *protocolos abertos* aguardando execução.”, diz a notícia, com grifos nossos, veiculada em 12 de março de 2017 (Gaúcha ZH, 2017a). A partir da nossa apuração, concluímos que, se o número utilizado se referiu às metas de manejo não alcançadas entre 2014 e 2016 (já que a notícia é de 2017 e o Relatório oficial não estava pronto), o correto é 9.658. Pelo destaque conferido ao ano de 2014, temos que, se o número utilizado na notícia se ateu ao número de solicitações, o déficit foi igual a 6.484 pedidos.

Portanto, o número exaltado no título da notícia resulta de uma simplificação, que por sua incompletude, além de se equivocar não dimensiona à quem lê a situação complexa enfrentada pelo órgão ambiental. Apenas entrevistados com cargos de direção serviram como fontes jornalísticas nessa notícia analisada e também naquela que traremos na sequência. Pois, se os técnicos do órgão ambiental tivessem sido ouvidos, a terceirização teria sido apontada como saída da mesma forma ou teria sido denunciada a precarização e fragilização da SMAMS conforme ficamos sabendo a partir da difusão de informações pela Agapan?

Notícia de 16 de novembro de 2017 (Gaúcha ZH, 2017b) repetiu a informação simplificada de que há “[...] mais de 10 mil pedidos pendentes de intervenções em árvores nas ruas [...]”. E chama a atenção a defesa incondicional da fonte oficial (cargo de confiança e não técnica/servidora pública) sobre o projeto do arboricídio: “[...] será necessário parcerias com a iniciativa privada [...]. [...] aposta em um projeto do vereador Moisés Barboza (PSDB), que permite aos moradores fazer poda e corte – mesmo em via pública.” Nesta notícia, a falta de apuração impossibilitou a compreensão por parte de quem leu, de que o referido PLCL 008/17 propunha, na verdade, que a poda e corte, em via pública e em área privada sejam “[...] realizadas por empresas e profissionais habilitados [...]”.

Para Braga (2006: 27-28) as resistências dos movimentos podem ser mais eficazes “[...] na medida em que assumem e redirecionam os processos midiáticos [ou mediatização].” Entretanto, o acesso às mídias digitais no Brasil é conjugado conforme a classe social tanto na obtenção de equipamentos (computadores, celulares, etc.) quanto em relação à permanente hiperconexão. Desta maneira, há movimentos sociais mais frequentes na realidade online do que outros. Esta pode ser uma variável pertinente, entre tantas, na medição da qualidade da democracia no Brasil.

As modificações na Lei 757/2015 acabaram aprovadas⁷⁹ na Câmara de Vereadores em 31 de outubro de 2018 e sancionadas em 12 de fevereiro de 2019⁸⁰ pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB). A anunciada “desburocratização” na prestação de um serviço público, consiste mais na fragilização da proteção ambiental e da busca por uma vida com qualidade. Os poderes legislativo e executivo do município de Porto Alegre debilitaram ainda mais o órgão ambiental municipal com a delegação da coordenação dos cortes e podas à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Smsurb), à contratação de agentes privados e/ou serviço terceirizado. Confirma a recusa pelo não fortalecimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS), com a retirada do seu poder de planejamento por não ter condições de responder aos requerimentos por corte ou poda em 60 dias, com isso autorizando o morador a fazer poda, supressão e transplante de árvores por sua conta. A questão que se coloca é que, no lugar de fortalecer a gestão pública do meio ambiente e contratar técnicos em número suficiente para atender às demandas que chegam à SMAMS, o ente público que tem a prerrogativa de zelar por o que é de todos, bens naturais e coletivos, repassa fundamental atribuição ao ente privado cuja prioridade se volta à obtenção do lucro e facilitando a abertura de um mercado de cortes e podas de árvores em uma grande cidade brasileira.

Esta é uma realidade em nível de país, tanto que também em 2019, os ex-ministros de Meio Ambiente dos últimos 30 anos vieram à público denunciar o desmonte da política ambiental brasileira e o esvaziamento dos órgãos ambientais⁸¹. Destacamos uma fala de alerta ao mundo sobre a qualidade da democracia no Brasil sob o governo do atual presidente⁸²: “Não há política ambiental, não há política de desenvolvimento, não há política pública sem diálogo na democracia”, disse a ex-ministra Izabella Teixeira, que liderou o MMA durante seis anos, nos governos Lula e Dilma, e teve participação decisiva em diversas negociações internacionais do País nas áreas de clima e biodiversidade. “Quem prega a democracia, ou reafirma a democracia, e é eleito na democracia, tem que ter diálogo com a sociedade.”

A falta de diálogo tem marcado os governos desde o golpe de 2016. Em nível estadual, o Rio Grande do Sul viu o governador Eduardo Leite (PSDB) e a Assembleia Legislativa aprovar o chamado “novo” Código Ambiental para o Estado, sendo que existia um em vigor (Lei 11.520) o qual foi aprovado em 2000, após quase dez anos de realização de diversos encontros, palestras e debates. Já o documento sancionado em 2019, que possui 480 alterações em relação ao código que vigia, segundo o próprio governo⁸³, não possui registro formal sobre como se deu a formação do conteúdo. Entre essas alterações convergentes com a racionalidade neoliberal,

79A referida lei está disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2015/75/757/lei-complementar-n-757-2015-estabelece-regras-para-a-supressao-o-transplante-ou-a-poda-de-especimes-vegetais-no-municipio-de-porto-alegre-revoga-os-decretos-no-s-10237-de-11-de-marco-de-1992-10-258-de-3-de-abril-de-1992-15-418-de-20-de-dezembro-de-2006-17-232-de-26-de-agosto-de-2011-18-083-de-21-de-novembro-de-2012-e-18-305-de-28-de-maio-de-2013-e-da-outras-providencias>

80 Recuperado de:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=999201127&PREFEITO+SANCIONA+LEI+QUE+DESBUROCRATIZA+PODAS+DE+ARVORES

81 Recuperado de: <https://jornal.usp.br/atualidades/ex-ministros-denunciam-desmonte-da-agenda-ambiental-brasileira/>

82 Jair Bolsonaro foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) para governar entre 2019 e 2022. Mas, no primeiro ano do mandato criou o partido Aliança pelo Brasil.

83Apuração feita pelo Jornal Extra Classe Recuperado

de: <https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/12/novo-codigo-ambiental-permite-exploracao-em-areas-preservadas/>

citamos o autolicenciamento pelos empreendedores com a seguinte justificativa do governo do Rio Grande do Sul⁸⁴: “[...] ao tornar as regras mais claras para o licenciamento ambiental, processos mais céleres e menos burocráticos - destacando o uso de tecnologia da informação (TI) - sem flexibilizar licenciamentos, [...] estimulando o bom empreendedor [...]”

Considerações finais

A mobilização da Agapan por uma participação democrática nas decisões do legislativo e do executivo municipal de Porto Alegre sobre a alteração de uma lei ambiental vigente nos motivou a contextualizar a questão ambiental da arborização urbana como um desafio contemporâneo diante da crise climática global. O foco deste artigo foi direcionado ao debate público ampliado com as mídias digitais e protagonizado pelo movimento ambientalista de Porto Alegre. Enfatizamos o midiativismo ambiental da Agapan, entendendo este como potencializado pelo processo de midiatização. Constatamos que o contador digital “Arboricídio Poa”, as notícias veiculadas no blog da Agapan, bem como a repercussão das mesmas em postagens no Facebook, evidenciam o processo social desencadeado de ampliação do debate público, ao sair da Câmara de Vereadores e ser problematizado em mídia digital. Desta forma, acreditamos que a midiatização potencializa a capacidade de mediação entre os atores sociais e servem à coletividade da cidadania, em decisões que necessitam participação pública.

Com a análise realizada, compreendemos que as ações de comunicação dos ativistas ambientais, impulsionadas com os processos da midiatização, puderam problematizar e abrir um espaço para a sociedade na disputa permanente sobre o valor da arborização em Porto Alegre. Sendo as tecnologias utilizadas como o próprio meio de circulação dos discursos, a atuação midiativista ambiental da Agapan resultou em visibilidade antagônica na disputa de poder, pautando a comunidade e democratizando a participação política e, principalmente, instando o legislativo da capital a ampliar o prazo das discussões.

Os ambientalistas contam como uma nova potência revitalizada de agenciamento, que diz respeito ao uso de tecnologias da comunicação, disputando com as mídias hegemônicas um espaço para exercer sua prática discursiva.

Embora o resultado da luta pela manutenção da lei ambiental não tenha correspondido aos argumentos ambientalistas, a questão ambiental está em disputa permanente em todo o Brasil, principalmente por pressão do setor econômico-produtivo e dos poderes executivo e legislativo. Cabe à cidadania organizada e mobilizada exercer as resistências possíveis, como a ação protagonizada pela Agapan e ampliada junto aos demais coletivos ambientais e ambientalistas, diante do desmonte da política ambiental no Brasil, bem como tendo em vista a necessária construção de cidades sustentáveis.

84

Recuperado de:
<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/431/AnoProposicao/2019/Origem/Px/Default.aspx>

Referências

- Agapan. (2017^a). *Arboricídio POA*. Blog. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/p/arboricidio-poa.html>>
- _____. (2017b). *Prefeitura corta mais de 3 mil árvores por ano em Porto Alegre*. Blog. 17 set. 2017. Recuperado de: www.agapan.org.br/2017/09/prefeitura-corta-mais-de-3-mil-arvores.html
- _____. (2017c). *Tribunal de Justiça mantém liminar que suspendeu o PL do arboricídio*. Blog. 03 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2017/11/tribunal-de-justica-mantem-liminar-que.html>>
- _____. 2017d. *Comam completa um ano sem reunião*. Blog. 24 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2017/11/comam-completa-um-ano-sem-reuniao.html#more>>
- Almeida, G. (2018). “Porto Alegre: o projeto arboricida e o simulacro de audiência pública” [comentário pessoal]. *Facebook*, 29 abr. 2018. Recuperado de: <https://www.facebook.com/Gerson.Almeida1959/posts/1792449714149982>
- Bertoldi, O. (2005). *Ideias para uma metrópole sustentável*. Curitiba, Esplendor.
- Braga, J. L. (2006). “Sociedade midiaticizada”. *Animus: revista interamericana de comunicação mediática*, 5 (2/ jul. dez): 09-35.
- Câmara Municipal de Porto Alegre (2017). “Detalhes do Processo 00896/17”. Recuperado de: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/131177>
- _____. (2018). “Detalhes do Processo 00233/18”. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/133838>>
- “Cidades Mais Humana. Não ao arboricídio”. (2018). *Facebook*, 3 maio. Recuperado de: <https://www.facebook.com/marcelosgarbossa.rs/videos/1430590813714105/>
- EEA - European Environment Agency (2015). “Infraestrutura verde: viver melhor graças a soluções baseadas na natureza”. Recuperado de: <https://www.eea.europa.eu/pt/articles/infraestrutura-verde-viver-melhor-gracas>
- Fante, E. M.; Moraes, C. H. de. (2014). “Blog institucional como espaço de reformulação do conceito de audiência no webjornalismo: estudo de caso Agapan”. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, XII*, Rio Grande do Sul, Anais...
- Fausto Neto, A. (2006). “Midiaticização, prática social: prática de sentido”. *In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, XV*, São Paulo. Anais...
- Farr, D. (2013). *Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza*. Porto Alegre: Bookman.
- Fragoso, S.; Recuero, R.; Amaral, A. (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Edição de Michel Senellart e tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Gaúcha, ZH. (2017^a). “Mais de 10,8 mil pedidos de poda e remoção de árvores em Porto Alegre aguardam por execução”. 12 mar. Recuperado de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/03/mais-de-10-8-mil-pedidos-de-poda-e-remocao-de-arvores-em-porto-alegre-aguardam-por-execucao-9746477.html>

_____. (2017b). “27 mil queixas em aberto: o impacto da falta de conservação em Porto Alegre”. 16 nov. Recuperado de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/11/27-mil-queixas-em-aberto-o-impacto-da-falta-de-conservacao-em-porto-alegre-cja2r6s4p03iu01tbbwfevzi.html>

Gomes, P. (2016). “Midiatização: um conceito, múltiplas vozes”. *Rev Famecos*, 23 (2). Recuperado de:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253/14176>Gomes, W. (2008). Da discussão à visibilidade. In: Gomes, W.; Maia, R. C. M. *Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas* (2008). SP: Paulus: pp. 117-162.

Herzog, C. P. (2013). *Cidade para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza*. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde.

Rosa, L. Z. (2010). “Infraestrutura verde: sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana”. *Revista Labverde*. N. 1, pp. 92-115.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2016). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015*. Rio de Janeiro: IBGE.
Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

JORNAL JÁ. (2016). Melo faz balanço dos estragos do temporal; oposição diz que falta plano de emergência. Recuperado de: <http://www.jornalja.com.br/29337-2/>

Maia, R. C. M. (2008). “Visibilidade midiática e deliberação pública”. In: Gomes, W.; Maia, R. C. M. *Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas*. SP: Paulus. pp. 165-194.

Malini, F.; Antoun, H. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.

Miranda de Sousa, R.. (2013). “Ecologia política e processos de territorialização”. *Sociedade e Estado*, 28(1), 142-161. Recuperado de:
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000100008>

Moraes, C. H. de; Fante, E. M. (2018). “Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre”. In: Braighi, A. A.; Lessa, C.; Câmara, M. T. (Orgs). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte: CEFET-MG.

ONU - Organização das Nações Unidas. (2019). *ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050*. 19 fev. Recuperado de:
<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>

PBMC (2016). **Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas** [Ribeiro, S.K., Santos, A.S. (Eds.)]. (2016). Rio de Janeiro, Brasil: PBMC, COPPE – UFRJ.

Porto Alegre. (2017). Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. *Relatório de Atividades de 2016*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Recuperado de:
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/relatorio_de_atividades_2016_final.pdf

_____. (2016). Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. *Relatório de Atividades de 2015*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Recuperado de:
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ra_2015.pdf

_____. (2015). Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. *Relatório de Atividades de 2014*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de

Porto Alegre. Recuperado de:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/versao_final_site.pdf

Porto-Gonçalves, C. W. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



Les gilets jaunes au miroir de la presse espagnole

The yellow vests as seen by the spanish press

Duchêne Nadia⁸⁵

Maître de conférences
Université Paris Est, Créteil (France)

nadia.duchene@u-pec.fr

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2197>

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Ce travail se donne pour objectif, selon une approche comparatiste, de mieux cerner dans les quotidiens espagnols *ABC* et *El País* le traitement discursif de la révolte des gilets jaunes qui débuta en France à l'automne 2018. Nous tenterons dans un premier temps de situer l'évènement et d'en préciser les contours. Puis nous aborderons le cadre de lecture de deux éléments constitutifs du mouvement, à savoir la caractérisation de l'évènement et de ses acteurs et la représentation du président de la République. Nous avons pris le parti d'examiner ces deux éléments en raison de l'importance majeure que leur ont accordée les deux médias, sachant toutefois que d'autres thématiques (violence, répercussions au niveau international, soutiens de personnages publics, crises auxquelles le mouvement fait écho...) ont également contribué à l'ampleur médiatique du mouvement.

Mots-clefs : discours médiatique espagnol, gilets jaunes, presse, représentation

Este trabajo tiene por objetivo analizar con un enfoque comparatista en los periódicos españoles *ABC* y *El País* el tratamiento discursivo de la revuelta de los chalecos amarillos que empezó en Francia en otoño del 2018. En primer lugar, contextualizaremos el acontecimiento y delimitaremos los contornos de la protesta. A continuación, abordaremos el marco de lectura de dos elementos constitutivos : por una parte, la caracterización del acontecimiento y de sus actores y, por otra, la representación del presidente de la República. La decisión de examinar estos dos elementos concretos se debe a la mayor importancia concedida por ambos medios, conscientes, sin embargo, de que otras temáticas (violencia, repercusión a nivel internacional, respaldo de personajes públicos, crisis de las que se hace eco...), han contribuido al alcance mediático del movimiento.

Palabras clave: discurso mediático español, chalecos amarillos, prensa, representación

O objetivo deste trabalho é, utilizando uma abordagem comparativa, compreender melhor nos diários espanhóis *ABC* e *El País* o tratamento discursivo da revolta dos casacos amarelos que começou em França no Outono de 2018. Primeiro vamos tentar situar o evento e definir os seus contornos. Em seguida, abordaremos o quadro de

⁸⁵ Nadia Duchêne enseigne la traduction dans la filière de Langues Étrangères Appliquées. Ses recherches s'inscrivent dans le champ des études (inter)culturelles et transversales des aires culturelles espagnole et française. Ces études sont abordées notamment sous l'angle de l'identité et/ou altérité selon une approche interdisciplinaire inspirée de la traduction et de la sociolinguistique.

leitura de dois elementos do movimento, nomeadamente a caracterização do evento e dos seus actores e a representação do Presidente da República. Optamos por examinar estes dois elementos devido à grande importância que lhes foi dada pelos dois meios de comunicação, sabendo no entanto que outros temas (violência, repercussões internacionais, apoio de figuras públicas, crises que o movimento ecoa) também contribuíram para a cobertura mediática do movimento.

Palavras-chave: discursos da imprensa espanhola, casacos amarelos, representação

The aim of this work is to examine from a comparative viewpoint in the Spanish daily newspapers *ABC* and *El País*, the discursive treatment of the gilet jaune protests (yellow vest protests) that started in France in autumn 2018. First, we will set the context of the protest and define its outline. Then, we will analyse the reading frame of two particular elements of the movement, namely the characterization of the protest and its participants and the representation of the President of the Republic. The choice of these two elements is based on the greater relevance they received from both newspapers, although other issues (violence, international impact, public figures support, echo of other crises...) have also contributed to the outstanding media coverage of the movement.

Keywords: yellow vest, press, Spanish media discourse, representation

Introduction

La crise des gilets jaunes a débuté en octobre 2018 avec une vidéo postée sur le réseau *Facebook* adressée au président de la République dans le but de dénoncer la « chasse aux automobilistes » en raison de la hausse des prix du carburant. La révolte est amorcée dans les régions dites périphériques et semi-rurales, c'est-à-dire des territoires ni urbains, ni banlieues immédiates. Trois jours plus tard, une pétition est lancée sur la plateforme *change.org* exigeant une baisse du prix des carburants. Les deux initiatives connaissent un grand succès et sont suivies par des milliers de personnes. Vidéos, pétitions et revendications de toutes sortes se multiplient en quelques jours sur les réseaux sociaux pour interpeller l'Exécutif.

Le 17 novembre est organisée la première journée de blocages de routes et d'occupation des ronds-points sur une grande partie du territoire français et des manifestations ont lieu dans les grandes villes. Les manifestants portent le vêtement de sécurité obligatoire dans tout véhicule, le gilet jaune, lequel deviendra l'emblème du mouvement.

Au fil des jours, les motifs de contestation se multiplient allant du poids de la fiscalité jusqu'à la demande d'une démocratie plus participative, d'une réforme du système en passant par la démission du président de la République. Malgré certaines concessions accordées par le gouvernement et le grand débat national tenu du 15 janvier jusqu'au 7 avril 2019, les rassemblements organisés sous le nom « d'actes » auront lieu chaque samedi dans les grandes villes et surtout à Paris pendant plusieurs mois. Le mouvement va s'essouffler progressivement et sera nettement moins suivi à partir de la tenue des élections européennes ; raison pour laquelle notre corpus intègre la période allant du 17 novembre 2018 au 26 mai 2019.

La crise des gilets jaunes doit forcément prendre une résonance particulière dans l'esprit du lecteur espagnol. Rappelons ici le mouvement des Indignés en Espagne et le rassemblement du 15M en mai 2011, impulsé sur *Facebook* et sans le soutien de partis politiques ou de syndicats. Des centaines de milliers de jeunes manifestaient alors dans les grandes villes espagnoles et allaient occuper les places publiques des mois durant, rejoints par des retraités, des victimes de la bulle immobilière expulsées de leur logement ou encore des fonctionnaires. À la différence du mouvement français, ils sont pour la plupart de gauche et dénoncent la politique d'austérité et les restrictions budgétaires menées par le gouvernement de droite ainsi que la corruption du monde politique.

À l'instar d'autres situations de crise sociale, les journalistes vont tenter de reconstruire dans l'information le mouvement des gilets jaunes. Ce dernier est considéré comme inédit en raison de son mode opérationnel, de la multiplicité des revendications, de l'absence d'affiliation à un quelconque parti ou syndicat ainsi que de la violence. En dehors de la chronologie des faits, il s'avère fort difficile de l'inscrire dans un cadre précis de sorte que la lecture politique habituelle et la lisibilité de l'évènement s'en trouvent complexifiées. La seule possibilité de rassembler tous les acteurs de la révolte se limite au rejet du gouvernement, dont la principale référence sera le président de la République. L'axe traditionnel droite/gauche qui structure le cadre éditorial des médias est déstabilisé en raison de la difficulté à représenter la réalité du mouvement. La crise des gilets jaunes exhibant diverses facettes, elle ne présente qu'une identité contradictoire et confuse. Journalistes et spécialistes de la réalité sociale ont été déconcertés et leurs registres de catégorisation et d'interprétation parfois bouleversés. Notons également que les médias, en tant qu'espace de représentation de la force et de la dynamique du mouvement, sont l'objet de la méfiance et de l'exaspération des manifestants, dont

un grand nombre dénonce une forme de connivence des journalistes avec le pouvoir et les élites.

Corpus

Le corpus comprend 293 articles publiés dans deux quotidiens nationaux espagnols, *ABC* et *El País*. Le journal *ABC* a été fondé en 1903 à Madrid, il appartient au groupe Vocento. Réputé être un journal de droite, sa ligne éditoriale s'inscrit dans le courant conservateur, monarchiste et catholique ; il est proche des milieux de l'aristocratie et de la bourgeoisie. Le journal *El País*, appartenant au groupe éditorial Prisa, a été créé en 1976, six mois après la mort de Franco. Quotidien le plus lu en Espagne, le plus diffusé à l'étranger, il se situe au centre-gauche de la vie politique espagnole. Le choix des journaux a été établi en raison de leur référence institutionnelle dans le paysage journalistique national et de l'intérêt que présentent leurs lignes éditoriales opposées face à un mouvement a priori apolitique.

162 articles sont parus dans le journal *ABC* et 131 dans *El País*. Ces derniers, tous genres confondus, consacrés aux gilets jaunes ont été recueillis grâce aux archives électroniques des quotidiens. Le corpus comprend non seulement des textes journalistiques dits exclusivement informatifs, factuels tels que des synthèses, des reportages ou encore des brèves, mais également des textes explicitement argumentatifs et subjectifs comme les éditoriaux, les tribunes ou les colonnes d'opinion. Notons donc que les journalistes ne sont pas les seuls énonciateurs intervenant dans le média. Certains personnages publics contribuent également à construire la représentation d'un événement par le média. Raison pour laquelle il s'avère intéressant de combiner l'analyse du discours dénommé « primaire » des hommes politiques, témoins, porte-parole et le discours « secondaire » qui renvoie à celui des journalistes eux-mêmes.

Les limites temporelles ont été déterminées en fonction de la temporalité propre au mouvement ainsi que celle des médias, lesquels suivent un rythme quasi identique. Nous avons pris le parti de nous intéresser à la période allant du 17 octobre 2018 au 26 mai 2019, car autour de cette dernière date, période des élections européennes, le mouvement connaîtra un affaiblissement certain en termes de participation et les occurrences dans la presse deviennent de plus en plus sporadiques.

De la désignation des « Gilets jaunes »

Il ne s'agit pas ici de procéder à une étude lexicométrique consistant à observer la fréquence d'emploi de certains termes, mais de nous intéresser au sémantisme des mots et expressions qui caractérisent le discours autour du mouvement afin de mettre en exergue le regard porté par les deux médias sur les gilets jaunes. Le procédé d'énonciation pour désigner renvoie aux choix des auteurs des articles et donc à la représentation et à l'interprétation des actes d'un groupe déterminé, en d'autres termes à la caractérisation de l'altérité. Bourdieu (1972) avait déjà signalé que le rôle des médias dans le cadre de la diffusion des représentations dans un groupe social est de produire des ancrages.

Dans ce sillage, Denise Jodelet fait remarquer que les représentations « nous guident dans la façon de nommer et définir ensemble les différents aspects de notre réalité de tous les jours, dans la façon de les interpréter, statuer sur eux et, le cas échéant, prendre une position à leur égard et les défendre » (1989 : 31). Dans le contexte de la crise des années 2000, elle soumet l'hypothèse selon laquelle « Les médias, prenant parfois le relais des milieux scientifiques, donnent des situations de vie et de l'état du monde social, politique et économique des interprétations qui

interviennent dans la formation et la formulation des peurs sociales » (2011 : 245). Ainsi, nous suivons la perspective selon laquelle les médias disposent d'un pouvoir considérable, à savoir le pouvoir de représenter la réalité d'une certaine manière et d'exercer une influence sur les relations sociales, les identités de groupe, les valeurs, le savoir tout comme les croyances. Chaque énonciateur, à travers son lexique, donne un sens au monde, décrit la réalité, désigne les événements et leurs acteurs ; cela lui permet de délimiter les territoires symboliques.

L'une des premières observations concerne le nom donné au mouvement. Le syntagme « gilets jaunes » vient de s'imposer, les événements qu'il désigne sont en train de se produire et nul ne sait sur quoi ils déboucheront. Le journal *ABC* le dénomme dans la majorité de ses articles sous l'expression *franquicia de los chalecos amarillos*. Cette formule peut donner lieu à un éventail de sens implicites possibles et la lecture des textes nous amène à penser qu'elle est teintée d'ironie. Il est ainsi question de « franchise », dont le sens premier fait référence à l'état de celui qui est de condition libre, qui n'est assujéti à aucun maître. En effet, les acteurs du mouvement affirment ne pas avoir de porte-paroles, ne se reconnaître dans aucun parti, ni être représentés par aucun syndicat. La « franchise » renvoie également à l'exemption de paiements d'impôts, de taxes ; comme nous l'avons précisé plus haut, le mouvement a jailli de revendications liées pour l'essentiel à des mesures fiscales dont, initialement, la hausse de la taxe de carburants pour évoluer vers la demande d'une annulation massive de taxes. Ainsi à plusieurs reprises nous trouvons l'expression : « [...] une **franchise**⁸⁶ qu'utilisent des **groupes très différents** [...] »⁸⁷ (08/12/2018) ou encore « Les gilets jaunes sont devenus une **franchise qui « vend » des gilets de la même couleur mais de différente sensibilité** »⁸⁸ (09/12/2018). Le « franchisé » a le droit de s'installer là où il le souhaite de manière indépendante sur le modèle d'une franchise commerciale permettant le développement de la présence de sa « marque » sur un large périmètre. Le quotidien *El País* quant à lui, utilise la formule « gilets jaunes » (*chalecos amarillos*), mais prolongée de manière récurrente de l'explication « [...] le **vêtement obligatoire dans les voitures** qui est devenu **l'emblème du mouvement** [...] »⁸⁹. Le lecteur comprend ainsi qu'il est question de visibilité dans une situation où les porteurs de ce vêtement sont susceptibles d'être menacés. Le gilet jaune est avant tout un symbole identitaire, un signe de ralliement de tous les automobilistes.

Au cours des trois premières semaines, le journal *ABC* informe des revendications des gilets jaunes, à savoir l'injustice du système fiscal, la précarité, les revenus insuffisants, mais par la suite la teneur du discours dominant devient plus négative. La représentation se fera alors à travers la métaphore de la maladie. Le lexique médical contribue à désigner « l'épidémie de fièvre jaune » et met en scène la colère fébrile des manifestants et la couleur de leur signe distinctif, le gilet jaune. Cette « maladie infectieuse » touche certains secteurs de la société française : « [...] un **thermomètre du profond mal-être** dont **souffre** une partie de la société française »⁹⁰ (01/12/2018) et la contagion pourrait se propager : « C'est pour cette même raison que, ce qui hier était une mobilisation moins importante qu'il y a une semaine, peut à n'importe quel moment redevenir **une marée incontrôlable** de

86 C'est nous qui soulignons

87 “[...] una **franquicia**⁸⁷ que utilizan **grupos muy diversos** [...]”. Traduction de l'auteur.

88 “Los chalecos amarillos se han convertido en una **franquicia que ‘vende’ chalecos del mismo color, pero con distinta sensibilidad**”.

89 “[...] la **prenda obligatoria en los coches** que se ha convertido en el **emblema del movimiento** [...]”.

90 “[...] un **termómetro del profundo malestar** que **padece** parte de la sociedad gala”.

fièvre jaune »⁹¹ (15/12/2018). Les revendications sont irraisonnables et exposent la société française à un futur pour le moins inquiétant, voire épouvantable : « [...] réclament un changement qui montre des **signes apocalyptiques** [...] »⁹² (16/12/2018) ou encore « [...] **exigences plus ou moins apocalyptiques** [...] »⁹³ (23/03/2019).

Les descriptions sont dans leur ensemble peu élogieuses et le quotidien se montre volontiers moqueur, ridiculisant les acteurs du mouvement. Dans l'extrait ci-dessous, le champ sémantique est celui de la réflexion, l'activité consacrée à la pensée dans le but d'examiner plus en profondeur une idée, une situation, un problème. Or, ici le discours devient dévalorisant, car les gilets jaunes sont précisément dépourvus de cette faculté. L'emploi réitéré de la forme négative permet de les dépeindre comme des individus bêtement vindicatifs et ineptes, irrationnels, aux comportements aberrants, incapables de formuler avec clarté leurs malaises. À la suite d'un titre sans équivoque, certaines formules employées permettent d'étayer nos propos :

D'une révolte imbécile

Il n'y a pas de programme, il n'y a pas de contenu. En effet, **il n'y a rien, il n'y a même pas** une liste de revendications. Par contre, il y a **un rejet. Physique.** Ils **ne semblent pas avoir besoin d'un quelconque support conceptuel**, les gilets jaunes. **Ni logique, ni discours**, bien ou mal construit : **absence de mots et de critères.** [...] Voilà déjà 23 samedis **insurrectionnels** : cinq mois. Et personne ne sait toujours pas – les acteurs ne le savent pas – ce que cette **brutalité indécryptable** cherche à obtenir.

Que recherche ce **flot de bégayeurs** ? Peut-être rien. Rien sauf **l'exaltation du choc physique** contre les agents d'un ordre qu'il **est tellement agréable d'agresser** semaine après semaine. Rien. [...] Sans limites, ni principes : de **la bagarre** à l'état pur.

[...] Les gilets jaunes **trament des « actes »** tous les samedis : avant-hier, le vingtième. « Des actes », telle la numérotation de ce qui est le plus rentable en matière de stupidité - et ce qu'il y a de plus abêtissant : les séries télévisées. Et leurs rendez-vous sont répandus par **le multiplicateur le plus inexorablement idiot : Facebook, la machine à décérébrer**⁹⁴ (22/04/2019).

91 “Por eso mismo lo que ayer era una movilización menos numerosa que hace una semana puede volver a ser una **marea incontrolable** en cualquier momento, de **fiebre amarilla**”.

92 “[...] reclaman un cambio que tiene **flecos apocalípticos** [...]”.

93 “[...] **exigencias más o menos apocalípticas** [...]”.

94 De una **revuelta imbécil**

No hay programa, **no hay** contenidos. Por **no haber, no hay** siquiera una tabla de reivindicaciones. Hay, eso sí, **un rechazo. Físico. No parecen precisar respaldo conceptual alguno**, los chalecos amarillos. **Ni lógica ni discurso**, bien o mal trabado: **ausencia de palabras y de criterios.** [...] Van ya 23 sábados **insurreccionales**: cinco meses. Y nadie sabe aún -**no** lo saben los actores- qué busca conseguir esa **brutalidad descodificada**.

¿Qué busca ese **tartamudo oleaje**? Puede que nada. Nada, salvo la **exaltación del choque físico** contra los agentes de un orden al cual **resulta tan grato agredir** semana tras semana. Nada. [...] Sin límites ni convenciones: **reyerta** pura.

[...] Los chalecos amarillos **maquinan «actos»** cada sábado: anteayer, el vigésimo tercero. «Actos», a la manera en que se numera lo más rentablemente estúpido -y lo más

Ces procédés d'énonciation accentuent ainsi l'image d'un mouvement constitué d'individus impétueux, dénués de valeurs, de faculté d'analyse, disposés à orchestrer des actions violentes et adeptes de pratiques culturelles abêtissantes. Lorsqu'il s'agit de définir le mouvement et de répondre à la question : « Qui sont les gilets jaunes ? », le journal *ABC* rencontre la même difficulté que ses confrères, mais propose à son lecteur une classification composée de sept catégories ; catégorisation qui se veut exhaustive et plus précise, mais non dépourvue de sarcasme. Cette « photo de groupe » est agrémentée de commentaires au ton persifleur illustré par l'emploi d'un registre de langue familier qui vise à illustrer et stigmatiser le niveau d'expression des gilets jaunes, puis des guillemets ; grâce à ces derniers, l'énonciateur dédouble son discours et marque une distance avec le terme ou la locution ou en attribue la responsabilité à un autre, exprimant ainsi l'altérité dans l'énonciation :

- Gilets jaunes « **libres** » : modérés qui dénoncent la radicalisation. Ils n'ont pas participé aux **manifs** d'aujourd'hui à Paris.
- Gilets jaunes **provinciaux** : tranquilles, qui protestent avec des amis et de la famille, dans le **calme et avec patience en coupant des routes et des autoroutes**.
- Gilets jaunes **jeunes** qui en ont assez de toutes ces protestations sans réponse ni solution. Ils ont une « **tronche** » de **grosse angoisse sociale**.
- Gilets jaunes de **classes moyennes** : ils craignent la précarité. Très présents dans les premières **manifs** sur les Champs Élysées, ils ont commencé à s'éloigner du mouvement.
- Gilets jaunes de l'**extrême droite violente** qui demandent une « **révolution nationale** ». Ils se caractérisent par leur « **professionnalisme** » et tenue vestimentaire.
- Gilets jaunes d'**extrême gauche** qui veulent « l'étendue de la lutte ». On remarque leur « **dégaine prolo** ».
- Gilets jaunes **de la banlieue** : ils se sont jetés dans la rue pour « **protester** » dans les **eaux troubles de la crise, les voitures incendiées** et les **flammes des vitrines**. Ce sont les nouveaux-venus et les plus redoutés par les classes moyennes et aisées.⁹⁵ (09/12/2018)

estupidificador-: las series televisivas. Y sus citas son expandidas por **el multiplicador más inexorablemente idiota: Facebook, la máquina de descerebrar**.

95 - Chalecos amarillos «**libres**»: moderados, que denuncian la radicalización. No han participado en las **manifas** de hoy en París

- Chalecos amarillos **de provincias**: tranquilos, que protestan con amigos y familia, **con calma y paciencia cortando carreteras y autopistas**.

- Chalecos amarillos **jóvenes** que están hartos de tanta protesta sin respuesta ni solución. Tienen un «**careto**» de **mucha angustia social**.

- Chalecos amarillos de **clases medias**: temen la precariedad. Muy presentes en las primeras **manifas** de los Campos Elíseos, han comenzado a alejarse del movimiento.

- Chalecos amarillos de **ultraderecha violenta** que piden una «**revolución nacional**». **Destacan por su «profesionalidad» e indumentaria**.

- Chalecos amarillos de **extrema izquierda** que quieren la «extensión de la lucha». Se les nota la «**pinta proleta**»

- Chalecos amarillos de la **banlieue/suburbios**: se han tirado a la calle para «**protestar**» en el **río revuelto de la crisis, el incendio de coches** y las **llamas de los escaparates**. Son los recién llegados y los más temidos por las clases medias o acomodadas.

Ces diverses sensibilités sont réitérées au fil des articles afin de pointer la difficulté de cerner la structure et la mécanique du mouvement. Dans le chaos qui en découle en matière de revendications, le seul dénominateur commun ou consensus est la destitution du Président Macron. Le mouvement est comparé à un arc-en-ciel aux multiples nuances évoquant à la fois la diversité et la présence des extrêmes, le tout débouchant sur une attitude qui refuse tout compromis : « [...] **arc en ciel aux tonalités très différentes, du jaune passion ultra nationaliste** (extrême droite) au **jaune vif de l'extrême gauche** [...] »⁹⁶ (03/02/2019). La protestation est qualifiée de « Puro **nihilismo anti sistema** » (05/01/2019), un mouvement n'admettant aucune contrainte de la société sur l'individu, dans une démarche antisystème. Les réseaux sociaux servent de support logistique permettant d'appeler à la mobilisation et de « réservoir » de revendications, mais selon le quotidien, ne reflètent pas la réalité. L'activisme en ligne n'est pas représentatif de l'activisme dans les manifestations, nettement moins important : « La **réalité virtuelle** ne correspond pas toujours à la **réalité matérielle** »⁹⁷ (03/12/2018). Du fait d'insister exclusivement sur certaines actions des gilets jaunes qui investissent le terrain de manière incohérente, voire violente, le journal accentue le manque de « consistance » du mouvement, ce qui oriente l'interprétation que se font les lecteurs de l'actualité française et confère une solidité événementielle à leur identité politique.

À la lecture des textes du journal *El País*, force est de constater une représentation de la révolte de teneur moins acrimonieuse en raison de choix énonciatifs a priori plus effacés. Les constats trouvent des points de similitude avec le journal *ABC* quant à la spécificité du mouvement. Cependant des disparités sont masquées derrière une homogénéité de surface. L'absence délibérée de structure des gilets jaunes est mise en relief tout en gardant une énonciation apparemment neutre, mais non dénuée d'humour : « **Objet politique non identifié**, un mouvement sans dirigeants ni structure qui reflète le mécontentement d'une partie de la France provinciale envers le président Emmanuel Macron »⁹⁸ (14/11/2018). Sur le modèle de l'ovni (objet volant non identifié), nous avons affaire ici à un objet politique non identifié - ce qui effectivement résume le manque de lisibilité du conflit.

Au tout début du mouvement, le quotidien avance « naïvement », par le biais du sous-entendu, une double hypothèse sur la nature de la révolte, illustrée par le mode verbal du subjonctif en espagnol. Il pourrait s'agir d'un nouvel épisode de conflit social, d'une énième fronde gauloise en vertu de la « vérité admise », selon laquelle la France est un pays contestataire ou peut-être aussi du développement du populisme auquel la France avait cru échapper grâce à l'arrivée du président Macron - s'affichant volontiers ni de gauche, ni de droite- et ainsi être une exception :

Peut-être s'agit-il seulement de l'une de **ces manifestations périodiques du mécontentement français**. Ou, tout compte fait, cela pourrait représenter, **l'arrivée du moment populiste français** que d'autres pays occidentaux ont déjà vécu et que la France a esquivé avec la victoire de Macron aux présidentielles de 2017.⁹⁹ (24/11/2018)

96 "[...] **arco iris** que tiene **muy distintos tonos**, del **amarillo pasión ultranacionalista** (extrema derecha) al **amarillo chillón de ultraizquierda** [...]".

97 "La **realidad virtual** no siempre coincide con la **realidad material**".

98 "**Objeto político no identificado**, un movimiento sin líderes ni estructura que refleja el descontento de una parte de la Francia de provincias con el presidente Emmanuel Macron".

99 "[...] quizá no sea más que una de estas **expresiones periódicas del descontento francés**. O podría representar, finalmente, la **llegada del momento populista francés** que otros países

Le renvoi à un stéréotype - celui d'un pays « au caractère éternellement insatisfait » en référence au passé politique ou historique est révélateur du bagage commun postulé chez le lecteur ; ce tempérament exacerbé est réitéré : « Le **mauvais caractère** est sorti de la bouteille et personne ne sait comment le remettre dedans »¹⁰⁰ (08/12/2018). Quant au populisme, se manifestant dans d'autres espaces, il rend intelligibles les éventuels enjeux du mouvement pour le lecteur espagnol. Derrière une apparente prudence sémantique simulant la parole de l'Autre, une forme de doute est cependant perceptible quant au caractère apolitique des gilets jaunes : « Les protestations des gilets jaunes sont, **en principe, apolitiques** et n'ont **pas de lien avec les syndicats et partis** »¹⁰¹ (14/11/18) tout en s'attachant à insister, sans positionnement explicite, sur le caractère insaisissable du mouvement sur lequel gouvernement, partis politiques ou syndicats n'ont aucune prise : « **La nouveauté** de ce mouvement est son **caractère spontané, sans programme, ni leader, ni direction** »¹⁰² (01/12/18). L'impossibilité de dialoguer ainsi que le manque de convergence de revendications claires sont aussi signalés à plusieurs reprises : « Toute la question se résume à savoir **sur quoi échanger et avec qui. Il n'y a pas de représentants** du mouvement mandatés pour parler au nom de tous. Ni une **revendication claire** [...] »¹⁰³ (02/12/2018). Le rôle essentiel joué par les réseaux sociaux - Facebook est devenu une place publique - est exposé tout en alertant du fait qu'ils ne permettent pas de faire émerger des représentants ou porte-paroles suffisamment légitimes. Leur éventuelle nocivité est dénoncée ; les groupes constitués en ligne recherchent le plus souvent une reconnaissance de soi et une expérience de partage des souffrances dans ces nouveaux modes de coexistence, convertis en réceptacles de mal-être : « [...] un mouvement social **apparemment spontané, acéphale** dans la forme où le **réseau** est en train de tester son **énorme efficacité** pour **renforcer des états sociaux de mal-être, disponibles pour la protestation** »¹⁰⁴ (02/12/2018).

El País insiste à plusieurs reprises sur le rejet sans appel de la classe politique et dans l'exemple suivant, joue sur le sémantisme du terme *pegamento* : ironie du sort malgré la multiplicité de leurs univers et contestations, la « substance » qui les fait adhérer les uns aux autres et les unit, est le président de la République érigé en bouc émissaire : « **Le dénominateur commun de tous** c'est le **rejet, parfois viscéral, du président Emmanuel Macron** »¹⁰⁵ (02/12/2018). *El País* se montre moins hostile et plus empathique à l'égard des acteurs du mouvement. Il les met en scène autrement aux yeux du lecteur en pointant l'indifférence d'une élite à l'endroit du « petit peuple », une élite qui n'hésite pas à se gausser de la difficulté de certains à bien s'exprimer, et ce, dans une langue de qualité. Le média convoque de

occidentales ya han vivido, y que Francia esquivó con la victoria de Macron en las presidenciales de 2017”.

100 “El **genio** ha salido de la botella y nadie sabe cómo volver a meterlo dentro”.

101 “Las protestas de los chalecos amarillos son, **en principio, apolíticas** y están **desligadas de los sindicatos y partidos**”.

102 “Lo **novedoso** de este movimiento es su **carácter espontáneo, sin programa, ni líder, ni dirección**”

103 “Toda la cuestión es sobre **qué dialogar y con quién. No hay representantes** del movimiento con un mandato para hablar en nombre de todos. **Ni una reivindicación clara.** [...]”.

104 “[...] un movimiento social **aparentemente espontáneo, acéfalo** en la forma, donde la **red** está probando su **enorme eficacia** para **potenciar estados sociales de malestar, disponibles para la protesta**”.

105 “El **pegamento** entre todos ellos es el **rechazo, a veces visceral, al presidente Emmanuel Macron**”.

nouveau le stéréotype historique d'un peuple façonné à l'insurrection, une sorte de constante dans la vie sociopolitique française :

Victimes de la violence structurelle d'une économie mondialisée, ils se sentent méprisés par de nombreux représentants de la République qui ne peuvent éviter de sourire avec dédain devant leur façon de s'exprimer ou leurs fautes d'orthographe sur les réseaux. Ils sentent qu'ils incarnent le peuple français et ne sont point dépourvus d'un riche passé révolutionnaire duquel s'inspirer.¹⁰⁶
(11/12/2018)

Au même titre que le quotidien *ABC*, *El País* souligne l'évolution du mouvement dont les actions se sont développées de manière très contrastée, voire contradictoire, allant de l'occupation pacifique des ronds-points jusqu'à la violence, en passant par des blocages et des actes extrêmes de vandalisme et d'antisémitisme : « Du fait de manquer de leaders et de programme, le mouvement a servi de **fourre-tout pour tout type de tendances et de réclamations** : de l'**extrême gauche** à l'**extrême droite**, des **pacifistes** aux **antisémites** et **violents** aux desseins insurrectionnels »¹⁰⁷ (16/03/2019).

Il semblerait donc que le quotidien *ABC* ait davantage recours à une énonciation s'inscrivant dans un registre sarcastique alors que *El País* articule un discours entre positionnement factuel et ironie. Le premier est plus blessant dans sa désignation des gilets jaunes et semble manifester une certaine hostilité à leur endroit. Le second présente une interprétation moins justicière sans pour autant se départir d'une certaine distance ni de l'esprit de « mise en doute ».

Le président de la République

Si nous nous intéressons maintenant à l'image du président de la République dans les deux médias, nous constatons que le quotidien *ABC* présente un portrait du président selon trois angles : tout d'abord un chef d'État affaibli et acculé par les circonstances, puis un homme brillant à la reconquête de son peuple et finalement un homme politique discrédité dont les grands projets sont probablement voués à l'échec. Les exemples suivants, au contenu sémantique négatif, montrent comment l'*ABC* met en scène un président déstabilisé, fragilisé et malmené essayant d'éteindre, d'étouffer et de faire taire les acteurs du mouvement dont la réalité est extrêmement dispersée :

La journée historique sans précédent du mouvement des Gilets jaunes ce samedi, a donné à Emmanuel Macron un **sévère avertissement aux allures dramatiques** (17/11/2018).
[...] le président de la République a annoncé hier soir des décisions destinées à **sauver sa présidence menacée, à tenter d'éteindre l'incendie social** [...] (10/12/2018)

106 **Víctimas de la violencia estructural de una economía globalizada**, se sienten **menospreciados** por numerosos **representantes de la República** que no pueden evitar **sonreír con displicencia ante su manera de expresarse o sus faltas ortográficas** en las redes. Sienten encarnar al pueblo francés y no les falta un **profuso pasado revolucionario** del que nutrirse.

107 "Al carecer de líderes y programa, el movimiento sirvió de **contenedor para todo tipo de tendencias y reclamaciones**: desde la **extrema izquierda** a la **extrema derecha**, desde **pacifistas** hasta **antisemitas** y **violentos** con fines insurreccionales".

Macron **cède** devant la fièvre jaune [...] **un mouvement comme celui des gilets jaunes qui a imposé son point de vue** à travers des manifestations violentes. [...] Emmanuel Macron **leur a clairement donné raison en s'engageant à certains gestes d'apaisement** tels que la hausse du SMIC et certaines réductions d'impôts, des **mesures plus ou moins cosmétiques permettant d'éteindre la révolte**. (11/12/2018).
Macron **réduit, mais ne fait pas taire la protestation** (15/12/2018).
Mais **l'impopolarité de Macron** continue d'être **exceptionnelle**¹⁰⁸ (22/12/2018).

Malgré quelques critiques peu récurrentes, le quotidien dépeint de façon appuyée un président qui reprend la situation en main et agit sur le mode de la reconquête de la France en colère. Le portrait est maintenant celui d'un homme à l'intelligence exceptionnelle. L'initiative du grand débat national prend ainsi des allures de marathon intellectuel et physique au cours duquel Emmanuel Macron est érigé en super héros : « **Expérience sans précédent** dans l'histoire de la V^e République, le **grand débat national** proposé par Emmanuel Macron se présente comme une **réponse présidentielle aux exigences et à la crise de la franchise des Gilets jaunes** »¹⁰⁹ (13/01/2019). Néanmoins, une certaine dérision est introduite dans le discours par le biais d'un élément culturel lié à l'Histoire de France associé aux clichés véhiculés par les Bonaparte (l'empereur Napoléon 1^{er} et son neveu Louis Napoléon Bonaparte).

Le président de la République a été maintes fois associé par certains historiens, politologues et médias au bonapartisme, une pensée politique et forme de gouvernement autoritaire et centralisée reposant sur l'adhésion populaire. Emmanuel Macron a été comparé à Louis-Napoléon Bonaparte en raison aussi de son jeune âge quand il accéda au pouvoir, de sa forte personnalité et de son statut politique situé entre gauche et droite - Louis Napoléon Bonaparte « zigzaguait » entre monarchistes et socialistes. Le journal *ABC* reprend cette image et le stéréotype de l'homme providentiel venu sauver la France pour la sortir de son marasme est ainsi réactivé dans cette mise en scène énonciative. L'image est celle d'un chef militaire exceptionnel, tacticien et stratège :

Macron lance l'opération **reconquête** contre les gilets jaunes Stimulé par une **amélioration inespérée de sa popularité**, très basse, encore, Emmanuel Macron a décidé de lancer une

108 La **histórica jornada sin precedentes** del movimiento de los Chalecos amarillos ha dado este sábado a Emmanuel Macron **una severa advertencia con flecos dramáticos** (17/11/2018).

[...] el presidente de la República anunció anoche decisiones destinadas a **salvar su amenazada presidencia, intentar apagar el incendio social** [...] (10/12/2018)

Macron **cede** ante la fiebre amarilla [...] **un movimiento como el de los chalecos amarillos, que ha impuesto su criterio** a través de manifestaciones violenta. [...] Emmanuel Macron **les ha dado claramente la razón al asumir ciertos gestos de apaciguamiento** como la subida del salario mínimo y alguna bajada de impuestos, **medidas más o menos cosméticas con las que sofocar la revuelta**. (11/12/2018).

Macron **reduce, pero no acalla la protesta** (15/12/2018).

Pero la **impopularidad de Macron** sigue siendo **excepcional** (22/12/2018).

109 “**Experiencia sin precedentes** en la historia de la V República, el **gran debate nacional** propuesto por Emmanuel Macron se presenta como una **respuesta presidencial a las exigencias y crisis de la franquicia de los chalecos amarillos**”

« **opération reconquête** » dans la meilleure tradition des **généraux bonapartistes : à cheval, sabre au poing et au pas de charge**¹¹⁰ (22/01/2019).

C'est un nouveau président, disposé à faire des efforts et à montrer davantage d'empathie auprès des Français. On assiste à la mise en scène d'un dirigeant politique à l'écoute, charismatique, le charisme étant une forme symbolique de l'exercice du pouvoir : « Macron discutait à « **tombeau ouvert** » avec les autorités locales, départementales et régionales qui **pouvaient exposer leurs « plaintes » et points de vue**, donnant lieu à une **discussion qui n'a pas toujours été un dialogue de sourds** »¹¹¹ (02/04/2019). Il aspire à reconquérir son peuple et à rebondir pour sortir la tête haute du conflit social. Il se singularise par des compétences exceptionnelles. Le lexique est particulièrement élogieux :

Un **nouveau** Macron

Le président français **est sorti de la mauvaise passe** après la crise des gilets jaunes. [...] Le jeune président corrige certains de ses tics napoléoniens, il regagne de la popularité et propose de nouveau de grandes idées sur le futur du continent. [...] Macron continue d'être l'un des quelques dirigeants capables de projeter à long terme et de proposer une vision stratégique¹¹² (08/03/2019).

Cultivant cette image d'un président différent, innovateur et ouvert à l'échange, à la suite des élus locaux, il invite également la classe intellectuelle à prendre part au débat national :

Emmanuel Macron a lancé lundi **une nouvelle initiative sans précédent : recevoir, à l'Élysée, l'élite intellectuelle française**, pour aborder la grande crise nationale de la franchise des gilets jaunes, entre autres sujets de fond, **afin de tenter de chercher de « nouvelles idées »** pour le grand débat national pour lequel personne ne connaît les conclusions pratiques qu'il adoptera¹¹³ (19/03/2019).

Les discours employés par les médias évoquent des épisodes plus ou moins glorieux, des épreuves et des personnages éminents de la nation ou encore des références à la mythologie. Ainsi, d'autres figures historiques lui sont associées telles que Jupiter, Louis XIV ou d'ex-présidents. La mémoire discursive met en scène et définit

110 Macron lanza la operación **reconquista** contra los chalecos amarillos Estimulado por una **inesperada mejora de su popularidad**, muy baja, todavía, Emmanuel Macron ha decidido lanzar una «**operación reconquista**» en la mejor tradición de los **generales bonapartistas: a caballo, sable en ristre, a paso de carga**.

111 “Macron discutía ‘a **tumba abierta**’ con las autoridades locales, departamentales y regionales, que **podían exponer sus ‘quejas’ y puntos de vista**, iniciándose una discusión que **no siempre ha sido un diálogo de sordos**”.

112 Un nuevo Macron

El presidente francés **ha salido del bache** tras la crisis de los chalecos amarillos. [...] El **joven presidente rectifica alguno de sus tics napoleónicos, recupera popularidad** y vuelve a **proponer grandes ideas** sobre el futuro del continente. [...] Macron sigue siendo **uno de los pocos dirigentes capaces de mirar a largo plazo y proponer una visión estratégica**.

113 Emmanuel Macron lanzó este lunes **una nueva iniciativa sin precedentes: recibir, en el Elíseo, a la élite intelectual francesa**, para discutir de la gran crisis nacional de la franquicia de los chalecos amarillos, entre otros temas de fondo, **con el fin de intentar buscar «nuevas ideas»** para el gran debate nacional que nadie sabe qué conclusiones prácticas tendrá.

l'identité, elle permet ainsi aux lecteurs de reconnaître leurs appartenances à une culture. Emmanuel Macron s'était lui-même qualifié de président jupitérien. Jupiter est là pour conduire le pays avec la collaboration de tout le monde :

Macron se réserve le rang « **jupitérien** » de « **père de la nation** » [...] (19/03/2019)

Macron : **surprendre et transformer**

Dans l'histoire politique de la France, Macron incarne la tradition du « **réformisme autoritaire** » (Louis XIV, Napoléon, de Gaulle, Giscard) [...] La présidence de Macron évolue pour **cesser d'être jupitérienne et distante** en échange d'un **leadership plus réaliste et empathique**¹¹⁴ (26/04/2019).

Au cours de ce débat national, on observe sous la plume des journalistes de l'ABC que lorsque le président de la République accorde certaines mesures sociales pour répondre aux revendications des gilets jaunes, le discours devient nettement plus critique et assorti d'un ton moqueur qui le discrédite. Par ailleurs, on retrouve le regard particulièrement dépréciatif à l'endroit des gilets jaunes, à travers le procédé de la parodie permettant de les comparer à un animal sauvage, jamais rassasié :

Au début, il a fait de **timides réformes fiscales et du travail** qui laissaient augurer, à côté de certains **gestes européistes sympathiques**, de l'accomplissement de sa promesse. On s'est rapidement rendu compte **qu'il y avait davantage de style que de substance et une certaine confusion** : les **mesures libérales** furent rapidement **contredites par des politiques étatistes**. [...] parce qu'aux gilets jaunes, les impôts qu'ils paient ne leur plaisent point, mais ils apprécient beaucoup ceux que paient les autres. **Ce morceau de viande jeté depuis l'Élysée n'a pas calmé le tigre** et Macron a convoqué un « débat national » qui, Oh surprise, a réveillé le « gilet jaune » que nous portons tous en nous¹¹⁵ (01/02/2019).

Ce discours est réitéré à l'issue du grand débat national et le bilan est dressé ; Emmanuel Macron est décrit comme un homme politique déchu, dont les promesses ne pourront aboutir. Le lexique employé est celui de l'échec, de l'anéantissement, de la mort, de telle sorte qu'une certaine distance est prise avec l'homme « providentiel » initialement apprécié pour ses politiques de tendance libérale ; la maladie (la fièvre jaune) a emporté avec elle les élans réformateurs du jeune président. On constate donc une rupture avec le discours précédent d'un chef d'État brillant :

114 Macron se reserva el puesto “**jupiterino**” de “**padre de la nación**” [...] (19/03/2019)

Macron: **sorprender y transformar**

En la historia política de Francia, Macron encarna la tradición del «**reformismo autoritario**» (Luis XIV, Napoleón, de Gaulle, Giscard) [...] La presidencia de Macron evoluciona para **dejar de ser jupiterina y distante** a favor de un **liderazgo más terrenal y empático**.

115 Hizo al comienzo **reformas impositivas y laborales tímidas** que parecieron augurar, junto a algunos **gestos europeístas simpáticos**, el cumplimiento de su promesa. Pronto se notó que **había más estilo que sustancia y cierta confusión**: las **medidas liberales** fueron rápidamente **contradichas por políticas estatistas**. [...] Porque a los «chalecos amarillos» no les gustan los impuestos que pagan ellos, pero les encantan los que pagan los demás. **Este trozo de carne lanzado desde el Elíseo no aplacó al tigre** y Macron convocó un «debate nacional» que, oh sorpresa, ha sacado al «chaleco amarillo» que todos llevamos dentro.

La fièvre jaune paralyse les défuntes ambitions réformistes de Macron

Les **projets réformistes libéraux** de Macron **ont été reportés "sine die"** [...] la **timidité des réformes**, soumises au vote parlementaire, suggèrent un **simple « maquillage », très éloigné de la grande « transformation »** annoncée **il y a deux ans**. [...] Élu président en 2017, Macron **enterre ses défuntes ambitions libérales** pour plus tard, pour tenter **d'éteindre l'incendie jaune** qui a éclaté en novembre 2018 **avec des subventions et des « chèques » à payer moyennant dette publique**¹¹⁶ (13/05/2019).

Sous la plume des journalistes de *El País*, le portrait et la mise en scène du président de la République se font aussi à partir de trois perspectives : tout d'abord, il est abordé sous ses traits de caractère, puis il est ensuite question de la phase d'affaiblissement pour terminer par le changement d'attitude. Il s'agit davantage de l'individualité du sujet que d'un discours axé autour de sa politique :

La mobilisation est un **rappel à l'ordre** pour le président Emmanuel Macron [...] en passant par la **soi-disant arrogance** de Macron (17/11/2018).

[...] le **manque de tact à l'égard des citoyens** : la perception d'un dirigeant **arrogant et élitiste** (30/11/2018).

[...] des **bourdes** et des **phrases offensives** réitérées (08/12/2018)

[...] un président qui **voulait être partout à la fois et tout faire** [...] **Personne ne devait lui faire de l'ombre ; lui seul assumait. Personne d'autre**¹¹⁷ (29/04/2019).

De même que l'*ABC*, *El País* exploite l'image de Jupiter et du roi Louis XIV. Emmanuel Macron fut le premier à utiliser l'adjectif « jupitérien » dans une entrevue à un magazine économique hebdomadaire, assumant parfaitement une forme de verticalité du pouvoir. Un clin d'œil moqueur aux prétendues dépenses du président en maquillage révélées à l'été 2018 - permet d'ironiser sur le fait que la dureté de la situation ne peut être dissimulée et personne n'était préparé à ce mode inédit de protestation. Cette référence présuppose une connaissance de l'actualité française chez le lecteur :

Jupiter, comme on appelait le **dieu Macron**, a subi un **difficile retour à la réalité**. La France n'est celle que lui dépeignent ses conseillers. **Tant de dépenses en maquillage**

116 La **fièvre amarilla paraliza las difuntas ambiciones reformistas** de Macron
Los **proyectos reformistas** liberales de Emmanuel Macron **han quedado aplazados «sine die»** [...] la **timidez de las reformas**, sometidas a voto parlamentario, sugieren un **simple «maquillaje»**, muy alejado de la gran **«transformación»** anunciada **hace dos años**. [...] Elegido presidente en 2017, Macron **entierra sus difuntas ambiciones liberales** más tarde, para intentar **apagar el incendio amarillo** que estalló el mes de noviembre de 2018 **con subvenciones y «cheques» por pagar con deuda pública**.

117 La **movilización** es un **toque de atención** para el presidente Emmanuel Macron [...] pasando por la **supuesta arrogancia** de Macron.
[...] la **falta de tacto en el trato** con los ciudadanos: la percepción de que es un líder **arrogante y elitista**.
[...] reiteradas **meteduras de pata y frases ofensivas**.
[...] un presidente que **quería estar en todos los sitios a la vez y hacerlo todo** [...] **Nadie debía hacerle sombra; solo él daba la cara. Nadie más**.

n'ont pas suffi à dissimuler. [...] Un graffiti sur le mur du palais de l'Opéra dit : « **Macron = Louis 16** » (06/12/2018). La **descente sur terre** de Jupiter - le **dieu romain tout puissant** - s'avère **fracassante** (08/12/2018). **Jupiter** a incarné le **signe des temps** en s'érigeant en **homme fabuleux en mouvement, avant-garde de l'annonce de la disparition des partis**¹¹⁸ (14/12/2018).

Puis une approche plus critique caractérise le discours de *El País* mettant en avant, par le biais de la stratégie discursive de la métaphore culinaire - la France est un exemple en matière de gastronomie - l'incapacité du président à maîtriser la situation sociale. Les qualificatifs empreints d'ironie dépeignent un dirigeant qui manque d'expérience et qui pourtant prétendait maîtriser les « recettes » pour réformer la France :

La **recette ratée** de Macron
Comme en **cuisine**, en politique **les ingrédients, les étapes et la température sont essentiels**. [...] Mais lui, il a fait du **réformisme sa marque de fabrique**. [...] **si intelligent, si urbain, si arrogant et si novice**, avec une **majorité parlementaire** composée de **gens lui ressemblant, en pire, ne contribue pas du tout à améliorer la situation**¹¹⁹. (07/12/2018).

Selon *El País*, la méthode ne fonctionne pas : comprendre, écouter les souffrances et garder une attitude de fermeté relève d'une stratégie perdante mise en scène par l'utilisation d'un lexique illustrant la dégradation de l'image, la fin d'un « règne » et la difficulté à être audible pour le président. L'autoritarisme qu'on lui voue devient une faiblesse :

Les manifestations **aggravent l'érosion du président français** [...] (30/11/2018)
[...] un président **débordé** [...] Le président français **ne trouve toujours pas la formule** pour désactiver une révolte dont le **cri le plus répandu s'adresse à lui** : « Macron, démission ». [...] Le **message** de Macron, jusqu'à présent, a été **double**. D'un côté, il dit **comprendre le mal-être des gilets jaunes** en raison de l'érosion du pouvoir d'achat et des inégalités sociales et territoriales. De l'autre, il **se réaffirme dans ses réformes et refuse de céder** (01/12/2018).
Macron dans l'intempérie
Macron demeure **sans réponse face à la magnitude de la crise** des « gilets jaunes » [...] **Il n'a pas non plus réussi à**

118 **Júpiter**, como llaman al **dios Macron**, ha sufrido un **duro aterrizaje en la realidad**. Francia no es como se la dibujan sus asesores de imagen. **Tanto gasto en maquillaje** no sirvió de ocultamiento. [...] Una pintada en el muro del Palacio de la Ópera reza: "**Macron = Louis 16**"

El **descenso a la tierra** de Júpiter - el **omnipotente dios** romano - está siendo **estrepitoso**. **Júpiter** encarnó el **sino de los tiempos** erigiéndose como **fabuloso hombre movimiento, vanguardia del momento de defunción de los partidos**.

119 La **receta fallida** de Macron

Como en la **cocina**, en política **son cruciales los ingredientes, los tiempos y la temperatura**. [...] Pero él ha hecho del **reformismo su marca personal**. [...] **tan listo, tan urbano, tan arrogante y tan inexperto**, con una **mayoría parlamentaria** compuesta de **gente parecida a él, en peor, no ayuda en absoluto**.

trouver la formule pour désactiver la contestation. [...] La **réponse** de Macron a été **minimaliste** [...] Le **despotisme** se transforme alors en **aliénation** [...] Aujourd’hui, Macron est **discrédité**¹²⁰ (02/12/2018).

Le procédé de l’anaphore « pour la première fois » contribue à insister sur l’aveu de faiblesse et à ternir l’image fragilisée du président annonçant le point d’inflexion :

Pour la première fois, Macron – le président jupitérien, comme lui-même a théorisé sur la fonction- **titube** et donne l’**impression qu’il ne sait pas quoi faire**. **Pour la première fois**, la pression de la rue a baissé, il **corrige et annule une décision déjà adoptée** comme c’est le cas de la hausse des taxes du carburant¹²¹ (08/12/2018).

Le quotidien s’attache à souligner un changement d’attitude du chef de l’État face aux demandes des gilets jaunes. Le procédé d’énonciation appartient au champ de la réconciliation mettant en scène un homme désormais disposé à l’échange et à l’écoute, le lexique relève quasiment de la contrition. Dans les extraits suivants, le lecteur comprend l’urgence d’une crise que le président souhaite apaiser :

Macron **cherche à désactiver, sans céder**, les protestations des « gilets jaunes » [...] **déconcerté** par cette révolte sans leaders ni idéologie [...] **ouvrir le dialogue** avec la société [...] **céder maintenant mettrait à mal sa crédibilité et la présidence**. Mais il a utilisé un **ton humble, empathique avec les classes moyennes** [...] La **nouvelle attitude** [...] Le geste signale une **correction de la verticalité** qui a caractérisé le style de gouvernement de Macron : **lui décidait, le reste obéissait** [...] Le président a montré une **volonté de s’occuper de la France périphérique** (26/11/18).

Le **mea culpa** du président pour les **attitudes arrogantes du passé** peut l’aider à **reconquérir** les Français (11/12/2018).

Macron, **accusé de gouverner avec arrogance** depuis qu’il a remporté les élections de 2017, **semble avoir compris**¹²² (13/01/2019).

120 Las manifestaciones **agravan la erosión del presidente** francés [...] (30/11/2018) [...] un presidente **desbordado** [...] El presidente francés **sigue sin encontrar la fórmula** para desactivar una revuelta cuyo **grito más extendido va contra él**: “Macron, dimisión”. [...] El **mensaje** de Macron, hasta ahora, ha sido **doble**. Por un lado, dice **comprender el malestar de los chalecos amarillos** por la erosión del poder adquisitivo y las desigualdades sociales y territoriales. Del otro, **se reafirma en sus reformas y se niega a ceder** Macron a la **intemperie**

Macron se queda **sin respuesta ante la magnitud de la crisis** de los ‘chalecos amarillos’ [...] **Tampoco ha sabido dar con la fórmula** que desactive la contestación. [...] La respuesta de Macron ha sido **minimalista** [...] El **despotismo** se transforma entonces en **alienación** [...] Hoy por hoy, Macron está **quemado**.

121 **Por primera vez**, Macron –el presidente jupiterino, como él mismo teorizó sobre la función– **titubea** y da la **impresión de que no sabe qué hacer**. **Por primera vez**, bajo la presión de la calle, **rectifica y anula una decisión ya adoptada** como es la subida de las tasas al carburante (08/12/2018).

122 Macron **busca desactivar, sin ceder**, las protestas de los “chalecos amarillos” [...] **desconcertado** por esta revuelta sin líderes ni ideología [...] **abrir el diálogo** con la sociedad [...] **ceder ahora dejaría tocada su credibilidad y la presidencia**. Pero empleó un **tono humilde, empático con las clases medias** [...] La **nueva actitud** [...] El gesto señala una

L'énonciation du média consiste à personnaliser le récit et à créer un sentiment d'humanité chez le président alors décrit de manière peu sympathique plus haut. *El País*, sur le même mode que son confrère *l'ABC*, emploie une rhétorique plutôt flatteuse pour représenter un « nouveau » président plus humain et brillant lors du grand débat national :

Macron **reprend de l'élan** après la crise des « gilets jaunes » [...] le président a **démontré sa maîtrise exhaustive de tous les sujets** [...] **L'humilité** est une **stratégie**. Dans les débats, Macron déploie ses **talents de persuasion et rachète son arrogance** [...] ¹²³ ». (05/02/2019).

Cependant, *El País* reste plus modéré et réservé en termes de compliments que *l'ABC* quand il présente l'initiative de ce débat national : « Comme **exercice de démocratie élémentaire** - l'expression des citoyens et le pouvoir à l'écoute - est une **nouveauté** » ¹²⁴ (15/03/2019). L'exemple suivant illustre le ton moqueur déjà employé ailleurs. Le quotidien cherche la complicité de son lecteur grâce à une référence culturelle espagnole et par ce procédé, minimise l'initiative du débat national comme deuxième réponse à la crise sociale. Vicente est un personnage littéraire populaire, créé par Rafael Azcona pour la revue humoristique *La Codorniz*, publiée dans l'Espagne franquiste. Vicente est un jeune garçon prodige à l'intelligence exceptionnelle, capable de tenir des discours sur n'importe quel sujet, d'où son côté exaspérant :

Posez votre question : **Macron sait tout** [...] Le dirigeant français exhibe dans les débats avec les maires et les citoyens une **maîtrise précise des sujets, reflet de la formation des élites de son pays** [...] Dirigeant exemplaire ? Ou odieux Monsieur Je Sais Tout ? ¹²⁵ (09/02/2019).

Le quotidien conclut à l'issue du grand débat national que la méthode Macron doit être impérativement revue. Pour construire cette représentation du « nouveau président », il utilise une référence historique, ayant recours à la notion que Lamizet (2006 : 177) dénomme « l'interévenementialité » qui donne sa signification à un événement en le rapprochant ou en le confrontant à un autre événement, ici l'exercice de la monarchie. Ainsi, il est urgent que le chef de l'État cesse de gouverner seul et cède du pouvoir à son équipe :

corrección de la verticalidad que ha caracterizado el estilo de gobierno de Macron: **él decidía; el resto obedecía** [...] El presidente exhibió una **voluntad de atender a la Francia periférica**.

[...] entonó un **mea culpa** por su **actitud**, percibida como **hiriente hacia los más desfavorecidos** [...] gesto de **humildad** [...] El discurso fue un **primer paso en el esfuerzo** de Macron por **reconquistar** a los franceses. [...].

El **mea culpa** del presidente por las actitudes **arrogantes del pasado** puede ayudarle a **reconquistar** a los franceses.

Macron, acusado de gobernar con arrogancia desde que ganó las elecciones de 2017, parece haberlo entendido.

123 “Macron **retoma impulso** tras la crisis de los ‘chalecos amarillos’ [...] el presidente **demonstró su dominio exhaustivo de todos los temas** [...] La humildad es una estrategia. En los debates, Macron despliega sus **dotes persuasivos y expía su arrogancia** [...]”.

124 “Como **ejercicio de democracia de base** - los ciudadanos expresándose y el poder escuchando - es una **novedad**”.

125 **Pregunte usted: Macron lo sabe todo** [...] **El líder francés exhibe en los debates con alcaldes y ciudadanos un dominio detallado de los temas, reflejo de la formación de las élites de su país** [...] **¿Líder ejemplar? ¿O repelente niño Vicente?**

L'optique monarchiste – cette volonté que le président lui-même a théorisé, **d'occuper l'espace libéré par le roi quand il a été décapité en 1793** – laisse place aux **proclamations d'humilité**. La **nouvelle méthode** implique de **céder du pouvoir** à son premier ministre, à ses ministres et aux députés¹²⁶ (29/04/2019).

Nous pouvons poser à grands traits que dans le corpus des articles tirés de l'*ABC*, la plupart des textes véhiculent une représentation culpabilisante des gilets jaunes qui semblent être les responsables des événements et de plus sont dépeints comme une menace pour la paix sociale, un phénomène déroutant. En revanche, les articles de *El País* offrent une image plutôt victimisante des acteurs. Ce quotidien semble plus enclin à apporter une analyse visant à expliquer et comprendre le mouvement, mobilisé pour la recherche d'une justice sociale dans une société de plus en plus polarisée entre riches et pauvres. Les gilets jaunes représentent certains secteurs de la France qui se sentent méprisés, laissés pour compte par les institutions, donc par le Gouvernement. *El País* n'omet cependant pas d'informer sur les actions commises par certains gilets jaunes, mais sans toutefois les qualifier ni les déplorer.

En ce qui concerne le président de la République, chacun des médias présente un schéma d'analyse quelque peu différent. L'*ABC* commence par la complexité de la situation que doit affronter Emmanuel Macron alors que *El País* se consacre d'abord à dessiner le portrait psychologique de l'homme faisant essentiellement ressortir les faiblesses et les insuffisances. La seconde étape pour l'*ABC* sera d'exposer la reprise en main de la situation avec brio par Emmanuel Macron quand *El País* dépeint un président de la République débordé et dépassé par les événements. La troisième et dernière consiste pour l'*ABC* à tracer un bilan de la situation pour conclure que l'élan réformateur promu et défendu par l'homme d'État ne pourra pas être mené à bien. *El País* exposera la disposition de l'homme à changer, mais sous des airs de contrition. Comme nous pouvons le constater, la rhétorique diffère d'un journal à l'autre et offre une grille de lecture particulière pour proposer aux lecteurs de se reconnaître. Le quotidien de centre gauche privilégie les aspects sociaux alors que celui de droite préfère un patron d'argumentation qui pointe une situation particulièrement difficile à maîtriser pour le président et son gouvernement. La bipolarité n'est pas complètement tranchée, mais il n'en demeure pas moins qu'en dépit de l'extrême difficulté à représenter et expliquer le mouvement, chacun des médias priorise certains aspects plus que d'autres. Afin de prolonger cette étude, ce qui n'était pas envisageable ici en raison des limites de l'article, il serait intéressant d'aborder la représentation de la violence du mouvement et les parcours argumentatifs adoptés par chacun des médias.

Références

Bourdieu, P., (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève : Droz.

Esquenazi, J.-P. (2002). *L'Écriture de l'actualité*. Grenoble : Presses universitaires de Grenoble.

Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris : Ed. Presses universitaires de France, Collection : Sociologie d'aujourd'hui.

126 La **impostación monárquica** —esa voluntad, que el propio presidente ha teorizado, de **ocupar el espacio que dejó vacío el rey al ser decapitado en 1793**— deja paso a las **proclamaciones de humildad**. El **nuevo método** implica **ceder poder** a su primer ministro, a sus ministros y a los diputados

Jodelet, D. (2011). Dynamiques sociales et formes de la peur. *Nouvelle revue de psychosociologie*, vol. 12, n° 2, 239-256.

Lamizet, B. (2006). *Sémiotique de l'événement*. Paris : Lavoisier.

Sitographie

www.abc.es

www.elpais.es



Informe sobre la situación de derechos humanos en el arco minero y el territorio venezolano ubicado al sur del río Orinoco

Centro para la Reflexión y Acción Social (CERLAS)

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/2210>

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

*Elaborado por la agrupación ciudadana Plataforma contra el Arco Minero del Orinoco, el **Centro para la Reflexión y Acción Social (CERLAS)** y Colaboradores, en el marco de la visita que realizara el Alto Comisionado de Derechos Humanos de las Naciones Unidas a Venezuela el 19 de junio de 2019.*

Caracas, agosto 2019

Abreviaturas

A.M.O.: Arco Minero del Orinoco
ABRAE: Áreas Bajo Régimen de Administración Especial
BCV: Banco Central de Venezuela
CCGPP: Consejo de Caciques Generales del Pueblo Pemón
CICPC: Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas
CRBV: Constitución de la República Bolivariana de Venezuela
DGCIM: Dirección General de Contrainteligencia Militar
ELN: Ejército de Liberación Nacional
ETS: Enfermedades de Transmisión Sexual
FANB: Fuerza Armada Nacional Bolivariana
GNB: Guardia Nacional Bolivariana
MPPS: Ministerio del Poder Popular Para la Salud
NNA: Niños, Niñas y Adolescentes
ONG: Organización No Gubernamental
OPS: Organización Panamericana de la Salud
PNC: Parque Nacional Canaima
PNY: Parque Nacional Yacapana
RAISG: Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada
SEBIN: Servicio Bolivariano de Inteligencia
TSJ: Tribunal Supremo de Justicia

El 24 de febrero del año 2016, el Ejecutivo nacional decretó la Zona Estratégica de Desarrollo Arco Minero del Orinoco (Decreto 2.248)¹²⁷, en el cual se dedica una enorme área (111.843,70 km², 12,2% del territorio venezolano) para el estímulo de las actividades asociadas a los recursos minerales que posee el país. Con la promulgación de este decreto, y otros decretos emitidos previa o posteriormente, se sentaron las bases para la legalización de una dinámica de extracción de minerales en Venezuela que combina el marco jurídico/institucional para la implementación de la megaminería (grandes proyectos con apertura a inversiones extranjeras

127 República Bolivariana de Venezuela. Decreto N° 2.248. Gaceta Oficial No 40.855, 24 de Febrero de 2016. <http://www.mindefensa.gob.ve/UGEFANB/wp-content/uploads/2017/08/Gaceta-Ofi-cial-40.855-del-24FEB2016-Reduccion-30.pdf>

directas), con la instauración de un orden, penetrado con lo paraestatal, que controla la minería a pequeña y mediana escala.

El Arco Minero del Orinoco (A.M.O) constituye actualmente no solo un proyecto económico de desarrollo minero, sino una situación socio-ambiental de enormes proporciones que pone en riesgo la viabilidad e integridad del propio país. El A.M.O. ha potenciado el incremento de la extracción minera informal e irregular en los estados Bolívar y Amazonas, expandiéndose más allá de la poligonal que establece originalmente el decreto de su creación, abarcando en múltiples focos, una parte considerable del territorio ubicado al sur del Orinoco. La expansión acelerada de violentas dinámicas extractivistas que están teniendo lugar en los territorios al sur del Orinoco, están afectando profundamente la gobernabilidad y seguridad de la región y corrompiendo el tejido social. En esta zona, la violación de derechos fundamentales de comunidades indígenas y rurales, es sistemática y ampliamente extendida, y está estrechamente relacionada con la práctica de la minería de pequeña y mediana escala, la cual se ha auspiciado y multiplicado desde el año 2016. Asimismo, se están afectando irreversiblemente ecosistemas diversos y delicados de la Amazonia y Guayana venezolana.

El presente documento tiene como propósito describir los impactos negativos y lesivos a la población que habita dentro y fuera de los márgenes del territorio A.M.O., así como también la apropiación por parte de los poderes gubernamentales y militares, de nuestras riquezas naturales y de los territorios al sur. Otro aspecto que trataremos es el referente a la violación de derechos ambientales y afectaciones en este ámbito por el proyecto A.M.O. Dedicaremos un apartado a detallar el contexto de criminalidad y violencia del orden paraestatal que se impone en esos territorios. Igualmente, tocaremos temas como la crisis sanitaria relacionada con la proliferación de la minería, de la que ha surgido una epidemia de malaria que ha traspasado las fronteras venezolanas. También haremos referencia a las condiciones de vida de las mujeres, niñas, niños y adolescentes, afectadas y afectados de forma diferenciada en este contexto.

Caso de solicitud de nulidad del decreto 2.248: retardo procesal y denegación de justicia

Este informe se realiza en el marco de un silencio judicial que ha persistido en torno a la demanda interpuesta por un grupo de ciudadanos, el 31 de mayo del año 2016¹²⁸, con la cual se solicitó la nulidad por inconstitucionalidad e ilegalidad del decreto 2.248, tres meses después de la promulgación del mismo.

El 21 de junio de 2016, la demanda, apoyada por varias organizaciones de la sociedad civil, fue admitida por el TSJ, decisión que estuvo acompañada por una serie de medidas de notificación a las partes interesadas¹²⁹. Los requisitos solicitados para iniciar esta fase, es decir, la emisión y publicación en algún diario de circulación nacional de los carteles correspondientes por parte del TSJ fueron denegadas. Después de casi 3 años cumplidos, la sala político-administrativa del TSJ emitió el orden de publicación de los carteles el 15 de diciembre de 2018, violentando abiertamente lo establecido en la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso

128 Introducido ante el TSJ Recurso de Nulidad contra el Decreto del Arco Minero del Orinoco. 1 de junio de 2016. noticiasdenuevaesparta.blogspot.com/2016/06/introducido-ante-el-tsj-recurso-de.html

129 Admitida Demanda de Nulidad contra el Arco Minero del Orinoco. Aporrea.org.21/06/2016.
<https://www.aporrea.org/pachamama/n292679.html>

Administrativa¹³⁰ para la respuesta de este tipo de solicitudes (además de violentar toda noción de plazo razonable).

Los antecedentes de silencio institucional y denegación de justicia, así como las maniobras judiciales del TSJ, evidencian una actuación deliberada orientada a dificultar el acceso a la justicia y desalentar su exigencia. Actualmente, el recurso de nulidad constitucional solicitado en mayo de 2016 se encuentra desestimado por “*desistimiento tácito*” de los demandantes¹³¹.

Aunque ciertamente la Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso Administrativa, en su artículo 81 establece: “El incumplimiento de las cargas antes previstas, dará lugar a que el tribunal declare el desistimiento del recurso y ordene el archivo del expediente, salvo que dentro del lapso indicado algún interesado se diera por notificado y consignara su publicación”. La Sala no ofreció ninguna explicación de por qué demoró casi 3 años en emitir el cartel con el cual se convocaría a todo interesado en este proceso judicial, aún sin ser el accionante o el demandado a participar en el mismo, justamente por tratarse de intereses colectivos y difusos. En el fallo, la instancia informó que apenas fue el 12 de diciembre de 2018, es decir dos años y siete meses después de la presentación del recurso de nulidad. Este paso debería darse en cuestión de días.

La actuación de la Sala Político Administrativa, en este caso, va a contracorriente de lo dispuesto en el artículo 26 de la Constitución, el cual establece que “*toda persona tiene derecho de acceso a los órganos de administración de justicia para hacer valer sus derechos e intereses, incluso los colectivos o difusos, a la tutela efectiva de los mismos y a obtener con prontitud la decisión correspondiente*”, y además ordena al Estado a garantizar “*una justicia gratuita, accesible, imparcial, idónea, transparente, autónoma, independiente, responsable, equitativa y expedita, sin dilaciones indebidas, sin formalismos o reposiciones inútiles*”¹³².

La ausencia de pronunciamiento del TSJ supone al final un aval para que continúen las explotaciones, la mayoría de ellas ilegales y sin ningún tipo de respeto por el medio ambiente.

Capítulo I. Situación jurídica y socio-territorial de comunidades indígenas

Violación del derecho a la consulta previa libre e informada

El A.M.O. se extiende desde el río Apure –territorio *pumé*– pasando por Palital, donde hay asentamientos *kari’ña* frente a Ciudad Guayana, hasta el límite con el estado Delta Amacuro en la zona conocida como Barrancas –habitada por *waraos*– en su margen izquierda. Mientras que en la margen derecha se extiende hacia el río Cuyuní –área *arawak, pemón y kari’ña*–; a la zona de influencia del Parque Nacional Canaima –territorio *pemón*–; al río Paragua habitado en sus márgenes por los pueblos *pemón*,

130 Gaceta Oficial Nro. 39.451, 22/06/2016, Ley Orgánica de la Jurisdicción Contencioso Administrativa

http://www.contraloriaestadotachira.gob.ve/site/uploads/pdf/normativa_legal/Ley%20Organica%20de%20la%20Jurisdiccion%20Contencioso%20Administrativa%202010.pdf

131 Sala Político-Administrativa del TSJ declara el “Desistimiento Tácito” de la demanda sobre el Arco Minero del Orinoco <https://www.aporrea.org/pachamama/n342962.html>

132 Con un formalismo desechan acción del chavismo disidente contra el Arco Minero <https://supremainjusticia.org/2019/02/25/con-un-formalismo-desechan-accion-del-chavismo-disidente-contra-el-arco-minero/>

sapé y tierra de los últimos *uruak* y *arutani*- y luego se amplía hacia el río Aro habitado por *kari'ñas*. Desde el Aro avanza hacia la cuenca del Caura -área *ye'kwana* y *sanemá*- la cual atraviesa y sigue hacia el Monumento Natural Sierra de Maigualida -territorio *hoti*- hacia el Cuchivero -habitado por *eñe'pa-panare*- y va hacia el río Parguaza -área *wánai-mapoyo* y *piaroa*- de donde regresa al punto original y en cuyo lugar también hay ocupación estacional por parte de los *hiwi*.

Parte del reconocimiento internacional hacia los pueblos indígenas se ha fundamentado en derechos que admiten que dichas comunidades poseen cosmogonías y culturas distintas a las predominantes. Entre los más relevantes, se cuenta el derecho a la consulta previa que los reconoce como pobladores originarios de territorios y con los cuales se debe tener un diálogo equitativo y democrático, si se tiene la intención de intervenir en las zonas donde habitan. La Organización Internacional del Trabajo (OIT), organismo oficial de la ONU que regula estas dinámicas, establece en su Convenio N°169 que *“La aplicación adecuada del derecho a la consulta implica un proceso cualitativo de negociaciones de buena fe y diálogo, mediante el cual el acuerdo y consentimiento, de ser posibles, pueden lograrse.”*

Un proceso de consulta previa, en una extensión de territorio como la que contempla el A.M.O., representa una enorme complejidad por afectar directamente a una gran diversidad de comunidades que poseen lenguas y organizaciones sociopolíticas diferenciadas.

El Estado venezolano tiene la obligación de garantizar y realizar el derecho a la consulta previa, libre e informada a los pueblos indígenas que se vean directamente afectados, no sólo en el aprovechamiento de sus recursos naturales sino en su integridad social y cultural, siguiendo los basamentos y parámetros establecidos en el artículo 120 de la CRBV, los artículos 11 y 12 de la Ley Orgánica de los Pueblos y Comunidades Indígenas y el artículo 32 de la Declaración sobre Derechos de los Pueblos Indígenas de las Naciones Unidas. Estos instrumentos contemplan la inclusión de todas las comunidades afectadas, el respeto a las culturas indígenas y a sus tiempos y el diálogo en el propio idioma de las comunidades. Significa que para cumplir con este requisito constitucional, el Estado venezolano está obligado a realizar no uno, sino múltiples procesos de consulta previa, libre e informada, ajustados a los idiomas y patrones culturales de cada uno de los pueblos indígenas afectados por el proyecto.

La búsqueda de aprobación del A.M.O. por parte del gobierno de Nicolás Maduro, ha sido y sigue siendo la de difundir información parcial respecto al proyecto y concretar apoyos puntuales de algunos sectores indígenas, pero sin realizar ni presentar estudios de impacto ambiental y socio cultural. El proyecto se oficializó y comenzó a ejecutar a inicios de 2016, sin ningún tipo de consulta anterior que considerara el tiempo debido y los protocolos adecuados para garantizar los derechos de los pobladores de la región. Por otra parte, no es posible realizar una consulta informada a las comunidades indígenas sobre las posibles consecuencias del aprovechamiento minero en sus hábitats y en sus dinámicas sociales-culturales, si no se han realizado previamente los estudios de impacto socio-ambiental.

El Ejecutivo nacional ha pretendido dar por realizado el proceso de consulta previa, mediante la realización de una serie de encuentros políticos, algunos televisados, en los que participaron algunas representantes de comunidades indígenas que tienen vinculaciones con instituciones estatales, dándolo por “concluido” en lapsos extremadamente breves. Dichos actos no han cumplido con las normativas y estándares nacionales e internacionales que rigen la figura de la consulta previa, libre e informada, ni han contado con el apoyo o consentimiento de todas las comunidades o pueblos, de acuerdo con las obligaciones en la materia. Una cosa es

informar de manera sesgada, y otra es consultar en el sentido estricto de la palabra. Hasta la fecha, el Ejecutivo Nacional lo que ha hecho es imponer el proyecto sin cumplir con los requisitos establecidos por la Constitución, la Ley Orgánica de Pueblos y Comunidades indígenas (LOPCI) y por los pactos internacionales firmados por Venezuela en materia de derechos indígenas¹³³.

Entre 2016 y 2018 hubo pronunciamientos (Comunicados) y manifestaciones (Asambleas) de rechazo y cuestionamiento al A.M.O. y al modelo minero desarrollado en el territorio por parte de organizaciones indígenas, tales como: ORPIA, KUYUJANI, OIPUS, OIYAPAM, Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Amazonía Venezolana (COIAM), Consejo de Caciques Generales del Pueblo Pemón (CCGPP), Confederación Indígena Bolivariana de Amazonas (COIBA), Federación Indígena del Estado Bolívar (FIEB), Organización Ye'kwana del Alto Ventuari (KUYUNU), la Organización Indígena Jivi Kalievirrinae (OPIJKA) y la Organización de Mujeres Indígenas Amazónicas (WANAALERU)¹³⁴.

Militarización del territorio y expansión del poder militar

Con la promulgación del decreto 2.248 se formaliza la zona económica A.M.O y la militarización de una superficie superior al 12% del territorio nacional, incluyendo territorios indígenas y Áreas Bajo Régimen de Administración Especial (ABRAE) que, de conformidad con lo establecido en la CRBV y demás leyes orgánicas de la República, no pueden ser intervenidos sin procedimientos técnicos y de participación ciudadana previos.

El decreto 2.248 le otorga facultades especiales a la Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB) para “*salvaguardar, proteger y mantener la continuidad armoniosa de las operaciones y actividades de la industria estratégica*” (artículos 12 y 13), dándole libertad de impedir o reprimir cualquier tipo de protesta u oposición contra el proyecto por ser consideradas como “*actuaciones tendientes a la obstaculización de las operaciones...*” (artículo 25).

Un antecedente importante lo representa la ley de exploración y explotación del oro¹³⁵, que en su artículo 38 establece a las minas y sus alrededores como Zonas de seguridad directamente administradas por el Ministerio de la Defensa. Esto alcanza enormes dimensiones al comprender toda la zona del A.M.O. como un territorio de explotación y extracción minera.

Días antes de la creación de la zona A.M.O., el 10 de febrero de 2016, se promulgó el decreto 2.231 que permite la creación de la Compañía Anónima Militar de Industrias Mineras, Petrolíferas y de Gas (CAMIMPEG), adscrita al Ministerio de la Defensa. La compañía tiene por objeto realizar todas las actividades económicas referidas a la exploración, explotación, procesamiento y comercialización de los recursos existentes en el subsuelo del país, y está habilitada para dedicarse “sin limitación

133 Rodríguez, I. y Aguilar-Castro, V (2018). “Derechos indígenas y los proyectos de desarrollo al sur del Orinoco”. En: *Una Mirada al Soberbio Sur del Orinoco. Entendiendo las Implicaciones del Arco Minero*. Revista Explora. Edición Especial. Junio de 2018.
https://issuu.com/grupoexplora/docs/1.-_edici_n_amo_final_30_mayo_2018

134 *La Amazonía en disputa: agencias políticas y organizaciones indígenas de la Amazonía venezolana frente al Arco Minero del Orinoco*. Julimar Mora Silva, Fidel Rodríguez Velásquez. Polis Revista Latinoamericana, No 52. 24 de abril de 2019.
<http://polis.ulagos.cl/index.php/polis/article/view/1367>

135 República Bolivariana de Venezuela. *Decreto N° 2.165*. Gaceta Oficial N° 6.210, 30 de diciembre de 2015. Caracas, Venezuela.
<http://www.bod.com.ve/media/97487/GACETA-OFICIAL-EXTRAORDINARIA-6210.pdf>

alguna” a cualquier labor relacionada, directa o indirectamente, con actividades mineras, petrolíferas o de gas. De esta forma, la FANB pasa a involucrarse directamente en actividades mercantiles del Estado, lo cual compromete una de sus funciones fundamentales como es la protección del patrimonio y tesoro público.

Bajo el presunto justificativo de proteger a los pobladores y salvaguardar los recursos de la Nación que subyacen allí, además de “poner orden” en la actividad minera, el 8 de marzo de 2016 el presidente de la república, Nicolás Maduro, anunció la implementación de una “Zona Militar especial”¹³⁶.

El 4 de junio de 2018 el gobierno nacional inicia la operación militar “Manos de Metal” bajo el argumento de combatir las “*mafias que buscan desestabilizar la economía del país*”. Cuatro días después quien fungía como vicepresidente, Tareck El Aissami, expresa públicamente que el objetivo de la operación era combatir el contrabando de extracción de material estratégico y minerales de la nación, específicamente el de oro¹³⁷.

El componente militar ha consolidado su intervención directa e indirecta en el proceso de extracción, procesamiento y comercialización de minerales extraídos en la región (en todas sus escalas), acción que venía ocurriendo con anterioridad y que se formaliza con la promulgación del decreto 2.248, la creación de CAMINPEG y todos los instrumentos político-jurídicos antes mencionados.

Terrorismo de Estado contra la población indígena

El 23 de julio de 2018, en el programa Dossier transmitido a través del canal del Estado Venezolana de Televisión (VTV), el General de Brigada Roberto González Cárdenas acusó públicamente a Lisa Henrito de “*traición a la Patria*” (delito penado con 30 años de prisión) y de promover, junto al pueblo pemón, un supuesto “movimiento secesionista” en el sur del país. Tales declaraciones fueron denunciadas y rechazadas por el Consejo de Caciques Generales del Pueblo Pemón¹³⁸. Un año después (25/07/2019) Lisa Henrito, líder indígena vinculada a la protección del territorio ancestral del pueblo pemón, dirigió una carta pública al director del mencionado programa televisivo, Walter Martínez, denunciando que dichas acusaciones en su contra pusieron en grave peligro su integridad física y psicológica y la de su familia, y que gracias a esta “infamia” aún se encuentra en la misma situación de vulnerabilidad¹³⁹.

El 6 de noviembre de 2018 comunidades indígenas pemón tomaron la casa presidencial ubicada en la Gran Sabana (estado Bolívar). El objetivo de la protesta fue denunciar acosos y amenazas por parte de organismos de inteligencia del Estado

136 “Maduro crea zona militar para protección de mineros en el país”. 8 de marzo de 2016. <https://www.telesurtv.net/news/Maduro-crea-zona-militar-para-proteccion-de-mineros-en-Venezuela-20160308-0066.html>

137 “Reportan siete detenidos tras operación ‘Manos de Metal’” María Fermín Kancev. 8 de junio de 2018. <http://efectococuyo.com/sucesos/reportan-siete-detenidos-tras-operacion-manos-de-metal/>

138 URGENTE: Comunicado Oficial del Pueblo Pemón. Prensa OEP. 24 de julio de 2018. <http://www.ecopoliticavenezuela.org/2018/07/24/urgente-comunicado-oficial-del-pueblo-pemon/>

139 Carta abierta a Walter Martínez a un año de la criminalización de la lideresa pemón Lisa Henrito. Por Lisa Henrito Percy. Publicado por Revista SIC. <http://revistasic.gumilla.org/2019/carta-abierta-a-walter-martinez-a-un-ano-de-la-criminalizacion-de-lideresa-pemon-lisa-henrito-en-el-programa-dossier/>

(SEBIN, DGCIM y CICPC), los cuales, en el marco de la operación “Manos de Metal” (iniciada en junio del año anterior), habían ingresado en territorio indígena¹⁴⁰.

El 8 de diciembre de 2018 miembros de la comunidad pemón denuncian una operación militar de la DGCIM en Campo Carrao, en las cercanías de *Körepakupai Wena Vena*, también conocido como Salto Ángel (ubicado en el Parque Nacional Canaima). La operación arrojó un saldo de un indígena asesinado, Charlie Peñaloza Rivas, y otros dos heridos. En días posteriores se pronunció el Consejo de Caciques Generales del Pueblo Pemón en repudio a las acciones letales y violentas de los cuerpos de seguridad del Estado¹⁴¹.

El 22 y 23 de febrero de 2019, miembros de la GNB arremetieron contra pobladores de Santa Elena de Uairén (municipio Gran Sabana, estado Bolívar) usando armas de fuego, en el contexto de una actividad de protesta pacífica relacionada con la entrada de ayuda humanitaria por la frontera con Brasil en ese territorio. Los acontecimientos arrojaron el fatídico saldo de 7 personas asesinadas (Zoraida Rodríguez, José Pérez, Kleyber Pérez, Rolando García, José Hernández, José Barrios y Jorge González, siendo los primeros cuatro indígenas pemón), y de más de veinte personas heridas por balas¹⁴². En los días siguientes, miembros de las comunidades denunciaron detenciones arbitrarias, torturas, allanamientos ilegales, persecuciones, amenazas y hostigamiento contra habitantes de la zona, especialmente en las comunidades pemón de Kumarakapay y Maurak.

La mayoría de los heridos durante la represión del 22 y 23 de febrero de este año 2019, tuvieron que ser trasladados hasta el estado de Roraima en Brasil para ser atendidos, esto debido a las precarias condiciones hospitalarias en el territorio venezolano. Médicos del Hospital General de Roraima declararon que los heridos presentaban fracturas por impactos de bala, revelando así el uso de fusiles de alto calibre por parte de la FANB, a propósito de una protesta ciudadana de carácter pacífico¹⁴³.

Entre los meses de marzo y mayo de 2019, más de 900 miembros del pueblo pemón huyeron a Brasil por la situación de represión, persecución y hostigamiento ejercida en su contra por los cuerpos de seguridad del Estado, los cuales actuaron junto a grupos criminales. Los indígenas perseguidos constituyen una población

140 “Pemones tomaron casa presidencial de la Gran Sabana: ‘Pretendían robarnos las minas’”. 6 de noviembre de 2018. <https://www.ntn24.com/america-latina/venezuela/pemones-tomaron-casa-presidencial-de-la-gran-sabana-pretendian-robarnos-las>

141 “La muerte de un indígena eleva la tensión en el sur de Venezuela”. Maolis Castro para EL PAÍS. 10 de diciembre de 2018. https://elpais.com/internacional/2018/12/09/colombia/1544382158_071264.html
Pronunciamiento del Consejo General de Caciques del Pueblo Pemón (CGCPP)–(11/12/2018). Respuesta del pueblo pemón al pronunciamiento del Ministro del Poder Popular Para la Defensa en el Caso de una operación militar que dejó como saldo a 2 heridos indígenas y 1 fallecido por armas de la república bolivariana de Venezuela. <https://www.youtube.com/watch?>

142 Informe del Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (OVCS). Primer trimestre 2019. Sección: *Represión y muerte a quienes exigen ayuda humanitaria*. <http://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wp-content/uploads/2019/04/Conflictividad-social-en-Venezuela-primer-trimestre-2019.pdf>

143 Ídem.

extremadamente vulnerable que actualmente se encuentra en condiciones precarias y de aislamiento involuntario¹⁴⁴.

Capítulo II. Situación ambiental: aspectos jurídicos e impactos

Violación de derechos ambientales

El territorio al sur del Orinoco, constituye la Guayana y es parte de la Amazonía venezolana que posee una variedad de ecosistemas complejos, de inmensa e invaluable biodiversidad florística y faunística, además de ostentar numerosos y caudalosos ríos que representan patrimonios hídricos del país y del mundo, así como riquezas naturales escénicas de gran majestuosidad y singularidad. Debido a estos valores ambientales, gran parte de su área está protegida, considerándose la zona protegida más extensa de Venezuela; casi 80% de su superficie total son Áreas Bajo Régimen de Administración Especial (ABRAE), tales como: 7 parques nacionales, 20 monumentos naturales, 3 reservas forestales donde se incluye la Reserva Forestal de Imataca, de gran valor escénico y presencia de bosques amazónicos altamente desarrollados y de gran biodiversidad, la Zona Protectora Sur del estado Bolívar, 2 reservas de biósfera, entre otras. Las ABRAE y su debida protección están contempladas en la CRBV y todo el marco jurídico ambiental venezolano.

El río Orinoco (más de 2.000 Km. de longitud, caudal medio de ~30.000m³/seg) ocupa el tercer lugar entre los ríos más caudalosos del mundo y el segundo de Sudamérica. La cuenca hidrográfica (Ver ANEXOS-Figura 1) del río Orinoco, abarca aproximadamente un 70% del territorio de Venezuela y algunos autores estiman una descarga de 1.114.800.000.000 m³/año (Silva L., 2005), llegando a representar más del 85% de los recursos hídricos superficiales del país¹⁴⁵.

El proyecto Arco Minero del Orinoco fue aprobado unilateralmente por el Ejecutivo nacional en 2016, y transcurridos más de tres años no ha sido publicada información detallada y fidedigna respecto a su ejecución, manejo y consecuencias, así como tampoco sobre los convenios y negocios firmados con empresas o personas jurídicas, ni existe información accesible a través de las páginas web del Ministerio de Minería Ecológica u otras instituciones involucradas en la realización de este proyecto.

Al aprobar unilateralmente el proyecto A.M.O., el Estado ignoró y desestimó el principio de precaución contemplado en varios tratados internacionales de los cuales Venezuela es signataria, aun cuando es de su conocimiento que las actividades extractivas como la minería causan daños graves, muchos de ellos irreversibles, al ambiente. Tampoco convocó a dichos sectores para conocer sus opiniones y estudios.

En octubre de 2016, científicos del Instituto de Zoología y Ecología Tropical de la Facultad de Ciencias de la Universidad Central de Venezuela (IZET-UCV) advertían: *“La actividad minera, tal y como está planteada, fragmentará los ecosistemas de la zona, en su mayoría bosques, provocará una importante pérdida de especies tanto de*

144 Informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre la situación de los derechos humanos en la República Bolivariana de Venezuela. 4 de Julio de 2019.

https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session41/Documents/A_HRC_41_18_SP.docx

145 Silva León, G. “La cuenca del río Orinoco: visión hidrográfica y balance hídrico”. Revista Geográfica Venezolana, vol. 46, núm. 1, enero-junio, 2005, pp. 75-108. Universidad de los Andes. Mérida, Venezuela. <http://www.redalyc.org/pdf/3477/347730348007.pdf>

flora como de fauna... Los bosques continuos que queden en pie correrán riesgo de degradarse progresivamente dadas las severas condiciones que tendrán las áreas deforestadas, las cuales propician sequías locales, mayor efecto del viento que favorecerá la continua caída y muerte de árboles que queden expuestos”¹⁴⁶.

La CRBV y la Ley Orgánica del Ambiente (LOA), contemplan el derecho a la información, consulta y participación por parte de la ciudadanía y además establecen deberes claros para el Estado en esa materia. Para toda actividad que pueda provocar *daños a los ecosistemas*, la CRBV establece en su artículo 129 que las mismas deben ser *previamente acompañadas de estudios de impacto ambiental y sociocultural*, y en cuanto a la política de ordenación territorial para llevar a cabo las intervenciones, dictamina en su artículo 128 que el Estado venezolano deberá hacerlo *de acuerdo con las premisas del desarrollo sustentable que incluya la información, consulta y participación ciudadana*. Por su parte, el artículo 41 de la LOA indica que: *“Los pueblos indígenas y comunidades locales tienen el derecho y el deber de participar en la formulación, aplicación, evaluación y control de los planes y programas de desarrollo nacional, regional y local, susceptibles de afectarles directamente en sus vidas, creencias, valores, instituciones y bienestar espiritual y en el uso de las tierras y hábitats que ancestralmente ocupan y utilizan colectivamente.”*

Al promulgarse el decreto 2.248 sin divulgar y difundir información clara y transparente, ni implementar un legítimo proceso de consulta y participación, el Estado violó directamente el derecho a la información, consulta y participación ciudadana.

El 8 de diciembre de 2016 representantes del Estado venezolano, liderados por el Secretario Ejecutivo del Consejo Nacional de Derechos Humanos Larry Devoe, admitieron en la audiencia sobre el Arco Minero del Orinoco realizada en el 159 Periodo de Sesiones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), que para esa fecha aún estaban *“previstos los estudios de impacto ambiental que exige la constitución y la ley”* y que se habían *“realizado más de 58 procesos de consulta a las comunidades indígenas”*. Esta declaración puso en evidencia la ausencia de estudios de impacto previos a la promulgación del decreto y presuntos *“procesos de consulta”* realizados sin tales estudios e informes de impacto, lo que incumple con la reglamentación establecida en las leyes nacionales e internacionales¹⁴⁷. En dicha audiencia expresaron que *“están excluidas las Áreas Bajo Régimen de Administración Especial”*, declaraciones que deliberadamente obviaron que la poligonal de la zona A.M.O. delimitada por coordenadas establecidas en el decreto 2.248, de hecho, incluyen algunas de estas áreas (Ver ANEXOS-Figura 2).

El 25 de febrero de 2018, transcurridos dos años desde la firma de contratos y convenios con compañías nacionales y extranjeras, y durante los cuales se expandió la actividad minera en la región ubicada al sur del Orinoco, el para entonces presidente de la Corporación Venezolana de Minería Técnica Minera (CVM-TECMIN), José Muñoz Ospino, afirmó que ya se habían realizado 50 estudios de impacto socioambiental en el “Arco”¹⁴⁸.

146 “Consecuencias ambientales del Proyecto Arco Minero. Miembros del IZET-UCV”. 18 de octubre de 2016. Publicado en:
<https://www.derechos.org/ve/actualidad/ucv-consecuencias-ambientales-del-proyecto-arco-minero>

147 Venezuela: “Arco Minero del Orinoco”. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. 2 de diciembre de 2016. https://www.youtube.com/watch?v=_9dt2rjLsCM

148 Muñoz Ospino: “El Arco Minero nació con el propósito de preservar la Orinoquia y ejercer soberanía”. Redacción La Voz. 26 de febrero de 2018.

Desde el 2016 hasta la fecha, instituciones como la Universidad Central de Venezuela (UCV), la Universidad Simón Bolívar, Academia Nacional de Ciencias Físicas, Matemáticas y Naturales, la Universidad de los Andes (ULA), el Instituto de Ecología y Zoología Tropical (IZET-UCV), la Sociedad Venezolana de Ecología (SVE), PROVEA, Fundación Tierra Viva, Provita, Red ARA, Clima21- Ambiente y Derechos Humanos, el Centro Gumilla, el Observatorio de Ecología Política de Venezuela, La Guarura.info, SOS-Orinoco, entre otras muy numerosas organizaciones integradas por expertos, profesionales, técnicos venezolanos y activistas ambientales, han manifestado públicamente su desacuerdo con la implementación de la zona A.M.O. en la Amazonía venezolana y han expresado sus preocupaciones, haciendo énfasis en los serios impactos ambientales de la minería en estos ecosistemas, la falta de sostenibilidad de esta actividad, la falta de transparencia, ausencia de control, desconocimiento e imposibilidad de acceso a información para planes de mitigación y recuperación de áreas afectadas, además de la ausencia de planes de manejo. Cabe acotar que al igual que el proceso de consulta previa, la ejecución de estudios de impacto ambiental y sociocultural requiere de tiempo suficiente para llevarlos a cabo, los cuales condicionan el inicio, extensión y procedimientos de cualquier proyecto extractivo.

El decreto 2.248 del megaproyecto minero A.M.O. fue aprobado sin presentar estudios de impacto ambiental y sociocultural. No existe ningún tipo de información pública al respecto y se desconoce la existencia de los estudios que refieren los funcionarios gubernamentales.

Minería e impactos en todo el territorio al sur del Orinoco

Aun cuando el Arco Minero del Orinoco está acotado por coordenadas especificadas en el decreto 2.248, que lo demarca al norte del estado Bolívar, la realidad es que el megaproyecto ha propiciado y acelerado de forma desproporcionada la ya existente extracción de minerales más allá de la poligonal establecida en el decreto. De manera que ha servido de catalizador para la expansión de la minería a lo largo y ancho de la región que se encuentra al sur del río Orinoco (estados Amazonas y Bolívar).

En algunas áreas al sur del Orinoco, desde hace varias décadas, se ha realizado pequeña y mediana minería por pobladores locales, especialmente en los llamados municipios mineros. Sin embargo, en los últimos 15 años y especialmente en los últimos 4-5 años, a raíz de la profundización de la Emergencia Humanitaria Compleja y de forma coincidente con la creación de la zona A.M.O., la expansión de la minería ha sido exponencial y alarmante. Una investigación publicada en diciembre de 2018, revela que en la Amazonía venezolana existen 1.899 sitios con actividad minera informal (a pequeña y mediana escala), representando más del 80% del total de puntos mapeados en todo el territorio amazónico (en 6 países y más de 7 millones de kilómetros cuadrados). El estudio, elaborado por la Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), InfoAmazonía y otras organizaciones latinoamericanas, que cuenta con dos mapas interactivos en los que se revela la ubicación de las zonas de extracción de minerales, fue elaborado a partir de la recopilación de imágenes satelitales, reportes de comunidades indígenas e informes de diversos organismos que monitorean bosques y selvas¹⁴⁹.

<https://lavozdefalcon.info.ve/munoz-ospino-el-arco-minero-nacio-con-el-proposito-de-preservar-la-orinoquia-y-ejercer-soberania/>

149 “Amazonia Saqueada”. RAISG, InfoAmazonía. Panorama de la situación de la minería ilegal en seis países de la Amazonia. 10 de diciembre de 2018. Se puede acceder a través de los siguientes enlaces:

La minería se desarrolla en afluentes, en sus inmediaciones y/o áreas cercanas, teniendo en cuenta que en la actualidad el oro es el centro de la actividad minera y su extracción amerita grandes cantidades de agua. El mencionado trabajo de la RAISG, investigaciones recientes, imágenes públicas, notas de prensa y testimonios de habitantes del sur (rurales e indígenas), muestran que los principales ríos y cuencas de la Amazonía venezolana están afectados por la minería: Orinoco, Caura, Ikabarú, Caroní, Ventuari, Cuyuní, Parguaza, Paragua, entre otros¹⁵⁰. La actividad minera en los ríos implica deforestación, degradación de los cauces y contaminación de afluentes con mercurio, cianuro y otros metales pesados, afectando directamente a la flora, fauna y la salud de los pobladores locales.

Al crecimiento de la actividad minera hay que sumarle la tala indiscriminada como uno de los factores que inciden directamente en la deforestación. Solo entre el 2000 y 2015 se perdieron un total de 5.265 Km² de bosque amazónico en el territorio, siendo Venezuela el único país que presentó una tasa de deforestación de crecimiento exponencial, respecto al resto de países amazónicos. Mediante la interpretación de imágenes de satélite Landsat, siguiendo el protocolo establecido por la Red Amazónica de información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), la ONG ambientalista PROVITA determinó que más del 50% (2.821 km²) de la pérdida de cobertura boscosa mencionada ocurrió entre 2010 y 2015¹⁵¹.

De los parques nacionales venezolanos, el que presenta mayor nivel de destrucción es el Parque Nacional Yapacana (PNY), ubicado en el Estado Amazonas. Un informe publicado en enero de 2019, lo expone como un “*caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional*”, revela que más de 2.000 mineros ocupan el parque y que ya hay más de 2.000 hectáreas de superficie afectada directamente por la minería, con un efecto radial y expansivo de importantes dimensiones que agrava los impactos. El informe expresa que en la década de los 80 existía minería a pequeña escala en espacios más o menos reducidos, aumentando de forma considerable a partir de 2004; aunque es entre los años 2012 y 2014 cuando la actividad minera se expande aceleradamente con una curva de crecimiento de “*pendiente muy alta*”¹⁵².

Aun cuando es de conocimiento público los antecedentes y denuncias expresadas en los puntos anteriores, el anterior Ministro del Poder Popular para el Ecosocialismo, Heryck Rangel, declaró el pasado mes de junio de 2019 a través de su cuenta oficial de twitter @HeryckRangel lo siguiente: “1. *El Arco Minero no toca ningún Parque Nacional de Venezuela. 2. Todos los Proyectos tienen sus respectivos Estudios de Impacto Ambiental. 3. Permanentemente hacemos control y seguimiento a los proyectos*”¹⁵³.

<https://mineria.amazoniasocioambiental.org/>
<https://saqueada.amazoniasocioambiental.org/>

150 El siguiente enlace contiene múltiples videos de afectación de ríos al sur de Venezuela:
<https://sosorinoco.org/videos/>

151 *Deforestación en la Amazonía venezolana* (Informe Provita 2018). Por+Verde. 16 de noviembre de 2018. <https://noticias.masverdedita.com/deforestacion-en-la-amazonia-venezolana-informe-provita-2018/>

152 “La Minería Aurífera en el Parque Nacional Yapacana Amazonas Venezolano: Un caso de extrema urgencia ambiental y geopolítica, nacional e internacional. SOS Orinoco”. Enero de 2019.

https://drive.google.com/file/d/1akOuQ8aXiBWxbb6_jODPmITJRx2YHpBs/view

153 <https://www.twipu.com/HeryckRangel/tweet/1139325062660677632>

Contaminación y destrucción del patrimonio mundial

El Parque Nacional Canaima (PNC) figura entre los parques nacionales más grandes del mundo, con una extensión de 30.000 km². Goza de un gran interés geológico al ser considerado como una de las zonas más antiguas del planeta: presenta mesetas especialmente abruptas y de características únicas en la Tierra denominadas Tepuyes, las cuales datan de hace millones de años, y en él se encuentra la cascada más alta del mundo, El Salto Ángel.

Por sus bienes inestimables, singulares e irremplazables el PNC fue declarado Patrimonio de la Humanidad por la Unesco en el año 1994. Según lo establecido en *La Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural*, la pérdida de cualquiera de dichos bienes representaría una pérdida invaluable para la humanidad entera.

En julio de 2018 la ONG “SOS Orinoco” presentó ante la Organización de las Naciones Unidas para la Ciencia, la Cultura y la Educación (UNESCO, por su sigla en inglés) y ante la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (IUCN, por su sigla en inglés) un informe sobre el desarrollo de la minería aurífera en el PNC. En el documento se analizan las distintas modalidades de la minería de oro existentes en la zona y, apoyado con videos e imágenes satelitales, se identifican y localizan las zonas de extracción minera dentro y en los alrededores de los límites geográficos del PNC¹⁵⁴.

El 11 de diciembre de 2018 el Ministro de la Defensa, Vladimir Padrino López, reconoció públicamente la destrucción y contaminación del PNC al afirmar, en representación del Ejecutivo nacional, que “*No vamos a permitir que se siga cometiendo un ecocidio contra el medio ambiente allí en el Parque Canaima, ni más allá del Parque Canaima*”. A su vez anunció el inicio del plan militar “Tepuy Protector”¹⁵⁵. Esta declaración ocurrió tres días después de la incursión de cuerpos de seguridad del Estado en Campo Carrao, la cual dejó como saldo la muerte del indígena pemón Charlie Peñaloza Rivas, ya referida. Para el momento cuando se escribe este informe (agosto 2019), la información que se posee sobre los resultados de la operación “Tepuy Protector” son algunas reseñas puntuales de medios de comunicación sobre acciones contra campamentos mineros ilegales en el PNC y en otras áreas del estado Bolívar, pero no hay evidencias de que haya disminuido la minería en el PNC ni en dicho estado.

Material fotográfico y audiovisual publicado recientemente revela la magnitud y los daños causados por la minería en Canaima. En octubre de 2018, la periodista venezolana Valentina Quintero publicó un video a través de su cuenta de Instagram donde mostraba minas dentro del PNC, emplazando públicamente a Víctor Cano, Ministro de Desarrollo Minero Ecológico, y a Heryck Rangel, Ministro para

154 *Situación Actual de la Minería Aurífera en el Parque Nacional Canaima: Sitio de Patrimonio Mundial en Venezuela*. SOS Orinoco. Reporte Presentado a IUCN y UNESCO. Caracas, Venezuela. Julio 2018. Se puede acceder al informe a través de los siguientes enlaces:

Versión Escrita:

https://drive.google.com/file/d/1tLJW-hmZ6ES6B14dse_gPKdP8DRi9n9N/view

Versión Digital interactiva.

<https://www.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=b4a7a9f7900e4f9999052f67f7734bcb>

155 “Padrino López admite ecocidio en Canaima y anuncia ‘desmantelamiento’ de campamento minero”. 11 de diciembre de 2018.

<https://www.ntn24.com/america-latina/venezuela/padrino-lopez-admite-ecocidio-en-canaima-y-anuncia-desmantelamiento-de>

Ecosocialismo y Aguas, a tomar posición respecto a la situación. Emplazamiento que aún sigue sin respuesta formal institucional. Posteriormente en enero de 2019, el naturalista Charles Brewer Carías publicó una imagen panorámica (Ver ANEXOS-Figura 3) de una de las zonas del PNC ampliamente afectada por la minería.

Capítulo III. Salud y condiciones sanitarias

Resurgimiento de enfermedades anteriormente erradicadas, proliferación de epidemias y precariedad en la asistencia sanitaria

Después de haber erradicado la malaria en la mayor parte de su territorio, Venezuela está sufriendo una epidemia de malaria sin precedentes asociada a la degradación ambiental producida por la actividad minera y la movilidad poblacional relativa a esta actividad. De acuerdo con la Organización Mundial de la Salud (OMS), Venezuela superó en 2017 los 400.000 casos de enfermos palúdicos, representando el 53% del total de los reportados en todo el continente americano. El municipio Sifontes (en el estado Bolívar) donde se concentra una parte importante de la actividad minera, es el área geográfica de mayor incidencia de paludismo, aportando casi la mitad de todos los casos del país¹⁵⁶. En la actualidad, Venezuela sufre el mayor aumento de casos de malaria del mundo y los expertos estiman que la enfermedad afecta a un millón de personas. Esto suscita una alta preocupación en la lucha por la erradicación de la enfermedad, no sólo respecto de Venezuela sino también de los países vecinos, especialmente por la diáspora de venezolanos a las naciones vecinas. Asimismo, se calcula que 16 millones de venezolanos están en riesgo de contraer esta enfermedad¹⁵⁷.

El sarampión se ha propagado en 21 de los 24 estados del país, incluyendo al Distrito Capital. Entre el primer caso confirmado de sarampión en julio de 2017 (semana epidemiológica 26) y el final de la semana epidemiológica 22 (junio del 2018), se habían registrado 2.285 casos confirmados, de los cuales 1.558 se presentaron durante los seis primeros meses de 2018. Se han notificado casos importados de sarampión en Brasil, Colombia y Ecuador relacionados con la migración venezolana. Además, se ha informado sobre muertes en las comunidades indígenas del estado Delta Amacuro (33 muertes), cerca de la frontera con Guyana¹⁵⁸.

Minerva Vitti, periodista del Centro Gumilla, reveló la grave situación socio-sanitaria de las poblaciones indígenas durante el Foro de presentación del primer Boletín de la Plataforma contra el Arco Minero¹⁵⁹. Vitti refirió también que la carencia de recursos de todo tipo estaba generando una alta tasa de emigración indígena, en particular de waraos hacia Brasil donde caen frecuentemente en estado de mendicidad. El panorama actual es el siguiente: los servicios de salud creados

156 Boletín Epidemiológico MPPS 09/2017

157 Venezuela sufre el mayor aumento de casos de malaria del mundo. El País. 16 Abril de 2019. https://elpais.com/elpais/2019/04/16/planeta_futuro/1555402255_653709.html

158 Respuesta de la OPS para mantener una agenda eficaz de cooperación técnica en Venezuela y en los Estados miembros vecinos. Sesión 162 del Comité ejecutivo. <https://es.scribd.com/document/382275937/Respuesta-de-la-OPS-para-mantener-una-agenda-eficaz-de-cooperacion-tecnica-en-Venezuela-y-en-los-Estados-miembros-vecinos>

159 Esan, L. (marzo 4, 2018). La situación de los Pueblos Indígenas en Venezuela, Minerva Vitti, Aporrea tví, <https://www.youtube.com/watch?v=rcCi3HXgEO0&feature=youtu.be>

para atender a las poblaciones indígenas no están operativos por carecer de insumos, personal, transporte e incluso de agua potable y electricidad¹⁶⁰.

Los programas de vacunación y otras formas de prevención sanitaria funcionan sólo parcialmente o han sido suspendidos, lo cual, aunado a un cuadro general de desnutrición, ha propiciado la reactivación de varias enfermedades prevenibles que llegan a ser mortales por falta de medicamentos y atención médica adecuada. En este escenario, casi no existe información oficial y priva una fuerte restricción de acceso a los datos epidemiológicos reales.

Los indígenas se trasladan hacia los hospitales de las ciudades si pueden y cuando no les queda otra alternativa, ya que el viaje es costoso y a menudo inútil¹⁶¹. De hecho, la situación sanitaria en Bolívar es grave para todos, como lo describió recientemente el director del Colegio de Médicos de Guayana, Hugo Lezama¹⁶²: los niños se mueren de mengua todos los días dentro de las propias instalaciones del hospital Uyapar, colapsado por el cierre del Hospital Pediátrico Menca de Leoni, que además carece de todo tipo de insumos y medicamentos. En las mismas condiciones se encuentra el hospital Ruiz y Páez de Ciudad Bolívar.

El Dr. Lezama igualmente hizo referencia a la alarmante cantidad de niños desnutridos que llegan a estos hospitales, donde poco o nada se puede hacer para ayudarlos. La principal emergencia sanitaria que se registra actualmente en las comunidades indígenas es la alta mortalidad infantil. La mortalidad infantil en estos pueblos llega a ser entre 10 y 20 veces mayor que el promedio nacional, y se asocia principalmente a cuadros de desnutrición severa, a la suspensión de los programas de vacunación y a la carencia de antibióticos y otros medicamentos.

Capítulo IV. Contexto social y económico

Aumento de la violencia, criminalidad y de la presencia de grupos armados irregulares

La expansión de la minería ha incidido directamente en el aumento de la criminalidad y violencia al sur del país. En 2017, Ciudad Guayana llegó a tener la 9ª tasa de homicidios más alta de América Latina y la 2ª de Venezuela después de Caracas: 80,28 por cada 100.000 habitantes¹⁶³.

Desde 2008 ha habido un incremento vertiginoso de muertes violentas en los denominados municipios mineros del estado Bolívar (Callao, Sifontes, Roscio y Piar). Para 2018, año en que Venezuela resultó ser el país más violento de América latina con una tasa de muertes violentas de 81,4 por cada cien mil habitantes (100 m/h),

160 Tillet, A. (2018, marzo 6) “Visibilizando la situación de salud de los pueblos indígenas en Venezuela” Observatorio de Ecología Política de Venezuela, Disponible en: <http://www.ecopoliticavenezuela.org/2018/03/06/visibilizando-la-situacion-salud-los-%20pueblos-indigenas-venezuela/>

161 Tillet, A. (Mayo 4, 2018) “La población indígena es la más desasistida en materia de salud”. Acción Solidaria (en línea). Disponible en: <https://www.accionsolidaria.info/website/aimee-tillet-la-poblacion-indigena-es-la-mas-desasistida-en-materia-de-salud/>

162 VPItv. (mayo 30, 2018). “Siguen muriendo niños en Bolívar, mientras hospital pediátrico continúa cerrado” (archivo de video). Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=ozav-dieMLA&feature=youtu.be>

163 Informe 2018 del Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal (CCSPJP). <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43318108>

los dos municipios con las tasas más altas del país se ubicaron en el estado Bolívar: El Callao, con una tasa de 620 muertes por cada 100 m/h, y el municipio Roscio (Capital Guasipati) con una tasa de 458 muertes por 100 m/h. El municipio Sifontes (Capital Tumeremo) tuvo un índice de 199 víctimas por cada 100 m/h¹⁶⁴. Todos indicadores superiores a la media nacional.

Entre enero y octubre de 2018 se registró el fallecimiento de 111 niños y adolescentes a causa de la violencia delincriminal. Más del 70% del total de las víctimas tenía menos de 35 años de edad, y el 18,8% tenía edades comprendidas entre los 0 y 18 años¹⁶⁵.

Múltiples investigaciones académicas, y trabajos periodísticos publicados en años recientes, revelan la instalación y consolidación de grupos armados criminales en las principales zonas de extracción minera (a pequeña y mediana escala) de los municipios del estado Bolívar. Aproximadamente desde 2006, agrupaciones criminales imponen regímenes de dominio paraestatal sobre las poblaciones locales a partir de la extracción y comercialización de oro, y, en menor medida, de diamante y coltán¹⁶⁶. A esto se suma que desde la promulgación del decreto 2.248 Nicolás Maduro ha expresado que el proyecto A.M.O. es para “poner orden”, reconociendo en agosto de 2016 la presencia de estos grupos irregulares al mencionar que: “*quienes se oponen al nuevo concepto de la minería, son voceros de mafias que controlan a garimpeiros, minería ilegal, tráfico de oro...*”¹⁶⁷, discurso que deja al descubierto la criminalización oficial de los sectores disidentes y críticos del megaproyecto.

Entre 2012 y 2018 el país ha tenido noticias de al menos 30 masacres perpetradas en zonas mineras al sur de Venezuela¹⁶⁸. El 53% (16) de dichas masacres ocurrieron

164 Informe anual de violencia 2018. Informe OVV-LACSO. 30 diciembre, 2018.

<https://observatoriodeviolencia.org.ve/ovv-lacso-informe-anual-de-violencia-2018/>

165 “Bolívar: 111 niños murieron a manos de la delincuencia en los primeros 10 meses del año. Noticias OVV, OVV Bolívar”. 6 de diciembre de 2018.

<https://observatoriodeviolencia.org.ve/bolivar-111-ninos-murieron-a-manos-de-la-delincuencia-en-los-primeros-10-meses-del-ano/>

166 Las siguientes son algunas de las múltiples investigaciones que tratan la temática de la minería a pequeña escala en el estado Bolívar:

“Arco Minero del Orinoco: Crimen, corrupción y cianuro”. Edgar López y Julieta Pineda. Noviembre 2017. <https://arcominerodelorinoco.com>

Ruiz, F.J., Romero, C. (Mayo, 2018). “Dinámica de la minería a pequeña escala como sistema emergente. Dislocaciones y ramificaciones entre lo local y lo nacional”. En: *Venezuela desde adentro. Ocho investigaciones para un debate necesario*. Gabbert K. y Martínez, A., Compiladoras. Quito, Ecuador, Fundación Rosa de Luxemburgo, Oficina Región Andina. Disponible en:

<https://www.comunalizarelpoder.com.ve/medioteca/venezuela-desde-adentro-ocho-investigaciones-para-un-debate-necesario>

167 “Presidente Maduro denunció que mafias están contra el impulso del Arco Minero”. 5 de agosto de 2016.

<http://www.psu.org.ve/temas/noticias/presidente-maduro-denuncio-que-mafias-estan-contra-impulso-arco-minero/#.XUrzI9bB9pQ>

168 “Masacres de mineros en Venezuela son resultado de la guerra por el oro entre militares y ‘pranes’”. Escrito por Unidad de Investigación de Venezuela para Insight Crime. Febrero 23, 2018

<https://es.insightcrime.org/noticias/analisis/masacres-de-mineros-en-venezuela-son-resultado-de-la-guerra-por-el-oro-entre-militares-y-pranes/>

“Estado venezolano ignora explotación sexual de mujeres indígenas en el Arco Minero”. Por Yohana Marra. 18 de mayo de 2019.

<http://cronica.uno/estado-venezolano-ignora-explotacion-sexual-de-mujeres-indigenas-en-el-arco-minero/>

entre 2016 y octubre de 2018 (Ver ANEXOS-Tabla 3), principalmente vinculadas al accionar de los denominados “sindicatos” (bandas criminales) y cuerpos de seguridad del Estado, pero también a la reciente actuación del Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Colombia en la región. Buscando desvincularse de las masacres, las voces oficiales reducen las muertes vinculadas al accionar de los cuerpos de seguridad como resultado de “enfrentamientos” y “resistencia a la autoridad”. Cabe destacar que, según testimonios de los pobladores, quienes optan por el anonimato para no correr riesgos, la mayoría de las masacres y asesinatos quedan ocultos y no aparecen reflejados en ningún medio de comunicación.

En su informe de 2018 el Observatorio Venezolano de Violencia, al referirse al estado Bolívar, relaciona los altos niveles de violencia con las tramas que se articulan en torno de la minería, evidenciando que la violencia tiene su origen en el control de los grupos armados denominados “sindicatos”, a la actuación violenta de los cuerpos de seguridad e inteligencia del Estado y a la reciente aparición e instalación de grupos guerrilleros colombianos en áreas del territorio. Dicho informe expresa: “A la actuación criminal de los grupos armados irregulares se suma una actuación de cuerpos policiales y militares como el FAES, con operativos y acciones violatorias de DDHH, lo que está evidenciando la ausencia del estado de derecho en todo ese territorio, y la privatización de la violencia, pues finalmente las funciones del Estado están siendo asumidas de manera arbitraria indistinta y privada por cualquiera de los grupos armados que allí actúan.”

En su investigación respecto a la minería aurífera en el PNY, la ONG SOS Orinoco describe cómo el comercio del oro está sirviendo de sustento financiero para grupos guerrilleros del ELN. Expresan que la consolidación del ELN en el PNY, que se encuentra relativamente cerca de la frontera colombo-venezolana, ha servido de “centro de irradiación” para el desplazamiento e instalación progresiva del grupo irregular hacia el interior de los estados Amazonas y Bolívar¹⁶⁹.

El 4 de noviembre de 2018 ocurrió un enfrentamiento en la comunidad indígena Picatonal (estado Amazonas), entre miembros de la GNB e integrantes de grupos guerrilleros, el cual arrojó un saldo de cuatro militares venezolanos muertos y otros doce heridos. El enfrentamiento se produjo posterior a la detención de Luis Felipe Ortega Bernal, quien presuntamente es miembro del ELN¹⁷⁰.

El 6 de noviembre de 2018 Romel Guzamana, diputado indígena a la Asamblea Nacional por los estados Apure y Amazonas, denunció públicamente que comunidades indígenas enteras estaban siendo tomadas por grupos guerrilleros colombianos. En su denuncia hizo referencia a comunidades como Picatonal, el Palmar de Galipero, Eje Provincial y Pozón de Bavilla en el estado Amazonas hasta llegar a Bolívar por el Parguaza y el Salto Maraca¹⁷¹.

169 Ídem. Ref. 26

170 “Cuatro militares muertos y otros 12 heridos durante enfrentamiento con grupo irregular colombiano”. Deivis Ramírez Miranda para EL UNIVERSAL. 4 de noviembre de 2018.

<http://www.eluniversal.com/sucesos/24952/tres-militares-muertos-y-otros-10-heridos-durante-enfrentamiento-con-grupo-irregular-colombiano>

“Captura de líder del ELN provocó emboscada contra la GNB en Amazonas”. María Fermín Kancev. 4 de noviembre de 2018.

<http://efectococuyo.com/principales/captura-de-presunto-lider-del-eln-provoco-emboscada-contra-la-gnb-en-amazonas/>

171 “Guzamana: Guerrilleros colombianos entrenan indígenas venezolanos con apoyo del gobierno”. Prensa AN. 6 de noviembre de 2018.

http://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/_guzamana-guerrilleros-colombianos

El 28 de febrero de 2019, para su reporte de América Latina y el Caribe, la ONG Crisis Group publicó una amplia investigación sustentada en trabajo de campo y en entrevistas directas a pobladores del sur venezolano, donde se refleja la presencia de guerrillas en el territorio. El trabajo cuenta con un mapa de la distribución territorial y los corredores del ELN, disidentes de las FARC y de los grupos armados denominados sindicatos a lo largo de los estados Apure, Bolívar y Amazonas¹⁷².

Condiciones de vida de las mujeres indígenas

De acuerdo al Censo 2011, en Venezuela las mujeres indígenas en edad fértil (15-49 años), representan 73,4% del total de mujeres de dicha población. Igualmente, el promedio de hijos por mujer en este grupo, es de 2,2 hijos por mujer, mientras que en las mujeres no indígenas de 15 a 49 años, este indicador se encuentra en el orden de 1,5 hijos por mujer.

Mundialmente las condiciones de vida de las poblaciones indígenas, y muy particularmente las condiciones de vida de sus mujeres, se gestan dentro de determinados patrones que acentúan las desigualdades y potencian los indicadores de mortalidad materna e infantil, bajo nivel de escolarización formal y pérdida de la esperanza de vida al nacer, entre otros. Una estrategia que permite encubrir esta realidad, tiene que ver con el tratamiento dado a las variables asociadas a la identidad étnica: los datos casi siempre se circunscriben a la distribución de la población indígena por área geográfica, etnia y grupos de edad, sin dar información detallada sobre las condiciones de vida reales de las mujeres indígenas.

Las actividades mineras realizadas en el territorio han producido constantes enfrentamientos entre bandas delincuenciales armadas y las fuerzas de seguridad, cuya causa reside en el control de territorios.

Según la Organización de Mujeres Indígenas Amazónicas *Wanaaleru*, la violencia hacia las mujeres por motivos asociados a la actividad minera se centra en la construcción de poblados donde se instalan bares, casas de prostitución y ventas de comida, todos controlados y administrados por los mismos dueños de la mina, quienes terminan haciendo negocios con fines de explotación sexual que generan a su vez importantes índices de feminicidios y violencia territorial. *“En las zonas mineras las mujeres son compradas como objeto. En las denominadas 'currutelas' la explotación sexual es un elemento propio de la dinámica extractiva. Como los mineros no pueden dejar las minas llevan a las mujeres para allá, donde además de prostituirlas las explotan laboralmente, principalmente en la tarea de la cocina.”* (Wanaaleru, 2018).

En estos espacios de prostitución o “currutelas”, dominados por los agentes encargados de gestionar los trabajos mineros, compran mujeres como cualquier objeto de uso diario con el fin de generar más ganancias en los negocios (Licón, 2015).

La mayoría de las mujeres compradas son niñas y adolescentes quienes son violadas, maltratadas y obligadas a involucrarse en actividades criminales por parte de militares, mineros y grupos armados irregulares. Al mismo tiempo, las niñas y adolescentes que se encuentran obligadas en la vitrina de escogencia para intercambios sexuales o compra de esclavas, son cambiadas por gramos de oro (entre

172 “El peso del oro: violencia en el sur de Venezuela”. Ivan Briscoe, Bram Ebus. Crisis Group, Reporte nro. 73/América Latina y el Caribe. 28 de febrero de 2019. <https://www.crisisgroup.org/es/latin-america-caribbean/andes/venezuela/073-gold-and-grief-venezuelas-violent-south>

5 y 10) siendo las más pequeñas las más costosas; pues mientras más edad tenga la mujer será menos solicitada y por tanto más económica (Ibídem. 2015).

Según la documentación recopilada por la Red de Activismo e Investigación por la Convivencia (REACIN), en varios municipios del estado Bolívar, mineros y mineras viven y trabajan en condiciones de esclavitud y sus dueños son las bandas criminales que dominan el sector aurífero.

Flexibilización laboral, trata y trabajo infantil

Otra de las graves consecuencias de la minería descontrolada, auspiciada y promovida por el gobierno nacional, es la flexibilización laboral establecida explícitamente en el articulado del Decreto 2.248, con la que se oficializa una especie de estado de sitio continuado al establecer que *“ningún interés particular, gremial, sindical, de asociaciones o grupos, o sus normativas, prevalecerá sobre el interés general en el cumplimiento del objetivo contenido”*.

Al negar principios y facultades ciudadanas básicas como el derecho a la protesta, a la organización sindical, a la libre expresión, entre otros, se configura un escenario proclive para la explotación, donde las leyes nacionales no son respetadas ni por nacionales ni extranjeros. En este ambiente tan hostil, donde documentar los problemas resulta en un riesgo de muerte, la situación de niños, niñas y adolescentes se vuelve dramática. Según CECODAP, que ha recogido testimonios y encuestas en el territorio, cerca del 45% de los trabajadores en las minas serían menores de edad¹⁷³.

Mairis Balza, coordinadora de la ONG CODEHCIU afirma que la trata de personas en todas sus modalidades constituye uno de los peligros más inminentes para la infancia que crece en Guayana, junto a la violencia sexual y la violencia armada. Le preocupa que en la región no existan organizaciones no gubernamentales ni instituciones oficiales dedicadas al trabajo con población infantil, las cuales pudieran atender la gran cantidad de casos existentes.

Hacia el sur, el sacerdote Giannino Prandeli que está en El Callao, reafirma que uno de los impactos regionales del mundo minero es la alta prostitución en adolescentes. *“Son niñas con edades entre 12 y 13 años, se ubican cerca de las licorerías y se pelean con las adultas por los clientes. Muchas de ellas son positivas a las ETS, y en particular al VIH. Viajan a la frontera con Brasil para recibir los tratamientos porque en Venezuela no están disponibles. Igualmente, el número de embarazos precoces va en aumento de manera exponencial”¹⁷⁴*.

Deuda, soberanía y DD.HH.

Aunque para inicios de 2019 aún no se han instalado formalmente grandes transnacionales mineras en la zona A.M.O. y sus adyacencias, debido al nivel de inestabilidad, caos, criminalidad y violencia que allí predomina (y que solo se ha agravado desde la promulgación del Decreto 2.248), el gobierno ha concretado

173 CECODAP: “Hasta 45% de los trabajadores en las minas son menores de edad”, Efecto Cocuyo, <http://efectococuyo.com/principales/cecodap-hasta-45-de-los-trabajadores-en-minas-de-bolivar-son-ninos-y-adolescentes/?fbclid=IwAROI7kxY61VIXDIPPVCRbQ14oNfqIfn2IVZQ48jtd3D5Hfg34YLqCrVOOFg>

174 *Informe Peligro y Vulneraciones de DD.HH. en NNA en la Frontera y en Actividades Mineras*, 10/12/2018
http://www.cecodap.org.ve/descargables/derechosNNA/Informe_Peligros_y_Vulneraciones_de_DDHH_de_NNA_en_la_Frontera_y_Actividades_Mineras.pdf

iniciativas encubiertas de la actividad extractiva y ha logrado establecer mecanismos de comercialización en el extranjero, vinculados al sistema financiero internacional.

Esto último está contemplado en el articulado de varios decretos y reglamentos jurídicos promulgados, como son la Ley de Exploración y Explotación del Oro de 2015 que permite al Ejecutivo nacional transferir *“la propiedad u otros derechos sobre bienes muebles o inmuebles del dominio privado de la República...”* (art. 21)¹⁷⁵, o la Ley del Régimen Tributario que otorga potestades al Presidente del BCV (designado por el Presidente de la República), para autorizar la venta del oro extraído en Venezuela fuera de las fronteras nacionales¹⁷⁶.

Apostando a la consolidación de nexos con instituciones financieras volátiles y corruptibles como la Bolsa de Valores de Toronto, lugar en el que los *“peces gordos nunca pierden”*, se han concretado negocios y acuerdos con holdings o sociedades comerciales constituidas por una red de consorcios improductivos, entre las que podemos mencionar a Gold Reserve (Canadá) y Faoz Corp (Venezuela), ambas con sociedades homónimas con sede en Barbados (país catalogado como paraíso fiscal) y con las que se constituyeron empresas mixtas para la explotación de oro y coltán respectivamente.

A modo de conclusión

En la más reciente visita la Alta Comisionada para los DD.HH. de la ONU, Michelle Bachelet, declaró ante la prensa internacional, de forma muy expedita, algunas de las conclusiones de su visita. Citando testimonios y casos particulares, estas declaraciones sirvieron de marco para el informe del 5 de julio de 2019¹⁷⁷ el cual ha suscitado numerosos debates y eventos que se encuentran todavía en desarrollo. Una de las afirmaciones ofrecidas por la Alta Comisionada llama la atención, por cuanto considera a las sanciones impuestas por el gobierno de Estados Unidos¹⁷⁸ al comercio del oro venezolano como un elemento que agudiza la situación de crisis nacional: *“Las causas de esta inmensa crisis económica –la cual se ha exacerbado dramáticamente desde 2013– son diversas, y he hablado con el Estado sobre la necesidad de resolverlas urgentemente con el apoyo de las agencias de las Naciones Unidas que recientemente han podido reforzar su presencia en Venezuela... Me preocupa que las sanciones impuestas este año por Estados Unidos sobre las exportaciones de petróleo y el comercio de oro están exacerbando y agravando la preexistente crisis económica.”*

La dinámica de extracción de oro en Venezuela se ha expandido en los últimos años, en buena medida, por el declive de la producción petrolera ocasionada por la falta

175 Gaceta Oficial 6.210, Ley de Exploración y Explotación del Oro, 30/12/2015 http://www.bcv.org.ve/system/files/documentos_juridicos/decreto_ley_reserva_exploracion_explotacion_oro_2015.pdf

176 Gaceta Oficial 41.310 Ley del Régimen Tributario del Arco Minero del Orinoco 29/12/2017 <https://www.finanzasdigital.com/2018/01/gaceta-oficial-n-41-310-ley-constitucional-del-regimen-tributario-desarrollo-soberano-del-arco-minero/>

177 *Informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre la situación de los derechos humanos en la República Bolivariana de Venezuela* https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session41/Documents/A_HRC_41_18_SP.docx

178 “Alta Comisionada Michelle Bachelet, ofreció declaraciones tras concluir su visita oficial”, 21/06/2019 <https://www.youtube.com/watch?v=d3RkpSp6GdI>

de mantenimiento e inversiones en la industria¹⁷⁹. Este escenario ha llevado al gobierno nacional a ser tolerante con la práctica de la minería ilegal, además de ejecutar acciones y establecer estrechos vínculos con actores armados irregulares, que se manifiestan en las múltiples imbricaciones existentes entre los militares y el prnato minero dentro del territorio.

La producción y comercio de oro en Venezuela constituye una importante fuente de ingresos para el gobierno. Sin embargo, se encuentra desregularizado y es difícil distinguir entre los minerales extraídos legalmente y aquellos provenientes de la destrucción ambiental indiscriminada y la muerte de cientos de personas. Se podría entonces decir que es altamente probable que hoy en día todo el oro extraído de Venezuela sea oro que se ha producido con altos costos de sufrimiento humano y de graves impactos socio-ambientales.

Es difícil avizorar una salida sostenible a la actual crisis, sin cuestionar estos nuevos mecanismos de producción de ingresos que constituyen en sí mismos la institucionalización de graves y numerosas violaciones de DD.HH. en la zona del A.M.O. y en todo el territorio al sur del Orinoco, bajo la inacción de las instituciones.

¿Reforma económica estructural?

Esto se empalma directamente con la necesidad de superar estructuralmente la crisis económica, considerando que la ayuda que pudieran ofrecer instituciones internacionales, e incluso la ayuda de otros países, sería insuficiente para resolver los problemas de raíz. Tal es la razón por la que la Alta Comisionada de la ONU ha elevado la recomendación de avanzar hacia “reformas económicas estructurales”: *“El Gobierno ha aceptado autorizar gradualmente asistencia humanitaria de las Naciones Unidas y de otros actores. Sin embargo, el nivel de asistencia es mínimo en relación a la magnitud de la crisis y hay una necesidad urgente de adoptar reformas económicas estructurales”*

Estas reformas, desde nuestro punto de vista, tendrían que estar encaminadas a superar estas dinámicas extractivistas cada vez más agresivas y que violentan sistemáticamente los DD.HH. fundamentales.

Reinstitucionalización y democracia

El Informe de ONU Ambiente 2018¹⁸⁰ resalta la importancia del fortalecimiento de las leyes e instituciones nacionales, toda vez que son fundamentales para lograr objetivos ambientales. En ese sentido, la profunda crisis institucional y la erosión del sistema democrático que está sufriendo Venezuela representa un obstáculo de largo alcance, sobre todo si se considera que las reformas que permitieron la flexibilización en materia ambiental han sido una política sistemática del gobierno de Maduro, y anteriormente de Hugo Chávez, hasta el punto de llegar a eliminar el Ministerio del Ambiente, institución creada en 1970 con la finalidad de organizar la política pública en esta medular área.

179 “A dos años del recurso de nulidad ‘No se trata de resolver el rentismo minero con el rentismo petrolero’” <https://kaosenlared.net/venezuela-no-se-trata-de-resolver-el-rentismo-petrolero-con-rentismo-minero-andrea-pacheco/>

180 Reporte Anual 2018, ONU Ambiente
<https://www.unenvironment.org/annualreport/2018/index.php#ch-04>

Anexos

I- Figuras

Figura 1. Cuenca hidrográfica del Orinoco

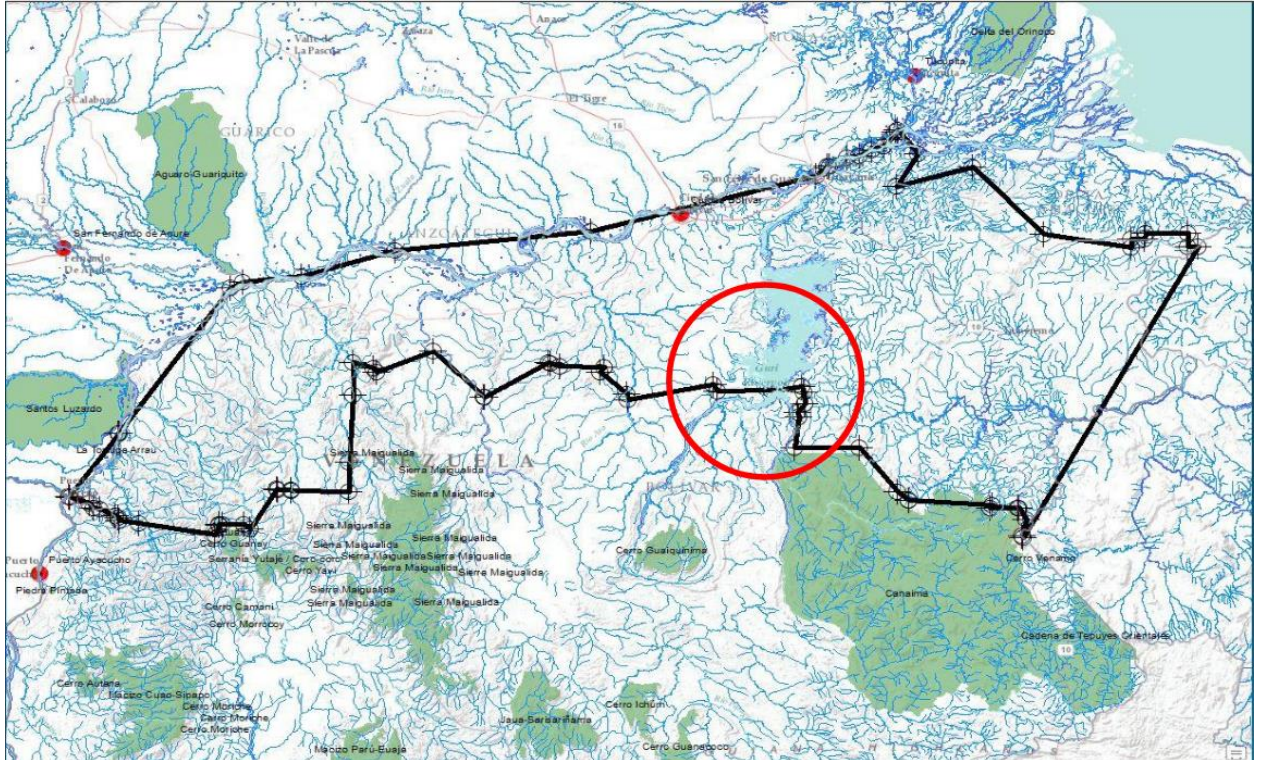
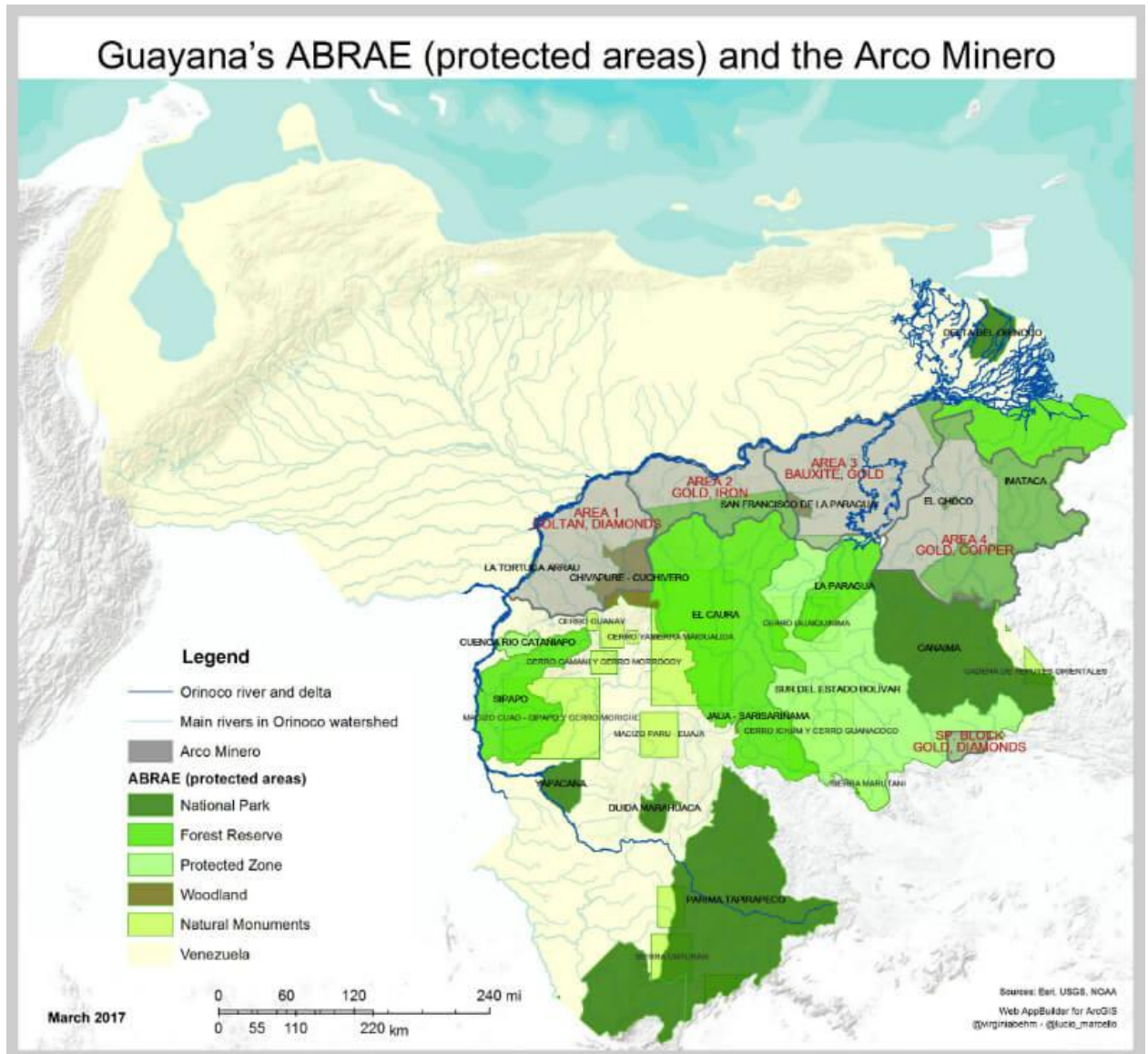


Figura 2. Mapa que muestra la interconexión entre la poligonal A.M.O y las ABRAES ubicadas al sur del río Orinoco.



Fuente: <https://intercontinentalcry.org/saving-venezuelan-amazon/>
Colocar título en inglés aquí, tamaño más pequeño

Figura 3. Evidencia de Minería en Guayana. Foto: Charles Brewer Carías



Fuente: https://es.mongabay.com/2019/01/mapa-mineria-ilegal-seis-paises-amazonia/03_charles_brewer-carias_minas_gran_sabana_pncanaima_pemon_edo-bolivar/

II- Tablas

Tabla 1. Ficha técnica proyecto arco minero del Orinoco

FICHA TÉCNICA PROYECTO ARCO MINERO DEL ORINOCO (DECRETO N° 2.248)			
Fecha de promulgación	El 24 de febrero de 2016 se oficializa la creación de la "Zona de Desarrollo Estratégico Nacional Arco Minero del Orinoco, decreto N° 2.248,	Gaceta Oficial N°. 40.855	Se enmarca en la Ley de Regionalización Integral para el Desarrollo Socioproductivo de la Patria", conocida como Ley de Zonas Económicas Especiales.
Territorios comprendidos	11.843,70 km ²	12,2 % del territorio venezolano	Área que representa extensiones territoriales de países como Cuba o Bulgaria.
Empresas	Incorporación de 150 compañías internacionales.	Empresas que provienen de al menos 35 países.	Incluyendo Estados Unidos, Canadá, Rusia, China, Turquía, Italia.
Minerales a explotar	Bauxita, cobre, coltán, diamantes, hierro y por supuesto oro.	Para la explotación de estos minerales se hace uso de sustancias sumamente contaminantes como cianuro y mercurio.	Sin importar la escala de la minería (pequeña, mediana o mega minera) las afectaciones hacen imposible la denominada "minería ecológica".
Estrategia del gobierno	Transformar el territorio nacional bajo un esquema de Zona Económica Especial y en una Zona Militar Estratégica.	Implementar los "15 motores económicos" de la mano de inversionistas Rusos, Chinos y otras potencias globales a través de proyectos extractivistas. El Arco Minero del Orinoco es un proyecto del 8°	Empresas militares como CAMIMPEG, corporativización del estado

		Motor, el Motor Minero.	
Control territorial	Control delictivo ejercido por el “pranato” minero, denominado “sindicatos”.	Control social asistencial, lógicas delincuenciales desde el Estado.	Implicaciones de los funcionarios del Estado y sus cuerpos de seguridad con el pranato minero imperante.
Afectación ambiental	Cauces de los ríos: Orinoco, Caroní, Caura, Aro, Parguaza, Cuyuní.	Áreas Bajo Régimen de Administración Especial, el Parque Nacional Jaua-Sarisariñama, la Reserva Forestal El Caura, Monumentos Naturales Ichún-Guanacoco, Cerro Guiquinima y la Zona Protectora Sur de Bolívar.	El territorio afectado se caracteriza por extensos bosques, mesetas aplanadas y acantilados, siendo el hogar de miles de especies animales y cientos de miles de personas.
Pueblos indígenas involucrados	Más afectados: warao, pemón, ye'kwana, e'ñepa, mapoyo, guajibo y piaroa.	También afectados: arawak, akawayo, kari'ña, hoti y sanema.	Amazonas, Bolívar, Delta Amacuro y parte de Monagas, concentran la mayor cantidad de pueblos originarios de Venezuela.

Fuente: elaboración propia

Tabla 2. Lideresas indígenas agredidas u hostigadas durante el año 2018

Caso	Fecha y características de la agresión	Situación actual
<p>Luisa Henrito 23 de julio 2018</p>	<p>Fue señalada de “traición y secesión” por un alto vocero militar durante un programa transmitido por la televisora estatal Venezolana de Televisión.</p>	<p>Aunque la agresión fue duramente rechazada por el pueblo pemón, el hostigamiento ha continuado y el gobierno no se ha retractado de los señalamientos.</p>
<p>Mary Fernández 24 de noviembre 2018</p>	<p>Maestra yukpa e hija de la cacica Carmen “Anita” Fernández. Fue secuestrada y torturada por intereses relacionados a la ganadería en el estado Zulia.</p>	<p>Fue liberada el 29 de noviembre y aunque la denuncia fue interpuesta ante las instancia competentes, todavía no se ha avanzado en la identificación de los responsables de este crimen.</p>
<p>Cacica Carmen “Anita” Fernández 23 de noviembre 2018</p>	<p>La casa de Anita Fernández, cacica de Kuse en la Sierra de Perijá, en el estado Zulia, fue saqueada y quemada y las reses de su propiedad fueron robadas.</p>	<p>El caso permanece impune y sus pérdidas no fueron compensadas.</p>
<p>Lucía Romero A lo largo de 2018</p>	<p>Su lucha por justicia en el caso del asesinato de su esposo, el Cacique Sabino Romero, la ha impulsado a una férrea lucha que le ha acarreado más muerte y represión a su familia. Durante 2018 denunció agresiones contra sus familiares y amenazas.</p>	<p>Continúan sin procesar a los autores intelectuales señalados por la comunidad yukpa. No hay medidas de protección efectivas para Lucía ni su familia.</p>

Fuente: elaboración propia

Tabla 3. Masacres acontecidas en el estado Bolívar entre enero de 2016 y octubre de 2018

Fecha y lugar	Actores armados involucrados	Acontecimiento
16 de Octubre de 2018. Tumeremo, estado Bolívar	Grupos guerrilleros colombianos	Mineros ubicados en el Sector el Bochínche fueron emboscados por sujetos armados, arrojando un saldo de 16 personas asesinadas y 6 heridos. Según denuncias del diputado a la A.N, Américo de Grazia, la emboscada fue ejecutada por miembros del ELN.
11 de septiembre de 2018. Sector El Triunfo, estado Bolívar	Cuerpos de seguridad del Estado	11 personas resultaron asesinadas como producto de una confrontación con el Ejército y el Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional (Sebin). No hubo bajas entre los miembros de los cuerpos militares.
22 de agosto de 2018. Municipio Sucre, estado Bolívar.	Bandas criminales (“Sindicatos”)	El líder indígena Misael Julio Rondón Ramírez, capitán de la comunidad indígena Jivi y su hijo Milson Dorangel Rondón Reina (18 años) fueron asesinados por miembros de un grupo irregular con la intención de tomar control de una mina ubicada en territorio indígena.
24 de agosto de 2018 Municipio Sucre, estado Bolívar.	Bandas criminales (“Sindicatos”) e indígenas	El asesinato del líder de la comunidad jivi Misael Julio Rondón Ramírez, desató un enfrentamiento entre indígenas y delincuentes. El suceso arrojó un saldo de 4 muertos.
3 de agosto de 2018. Municipio El Callao, estado Bolívar	Cuerpos de seguridad del Estado y bandas criminales (“sindicatos”)	Resultaron 3 personas asesinadas de una confrontación entre miembros de una banda criminal y un comando conjunto del Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas (CICPC), la Policía Nacional Bolivariana (PNB) y el Ejército. Posterior al hecho, los cuerpos de seguridad del Estado encontraron una fosa común con 14 cráneos.

5 de junio de 2018. Municipio Sifontes, estado Bolívar.	Bandas criminales ("Sindicatos")	5 indígenas pemón, de la comunidad de San Luis de Morichal, fueron asesinados por miembros de un "Sindicato" (grupo irregular armado)
19 de mayo 2018. Municipio El Callao, estado Bolívar	Bandas criminales ("Sindicatos")	5 mineros resultaron asesinados a partir del enfrentamiento entre bandas criminales del sector. Los hechos ocurrieron en la mina La Janza
16 de mayo de 2018. Municipio Roscio, estado Bolívar	Grupos guerrilleros y bandas criminales ("Sindicatos")	Se confirmaron las muertes de 6 mineros a partir de un enfrentamiento entre la guerrilla y el "Sindicato" (grupo delictivo) de la zona. Nunca se confirmó el número exacto de muertes, pero presuntamente superó las 15 víctimas.
7 de Mayo de 2018. Municipio Roscio, estado Bolívar	Grupos guerrilleros colombianos	Habitantes de Guasipati, municipio Roscio, protestan para denunciar el asesinato de 20 personas producto de la incursión de miembros del ELN por el control de las minas: Cicapra, El Caolín, Campanero, El Cuadro, Florinda y el Muertico
10 de febrero de 2018. Municipio Roscio, estado Bolívar	Cuerpos de seguridad del Estado	18 personas fueron asesinadas durante un operativo del ejército ejecutado por efectivos de la 51 Brigada de Infantería de Selva.
15 de noviembre de 2017. Municipio El Callao, estado Bolívar	Cuerpos de seguridad del Estado y bandas criminales ("Sindicatos")	Durante una operación conjunta entre la Guardia Nacional Bolivariana y la Policía del estado Bolívar, fueron asesinadas 9 personas pertenecientes a una banda del sector Valle Verde. Según el parte oficial, el hecho fue en respuesta a una emboscada contra funcionarios.
5 de octubre de 2017. Municipio El Callao, estado Bolívar	Cuerpos de seguridad del Estado	11 personas asesinadas fue el resultado de la ejecución de una Operación de Liberación del Pueblo (OLP) en la mina El Nuevo Callao. 3 de las víctimas eran mujeres, de las cuales una estaba embarazada.

<p>10 de septiembre de 2017. Municipio Sifontes, estado Bolívar</p>	<p>Cuerpos de seguridad del Estado</p>	<p>11 personas resultaron asesinadas durante una incursión de funcionarios de la Región Estratégica de Investigación Penal (Redip) Guayana, de la base de Tumeremo, en el sector El Triunfo. Hubo 2 funcionarios heridos</p>
<p>9 septiembre 2017. Municipio Piar, estado Bolívar</p>	<p>Cuerpos de seguridad del Estado</p>	<p>10 personas fueron asesinadas en el sector El Manteco, durante un operativo de una comisión mixta del Ejército y el Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas (CICPC)</p>
<p>15 de agosto de 2017 Municipio El Callao, estado Bolívar</p>	<p>Cuerpos de seguridad del Estado</p>	<p>Un operativo del ejército desplegado en los sectores El Limón, Las Casitas, Las Lagunitas y El Paraíso arrojó el saldo de 7 personas asesinadas. Según la información de la ZODI 62 pertenecían a la banda de un “Pran” (Jefe de banda delincuencia).</p>
<p>8 de marzo de 2016. Municipio Sifontes, estado Bolívar</p>	<p>Bandas criminales (“Sindicatos”)</p>	<p>Masacre de Tumeremo: 28 mineros desaparecidos presuntamente asesinados por el grupo criminal dirigido por un sujeto denominado “El topo”. Se hallaron 17 cadáveres. La comunidad de Tumeremo y familiares de los mineros realizaron amplias protestas para dar a conocer los hechos. Esta noticia tuvo gran repercusión nacional y llegó a ámbitos internacionales.</p>

Fuente: elaboración propia a partir de registros de prensa nacional